

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO P COM PROCESSO : 06-0018/1998 DE 1998

MATERIA LEGISLATIVA: RPP

06-0018/1998 DE 27/05/98

PROMOVENTE: VEREADOR

ANNA MARIA QUADROS

E M E N T A:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ESTUDOS PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL NA IDADE PREVISTA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ESTA COMISSÃO TERÁ O PRAZO DE 60 DIAS PARA CHEGAR ÀS

OBSERVAÇÕES: CONTÉM VOLUME II

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 17:57:27

00000001006-50



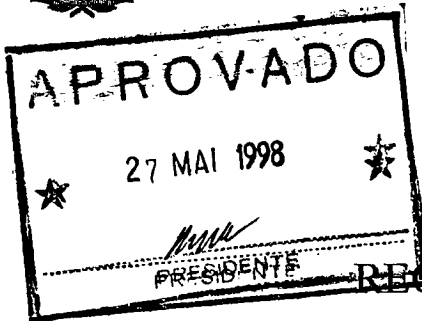
ARQUIVADO EM 12/11/99

VERA MARTINS DIAS
CHEFE DE SEÇÃO
Chefe de Seção Técnica IV



Câmara Municipal de São Paulo

06 - RPP
06-0018/1998

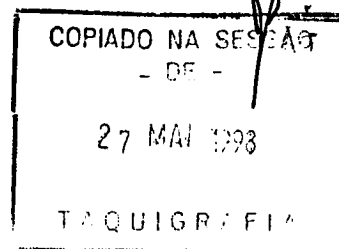
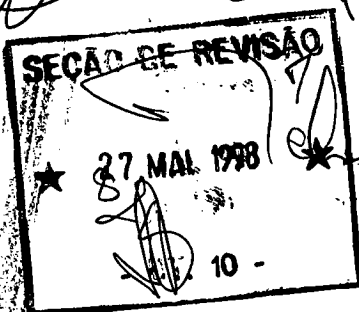


REQUERIMENTO

REQUEIRO à Douta Mesa, nos termos regimentais, a constituição de uma Comissão Temporária de Estudos para análise da situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal. Esta Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para chegar às conclusões e será composta de 9 (nove) membros.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1998

Ana Maria Quadros
ANA MARIA QUADROS
VEREADORA





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 02

do processo nº 18 de 1998 29 5 98 (a) Solange

Ao DT. 7 - Sra. Diretora:

Para as devidas providências.

29/05/98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chef. Subst.
A. T. M.

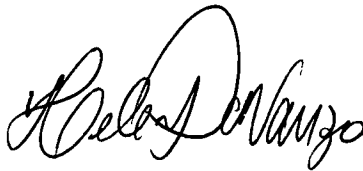
À Senhora Secretária HELENA DAVANZO,

- Indico-a para secretariar a Comissão Temporária de Estudos para análise da situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na ida de prevista pela Constituição Federal.

10.06.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Dept.o-DT. 7

Ciente:



Em atendimento à solicitação da Vereadora Ana Maria Quadros, torno sem efeito a designação supra e indico para secretariar a presente Comissão, os Senhores JADER AUGUSTO PIMENTA e DONIZETI ALENCAR PONTES;

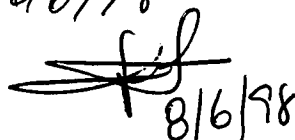
08.06.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Dept.o-DT. 7

Ciente:



Ciente:

8/6/98


SEGUIE M juntado S nesta data, documento S e papel para informação, rubricado S

sob folha S nº 3221

Em 10 08 98

(a) Q



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a) para compor a presente Comissão de Estudos.

Wadih Mutran
Presidente

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e em observância ao disposto no parágrafo 1º do art. 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a) *ALANZA RAZAT* para compor a presente Comissão de Estudos.

Giante

Aurélio Nomura
Presidente

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e em observância ao disposto no parágrafo 1º do art. 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) nobre Vereador(a) *Vicente Canócio e Cosme Lopes / Cabo Cardoso* para compor a presente Comissão de Estudos.

Vicente

Cosme Lopes
Presidente

Adelino

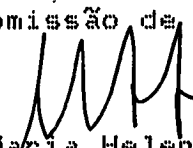
Na qualidade de Presidente da Comissão de Administração Pública, e em observância ao disposto no parágrafo 1º do artigo 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a) *Gilson Barreto* para compor a presente Comissão de Estudos.

Gilson Barreto
Presidente

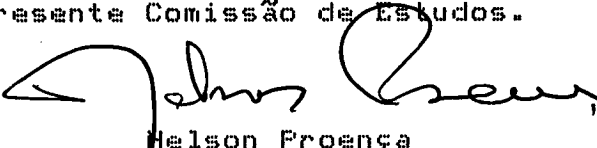


Câmara Municipal de São Paulo

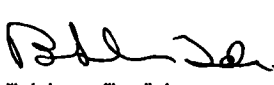
Na qualidade de Presidenta da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, e em observância ao disposto no parágrafo 1º do art. 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a)... MARIA HELENA para compor a presente Comissão de Estudos.


Maria Helena
Presidenta

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho e, em observância ao disposto no parágrafo 1º do art. 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a) PAULO FRANGE para compor a presente Comissão de Estudos.


Nelson Proença
Presidente

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e em observância ao disposto no parágrafo 1º do art. 99 do Regimento desta Casa, indico o(a) Vereador(a) PIERRE ALEXANDRE DE FREITAS para compor a presente Comissão de Estudos.


Dito Salim
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 06	do proc. N.º 18	da 1958
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-1	1	Denise	Sit. Educ. Jovens	5.8.98		

* Nota da Taquigrafia: gravação iniciada com atraso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - ...fazer a reunião de ~~abertura~~ abertura da Comissão de Estudos, com o tema "Situação Educacional dos Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo", que tem como finalidade analisar e propor soluções para a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Esta comissão, bem como os membros e eu, Ana Maria Quadros, na Presidência, os Srs. Vereadores Gilson Barreto, Aldaiza Sposati, Maria Helena, Paulo Frange, Pierre de Freitas e Vicente Cândido. Estamos entregando uma proposta de trabalho, sendo que apenas o dia 12 estaria fechado, porque tínhamos de expedir os convites para as escolas e universidades. O pessoal do Vereda, na pessoa do Professor José Carlos e Vera Barreto e o pessoal do Ibeac, na pessoa do Vereador Hélio Amorim nos ajudaram a montar uma pauta para esta comissão.

O primeiro tema é " Diagnóstico e Importância da Alfabetização de Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo". Também vou sugerir que entreguemos cópia daquele artigo do "Estado de S. Paulo" de ontem, sobre a situação de jovens e adultos no Brasil, no primeiro dia. Fechamos, en-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 07 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-1	2	Denise	Sit. Educ. Jovens	5,8,98	Ana Maria	Quadros

tão, que no primeiro dia seriam 20 minutos para cada um e depois abriríamos para o debate, conforme o número de pessoas presentes, dividiremos o tempo de maneira igual para todos que estiverem inscritos para que a comissão tenha uma participação bastante ativa.

O segundo tema é grande que seria "Experiências em Educação de Jovens e Adultos" e o terceiro tema seria "Políticas Públicas", que está faltando. Então, o pessoal já sugeriu no debate que o dia 2 fosse para o último dia. Pediremos prorrogação de 30 dias e entraremos no mês de outubro. Desta forma, os órgãos que já têm suas políticas públicas viriam depois das eleições.

Então, com essas "Experiências em Educação de Jovens e Adultos" e com o diagnóstico estaríamos apresentando quais as solicitações desta comissão para as pessoas se posicionarem.

Pensamos de trazer alguém do Ibeac no dia 19 e o assessor do Vereador Paulo Frange sugeriu o educador Arnaldo Neskier. Ficaríamos com duas pessoas para o debate, porque eles vêm com suas experiências. Tudo isso está sujeito à modificação. Se algum dos Vereadores quiser se colocar, pode fazê-lo.

No dia 27, pensamos no Luiz Marinho, que é coordenador da MOVA (?) e colocaríamos a Associação dos Educadores Católicos que tem ex-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 08 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 102

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTADOR
L-1	3	Denise	Sit Ed.Jovens	5.8.98	Ana Maria	Quadros

periência na cidade de São Paulo. No dia 2 seria a Comunidade Solidária e Aparecida Horta, que é do Centro Cida Romano. No outro dia seria Soga Gakai, que é de orientação budista e de igrejas em geral, por exemplo, da igreja católica, poderíamos convidar a pastoral de educação de jovens e adultos e outras igrejas que tenham trabalhos, os quais podem ser sugeridos. No dia 23 ficou para as empresas, FIESP, Senac, Sindescom e outras que tenham experiências interessantes, isso pode ser modificado. No penúltimo dia, seriam as universidades, como: PUC, Anhembi-Morumbi, São Marcos, Bandeirantes ou outras que forem interessantes. Poderemos estender mais um dia ou dois, no caso de acharem que há algum grupo que possa vir. Temos 30 dias, com 4 reuniões. Pulamos a primeira porque é a semana ~~maximização~~ anterior à eleição e teríamos mais 3 reuniões. No mês de outubro são 4 ou 5 semanas? (Pausa). Poderíamos estar intercalando, acho que até os dias 12 à 19 fechamos hoje ou no máximo até amanhã, as outras ficam em aberto. Se quiserem trazer alguém para as primeiras reuniões, não há problema algum, mas precisamos saber no mínimo uns 20 dias antes para podermos convidar.

Pedimos que as sugestões sejam apresentadas por escrito para o Donizete, no ~~ramal~~ ramal 1445 ou para a Alice, na Primeira Secretaria. Passo a palavra ao Vereador Vocente Cândido e aos demais que gostariam de falar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 09 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTPARTE
I-1	4	Denise	Sit.Educ.Jovens	5.8.98		

O SR. VICENTE CÂNDIDO - Bom dia a todos presentes, quero dizer que sou um dos incentivadores desse estudo desta comissão, participo da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes e fui presidente da CPI da Educação, que ainda não terminou. Tenho um respeito e dedicação muito grandes com relação à educação, porque acreditamos ser a peça fundamental, a mola propulsora para a construção de uma cidade democrática e fraterna. Na cidade de São Paulo, todos os esforços, iniciativas e debates são importantes. A educação na nossa cidade chega, hoje numa situação das mais deprimentes do país, ainda mais ser tratando de jovens e adultos, de alfabetização, de recuperar atrasos. São os pontos que necessitam de maior dedicação e investimento.

Não sei qual será o resultado, mas é preciso iniciarmos.

Acho que aqui poder ser um início de um debate e postura para cobrarmos da sociedade civil e dos governos uma solução para essa questão. A juventude de hoje é cética, apolítica, sem esperanças. E com razão, porque não tem muitos motivos para acreditar nas coisas. Acho que o Poder Público, a partir desta Casa, que tem as representações partidárias, as idéias e facções, é a que pode tomar a iniciativa.

Quero parabenizar a nobre Vereadora Ana Maria Quadros, que pode contar com o ~~seu~~ apoio irrestrito da nossa bancada, e da minha



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 10 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
L-1	5	Denise	Sit.Jovens	5.8.98	Vicente Cândido	

participação no que for possível. Vamos à busca de soluções. 50% das jovens estão sem empregos; apenas 28% , na cidade, conseguem fazer o segundo grau na idade certa; o acesso à universidade é muito restrito, principalmente para a juventude pobre.

Há apenas.... L-2



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 11 do proc.
O.º 18 de 1938
O funcionário 10
CONT. APARE.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE.
L-2	1	Denise	Sit.Ed.Jovens	5.8.98	Vicente Cândido	

Há apenas 2% de negros nas universidades e a partir daí já dá para dizer quem fica fora da escola, desde a infância até o terceiro grau. Precisamos inverter esse quadro ou senão, teremos uma sociedade sempre com uma minoria privilegiada e a grande maioria sem o acesso ao conhecimento, e dessa forma não poderemos ter uma sociedade democrática e saudável.

É essa a expectativa que tenho nesse início de estudo. Na verdade estamos nos meses de turbulências, com as eleições, onde as atenções estarão voltadas para outras questões, mas acho que a função do Poder Legislativo é fazer uma pauta mínima de trabalho e esta é uma que deve ser prioridade em qualquer época, seja em de eleição ou fora dela. Por isso, estou aqui e quero contribuir no que for possível da nossa bancada e até como presidente do PT na capital.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A ~~na~~ palavra está em aberto para quem quiser se pronunciár. (Pausa) Enquanto estão pensando, gostaria de colocar o seguinte: seria um pouco desrespeitoso discutirmos a secretaria sem termos os membros completos. Então, os Srs. Vereadores e seus assessores devem pensar em quem gostaria de ser ~~Secretária~~ o relator ou relatora desta comissão. Podemos sugerir que todos os assessores se reúnam para trabalharmos juntos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 12 do proc.
18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
L-2	2	Denise	Sit.Jovens	5.8.98		

O SR. ORLANDO - Sou assessor da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes e também fui designado para assessorar esta Comissão de Estudos. Temos o costume de, após cada reunião, a assessoria fazer um resumo, uma tomada de posição a respeito do que foi discutido. Então, comprometo-me a fazer isso e distribuir aos diversos vereadores e assessorias, ajudando a ~~próxima~~ própria relatoria. O meu trabalho é justamente esse.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Gostaria de agradecer essa assessoria técnica, nas pessoas do Jader, Orlando e Donizete, porque foram brilhantes na organização. Expedimos aproximadamente , mil ~~cartas~~ e 300 faxes. As pessoas já estão recebendo para o dia 12. Hoje seria apenas um trabalho interno. Gostaria de cumprimentá-los pelo excelente trabalho.

Quem tiver mais alguma sugestão deve fazê-lo agora. Se ~~não~~ não tiverem, gostaria que dessem uma pensada no segundo dia. Acho que já deveríamos fechar esse dia. Nos outros dias ainda poderemos trocar a ordem das pessoas e colocar mais dias com outros grupos. Só temos de tomar o cuidado de não desprezarmos ninguém, pelo fato de sermos da Câmara Municipal. Quando chamamos os grandes temas com empresas, univer-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 13 do proc.
18 de 1998
O funcionário 102

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUAÇÃO
L-2	3	Denise	Sit.Jovens	5.8.98	Ana Maria	Quadros

sidades, igrejas e outros trabalhos que já conhecíamos, não podemos chamar uns e não chamar outros. Peço que pensem para chamarmos os representativos de vários grupos. Por exemplo, a AEC, o MOVA existem na cidade toda. Por favor, passem com uma certa urgência para a Alice ou para o Dônizete.

O SR. ORLANDO - Apenas uma questão técnica: no dia 2 de outubro, que a princípio seria o dia das Secretarias de Estado, está marcado das 9h às 12h, que é diferente dos outros dias.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É porque tínhamos um problema com o salão no outro horário. Gostaria de saber se, apenas nesta semana, poderíamos trocar o dia 16, ao invés de ser na quarta-feira, passarmos para a quinta-feira, dia 17 de setembro. O Vereador Vicente Cândido tem algum impedimento? Algum outro vereador tem problema nessa mudança? (Pausa) O encontro da APASE será quando, Ana Amélia? (Pausa) É dia 16 ou 23? (Pausa) Veja o dia dia correto. No dia 2 seria o seguinte: o salão só está disponível nesse horário. Acho que extendermos até às 13h é muito cansativo. O ideal seria começarmos às 10h e irmos até 12:30h ou 12:45h. Mais de 2 horas e meio de reunião, o pessoal começa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 14 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1-2	4	Denise	Sit Jovens	5.8.98	Ana Maria Quadros	

a ir embora. Se quiserem começar às 9:30h também não tem problema. O salão estará livre? (Pausa) Vejam Srs. Vereadores se não seria melhor começarmos 9:30h até 12:30h. Se alguém quiser fazer alguma coisa no horário do almoço, estaria mais livre.

O SR. JADER - Sou da Secretaria das Comissões. Gostaria de fazer algumas colocações. Dia 17 existe possibilidade de espaço.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Poderíamos marcar no dia 17 de setembro ao invés do dia 16, se vocês concordarem.

O SR. JADER - Outra coisa que gostaria de colocar seria a respeito do nosso "folder". Talvez seja interessante produzirmos um, uma vez que ainda não fechamos a programação e hoje novas sugestões nos foram trazidas quanto a nomes. Poderia ser um "folder" apenas com temas. Seria o cartão de visitas da comissão.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Gostaria de fazer uma consulta aos Srs. Vereadores se, por exemplo, em dois ou três dias não daria para sentarmos e aperfeiçoarmos para podermos fechar o "folder" na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 15 do proc.
18 de 1978
O funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-2	5	Denise	Sit.Jovens	5.8.98	Ana Maria	Quadros

sexta-feira.

O SR. JADER - Se houver essa possibilidade de já decidirmos
mos os nomes, poderíamos mandar o "folder" completo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Seria mais delicado, porque
mesmo que a pessoa não venha apresentar, seria mais gentil ir com o
nome dos convidados.

O SR. JADER ;;;... L-3



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 16 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-3	1	Denise	Sit.Jovens	5.8.98		

O SR. JADER - Acho que seria interessante se essas pessoas que foram indicadas hoje, pudéssem ser contatadas para fecharmos a programação.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Por exemplo, quando for empresa ou universidade, poderemos colocar apenas o nome da entidade e depois a pessoa pode destinar um nome. No caso das igrejas também. E só quando for o nome da pessoa, colocaríamos. Como temos a possibilidade de prorrogarmos, vocês já poderiam sugerir, porque mesmo que o "folder" não saia para o dia 12, mas para a segunda reunião, ainda daria tempo.

O SR. JADER - Essa proposta é interessante, porque trabalharíamos com mais tranquilidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Mas se não tiver como fechar, colocaríamos apenas os temas. O que todos acham?

O SR. JADER - Vamos aguardar x que os contatos sejam feitos pelas pessoas que indicaram os nomes e assim que fossem passados para nós, poderíamos concluir a programação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 17 do proc.
18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
L-3	2	Denise	Sit.Jovens	5.8.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Estou perguntando ao Vereador Vicente Cândido e aos demais assessores se acham que em três dias daria , até segunda-feira que vem, para fechar e entregar as sugestões. (Pausa) É possível? (Pausa) Então, está ~~boa~~ bem. Se vocês entregarem na segunda-feira, conversamos com as pessoas na terça-feira e fazemos um "folder" ~~de~~ para a outra reunião do dia 19. Dessa foram, as pessoas podem levar e divulgar para outras ~~pessoas~~ que queiram participar. Poderemos utilizar os dias 14 e 21. Estaremos pedindo mais 30 dias de prorrogação.

O SR. RAFAEL - Sou assessor da Vereadora Aldaiza Sposati. Tenho uma questão na terceira reunião do dia 27, que também é uma quinta-feira. É por causa do salão?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Sim, foi por problema de salão. Foi bom você ter lembrado.

- Fala fora do microfone.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Nem aqui estava livre?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 18 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário L. O. G. S. P. T. E.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
L-3	3	Denise	Sit. Jovens	5.8.98		

- Fala fora do microfone

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Nós convidamos muitas pessoas, mas às vezes, na prática poderíamos colocar mais cadeiras aqui. Acho melhor colocarmos na frente do dia marcado qual é o dia da semana, para não haver enganos.

Mais alguém gostaria de falar?

- Fala fora do microfone.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Se colocarmos os dias, seriam apenas duas exceções, o resto ficaria na quarta-feira.

Alguém gostaria de fazer mais sugestões?

O SR. WASHINGTON - Sou assessor do Vereador Paulo Frange. Na qualidade de representante, concordo com as palavras do Vereador Vicente Cândido, só tenho de ressaltar o seguinte: apesar de sabermos que os negros não podem entrar nas faculdades e que a maioria da população brasileira encontra-se deficitária com relação à educação, o mais importante é colocarmos, desde o início desta reunião que compete



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 19 do proc.
18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-3	4	Denise	Sit.Jovens	5.8.98	Washington	

pete tão somente a nós levar isso para frente e fazer com que os jovens e muitas pessoas consigam alavancar o seu mérito educacional, que está simplesmente nas nossas mãos. Esta comissão será organizada e os trabalhos não serão a toque de caixa. Estamos conversando, eu, o Orlando e Donizete para colocarmos em prática o que temos em mente, juntamente com as palavras do Vereador Vicente Cândido, que seria fazer ~~uma~~ com que as pessoas que estão lá fora consigam aquilo que desejamos com realidade. Gostaria de ressaltar e concordar, apenas com uma discordância: a esperança que eles "talvez" não tenham, com certeza, temos condições de dar para eles. Obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O tema é muito importante, porque sabemos e inclusive saiu nas pesquisas, que a situação é trágica. O número de analfabetos é imenso entre jovens e adultos. O analfabeto funcional é muito grande também. Vamos copiar o quadro para ser entregue porque é assustador. As políticas públicas que não atuarem nesse setor de maneira ~~de maneira~~ muito inteligente e eficiente, o Brasil estará fadado ao fracasso. O mundo tem tecnologia avançada e a cidadania e a democracia exigem que a ~~a~~ pessoa se atualize e se aperfeiçoe. Se a pessoa não consegue fazer a leitura do mundo, como dizia Paulo Freire, fará



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 20 do proc.
18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
L-3	5	Denise	Sit.Jovens	5.8.98	Ana Maria	Quadros

a leitura do mundo, Respeitamos as pessoas, mas tem um sentido muito restrito. A análise que o "Estado de S.Paulo" publica é do Tribunal Superior Eleitoral, onde a cidadania deve ser exercida, sendo que as pessoas precisam saber escolher, analisar e detalhar. Aquelas que têm um universo mais restrito, perguntamos qual o caminho que a democracia irá tomar e a evolução do país?

Acho que esta comissão é importantíssima. Agradeço os Vereadores que aceitaram fazer parte dela. Quando estipularmos alguns pontos poderemos brigar, uma vez que o papel da Câmara é fiscalizar e exigir, denunciar, inclusive, apontar os erros das políticas públicas. Se ~~xxxxxxx~~ estiverem muito aquém do desejado, tanto as esferas municipais, estaduais ou federais, e sabemos que em alguns lugares estão como é o caso do município onde a verba de educação não é aplicada, mostrada pela CPI da Educação, poderemos ver como faremos, porque a situação é grave.

Mais alguém gostaria de ~~falar~~ falar? (Pausa) Agradeço mais uma vez aos Vereadores, aos assessores de todos os vereadores presentes e aos assessores técnicos que nos deram suporte.

Temos certeza..... L4



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 21 do proc.
PAULO 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-4	1	Denise	Sit. Jovens	5.8.98	Ana Maria	Quadros

Temos certeza que esse trabalho será muito importante e vamos trabalhar conjuntamente. Vamos aguardar as sugestões até a segunda-feira. Depois se precisarmos mudar alguma coisa, não será impossível, mas seria apenas para fazermos o "folder". Parabéns a todos.

Está encerrada a comissão de instalação da Comissão de Estudos da Situação Educacional de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Folha n.º 22 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros. Portanto, estamos prestes a realizar a 1ª Reunião com o tema: "DIAGNÓSTICO E IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO", no dia 12 de agosto de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Pres. João Brasil Vita", 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

Conforme acordo verbal mantido com V.Sa., solicitamos sua confirmação como palestrante para o evento em epígrafe, nos remetendo, assim que possível, um resumo dos trabalhos desenvolvidos por essa entidade nas questões que seguem:

- 1- população alvo;
- 2- objeto de trabalho;
- 3- metodologia utilizada;
- 4- recursos humanos, pedagógicos e financeiros disponíveis;
- 5- dificuldades encontradas;
- 6- sugestões para políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Srª. Maria Clara Di Piero
M.D. Professora e Pesquisadora da AÇÃO EDUCATIVA

FAX: 3666-1082

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti

Folha n.º 23 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou o requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros. Portanto, estamos prestes a realizar a 1ª Reunião com o tema: "DIAGNÓSTICO E IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO", no dia 12 de agosto de 1978, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Pres. João Brasil Vita", 82 andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

Conforme acordo verbal mantido com Vossas Senhorias, solicitamos suas confirmações como palestrantes para o evento em epígrafe, nos remetendo, assim que possível, um resumo dos trabalhos desenvolvidos por essa entidade nas questões que seguem:

- 1- população alvo;
- 2- objeto de trabalho;
- 3- metodologia utilizada;
- 4- recursos humanos, pedagógicos e financeiros disponíveis;
- 5- dificuldades encontradas;
- 6- sugestões para políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Sr. José Carlos Barreto e Srª. Vera Barreto
VEREDA - Centro de Estudos em Educação
FAX: 864-4533



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 36 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
F-1	1	Denise	Sit. Educ. Jovens	12.8.98		

* Nota da Taquigrafia: gravação iniciada com atraso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS -15 minutos regulamentares para que possamos dar início à nossa sessão. Agradecemos a presença de cada um dos presentes, os quais já vou nomeá-los e ~~nomeá-los~~ chamá-los para compor a Mesa.

Esta comissão tem como objetivo não somente fazermos um ~~diagnóstico~~ excelente diagnóstico, como é também tirarmos as políticas públicas para que realmente possamos exigir dos Governos Municipal, Estadual e Federal que essa área seja atingida. Já sabemos por todos os diagnósticos, e os jornais os têm trazidos frequentemente, que a análise demonstra que essa população de jovens e adultos tem sido negligenciada pelo Poder Público. Sabemos que a alfabetização e o ensino fundamental, que são exigências da Constituição, devem ser obrigatórios e gratuitos. Isso tem sido cumprido. Muitas vezes as escolas e os cursos existem, mas as pessoas não terminam e fica por isso mesmo.

Nós, Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, que aprovamos esta Comissão para estudo da situação educacional dos jovens e adultos no município de São Paulo, acreditamos que teríamos realmente ^{que} atingir essa área de maneira eficiente, cobrando dos Poderes Públicos q



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 31 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-1	2	Denise	Sit. Jovens	12.8.98	Ana Maria Quadros	

que sejam mais eficientes nessa área.

Os seguintes Srs. Vereadores fazem parte desta comissão:

Ana Maria Quadros, como presidente; Aldaiza Sposati; Gilson Barreto; Maria Helena; Paulo Frange; Pierre de Freitas; Vicente Cândido. Solicito que os representantes do Vereador Gilson Barreto entreguem seus nomes.

Vamos chamar para comporem a Mesa os Srs. Eriberto Never Simões, representante do Vereador Gilson Barreto; José Silva Fonseca Tavares, ~~representando~~ representando o Dr. Washington Epaminondas Madeira Barra, da Associação Paulista do Ministério Público; Tetsuo Koki, assessor político do Vereador Jorge Taba; Marisa, representando o Sindicato dos Especialistas de Ensino do Município de São Paulo; Célia Terra, representando o Centro do Professorado Paulista; Irmã Maristela, presidente da Associação de Educação Católica, AEC; Márcia Escobar, representante do SOS Criança; Marli Regina Jovino, representando a Associação Criança Brasil.

Gostaria de chamar os que irão fazer a palestra, cujo tema é o Diagnóstico e Importância da Alfabetização de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo. Chamo para compor a Mesa os Srs. José Carlos Barreto e Vera Barreto, do Vereda- Centro de Estudos em Educação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 38 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-1	3	Denise	Sit. Jovens	12.8.98	Ana Maria	Quadros

Maria Clara de Pinheiro, da Ação Educativa; Sônia Maria Portela Crupa da Fundação Santo André que deveriam chegar daqui a pouco. Dentro de alguns instantes nossos assessores estarão passando o nome de todos para que saibamos as pessoa presentes e as entidades que cada um representa. Se, porventura, tiver mais algum presidente de associação ou sindicato presente, peço que venha à Mesa para nos informar.

Temos representantes de escolas, ONG's, delegacias de ensino de estado e prefeituras. Se esquecermos de alguém é só passar o nome.

Vamos fazer da seguinte maneira: são 10:24h . Daremos de 15 a 20 minutos tanto para o José Carlos Barreto quanto para Maria Clara de Pinheiro e para a Sônia. Depois faremos os debates. Todos os dias temos programadas 8 reuniões. Esta é a primeira, do Diagnóstico, as outras serão sempre apresentações de experiências. Teremos tempo para as pessoas falarem e também para aqueles que estão participando sem ser na Mesa , mas que possam dar sugestões. O objetivo é fazermos o diagnóstico e fazermos as políticas públicas que tanto o município , quanto Estado ou Governo Federal terão de implementar com as infra-estruturas e recursos necessários. Nós, enquanto vereadores deste município, vamos cobrar e verificar se está sendo colocado em prática ou não.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 29 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário
ORADOR
CONTRAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
F-1	4	Denise	Sit. Jovens	12.8.98		

Pergunto aos Srs. José Carlos Barreto, Maria Clara de Pinheiro e Sônia se é possível que gravem as pessoas. Para nós não há nenhum problema, inclusive, todos os debates serão gravados pela Câmara e fica à disposição de quem quiser para consulta. Podem gravar, não nenhum impedimento.

Tem a palavra o Sr. José Carlos Barreto, educador do Vereda de muito empenho, em lutas de muitos anos. ~~_____~~
~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 30 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F=2	1	Marcia	S it. Educ. Jovens	12.8.98	Ana M. Quadros	

trabalhou desde o início com o Professor Paulo Freire, e ele pode contar além do que ele for colocar, contar um pouquinho da experiência da história dele. Com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS BARRETO - Bom-dia. Nós , nossa ligação, como Vereda, ao problema da educação de jovens e adultos, e especificamente de alfabetização, vem do fato de o Vereda ter sido presidido desde sua fundação, em 1982, pelo professor Paulo Freire, que nós conhecemos em ~~em~~ priscas eras, quando ele era um ~~marxista~~ ilustre desconhecido, em 1962. Quando em companhia de outros estudantes, na época, inclusive o Vereador a Ana Maria ~~Quadros~~ Quadros, nós amassamos barro na periferia de Osasco, num bairro que era periférico na época, chamado Helena Maria. E onde se fez a primeira experiência da metodologia freiriana fora do nordeste. E desde então, duas consequências se deram na minha vida pessoal, eu que imaginava ser um sociólogo voltado para questões rurais, passei a ser um educador. Não sei se isso foi algo gratificante, talvez se tivesse despertado uma vocação de financista ou de economista eu pudesse estar mais realizado hoje. Mas uma outra consequência, essa sim fundamental, foi lá que eu conheci a Vera, minha esposa, e somos casados e militamos juntos na Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 31 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-2	2	Marcia	Sit.Educ.Jovens	12.8.98		

O Vereda basicamente trabalha com formação hoje de professores a nível de rede pública. Nós temos uma vocação dentro de uma visão democrática de educação. Mas já que tocamos em nossas origens, eu gostaria de lembrar que nessa época de 1962 estava em modo um autor norte-americano, era o papa da comunicação, chamado MacLUhan, que escreveu um livro, que era a bíblia da época, que era "Meia Mensagem". Nesse livro, que os mais antigos, os menos modernos, se lembram, ele ~~se~~ ~~profetizava~~ profetizava, o que hoje é uma realidade, que o mundo estava se tornando uma aldeia global, sem nenhuma lusão ao canal 5, mas estava-se transformando em um mundo pequeno, onde as repercussões entre as partes se davam quase que instantaneamente. E o profeta MacLuhan acertou totalmente. Ele foi o primeiro que tocou na questão da globalização.

Mas, para mostrar que os profetas também erram, ele profetizava o fim da linguagem escrita. Pensava ele que a comunicação, via meios de massa, ia tornar obsoleta a leitura escrita, com repercussões inclusive na forma de pensar; dizia ele, por ~~exa~~ exemplo, que o pensar linear, próprio da leitura e da escrita ia ser abandonado por um pensar focal, instantâneo, multifacetado. E aí ele errou porque nunca a leitura e a escrita foram tão importantes ~~se~~ como neste mundo globalizado. Ou seja, longe de a leitura e a escrita se tornarem obsoletas, elas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 32 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-2	3	Marcia	Sit.Educ. Jovens	12.8.98		

se tornaram essenciais no mundo urbano. De tal forma que já não é mais a simples decifração de placas de ônibus que satisfaz as necessidades de leitura numa grande cidade. As necessidades de Helena Marra que nós pretendíamos atender, com alguns meses, com um mês e pouco de alfabetização não são, nem de longe, as necessidades que hoje se põem no mundo moderno. Não há como se comunicar com a máquina, -hoje em plena valorização -, sem o uso da leitura e escrita. Os fantasmas como a "máquina pagadora de cheque dos fundos dos INSS" são fantasmas para a população se não dominam a possibilidade de se comunicar por escrito.

Portanto, no mundo de hoje nunca foi tão importante ler e escrever; em nenhum momento da História. Mas nunca se leu e nunca se escreveu tanto, mais até se escreveu do que leu. Portanto, a leitura e escrita é um instrumento de sobrevivência na grande cidade. Essa situação de realidade que não tende a diminuir a importância da leitura e escrita, foi agravada por uma situação talvez conjuntural, quem sabe, de um desemprego brutal onde o não-ler e o não-escrever é a primeira fase da exclusão do emprego. Por razões objetivas, porque a tecnologia, a maquinária exige, e por razões de comodismo. Uma vez eu perguntava numa administração popular, por que é que ela exigia para concurso na limpeza pública, 1º grau completo; por que exigia alfabetização. E ele



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 33 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-2	4	Marcia	Sit.Educ.Jovens	12.8.98		

me explicava que se não exigisse seria quilométrica a fila de candidatos
ao emprego. ([REDACTED])



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 34 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F3	1	Monteiro	Jovens	12.08.98		

Então, começa a exclusão pela própria exigência não só da leitura e escrita mas da própria escolarização mínima. É uma forma de tornar mais simples e menos complexa a admissão de um empregado novo.

Nessa política de exclusão, infelizmente a sociedade toda embarcou, a ponto de termos governantes que dizem que não há uma crise de emprego, há uma crise de empregabilidade. Empregos estão sobrando, o que está faltando é gente capaz de assumir o emprego. E essa mentira, de tanto ser repetida, acaba sendo assumida pela própria população. Se repete aí uma manobra muito comum do sistema de se excluir de responsabilidade, atribuindo à vítima a culpa pela sua situação. A população comprou essa idéia de que não consegue trabalho porque não tem escola, não tem escolaridade. Pior, assume que a culpa de não tem escola, de não ter escolaridade, é dela própria, foi ela que não se esforçou. Isso, de tanto ser veiculado na mídia, acabou sendo emcampado sem restrições pela população.

Então, todo o mundo hoje aspira uma vaga na escola, nem se dá conta de que vaga na escola não cria sequer uma vaga nova de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 35 do proc. N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F3	2	Monteiro	Jovens	12.08.98		

trabalho, o que cria emprego é a economia, não é a escola. Mas, de qualquer forma, a população comprou a idéia de que precisa ter escola e está todo o mundo voltando para a escola. Então, nunca houve, vocês depois vão testemunhar se é verdade o que estou dizendo, tanta procura de jovens e adultos por uma vaga para poder estudar. Aí, porém, nós temos um complicador porque as políticas públicas, isso vai ser visto mais tarde, consideram que é muito mais rentável investir em educação das crianças para evitar que tenhamos adultos sem escolaridade, ignorando algumas coisas que, a meu ver, são importantes.

Primeiro, que esse processo em que você tem uma fase da vida em que tem escola, e depois acabou a escola e você vai trabalhar, morreu. Não se pode imaginar hoje um profissional, num mundo em transformações tão rápida, competente que não esteja se atualizando continuamente. Isso é válido para o engenheiro, e é feito por ele, para o advogado, para o médico, para todas as profissões ditas liberais e é válido também para o operário. Então, um país não pode imaginar que vai ter um investimento em educação só nos primeiros anos de vida, educação é um processo contínuo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 36 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F3	3	Monteiro	Jovens	12.08.98		

Portanto, é ilusório imaginar que é mais econômico investir nas crianças e esquecer os outros, até porque é pouco eficiente. É muito raro o analfabeto que tenha pais alfabetizados, é uma exceção, o comum é que analfabeto seja filho de analfabeto. Assim, quanto menos adultos analfabetos nós tivermos mais fácil será termos crianças alfabetizadas. Isso não foi pensado, se pensava no adulto naquele no final da vida, ± 50, 60 anos. Este que sobrevive até agora não sendo usuário da escrita já está no fim, vamos investir nas crianças porque assim, com o tempo, acaba o analfabetismo adulto.

Então, temos hoje analfabetos de 16 anos, 17, 18, 29, 30, com toda uma vida pela frente, excluídos do processo. Portanto, se investirmos só na criança teremos que esperar pelo menos 70 anos para resolver o problema, se é que vamos resolver.

Em consequência dessa miopia de visão do governo, é que estamos assistindo hoje, é ao contrário da aspiração popular, é que cresce a procura por escola, pela escolarização, pelo conhecimento e decresce a oferta, a começar pelo Governo Federal, que fechou a Fundação Educar. O que pôs no lugar? Nada. Ou melhor, pôs uma paródia de educação que é imaginar uma educação de quatro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 38	do proc. N.º 18	da 1998
O funcionário	CONT. PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
f4	1	alex	jovens	12 8		

que resistem e conseguem manter, a duras penas, vagas para jovens e adultos; resistindo a uma pressão tremenda, porque não é econômico investir nele. Tem de pensar na criança. Pensa-se tanto na criança que houve uma mudança substântiva na origem do analfabetismo em São Paulo. No nosso tempo de Helena Maria, o analfabeto vinha do campo, do setor rural. Hoje o analfabeto vem da escola: a maior fonte de analfabeto jovem; é aquele que passou anos na escola e continua analfabeto.

Então, o Governo estadual praticamente terminou; se não terminar totalmente, vai ser uma surpresa para mim, talvez consequência de ações como esta.

Os municípios ainda mantêm alguma coisa. É talvez o setor público que ainda mantém uma preocupação com jovens e adultos. Infelizmente, não há crescimento disso. Se há crescimento absoluto, não o há percentualmente. Mesmo assim, depende muito da boa vontade das direções.

Um golpe de morte, que será visto em detalhes, aqui, foi a instauração do Fundão, pelo qual se proíbe - ou pelo menos se evita - considerar jovens e adultos como alunos na distribuição das verbas. Os municípios foram podados em seus recursos e terão de gerir



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 39 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
f4	2	alex	jovens	12 8		1.

menos recursos. Se sobrar alguma coisa, até poderão investir em jovens e adultos.

Temos uma grande contradição: há uma procura enorme por escola, por ensino, pelo conhecimento, e há uma retração dos poderes públicos. Para tentar suprir isso, a sociedade civil consegue ofertar, via algumas instituições, movimentos de bairro, etc., algum trabalho onde o compromisso dos professores é muito grande, mas a fragilidade pedagógica também o é; ^{há a} ~~há~~ ansia de produzir alfabetização, como há muita dificuldade em produzi-la por in experiência pedagógica. Ao contrário do que ~~acontece~~ acontece nos setores formais de educação, onde há competência pedagógica e muito pouco compromisso.

Normalmente, o professor do ensino público que se dedica à alfabetização ou ao ensino de adultos, considera o aluno muito pouco capaz. Como acha que tudo é lucro, não há a preocupação de tornar esse aluno - salvo honrosas ~~exceções~~ exceções, - um efetivo usuário de leitura escrita. Tudo o que ele conseguir aprender é lucro. Coitado! Já trabalha tanto, já sofre tanto, já tem tantas dificuldades, não é!? Então, exige-se muito pouco, quase nada. Fazendo assim, muito pouco ou quase nada se aprende. Essa é uma questão séria.

Resta salientar um esforço ~~complementar~~ complementar das em-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 40 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
f4	3	dalex	jovens	12 8		

presas privas, alguns extremamente meritórios. Mas, infelizmente, nossa experiência tem mostrado que grande parte dessa preocupação que aparece no empresariado está voltada para a bendita ISO 9000: "É preciso possuir a ISO 9000 ao menor custo possível. Portanto, vamos alfabetizar os famigerados quatro meses". Ao se fazer isso, há os que conseguem aprender a ler e a escrever, e são aqueles que já tinham alguma tinta, e são esses os que permanecessem. Os que não conseguem, infelizmente, têm de dar lugar a outros. A alfabetização, assim, vira uma forma de seleção; em muitos casos. Aqui, novamente, pode-se apontar as honrasas exceções que, infelizmente, são exceções. A maioria do empresariado está preocupada com custos pois, afinal de contas, isso é importante na composição da empresa. Ela não está preocupada com a educação.

Há ~~uma~~ uma epidemia de cursos de quatro meses, que não torna ninguém usuário da escrita. Novamente, há as exceções que confirmam a regra. §

Um último problema: há que se enfrentar uma realidade muito objetiva. O aluno, jovem, que hoje é analfabeto, já perdeu a competição neste mundo globalizado. Não podemos limitar-nos a repôr escolarização para esse aluno. Ele não tem tempo, não tem condições e já



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 41 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
f4	4	alex	jovens	12 8		

está atrás em relação à competição. A esse jovem que não tem culpa por viver essa situação, precisamos dizer o que é possível fazer para que possa ~~ser~~ crescer. Seguramente, não será aprender as regras da crase ou cálculo da raiz quadrada que o irá ajudar em alguma coisa. É preciso responder-se a uma pergunta que nunca foi respondida: o que um jovem ou adulto, morando numa cidade como São Paulo, pode aprender se for por uma via forma, por escola? Quando houver ~~uma~~ resposta, a resposta à escolarização, ~~que se trata de uma pergunta que não tem resposta~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 42 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
F-5	1	Carla	Jovens	12.08.98		

O que a escola precisa ensinar para um jovem, um adulto, que se não for ensinado ele não irá aprender? Essa pergunta é óbvia, mas, infelizmente, apesar do engajamento das universidades no processo não foi respondida. O que vemos, muitas vezes ao trabalhar com jovens e adultos, é uma simplificação adulterada do currículo escolar infantil a ser impingido por um adulto. Currículo esse que não irá ~~em~~ servir de nada porque mais da metade ele já sabe e a outra metade não terá nenhuma utilidade.

Esses são alguns dos problemas que queria abordar, inicialmente, provavelmente iremos desanvolvê-los no futuro.

A SRª. _____ - Agradecemos ao José Carlos Barreto pela sua experiência de tantos anos. Ele deixa-nos, aqui, uma questão séria: o que a escola tem que ensinar para esses jovens adultos, principalmente aqueles moradores dos grandes centros? Sem a escola, eles não conseguirão aprender. É um desafio, ele o coloca bem: nas experiências feitas ninguém responder a essa questão e esse seminário poderia se propor a tentar respondê-la.

Queria anunciar a presença, convocar para a Mesa e agradecer sua participação, talvez não possa ficar até o final, do Dr. Eduardo Domingues da Silva, Presidente da Febem que vem também representar a Secretária Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social, Marta Te-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 43 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-5	2	Carla	Jovens	12.08.98		

resomja Godinho.

Dantas

Quero anunciar a senhora Maria Aparecida ~~das~~ Bragas, representante da Associação Criança Brasil. Temos muito prazer em recebê-la aqui na Mesa; a Sra. Cecília Arruda, representando a Diretoria do Senai e também o professor Milton Gava; a Aprofen, representada pelo Eliana Guculi e a senhora Odete Ordís, também convidadas para participarem da Mesa; Rosa Maria de Lima Costa, representando Campo Brokling do Morumbi, também convidada a fazer parte da Mesa, agradecemos a presença; Professora Sueli de Azeredo Pires, do Colégio Sagrado Coração de Jesus e as alunas da quarta série, do segundo grau, habilitação Magistério. Se quiser fazer parte da Mesa, Professora Sueli, será um prazer e obrigada por trazer as alunas. Precisamos dos jovens para refletir; professora Zilda Gaspar de Aquino, da Faculdade Osvaldo Cruz, chefe do Departamento de Letras, ^{a quem} convidamos para fazer parte da Mesa; professora Eliane Orsali que está representando a Diretoria do Sindicato dos Supervisores de Ensino de Estado de São Paulo, APASE; a professora Sônia Maria Crupa ~~XXXX~~ também já se encontra.

Iremos ouvir a professora Maria Clara de Pinheiro. Em seguida a professora Sônia. A professora Maria Clara de Pinheiro é da Ação Educativa, tem um trabalho muito bonito, não só ela, mas todo o grupo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	44	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário	10	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
P-5	3	Carla	Jovens	12.08.98		

po da Ação Educativa, com trabalhos publicados. Quando precisamos de qual
quer dado sobre educação de adultos recorreremos à Ação Educativa.

Tem a palavra a professora Maria Clara de Pinheiro.

A Sra. MARIA CLARA DE PINHEIRO - Inicialmente, quero
agradecer o convite da Comissão e da nobre Vereadora Ana Maria Quadros.
Tivemos um momento no processo da redemocratização política do País
no final dos anos 1980 que se centrou no plano legislativo. Devemos lem-
brar o esforço feito pela Sociedade civil no sentido de assegurar na Cons-
tituição, nas constituições estaduais, nas leis orgânicas dos municípios
um conjunto de direitos que, acreditávamos, a democratização política
viria efetivar.

Passados dez anos da promulgação da Constituição, vive-
mos uma situação de profunda frustração. Damos conta do fosso aberto,
parece que quase intransponível, entre o direito formal assegurado na lei
e o direito efetivo que o cidadão goza na vida cotidiana. E a dificul-
dade de tecer essa ponte através de políticas sociais efetivas de demo-
cratização da educação, distribuição de renda, acesso equitativo à saú-
de, moradia, e por aí vai.

Não irei fazer a discussão das políticas, creio que a Sô-
nia irá fazê-lo, da relação entre as esferas de governo e as questões do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 45 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-5	4	Carla	Jovens	12.08.98		

financiamento, a Sônia irá por esse caminho, mas vou atender à solicitação da nobre Vereadora Ana Maria Quadros no sentido de que coligide-se alguns dados para fazermos um painel do diagnóstico da situação dos jovens e adultos, escolarização, na cidade de São Paulo.

Considero esse movimento extremamente importante porque o Legislativo agora vem fazer o movimento complementar: não adianta aprovar leis, é preciso controlar, pressionar e fazer com que seja executada. O Legislativo deve participar desse movimento, necessário, de controle-cidadão sobre as políticas públicas.

Quero começar de onde o Barreto parou. Em Ação Educativa terminamos, em meados do ano passado, há um ano, um estudo bastante amplo que tentou investigar, não consegue responder ~~XXX~~ plenamente à pergunta, sem dúvida bastante complicada, mas tentou relacionar, tecer algumas partes para conhecermos melhor o fenômeno entre ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 46 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTRAPARTE
F-6	1	Camilo	Situ. Educ. Jov.	12/8/98		

as relações entre escolaridade e desempenho da população em tarefas que exigem conhecimento na vida cotidiana; e que usou alguns instrumentos de medida de leitura, escrita^e cálculo em situações da vida cotidiana com a população de São Paulo não vista ~~na~~ escola, mas vista na sua moradia, no seu lugar de trabalho e na rua.

Fizemos uma pesquisa chamada de alfabetismo funcional no município de São Paulo, a qual submeteu a situações de provas muito formais, ainda que houvesse o artificialismo. ~~Exemplos:~~ Em matemática, na prova, pediam para preencher e calcular o extrato bancário e de depósito. Na leitura escrita, pediam para identificar uma informação, uma notícia de jornal, uma bula de remédio, etc. Esse foi um trabalho feito com uma amostra representativa da população do município de São Paulo. Havia Foi 1.000 pessoas. ~~Havia~~ uma amostra estruturada por classe, renda, localização, idade, etc. Essa pesquisa teve muitos resultados interessantes para ^{se} conhecer as relações entre educação e vida cotidiana. Na conclusão, verificamos que escolaridade não é sinônimo de alfabetização, mas de todas as amostras pesquisadas, a que mostrava melhor influência no desempenho das pessoas na realização dessas tarefas era a escolaridade. Mantendo-se estável renda, sexo ou outras variáveis, o que fazia diferença e o que fazia com que as pessoas tivessem maior ou menor desempenho, a escolaridade se mostrou o fator mais explicativo do desempenho das pessoas nessas provas, embora não fosse o fator exclusivo.

Há um outro lado da moeda. A escolaridade parece ser ~~uma~~ uma aquisição



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 97 do proc.
Nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE--
F-6	2	Camilo	Sit. Educ. Jov.	12/8/98		

necessária para que as pessoas aprendam por meio dos usos sociais que realizam da escrita, do cálculo e das aprendizagens escolares; ou seja, é preciso que as pessoas tenham oportunidade de trabalho que desafie suas capacidades intelectuais, que elas tenham capacidade de desfrutar da leitura, seja lendo um boletim de ~~seus~~ sindicatos, ~~seja~~ seja tendo acesso a uma biblioteca e a uma literatura, seja indo a cinemas e museus, usufruindo de bens culturais.

II A pesquisa mostra que a escolaridade é a base necessária para os indivíduos seguirem aprendendo. Isso não é suficiente. É preciso que as condições de vida das pessoas e lhes permitam desenvolver-se pessoalmente, profissionalmente e intelectualmente, para continuarem a se realizar. Isso tem muito a ver com essa formação continuada nas sociedades modernas em mudança, assunto que o Sr. Barreto já falou.

Nessa pesquisa, o que ~~foi~~ interessante é que não fomos às escolas perguntar quem está e quem não está nas escolas. Fomos nas casas das pessoas. Aí vimos que havia da população, 1000 pessoas de 15 a 54 anos representativas da população de São Paulo

O resultado ~~desta pesquisa~~ que mais nos surpreendeu quando perguntamos: "Você fez algum curso nos últimos 12 meses?" foi que 46% das pessoas haviam feito ~~em~~ cursos. Isso demonstra que há uma efetiva busca de escolarização por parte da população jovem adulta. Que tipo de curso essas pessoas haviam frequentado? 19,5% frequentaram cursos formais de educação, fosse ensino regular, fosse supletivo. Elas estavam buscando a dimensão que chamamos de "reposição de escolaridade não realizada na infância



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 48 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
P-6	3	Camilo	Sit. Educ. Jovens	12/8/98		

e na adolescência; ¹¹ ~~ou~~ havia estudantes que ~~est~~ tinham um forte defasagem série/idade. Assim, no ensino regular, adolescentes com 15 anos ainda estavam na 5ª série. 26% da mostra haviam frequentado cursos de educação não formal. Elas buscavam se atualizar, ~~se~~ ^{ndo-se} aperfeiçoar, para se desenvolver ~~para~~ pessoalmente ou profissionalmente. Dos que estavam na educação formal, 84% estavam no ensino regular. Havia essa ~~para~~ ^{essa} porcentagem de jovens com essa forte defasagem série/idade frequentando ainda ~~escolas~~ ^{em} regulares de I e II graus. 14% estavam no ensino supletivo. Essas amostras são maiores do que as colhidas pelo IBGE. A recontagem da população do IBGE no ano de 1996 aponta uma porcentagem menor do que essa, quando ~~as~~ ^{as} crianças frequentarem escolas. Apenas 14% estava na educação voltada para jovens e adultos. Dos que estavam buscando educação informal, 65% das pessoas haviam feito cursos na área de qualificação profissional. De alguma maneira, isso tinha a ver com o seu aperfeiçoamento no campo profissional, 19% haviam feito curso de Desenvolvimento pessoal, que vai da cerâmica ao bordado. Esses mais variados cursos estão voltados para o desenvolvimento profissional, não para uma profissionalização imediata; e 9% haviam procurado ~~os~~ ^{os} cursos de idioma. Isso é importante porque o serviço público de ensino de línguas é praticamente inexistente e o que é feito nas escolas é bastante precário. Os professores daqui sabem disso. Mas quem bancou esses cursos ^{se} ~~se~~ 46% dos jovens de São Paulo estão estudando e buscando alguma forma de estudo, quem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 93 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-7	1	Vera	Com.sit.jovens	12.8.98		

está bancando isso? Aí 49,4%, ou seja, a metade disso que pagou, ou seja, algum membro da sua família, no caso dos jovens, ou o marido ou a esposa, enfim, metade da população está bancando a sua própria escolarização. Isso na educação não-formal, aqueles que não estão no ensino formal. 27,6% eram as empresas que estavam pagando e apenas 11% eram oferta pública. Portanto, a oferta pública para educação não-formal é muito pequena.

O estudo é muito rico em dados e eu só tomei alguns para mostrar que é falso dizer que a população não quer estudar, é falso dizer que os jovens e adultos não têm motivação. Há uma demanda muito grande que o setor público não atende e as pessoas, mesmo com uma renda muito escassa, vão buscar como conseguem.

Agora, o fato de que 50% pagaram quer dizer que os mais pobres não conseguem, mesmo tendo motivação, ter acesso a esses benefícios porque não têm capacidade econômica para pagar.

Quero mostrar para vocês as estatísticas do censo escolar e do IBGE para 1996.

Há um resumo que entreguei para a Alice que contém esses dados. Segundo a contagem da população em 96, a cidade de São Paulo tinha 7 milhões e quase 300 mil jovens e adultos. A população com 15 anos ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 30 do proc.
N.º 18
O funcionário de 1998
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-7	2	Vera	situação jovens	12.8.98		

mais é de 79% da população do município, ou seja, é a maioria da população do município e, portanto, os órgãos educacionais deveriam cuidar dela.

Dessa população, 48,87% não concluíram o ensino fundamental que a Constituição diz que é o direito assegurado a todos os cidadãos. São 3 milhões, 560. Desses 3 milhões, 560 que não tinham concluído o ensino fundamental, tinham a seguinte distribuição: 421 mil sem instrução em menos de um ano; 753 mil entre ~~de~~ um a três anos de estudo e 2 milhões, 385 mil de quatro a sete anos de estudo.

Então, essa seria a demanda potencial por alfabetização de jovens e adultos, alfabetização inicial. 753 mil é a demanda potencial que a gente chama de suplência um, equivalente à 1ª à 4ª séries. E a demanda de suplência dois que chega a quase 2 milhões e 400 mil paulistanos.

Vamos ver o que nosso sistema de ensino está atendendo?

Pegamos três fontes: o censo escolar feito pelo Ministério da Educação (são dados oferecidos pelo Centro de Informações Estatísticas da Secretaria de Estado da Educação) diz que, no ensino fundamental de jovens e adultos, em 1996, teria 125 mil pessoas estudando. Esse dado pega matrícula inicial nas escolas e que representaria 3,5% da demanda potencial.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 51 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-7	3	Vera	situação jovens	12.8.98		

No entanto, o IBGE que é aquele que entrevista o cidadão na sua casa, no mesmo ano, perguntando "você vai ou não à escola", encontrou 8,8% indo à escola de ensino fundamental, nessa faixa etária. Mas quando perguntou "que tipo de escola, ensino supletivo", encontrou apenas 36.500 pessoas que responderam que iam à escola de ensino supletivo nessa faixa etária. Portanto, apenas 1%.

Os dados são muito díspares, mas a forma de coleta de dados, o método de produzir a estatística é muito diferente. É possível que as pessoas não consigam, inclusive, distinguir o que é ensino supletivo. Elas estão na escola e dizem que estão na 1ª, 2ª, 3ª série.

O que é importante é que, tomado o dado mais otimista, ou tomado o dado mais pessimista, o que os sistemas de ensino, públicos e privados, estariam fazendo na cidade de São Paulo, segundo as estatísticas, não atingem nem 9% da população que demanda esse nível de ensino.

Isso não é distribuído igualmente na Cidade. Os dados são do censo de 1991, trabalhados no mapa da exclusão, ao qual a Vereadora Aldaíza Sposati deu grande contribuição, se a gente pegar, por exemplo, crianças, adolescentes de 10 a 14 anos que não são alfabetizadas, vamos ter a melhor situação a de Perdizes, 0,56%, distrito de Perdizes, mas vamos ter situações como em Marsilac, em que quase 10% das crianças de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 52 do proc.
Nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-7	4	Vera	situação jovens	12.8.98		

10 a 14 anos eram analfabetas. É uma variação muito grande no interior do município.

A gente não tinha dados para a população total, mas tem para os chefes de família. Por exemplo, chefes de família analfabetos ou com um a três anos de estudo, com menos de quatro anos de estudo, que segundo a pesquisa da Agenda Alfabetismo Funcional, não seria sequer o suficiente para as pessoas terem um desempenho adequado nas exigências sociais de alfabetização.

A pior situação, ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 53 do proc.
18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F8	1	Vianna	Educ.Jovens	12.8.98		1

... Marsilac, que 51% estão abaixo, não têm essa escolaridade. Mais da metade da população de Marsilac não tem essa escolaridade; 25%, um em cada quatro, são analfabetos. É uma ponta. A outra ponta, porque na média do município nós temos 9,47% de analfabetos. No entanto, as médias variam de 25% em Marsilac a 1,22% em Jardim Paulista, sendo que no miolo da amostra, nós vamos encontrar situações como Jaraguá, Vila Prudente e Limão, que ~~XXXXXX~~ têm entre 9% e 11% de analfabetismo.

Ou seja, há variação interna na cidade de São Paulo, é uma cidade profundamente desigual, tem ilhas de primeiro mundo nas regiões centrais, como é o caso de Moema, Jardim Paulista, Perdizes, e tem periferias em que a situação é pior do que no pior estado nordestino, por exemplo, Maranhão, Alagoas, que têm as piores estatísticas no país.

Vamos ver como é que o setor público participa do atendimento. Eu peguei os dados oficiais do estado de São Paulo e do município, do censo escolar. Na média do Estado, hoje, o atendimento em educação de adultos e ensino supletivo, quem vem acompanhando as políticas estaduais de educação sabe que o estado vem refluindo na educação de adultos, principalmente no atendimento da primeira à quarta série, que ele está empurrando para os municípios, fechou toda a suplência um na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 54 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário
GONÇALVES

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	GONÇALVES
F8	2	Vianna	Euduc. Joens	12.8.98		

rede estadual. Os municípios, em 96, já respondiam por 48%, enquanto o estado, por 38% do atendimento e a rede privada ficava com 13%. Isso no ensino fundamental, não estou contando o ensino médio. Quando entra o ensino médio, o estado participa mais, Nos municípios têm maior participação.

Quando chega em São Paulo a situação é ainda mais grave. O Estado cobre, considerado o ensino médio, 12%; considerado o ensino fundamental, 11%. E o Município cobre muito mais: 73% no ensino fundamental, 67% em média, e a rede privada responde por 15% do ensino fundamental e 19% do total. Vejam, o ensino médio para jovens e adultos está privatizado, 79% na mão do setor privado, na matrícula.

Então, o Município tem uma grande responsabilidade hoje pelo atendimento que é feito. Só que o atendimento que ele faz é ínfimo, e eu vou mostrar o último quadro, que é o atendimento que ele faz e como ele evoluiu nos últimos ~~XXXXXX~~ oito anos. O município realizava, ao todo, 105 mil matrículas no início de 97. É o dado mais recente que eu encontrei, o censo escolar de 97. Tinha 105 mil matrículas na educação de jovens e adultos. A grande maioria, 80%, na suplência realizada nas EMPGs, escolas municipais de primeiro grau. No entanto, o Município continua atendendo também o pessoal que já tem assim escolaridade, de 5ª à 8ª; 71% das matrículas nas EMPGs são de 5ª



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 55 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
F8	3	Vianna	Educ. Jovens	12.8.98		

à 8ª, e apenas 28% de 1ª à 4ª. Ou seja, quem é que cuida dos analfabetos?

Vocês vão ver há apenas 2.600 matrículas em alfabetização, de 1ª à 4ª, apenas 25 mil, para uma cidade que tem 247 mil analfabetos. Então, há uma concentração na matrícula nas EMEPGs, o Pró-Alfa atende apenas 2.600 pessoas, os CEMEs atendem 17.500, mas quase tudo no segundo grau. A responsabilidade prioritária do Município não é o segundo grau. No entanto, grande parte das matrículas são feitas na suplência do segundo grau e não na de primeiro. O Tele Educar era incipiente, tinha 50 alunos, uma ou duas classes, e no total, então, o Município atende 60% de 5ª à 8ª e só 25% de 1ª à 4ª. Ou seja, a pirâmide está invertida, do atendimento municipal.

Vamos ver a evolução disso no tempo, desde que foi aprovada a Lei Orgânica do Município e a Constituição. No período de 89 a 92, que foi a gestão Luíza Erundina, a matrícula no ensino fundamental supletivo municipal evoluiu de 35 mil para 95 mil, o que representa um acréscimo de 60 mil matrículas e um crescimento de 266%. No entanto, na gestão Paulo Maluf, 93 a 96, essa matrícula foi declinando. No primeiro ano ainda não, porque não tinha o efeito da política municipal, mas aí foi declinando, declinando, houve uma perda de 9.500 matrículas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 56 do proc.
18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F8	4	Vianna	Educa.Jovens	12.8.98		1

culas, um decréscimo de 9% ~~XXXXXX~~. No primeiro ano do governo Pitta, que é a única estatística que temos, ~~XX~~ tivemos mais uma perda de 1.187 vagas, mais 1%. Então, o acumulado dos dois últimos ~~XX~~ governos dá uma perda de 10% na matrícula. Ou seja, o Município, em ~~XXX~~ vez de estar respondendo crescentemente a essa responsabilidade, está se esquivando de uma responsabilidade que tinha.

Só para lembrar, na gestão Erundina, o programa de conveniamento com a sociedade civil, que era o ~~MOVXX~~ Mova, chegou a ter aproximadamente 20.000 alunos; o programa de conveniamento com a sociedade civil, no ~~XX~~ governo Maluf e Pitta, que é o Pró Alfa, chegou ~~XXXXXX~~

~~XX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 57 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
F9	1	morg.	Educ. Jovens	12.8.98		

no máximo a 2.600 alunos. Vocês vão falar, a sociedade civil não está fazendo a alfabetização? Ela não aparece nessas estatísticas, a Irmã sabe, temos duas grandes articulações da sociedade civil e muitas iniciativas isoladas, fragmentadas, que são as entidades que são conveniadas ao MEB- Movimento de Educação de Base e que vem realizando a alfabetização, ou as entidades estão constituindo conselhos comunitários de educação e cultura, conveniadas ao IPA que vem fazendo atendimento. Só na zona leste neste ano foram abertas cerca de 70 classes por iniciativa da sociedade civil organizada. Era só isso que queria falar, porque a gente não falou da iniciativa da sociedade civil, porque ela não aparece nas estatísticas. Obrigado.

A Sra. Ama Maria Quadros - Agradeço a Maria Clara de Pinheiro e ao José Carlos Barreto. O Washington, assessor do Vereador Paulo Frange se encontra presente, a quem convidamos para a Mesa. A Adelina, assessora da Vereadora Aldaíza Sposati, a Luci Junqueira, assessora do Vereador Nelson Proença, Fábio Lazarí, assessor do Vereador Toninho Paiva. Todos convidados para a Mesa. O Sr. Edson Rafael de Souza, representando o Conselho do Colégio Fagundes Varela. Sra. Joselina Bastos, representando o SINPEEM; Sra. Elizabeth Martins de Fonseca, representando a Escola Municipal Procópio Ferreira; Sra. Silmair Silveira Arruda da Silva, membro do Conselho do Menor e Adolescente, representando o voto conssciente a Sra. Lucrecia Gomes.

Gostaria ainda de dizer o seguinte que iniciaram conosco formando, sentando junto para pensar, o José Carlos Barreto, a Vera Barreto, os representantes do IBA, não sei se hoje veio alguém, mas a partir de hoje ficam todas as escolas, delegacias, do Estado, da Prefeitura, todas organizações da sociedade civil, alunos, professores, todos que estão aqui integrando a Mesa passam a ser co-organizadores conosco, porque como dissemos temos que sair com coisas práticas, com indicadores de políticas públicas. A Câmara está sem dinheiro, infelizmente, pela situação do Município, gosta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 58 do proc.
nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
F9	2	morg.	Educ.Jovens	12.8.98		

ríamos de trazer representantes do MEB, mas não pudemos, uma experiência interessante da Bahia que não pudemos trazer. Se alguma entidade, sindicato, aqui presente, quiser trazer nós agradecemos porque somos todos cóorganizadores. A TV São Paulo fez algumas tomadas destes debates e irá ao ar no sábado às 8:30hs.da noite, na Net, Multicanal, TVA.

Com a palavra a Profa. Sonia Maria Portela Grupa, da Fundação Santo André, com estudos bastante interessantes nessa área.

A SRA. SONIA MARIA PORTELA GRUPA - Quero cumprimentar a todos, quero louvar essa iniciativa da Câmara, acho que precisamos fazer algumacoisa e o Prof. Paulo Freire morreu falando das marchas, com muita euforia, dizendo que ele viveu também esperando a realização destas marchas e que ele estava contente de ter visto a marcha dos sem terra. Não sei se vocês lembram, mas ele morreu na semana da marcha dos sem terra. Eu diria que temos que fazer uma marcha muito forte em torno da questão da educação. Acho que a gente podia escrever essa nosso encontro numa preparação de uma marcha maior. Por que estou dizendo isto ? O Barreto terminou sua exposição, que se pegar e ver ela é dramática. Todos nós temos jovens nas nossas casas, jovens escolarizados, tenho um moleque de quarto ano de engenharia que não consegue estágio na área. Todos nós estamos vivendo a dramática situação do desemprego. Agora, esse desemprego é cada vez mais doído até porque o tempo de desemprego foi maior quanto menor é o poder aquisitivo da população. Acho que a classe média quem sabe agora começa a se mexer de uma maneira mais efetiva e como ela é formadora de opinião quem sabe com a sua adesão ao nosso movimento a gente possa começar a questionar algumascoisas. Estou dizendo isto pelos dados da Maria Clara, porque ela colocou a população jovem, os 400 mil. Os meus dados indicam uma população analfabeta que considero duvidoso o meudado, porque estamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 39 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F9	3	morg.	Educ. Jovens	12.8.98		

trabalhando muito com dados os dados não batem e quero fazer um apêlo, sabem que o
IBGE está falando, estava em greve outro dia, não conseguem nos fornecer os dados de
1996, por cidade ...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 60 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
F10	1	dalva	Sit.Educ.Jovens	12.08		

_____. A Maria Clara tem os dados de população, se quisermos desmembrar os dados de 96, estamos quase em 99, não conseguimos ter acesso a esses dados. Em uma cidade do Interior, onde a Sra. Prefeita se dirigiu ao IBGE pedindo os dados, no começo de fevereiro, só fomos conseguir esses dados quase em junho, porque não havia pessoal para localizar os setores citados no mapa. Porque será que isso acontece? Os dados que são fornecidos a UNESCO, com relação a aplicação em Educação no Brasil, diferem na informação do IBGE em relação a informação do Ministério. Os dados do Ministério são muito mais otimistas. Foi inquerido a UNESCO, com relação a esses dados, e tivemos a resposta na Universidade de São Paulo, de que a UNESCO congrega Estados, Países, portanto ela teria que aceitar o dado do País indica, e dos dados do Ministério, não batem com os dados do IBGE, é claro então, o IBGE que tem uma tradição de pesquisa, acha que não interessa mais para o País revelar os dados. Estou dizendo --- a Maria Clara me fez o desafio de falar de política --- fui representante dos Municípios na Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, representando a ONDIME(?) até o final de 96. Junto com muitos educadores construímos um diagnóstico da situação do anal-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 61 do proc.
NO 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F10	2	dalva	Sit. Edc. Jovens	12.08		

fabetismo no Brasil. Esse diagnóstico foi muito difícil, porque muitas de vocês eu não encontrei. Alguns sim, naquela movimentação que fizemos, sentamos, tínhamos o ano de 95 até 96 para fazer esse diagnóstico. O Ministério destinou o recurso para ação educativa sistematizar um relatório. Conseguimos alguns recursos para fazer encontros regionais. Tudo muito pequeno, representantes um por cada seguimento, maior briga para conseguirmos. ~~Então~~ Chegamos ao encontro Nacional em Natal com um diagnóstico construído a duras penas, mas construído, o Ministério não aceitou o nosso diagnóstico e fez outro. E porque esse diagnóstico? ~~É~~ Porque o Brasil sediaria o encontro latino Americano de Educação de Jovens e adultos, ~~para~~ preparatório para o encontro Mundial de Educação de Jovens e adultos que aconteceu no ano passado. ~~E~~ nós teríamos que apresentar um diagnóstico, até porque o Brasil havia sido contemplado com recursos exatamente pela sua alta taxa de analfabetismo, e aí o que acontece? Fizemos o encontro latino ~~americano~~ ^{americano} atrasado, em janeiro de 97 com dois documentos e o Governo Brasileiro apresentou um documento e nós da platéia apresentamos outro. Quero dizer que nesse interim qual a política que estava sendo implantada? Primeiro a implantação da LDB, que aprovada, não foi discutida democraticamente com a população. A LDB discutida ~~democraticamente~~ ^{democraticamente} foi ~~atropelada~~ atropelada pela ação do governo, mas também ~~é~~ por uma ação do Prof. Darcy Ribeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 62 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE.
110	3	dalva	Sit. Educ. Jovens	12.03		

que até hoje não conseguimos entender. A LDD, aprovada, por exemplo a educação de no que diz respeito ~~xxx~~ jovens e adultos ~~xxx~~ é muito diferente da LDB discutida pela sociedade civil. Para percebermos o quanto temos que lutar, acho que seria muito importante compararmos a versão Jorge Age(?) com a LDB aprovada. Uma coisa, por exemplo, na versão Jorge Age se previa para assegurar o direito à educação, os empregadores dispensariam, de um hora do emprego, a população de baixa escolaridade empregada. Ora. Se o Barreto diz: "os empresários para colocar em vigência a ISO 9001, 2,3, 4,5 e se educação tem ~~xxxx~~ a ver com produtividade, prova que tem. Essa era a nossa reivindicação da sociedade civil. Nós perdemos isso. A versão aprovada é muito sintética no que diz respeito à Educação de jovens e adultos e mais, ela baixa a idade dos exames e aí é o seguinte nessa situação, porquê ela faz isso? Houve toda uma movimentação da Comissão Nacional, do Professor Sergio Adade, de todo mundo, ainda ~~xxxx~~ discutindo que a LDB não podia fazer isso. Não podia baixar a idade de exames que garantam, que atestam os jovens que completaram o ensino fundamental, médio. Como foi feito. Porquê? Só ~~que~~ se for para regularizarmos fluxos. Acho que é. Porque com a grande parte de jovens que estão atrasados, são tentados através do exame a passar para esse estudo que assume um caráter com a configuração aligerada. Como se tivemos em um país desenhando a educação pobre para pobres. E aí porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 63 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
FLO	4	dalva	Sist. Educ.	Jovens	12.08	

que eu acho que temos que fazer a marcha? Há um estudo da Sônia
Drive da UNICAMP --- não vai dar para vocês lerem, mas vou ler
para vocês --- chama o seguinte: a Política social na América Latina
o que ensinam as experiências recentes de reforma, no caso, o Bra-
sil. E aí é um estudo que compara as reformas que estão acontecen-
do no Brasil com outros países da América Latina. A UNICAMP tem um
centro de estudos de acompanhamento de ~~políticas~~ políticas públicas que
vale a pena entrar em contato. O que nós mostra? Há uma tendência
dos países da América Latina, a descentralização. A municipalização
na área da educação e de saúde. A descentralização ~~em áreas de~~

~~.....~~

~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 64 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F11	1	Marcelo	Sit. Ed. Jovens	12.08.98		1.

com fraca transferência de recursos do Poder Central. Quer dizer, essa coisa que estamos assistindo aqui no Brasil ^{não} é privilégio ~~de~~ qualquer do Brasil. A municipalização do ensino é uma constante dos países da América Latina. A municipalização não com transferência de recursos. Então é, na verdade, uma desconcentração, uma descentralização.

Em contrapartida a descentralização e privatização não afetam muito o poder e a capacidade regulatória do Estado sobre os ~~os~~ programas sociais, educação inclusive. Exemplo claro, são os municípios, que para muitos a década de 80 é uma ~~a~~ década perdida, é a década ~~em~~ que nos organizamos e conseguimos construir com participação negociada, porque não foi tudo que nós queríamos, uma Constituição Cidadã. Essa Constituição Cidadã não ~~conseguiu~~ conseguiu ser colocada em prática. Os municípios conseguiram sair da política de pires na mão para o Governo Central, ~~xxx~~ foram considerados entes da administração. Mas na década seguinte a gente perde essa condição.

Então a Emenda 14, se vocês tomarem como ela foi ~~regulamentada~~ regulamentada é inconstitucional, ela é uma passada de mão do dinheiro da esfera sem nenhum respeito ~~às~~ às autonomias relativas das esferas. Nem no Governo Militar nós tivemos uma ação de tanto desrespeito entre as esferas de governo, porque ninguém pergunta ao município se há responsa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 63 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. E
F11	2	Marcelo	Sit.Ed.Jovens	12.08.98		

bilidade partilhada, nós não fizemos um plano nacional ou estadual de educação para discutirmos isso, como é que o aporte de recursos públicos ia ser mobilizado para a educação que queríamos, com responsabilidade partilhada. Não foi isso. Nem um tostão a mais para a educação, porém, aos municípios uma garfada nos seus recursos, nas ^{suas} ~~seus~~ principais fontes de recursos, em geral que são as transferências.

Acho que no município de São Paulo -depois gostaria que a Vereadora Ana Maria Quadros colocasse alguma coisa- o acompanhamento do Fundef, porque o município de São Paulo, na região ^{sudeste} ~~sudeste~~ é meio excessão, está recebendo dinheiro do Fundef a maior do que ~~ele~~ dele está sendo tirado. Segundo eu tenho cálculos....

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Correto. Ele recebe porque ~~ele~~ tem a rede própria. \

A SRA; - Ele tem uma rede própria substantiva. E aí vai ter implicações que vamos discutir já já a implicação em jobens e adultos.

Três- Privatização num sistema misto, parceria entre o setor público e o setor privado, indica a Sonia Dreive. Quer dizer, parceria virou uma coisa moderna. Ontem, numa audiência pública no Congresso Nacional um Deputado contou uma experiência de uma escola estadual que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 66 do proc.
18 de 1978
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F11	3	Marcelo	sit.ed.Jovens	12.08.98		

houve uma inspeção da vigilância e a escola estava com problemas e uma pessoa inquerida sobre a sua condição de apresentação de g g x h i g i e n e , de que ela seria demitida, ela ~~disse~~ falou: "Se tivesse sido contratada algum dia até poderia ser demitida. Mas sou mãe de aluno trabalhando aqui na escola". O que é a parceria e a transferência de responsabilidade para a sociedade?

Uma outra coisa que são comuns na América Latina são ~~privatizações~~ formas de privatização por falência do serviço público. Eu acho que a gente está assistindo isso. A gente está sentindo um sentimento de falência na área da saúde. Não é possível o que aconteceu com os remédios no Brasil. Então é uma diminuição, um enxugamento das máquina que será que a gente não tem mais a vigilância que vai e fiscaliza um remédio? Está falido esse sistema?

A educação como programa universal abalada pela restrição de gastos, que é uma característica de conjunto da América Latina. As dificuldades desse programa de universalização de direitos de ensino fundamental, pelo empobrecimento da população e pela ~~restrição~~ restrição de recursos. A redução do gasto educacional vem ~~incidindo~~ incidindo diretamente sobre a remuneração dos docentes, que, obviamente, tem acompanhado uma total perda da qualidade dos equipamentos, a paralisia e a descontinui-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 67 do proc.
Nº 18 de 1978
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
F11	4	MARCELO	Si.Ed.Jovens	12.08.98		

dade de programs de livros e de materail escolar e de capacitação dos professores.

Então no Brasil a gente pode dizer que há um programa de livro didático, mas não existe uma política continuada de capacitação de professores.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Só lembrando o tempo. Sonia, quanto tempo vocês precisaria?

A SRA. SÔNIA - Mais cinco minutos. Há uma assitencialização dos programas ~~xx xxxxxxxx~~ sociais, há uma fragmentação das políticas públicas e dos programas sociais.

Eu queria parar um minuto aí para falar para vocês o seguinte: A Maria Clara poderi ter trazido, porque não dá para nós, em nenhum momento, talvez na sequência disso, nós percebemos o que aconteceu com a educação ~~xxxxx~~ básica a partir do Fundef. A USP entrou com um projeto da USP & junto com outras universidades, é um projeto que vamos analisar no País, a Universidade Federal do Nordeste, do Sul, do Rio de Janeiro, estamos tentando & fazer um projeto nacional, vamos construindo melhor na Amped, de como o Fundef atingiu a educação básica no seu conjunto.

Por que estou dizendo isso? A assitencialização das po-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 67 do proc.
N.º 18. de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F12	1	beth	s. educ. jovens	12.8.		

que vai tentar um processo de fiscalização dos acordos com as agências multilaterais de financiamento. É uma iniciativa super-importante, vejam, um depoimento incrível que houve durante a tarde de ontem e que foi de que os acordos e os empréstimos com as agências multilaterais são às vezes aprovados. Por exemplo, no Banco Mundial já está aprovado antes de passar pelo Congresso Nacional. E, na verdade, eles passam pelo Congresso nacional ~~em~~ só pró-forma. A interferência que o Banco Mundial tem na definição das políticas é uma coisa muito séria para a gente pensar. Ontem a audiência pública tentou não ser maniqueísta e de colocar o Banco Mundial como o único vilão, ou o vilão, ou, ~~se~~ será que ele é vilão? Várias indagações foram feitas. Uma coisa que se constatou é de que há uma identidade entre - e não dá para negar - o discurso do Banco Mundial e o discurso do Governo Federal. Houve várias ONGs americanas presentes que diziam: o Brasil assume às vezes posição como nos fóruns do ~~próprio~~ próprio Banco Mundial, posições conservadoras frente aquilo que poderia ser o financiamento ou o acompanhamento do Banco Mundial na sua ação sobre o Brasil, em especial, houve à tarde um painel chamado "O Banco Mundial e o Projeto de Itaparica. Para esse projeto de Itaparica o Banco Mundial já aceitou que se faça uma comissão de investigação sobre a efetividade do empréstimo, ou seja,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 70 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F12	2	beth	Sit. educ. jovens	12.8.98		

se o empréstimo já atingiu o objetivo a que ele se propunha e com qual efetividade. No caso de Itaparica e nos outros casos que apareceram lá, infelizmente vocês leram na "Folha" da semana passada e os empréstimos são pagos. O Banco não perde do Pnto de vista econômico, no entanto a ação que estava proposta por aquele empréstimo não chega a bom termo e aí eu acho que resta para saber por que isso ocorre. Desvio de percurso? Como será que isso se dá? No caso da educação o Banco Mundial está entrando. O Projeto Nordeste, vocês ouviram na semana passada, o Estado de São Paulo está com um contrato com o Banco Mundial se encerrando agora, acho que precisávamos saber e por que isso tem a ver com a educação de jovens e adultos? Aqui termino a minha exposição. Como o Barreto lembrou a educação de jovens e adultos, no FUNDEF, na regulamentação do Fundo - e depois no debate nós vamos explicar com mais calma, para trazer o dinheiro de volta a matrícula da educação de jovens e adultos não pode ser contada. No entanto, como diz o próprio Ministro Paulo Renato, depois que o dinheiro retorna é possível, nada contra, que seja utilizado o recurso da educação de jovens e adultos. Então, na cidade de São Paulo isso pode ser, digamos, uma porta de entrada, de ampliação de educação de jovens e adultos. O mesmo não se daria com a educação infantil. Vocês estão vendo o fechamento de creches,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 71 do proc.
NO 18 de 1978
O funcionário 02

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
F12	3	beth	sit. educ. jovens	12.8.98		

mas na educação de jovens e adultos & há uma possibilidade, pela regulamentação do próprio FUNDEF de que esse retorno do dinheiro possa ser utilizado para a educação de jovens e adultos. Então, resta saber o quanto de força temos - e força no sentido positivo e não destrutivo - para que tenhamos um acompanhamento e controle da execução orçamentária do município e do gasto em educação no sentido de percebermos a possibilidade de alocar recursos para a educação de jovens e adultos. Diria: acho que é possível & fazermos isso na Cidade de São Paulo. Acho que esse seminário teria de apontar essa questão. Não se explica, a não ser por aquilo que também está correndo na Casa com relação à aplicação de recursos na educação pelos últimos governos, e por aí a gente talvez possa & entender, não se explica a diminuição do atendimento da educação de jovens e adultos. O FUNDEF por si só não explica, no caso da cidade de São Paulo, e portanto deveríamos aprofundar um estudo sobre a execução orçamentária na cidade confrontado com o ~~XXXXXXX~~ gasto efetivo em educação. Estamos montando um grupo na Universidade de São Paulo para isso. É claro que nos interessa muito a discussão da cidade de São Paulo pois é uma referência, é alguma coisa que se difere da situação do Estado de São Paulo no que diz respeito ao FUNDEF porque a cidade de São Paulo tem o retorno do dinheiro. Resta saber qual é a uti-

XX



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 72 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
F12	4	bneth	sit. educ. jovens	12.8.98		

lidade desse dinheiro, como está sendo utilizado, como é que se explica a diminuição das salas, do atendimento ou mesmo da parceria com a sociedade civil. Aí, mesmo para encerrar, sobre a parceria da sociedade civil, não sei se a minha fala, eu trouxe muitos dados também. A minha profissão de origem é a sociologia. Então, a ~~pedagogia~~ pedagogia veio depois, com o percurso. Essa mania de ir aos dados é assim. Acho que eles explicam. Trabalhei na cidade de São Paulo e tive muito orgulho de trabalhar junto ao professor Paulo Freire e junto ao professor Mário Sérgio. Acho que o MOVA é uma iniciativa importante, é uma iniciativa política fundamental, é um projeto político, não ~~é~~ é partidário, mas ~~é~~ político pois, respondendo um pouco à pergunta do Barreto, o que a escola deve ensinar? ~~_____~~

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 23 do proc.
NO 18 de 1978
O funcionário 62

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
F13	1	dagmar	educ jovens	12 08 98		

Eu diria que a escola deve ser um espaço de construção de uma outra sociedade. E não há receita. A educação de jovens e adultos tem de ser esse espaço de construção de alternativas. Ela tem de responder a isso. Portanto, o Mova era um pouco isso, e ele era muito isso quando nos encontrávamos na parede, no sentido de aclarar qual era a relação estado e movimento, e como essa relação não significava a desobrigação do Poder Público com relação à educação. O Mova tem de continuar com essa característica: um projeto bonito, uma parceria com a sociedade civil organizada que leve a uma obrigação maior do estado com relação à sua responsabilidade, e não seja de maneira alguma uma transferência ou um barateamento da educação pública.

Termino, dizendo a vocês que é muito interessante esse dado da Maria Clara vocês analisarem em parceria. O Mova não significou a diminuição do atendimento e suplência na escola regular, digamos assim, no prédio, na rede, não. A rede cresceu em atendimento e suplência e o Mova cresceu. Experimentamos isso em Diadema, e acho que outras cidades têm experimentado, que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 74 do proc. nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F13	2	dagnar	educ jovens	12 08 98		

o Mova acaba trazendo uma demanda ainda maior para suplência, por que a possibilidade da formação das pessoas, da educação continuada - eu brinco com meus alunos que quero ser uma velhinha de 90 anos e encontrar com eles para me educar. É a educação permanente. Eu não morri. E é próprio do ser humano a questão da informação e da formação permanente. Tenho a impressão de que esse gosto do encontro, essa alegria, frente a tanto desafeto e desalegria, se vamos nas nossas formaturas de educação de jovens e adultos, e aqui tem gente que trabalha e sabe disso, o que é a alegria nesse momento, o que é partilhar alegria nesses momentos em que estão com as famílias. É uma política pública de melhoria da qualidade, é uma política cultural a educação de jovens e adultos, não é uma política educacional "stricto sensu". Então, penso que o Mova e a educação de jovens e adultos como um todo, se forem implantadas, começam a ampliar sua demanda. Talvez também por isso, mas não só, não haja interesse em que isso seja implantado. Porque uma educação de qualidade é cara, mas precisamos fazer opções, o que queremos que o povo brasileiro tenha no seu conjunto. E quais sacrifi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	75	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário	10	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
F13	3	dagmar	educ jovens	12 08 98		

cios mais teremos de fazer? Em nome de quem, para que, por que e por quanto tempo? Esse é o desafio que temos, principalmente neste momento eleitoral. E pensar na educação da jovens e adultos é também chamar para o debate todos os candidatos, para saber como vêm essa questão. E espero que a Câmara faça isso e que todos venham e discutam seus programas, inclusive frente àquilo que já fizeram, pois já foram governo. Como é que eles se colocam no desafio da educação brasileira como um todo.

Muito obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos à professora Sônia Maria Portela Crupa. E para essa comissão de estudos todos podem se inscrever aqui, para aprofundarmos as questões levantadas aqui pelo José Carlos, pela Maria Clara e pela Sônia. Mas fica aqui um pedido para que esse grupo compareça sempre e podem trazer até outras pessoas, nas datas que estão aí.

Tem a palavra, primeiramente, por dois minutos, o Eduardo Domingos da Silva, presidente da Febem, anunciando a presen



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 76 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 102

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
F13	4	dagmar	educ jovens	12 08 98		

ça do Djalma, assessor do Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. EDUARDO DOMINGOS DA SILVA - Quero cumprimentar a
Vereadora Ana Maria Quadros, assim como todos os membros da Mesa
e os presentes. E quero dar um testemunho: todos conhecem a Fe-
bem, pelo menos de notícias, nem tão boas. ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 71 do proc.
Q. 18 de 1998
O funcionário 92

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-14	1	Carla	sit.educ.jo.	12.08.98		

Mas há coisas diferentes acontecendo. A educação do jovem que perdeu sua vida escolar tem sido uma surpresa para nós. Estamos querendo que esse jovem aprenda coisas úteis. Não só as primeiras letras, mas os primeiros dígitos estão sendo ensinados. É surpreendente a velocidade com que eles captam e exercitam isso. Alguns meninos com uma semana, dez dias de aula têm velocidade de profissionais.

O que está acontecendo? O educador está aprendendo junto. Sumiu a figura de quem é o professor e quem é o aluno. É uma descoberta simultânea. Isso é rico.

Outra coisa importante: todos querem produzir, mostrar que o que fizeram é útil. Para isso, tivemos que vencer a primeira barreira: colocar o menino sentado para assistir à aula. Ele não senta. SE não senta, não dá para fazer uma escolarização formal. Todo o processo aproveita a dinâmica da vida, do coração. Vemos que todas as artes, as culturas esportivas, as ações de balé, apresentações musicais é uma comunicação muito mais fácil. É alinguagem.

Quem é o melhor professor? É aquele que vai junto. Aí está uma riqueza que precisamos explorar.

Quero mencionar um outro aspecto, diz respeito à Iso 9000. Estamos buscando a Iso 9000 também. Vejam que surpresa. Isso vem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 78 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 62

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. ARABE
F-14	2	Carla	sit.educ.jov.	12.08.98		

a ser um anseio do grupo, dos funcionários. Eles querem ter a qualidade do seu trabalho reconhecida. Qual o jeito de conseguir isso? procurar fazer um trabalho que responda a alguns quesitos.

Não que só tenhamos coisas de luxo, de primeiro mundo.

Não é isso. As coisas simples que fizemos, façamos segundo padrões previamente admitidos e aceitos. Mesmo nos ambientes mais simples, estamos conseguindo um aumento de qualidade surpreendente, mesmo em áreas que jamais teriam contato com ~~áreas~~ normas técnicas. Há um anseio de fazer as coisas de modo melhor. As pessoas querem mostrar que são produtivas, úteis, que têm talento. Não só os meninos, aqueles que perderam tempo na história da escolaridade, mas também os funcionários. Isso é positivo.

Temos uma sociedade engenhosa, criativa. As pessoas querem mostrar progresso.

O desafio pela educação, pela nova educação, atinge a todos nós. Quem não fizer parte da solução, certamente será parte do problema. É essa a mensagem que temos que deixar. Não esperar mais orçamento público. Todos sabem que os três níveis de orçamento público estão à ~~XX~~ mingua. É muito ~~XXXX~~ pouco o que precisamos de investimento, de disponibilidade para essas áreas. Mas não vamos esperar que haja dinheiro, que caia do céu. Não dá para fazer isso. Temos que começar com os recur



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 18 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q2

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
F-14	3	Carla	sit.edc.jovm	12.08.98		

sos, com as ferramentas , com os companheiros que temos hoje. Senão ficará cada vez mais difícil.

Temos que acreditar muito. Quero deixar essa mensagem final de otimismo: a educação é a melhor forma de combater todos os problemas da sociedade, violência, falta de compreensão, de solidariedade. Vamos aproveitar isso da melhor maneira possível. Agradeço.

A SRª.ANA MARIA QUADROS - Joselina , Representante do SIPEEM - Sindicato dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal.

A SRA.JOSELINA - Bom dia a todos. Quero parabenizar a iniciativa da nobre Vereadora Ana Maria Quadros e de toda a comissão de estarmos aqui discutindo a educação de jovens e adultos. É um momento propício porque na rede municipal de ensino, em que temos um grande número de escolas com ensino supletivo, estamos vivendo uma situação de redução do ensino de suplência.

Faço uma pergunta para a Maria Clara. Você disse que na gestão Erundina aumentou-se significativamente o número de atendimento no ensino supletivo. De fato isso ocorreu porque o EDA passou para a rede municipal e houve um aumento desse atendimento e havia toda uma política de ~~EXX~~ incentivo à chamada pública desse aluno adulto para a es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 80 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
P-14	4	Carla	sit.ed.jovem	12.08.98		

cola.

Estamos vivendo, hoje, o inverso. Um dos argumentos da administração, tanto da época do Paulo Maluf quanto da do Celso Pitta, é o de que não há demanda. Quero ~~AAA~~ saber o seguinte: qual a demanda, o número de pessoas na cidade de São Paulo analfabetas, na época de Luíza Brundina, e a de hoje. Esse dado comparativo.

Está havendo uma pressão nas escolas para superlotar as classes e diminuir o número de classes de suplência. O que temos de concreto é uma portaria da Secretária Hebe Tolosa, n.º 1971, dizendo que as escolas devem ter três turnos, só, excepcionalmente, teria ⁴ turnos.

Temos, hoje, na rede municipal 383 escolas de ensino fundamental. Dessas, 306 têm 4 turnos. O que era exceção tem que se transformar em regra e o que era regra tem que se transformar em exceção. Como irá acontecer isso? A suplência ~~se transformará em regra e a regra em exceção.~~

~~Até então, a regra era de 3 turnos e a exceção de 4 turnos.~~

~~Atualmente, a regra é de 4 turnos e a exceção de 3 turnos.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 81 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 2

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
F15	1	beth	sit. educ. jovens	12.8.98		
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	DISK

se tornando um curso não presencial através do SEMES. Achamos isso muito ruim pois é desqualificar esse atendimento ao jovem adulto trabalhador. Nós achamos que o SEMES é uma alternativa a mais para aquela pessoa que não tem condição de frequentar um curso sistemático mas jamais uma substituição do ensino presencial para o não-presencial. Tirando o supletivo do curso noturno da rede municipal é a única forma de se colocar os três turnos. Aí vão colocar crianças adolescentes no curso regular noturno, o que vemos como um grande problema. Aí quero levantar um problema também sobre as 800 horas que na LDB diz que o curso regular noturno tem de ~~XXXXXX~~ cumprir os 200 dias e as 800 horas. Isso também está criando um problema sério pois a maioria das escolas tendo quatro turnos e o curso noturno tendo apenas 3,5 horas, as alternativas que o Conselho Nacional de educação colocou foi aula aos sábados ou acabar ainda mais com o recesso. Só temos uma semana em julho. Se tirarmos todo o recesso de julho ainda não daria para cumprir essas 800 horas. Com aula aos sábados, o aluno ~~trabalha~~ trabalha aos sábados. Então isso é uma mera formalidade. Achamos que está muito claro no artigo 208 da Constituição que se deve respeitar a realidade do aluno principalmente em uma cidade como São Paulo em que os alunos saem às 18 horas do trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 82 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário CONT. APATE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APATE
F15	2	beth	sit. educ. jovens	12.8.98		
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

e não têm condições de chegar às 19 horas na escola. Então, estão viven-
200
do outro problema. Defendemos os ~~200~~ dias, defendemos as 800 horas mas
defendemos também que não se faça apenas uma ~~XXXXXX~~ formalidade. Que
se respeita a realidade do aluno, não podemos estar fazendo de conta que
estamos dando uma coisa que, de fato, não estamos dando. Vão aparecer
poucos ~~em~~ alunos aos sábados e vamos dizer: foi dado. Desmoraliza a
escola.

Quer~~ia~~ que você nos ajudasse nisso pois queremos provar
para a cidade de São Paulo que a demanda para jovens e adultos e que a
Senhora Secretária não ~~pode~~ pode acabar com o ensino supletivo.

A SRA ANA QUADROS - Proponho aos presentes que as
pessoas falassem e depois dêssemos tempo para que os expositores res-
pondam. O Barreto encontra-se no salão, está saindo para fumar mas as
perguntas podem ser dirigidas a ele. pergunto se a mesa concorda. Tudo
bem? Bem melhor? Assim pode acrescentar e agrupar as perguntas.

Tem a palavra a Lurdes EMPG ~~na~~ Vila Nova Artigas.

XX



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 83 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário CONCEPÇÃO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONCEPÇÃO
F15	3	beth	sit. educ. jovens	12.8.98		
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

A~~S~~ SRA LURDES - Na verdade a representante do SIMPEEM já falou tudo o que eu queria. Só acrescento uma pergunta: como é que, como educador, como escola podemos nos articular em uma posição contrária a ~~isso~~. Da forma como ela vem, parece que está tudo ~~pronto~~ pronto. Vem essa orientação para os três turnos e automaticamente vai empurrar o pessoal da ~~suplência~~ suplência para fora. Não vejo e não sei se é nesse espaço que temos de articular as idéias de uma mesma escola ou de uma mesma DREM e eu faço parte da 8 e sabemos em no âmbito de directores há encontros mas com professores não há. Não se sabe de onde se tirou esses dados para ~~dizer~~ dizer que não há demanda fora da escola se na verdade sabemos que há.

A SRA ANA QUADROS - Veja, podemos até já tirar como conclusão do terceiro dia ~~XXXXXX~~ e já falarmos da tribuna e representarmos a Secretária Municipal de Educação. Embora no final possamos entrar em relação ao federal, pois não se pode tratar a todos da mesma maneira pois se torna antidemocrático. Além da situação do Federal, com relação à LDB acho que alguma medida podemos tomar hoje, como conclusão desse dia. ~~NãoXXXX~~ dizer que isso vá significar a redução da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 84 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
F15	4	beth	sit. educ. jovens 12.8.			
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

educação de jovens e adultos quando a Maria Clara tão bem colocou ~~que~~
a demanda é muito grande.

Tem a palavra Tetsuo Koki, assessor político do Vereador
Jorge Taba.

O SR TETSUO KOKI - Senhoras e senhores, bom dia,
estou aqui como assessor do Vereador Jorge Taba, porém não estou falando
em nome dele. Falo como cidadão brasileiro. Foi como disseram aqui: somos ~~X~~
formadores de opinião e gostaria de transmitir minhas idéias e gostaria
de dizer que não sou especialista na área da educação. Mas, às vezes
como cidadão temos observado alguns fatos que poderão contribuir na
área. É um problema que aflige a todos. Assim, preciso da ajuda dos se-
nhores, que são especialistas. Algumas perguntas que farei gostaria que
os senhores respondessem com "sim" ou "não". Todos concordam que a edu-
cação ~~em~~ no Brasil está falida? E que devemos tomar algumas providên-
cias? Muitas vezes ~~xxxxx~~ vocês que estão de perto, acompanhando o pro-
blema educacional estão mais preocupados com essa parte de organização
e a estrutura do ensino, da ~~xxxxx~~ política e às vezes não têm oportu-
nidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 85 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
f 16	1	alex	jovens	12 8 98		

exercer aquilo que vocês prepararam, que é justamente a educação.

Muitas vezes, quando nos enfrontamos na parte estrutural, desestimula-se aquilo que está dentro de nós. Todos vocês, acredito, estão na área da educação porque têm vocação. Às vezes, pelo fato de conhecerem esses problemas políticos e a estrutura organizacional da educação, sentam desestimulados. Diante disso, fica-se sem solução.

Temos ouvido dos políticos, daqueles que falam da educação, ser preciso mudar a educação, ser preciso fazer algo. No entanto, muito tempo se passou e ao invés de a educação melhorar, e pelo que foi ouvido, estamos agredindo-a. Assim, alguma coisa prática precisa ser feita, até porque esta reunião destina-se a algo prático.

Permitam-me contar uma história, vivida por mim na região amazônica. Em 1977, chefiiei expedição para pesquisa mineral no Alto Rio Trombetas. Estávamos num local onde a cidade mais próxima fica a quatro dias de viagem. Com surpresa, ali encontrei uma vila, fruto dos quilombos formados por negros que fugiram da Guiana Francesa. Ali encontrei uma menina dando aula para as crianças e adultos, fazendo uso de um livro muito surrado, dando a impressão de ser mamuseado já há vários anos: era um livro de alfabetização. Quando lhe per



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 86 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
f16	2	alex	jovens	12 8 98		

guntei como tinha aprendido a ler e a dar aulas para outras pessoas, ouvi-a dizer ter sido levada a uma tribo indígena dos tiriós, onde aprendeu a ler com padres franciscanos que ali estavam para catequizar os índios. Ela ensina^{va} coisas simples.

Dito isso, se uma pessoa que apenas sabe ler e escrever e tem vontade de ensinar outras pessoas, por que não há voluntários, dentro de um grupo de voluntários, para ensinar conhecimentos básicos àqueles que querem ler e escrever? Esse é o ponto fundamental e o que estamos discutindo.

Muito obrigado.

A ~~SR. ANA MARIA~~ SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Sr. Edson ~~Rafael~~ Rafael, do Colégio "Fagundes Varella".

O SR. EDSON RAFAEL - Quero parabenizar a iniciativa. Sou aluno da suplência, cursando a 8a. série. Sou presidente do conselho da escola. Foi-nos entregue esse comunicado, sendo que percorri as classes convidando os colegas. ~~Assim~~ Assim, formou-se uma comissão de 11 pessoas que aqui comparece representando a escola. Queremos deixar registradas nossas reivindicações, nada mais nada menos que o término do 1º grau e, quem sabe, até o 2º grau.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 84 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. PARTE
f16	3	alex	jovens	12 8 98		

Quemos dar seqüência. Quando nos foi dada a oportunidade de sentar numa cadeira escolar, a situação econômica retirou-nos esse direito, pois tivemos de largar as aulas para trabalhar e ajudar na renda familiar. Este fórum de decisão pode ajudar-nos a dar continuidade, a lutar; estamos dispostos a fazer passadas, a fazer caminhadas, a participar de movimentos de acordo com as decisões aqui tomadas. Estamos dispostos a isso, e vocês têm poder para tanto. Contêm conosco como alunos, pois iremos ajudar a comissão.

sim
✓ Não garanto estar presente em todas as reuniões, mas na medida do possível. Sou cabeleireiro e tive de deixar fechado o meu estabelecimento para vir. ~~Eu não posso vir a todas as reuniões.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 88 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F17	1	Vianna	Educ. Jovens	12.8.98		

Porém, quero louvar essa atitude, essa iniciativa que foi tomada, e contem comigo, contem conosco, alunos do Fagundes Varela. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Agradecemos e cumprimentamos os alunos por estarem aqui presentes. Todas as sugestões podem ser dadas, e aqui também é um espaço de organização, aqui é a casa do povo. Todas as sugestões, seja ofício, seja fazer uma marcha, uma caminhada, podem sair daqui. Depende de nos organizarmos para fazer isso.

Tem a palavra a Marisa, Presidente do Sinesp, Sindicato Municipal dos Especialistas em Educação.

A SRA. MARISA - Bom dia. Eu sou Marisa, representante do Sinesp, Sindicato dos Especialistas em Educação. Bom dia a todos da mesa, Ana Maria, palestrantes. Quero parabenizá-los por esse ~~que~~ evento. Todos os momentos em que a gente possa discutir educação são muito importantes.

Quero voltar um pouco ao que a Maria Clara falou, que me deixou triste durante todas as falas. Nós sempre lutamos para que a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	89	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário	[assinatura]	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
F17	2	Vianna	Educ. Jovens	12.8.98		

legislação garanta direitos a todos. Até uma lei, que eu tinha impressão que deveria, no mínimo, garantir que os recursos fossem aplicados em educação, criou de certa forma uma discórdia tão grande que não está garantindo nada; ela só está provocando um descompromisso das políticas públicas com a educação, e uma briga para ter os recursos.

São Paulo é um exemplo que tinha recursos, aplicava esses recursos. De repente aumentou o bolo, não usa e ainda não se contenta com isso. Gananciosamente, estão propondo uma escola de nove anos. Não que a gente seja contra a ampliação das crianças na escola, mas a forma como se coloca essa escola de nove anos, que é transformar o aluno, que está sendo muito bem atendido nas escolas de educação infantil no seu primeiro estágio, no terceiro estágio, como alunos de primeiro ano, com o objetivo de pegar dinheiro do Fundef. Isso é um desrespeito com o trabalho das escolas de educação infantil.

EU não quero ser repetitiva, a Joselina falou e a gente já percebeu um movimento claro e orientações veladas às delegacias de ensino para que se criem mecanismos para colocar o aluno jovem fora da escola, do ensino regular, quase aconselhando-os a procurar escolas alternativas de suplência. Há até movimentos, em algumas delegacias, para que algumas escolas sejam novos pólos de Cemes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 90 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAFORTE
F17	3	Vianna	Educ. Jovens	12.8.98		

Não tenho nada contra os Cemes, as colegas sabem. Eu acompanho, respeito o trabalho, é muito importante. Como disse a Joselina, é mais uma alternativa. A educação precisa ser reinventada. A LDB até tenta, com seus ranços e também avanços, que a gente repense essa escola que realmente, como o Prof. João Carlos Barreto falou, não está atendendo. Não é só a suplência, mas o nosso aluno está saindo da escola, a cada dia, de uma forma... um alfabeto funcional, e é muito complicado isso.

Quero deixar meu apoio a esse movimento, mas que a gente pense a educação como um todo e, não sei de que forma, teríamos que garantir o compromisso das políticas públicas e que essas leis sejam cumpridas. Até hoje o conselho de controle do Fundef não foi instalado em São Paulo, só está publicado. Não existe controle, esse dinheiro está ao deus dará.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Um aparte, Marisa. Eu, há vinte dias, com uma representação no Ministério Público para dar posse a esse conselho. Esse conselho deveria ter sido empossado no começo do ano, não o foi. Esta Câmara aprovou, no final do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 91 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F17	4	Vianna	Educ. Jovens	12.8.98		

ano, deu sugestões, fez um projeto interessante, foi vetado, só que a posse não foi dada. Entrei com a representação há vinte dias, para que o Ministério Público faça cumprir a lei e dê posse a esse conselho, se não, além de não fiscalizar as verbas do Fundef... Aqui na Câmara já temos um pedido de intervenção feito pelos vereadores do PSDB, do PT e acho que um vereador do PDT, entramos com representação no Ministério Público pedindo intervenção porque a verba não foi gasta. Tivemos uma CPI interrompida pelos vereadores da situação, que não quiseram levá-la até o fim. Temos um balancete das verbas da educação mostrando que continuam sendo gastas em cultura, em previdência e em assistência e ~~XXXX~~ ~~XXXXXXXXXX~~ administração que não dizem do que é.

Obrigada.

A SRA. MARISA - Como você já colocou, o próprio relatório do Tribunal de Contas dá orientações para que a prefeitura e as finanças utilizem os recursos. Isso me causa indignação. Existem leis, a gente até pode questionar a forma como elas estão colocadas, mas o importante é que a intenção da lei é que se aplicasse efetivamente em educação. A CPI, infelizmente, mostrou nitidamente que ~~o~~ São Paulo não tem aplicado em educação. Como a Vereadora Ana maria Quadros disse,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 92 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 92

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F17	5	Vianna	Educ.Jovens	12.8.98		

tem usado na saúde, em outras áreas, a verba da educação. A minha preocupação é que os recursos da educação sejam efetivamente usados na educação; e que a gente faça um movimento único de defesa da educação para todos na cidade de São Paulo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Obrigada. São propostas bastante práticas. Além das propostas escritas, propostas de ação.

Tem a palavra a Lenira, do Grupo de Estudo São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 93	do proc.
N.º 18	de 1978
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
Fl 8	1	dalva	Sit.edc.jovens	12.08		

A SRA. LENIRA - Bom dia a todos, quero parabenizar a comissão, como todos já fizeram. Sou mãe de cinco filhos onde dois estão no Estado, três no Município. Sou aluna do ensino médio do Estado, também. Querendo acompanhar o desenvolvimento dos meus filhos, voltei a estudar depois de vinte e dois anos, porque não tive oportunidade na época, precisa trabalhar para comer, é o que muita gente faz hoje em dia, então a educação é supérfluo. Vendo a necessidade de acompanhar meus filhos, voltei para a escola, fui para o ensino estadual, porque ouvia muitas queixas e quis vivenciar essa história. É realmente terrível. Conteúdo pedagógico, nenhum, tanto no município quanto no Estado. Duas escolas a qual eu conheço, porque acredito que conteúdo pedagógico, é pessoal. E nós temos grandes valores na área da Educação, não se usa, se não quiser. O meu grupo chamar-se "Grupo estudada São Paulo", seria um grupo de desespero de comunidades, mães que pretende se atualizar, acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos e não têm oportunidade. E Eu não sei se me informaram errado, mas liguei para uma Central do Semes, querendo fazer minha inscrição, para um sorteio e então é muito deficiente o Semes. Não está atendendo uma população que deveria. Meus filhos no Município, fizemos um grupo de pais de alunos e adotamos a escola onde nossos filhos estudam, fomos reinar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 94 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 62

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
F18	2	dalva	Sit. Edc. Jovens	12.08		

~~disse~~ dicar junto à Prefeitura a reforma da escola que há vinte anos estava sendo esperada, e veio. Nós enchemos tanto a paciência do Ex Prefeito, que ele sensibilizado retomou as obras que estavam paralisadas. Isso acreditando em processo pedagógico, um certo livro de conteúdo pedagógico do diretor da ~~da~~ escola que tem essa proposta para desenvolver. Então apoiamos ~~os~~ eles, fomos buscar a infraestrutura da escola, que era muito ruim, porque acreditamos no profissional da educação, que muitas vezes são barrados e muitas vezes não querem se atualizar então precisa haver uma reciclagem com educadores que deveriam levantar primeiro a bandeira de crianças que não são número de senso, são sim, seres humanos com problemas, e ninguém ~~é~~ melhor para conhecer essas crianças, que a própria comunidade onde eles moram.

Ontem li um artigo do nobre Vereador Carlos Neder, na "Folha de S. Paulo", em que tinha a visão geral desta situação. Então uma proposta seria a comunidade assumir seus alunos, tanto a nível estadual como ~~em~~ nível municipal. Existe em cada comunidade uma ~~igreja~~ igreja. Se fala muito no projeto de renda mínima, igreja já faz muita caridade nesse sentido. Deveria haver uma ~~e~~ união mais íntima com ~~uma~~ mais estrutura: comunidade e governo. Não importa se é municipal ou Federal. Porque ignorância é do mundo em geral. Então ~~precisamos~~ precisamos de uma atitude sim, mas não no número de senso. Existe: tantos analfabetos, en-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 95 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
F18	3	dalva	Sit.Ed.Jovens	12/08		

sino fundamental, ensino médio, terceiro nível. Não adianta fazer discriminação. A ignorância é geral. E não existe ninguém melhor que a comunidade para estar discutindo, planejando a sua realidade. Não adianta eu falar de uma escola estadual ou municipal no Morumbi, e outra no Sapopemba. É distante as realidades. Mas o conteúdo, sim, deve haver para todos como direito. Conteúdo pedagógico de primeiro mundo.: Quando se falou em fazer do ensino fundamental municipal em três turnos, a bandeira de todo e qualquer diretor era: no Primeiro Mundo funciona assim: Europa sãox dois turnos. A escola é integral. Não existe essa palaihaçada de quatro ou cinco turnos. Suplência é a coisa mais discriminada em uma escola municipal. Suplência é sinônimo de drogados, traficantes e desocupados. Não é. Só quem conhece a sua realidade e sua ~~própria~~ própria comunidade. Suplência é assim: um direito de quem não teve essa oportunidade. É uma área da educação lindíssima. ~~Agax~~ Precisamos fazer algo, junto as comunidades, cada qual na sua realidade. Muito obrigada.

A SRA; CÉLIA TERRA NOVA - Estou representando o CPP-

Centro de Professorado Paulista. Bom dia a todos. Quanto a fala do Prof. José Carlos, gostei muito e é a pura realidade mesmo. Só que achei ele um pouco pessimista, achando que 70 anos seria o tempo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 96 do proc.
N.º 18 de 19 98
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
F18	4	dalva	Sit. Edc. Jovens	12.08		1-

suficiente para reverter essa situação. Gostaria de ser mais otimista. Como vocês têm um exemplo aí do novo Código de Trânsito que está torcendo a nossa geração. Não está só mudando, está torcendo. Então deveria ter um impacto, alguma lei nova, qualquer coisa que mudasse essa situação. Acho que existe uma forma, só que não foi ainda, politicamente, empregada. Falta mesmo uma vontade política para resolver tudo isso.

Como representante de uma entidade de classe, não posso deixar de dizer, desse contexto, desse processo que vocês estão fazendo, deixar de lado a pessoa mais importante de tudo isso, que é o professor. Queria saber onde é que está encaixada o professor alfabetizador nisso tudo? Essa é uma resposta --- não precisa me dar agora --- que gostaria de ter.

Muito obrigada.

IRMÃ
A SRA. MARIA ESTELA -

Sou Presidente da Associação

de Educação Católica aqui no Estado de São Paulo, e sou vice-Presidente da Associação de Educação Católica do Brasil. Tenho, assim, uma visão geral da situação da educação em todo o Brasil. Quero agradecer, muito, porque acho louvável nos unirmos com essa temática. Acho muito im-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 97	do proc.
N.º 18	de 1998
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
Fls	56	dalva	Sit.Edc.Jovens	12.03		

portante esse diagnóóstico que foi feito. Nós vimos o diagnóstico,
essa situação do jovem, do adulto, principalmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 98 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 12

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-19	1	Denise	Sit.Jovens	12.8.98		1

...mais do campo específico, legislativo. E agora gostaria de responder ao Professor Tetsuo. Na nossa experiência o que temos encontrado é o fato de haver inúmeros pequenos grupos que ~~se~~ alfabetizam. Assim como o senhor falou da menina, encontramos muitos pequenos grupos, pessoas idealistas, que acreditam ainda na educação, como nós. Já deveríamos estar descrentes da educação, mas ^ontinuamos firmes. Pode acontecer o que for e o nosso ideal continua vivo e ~~continuamos~~ batalhamos pela educação.

Mas o que ressalto de importante aqui é que ouvi a ~~Yvonne~~ Ana Maria dizer que serão colocadas as experiências. Acredito que serão experiências colocadas de forma objetiva, seria o essencial para que todos possam aproveitar bastante. Vamos sentir como as nossas forças são dispersas, como esse nosso idealismo se perde numa massa infinita. Somos um grupo que talvez comece uma pequena união, mas que possa resultar em alguma coisa. É nesse ponto que ressalto e agradeço porque nós precisamos ~~e~~ ver como é que essas pequenas iniciativas de alfabetização podem ser estruturadas melhor, porque estão dispersas, mas existem e são maravilhosas. Como poderemos obter recursos e como poderemos forçar o ~~lx~~ Legislativo. Precisamos mostrar que já existe o trabalho, que está sendo realizado e necessita ser reconhecido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 99 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 92

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. E
F-19	2	Denise	Sit. Jovens	12.8.98		

Gostaria de ressaltar as reuniões futuras, no sentido que as experiências sejam colocadas e que possamos conhecê-las. Elas existem e o nosso ideal de educador continua apesar de tudo.

Parabenizando este evento, agradeço. Nós, da Associação de Educação Católica, poderemos estar presentes.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Antes de passar a palavra para as considerações finais, gostaria de dizer que este é um grupo de trabalho. Expedimos a primeira carta para todas as escolas municipais, estaduais, particulares, universidades, escolas de primeiro e segundo graus e ensino superior, assim como, para os movimentos e organizações. Só não expedimos mais porque, às vezes, nos faltam algumas informações ou endereços.

Na próxima quarta-feira, solicito a presença de todos outra vez. Podem ~~trazer~~ trazer outras pessoas, convidem por telefone. Se preferirem que nós mandemos carta, podem deixar na saída, o nome, endereço da instituição.

Respondendo um pouco à Célia, haverá um dia que teremos o debate das entidades de classes. E já estamos incorporando a sugestão de trazermos os ~~próx~~ candidatos ao Governo para apresentarem seus



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 100 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
F-19	3	Denise	Sit.Jovens	12.8.98	Ana Quadro	

programas em relação à essa parte. Vamos ver se é possível, porque se um puder vir e outro não, ficaria ruim.

Vou passar a palavra para as considerações finais. Quem gostaria de começar? (Pausa). É possível darmos 5 minutos para cada um.

O SR. JOSÉ CARLOS BARRETO - Acho que como primeiro encontro & foi excelente. Gostaria de tranquilizar a professora quanto ao meu pessimismo. Graças & a Deus não sou tão pessimista, tanto é que estou aqui. Só acho que se não fizermos alguma coisa, estou me valendo de alguns cálculos que me levam a considerar que, 70 anos seria o tempo necessário para que, adotada a solução de só trabalharmos com crianças, acabássemos com o analfabetismo. Mas acho que não é esse o caminho. É mais amplo.

Parece-me uma das coisas que temos de pensar, quanto aos professores, é que está desaparecendo o professor alfabetizador. Antigamente, o professor alfabetizador era aquele que complementava as primeiras letras que a criança já trazia de casa, segundo as pesquisas & Emilia Ferreira. Hoje, essa figura está terminando, & porque o nível de complexidade do processo de construção de um leitor e escritor é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 101 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
F-19	4	Denise	Sit.Jovens	12.8.98	José Carlos Barreto	

tão grande que não se encerra no primeiro ano. Esse ano que era o campo do alfabetizador é insuficiente. E diria hoje que todos nós, professores, somos alfabetizadores. Não é mais uma ~~xxx~~ especificidade. Acho que ~~estamos~~ estamos também em processo de alfabetização, de nos tornarmos, cada vez mais, melhores escritores e leitores.

Portanto, acho que essa tarefa de crescimento do uso da linguagem e da escrita é um processo que não ~~se~~ se encerra nos 4 primeiros anos, mas se prolonga pela vida toda. Então, é função de ~~todos~~ todos que são profissionais.

Mas também acho que ~~é~~ é possível, desejável, que os voluntários desses processo possam se engajar. Mas não é justo que esses que se engajam não tenham a competência necessária para fazer esse processo deslancar. Por que não é justo? Porque o aluno já tem em si introjetada a idéia de que não sabe ler e escreve pelo ~~fato~~ fato de ser ~~incompetente~~ incompetente e burro. São ~~maxinumeros~~ ~~xxxx~~ os casos de pessoas que começam o processo, pela terceira, quarta ou quinta vez, que fazem novenas, acendem velas, que tomam Vitasay, para romper com essa barreira que se colocam como sendo incapazes.

quando faço um trabalho voluntário, mas não tenho sucesso

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 102 do proc.
A.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
F20	1	Marcia	Com.Sit.Educ.Jovens	12.8.98		

Eu reforço essa idéia de ^{vida} capacidade. Isso é extremamente injusto. Portanto, concordo que se tenha voluntários, mas esses voluntários precisam ser acompanhados pedagogicamente. Não é um ato espontâneo. Não é só porque eu sei ler e escrever que eu sou capaz de provocar o processo de aprendizagem da leitura e escrita. Isso é necessário mas não é suficiente. Então há que se ter alguma forma de acompanhar esses voluntários. A escola, por exemplo, que detém o conhecimento pedagógico tem que ver como se entrelaça com a comunidade que está fazendo esse esforço, para ajudar nessa formação de competência. A alfabetização é um processo que exige competência de quem se expõe a alfabetizar. E competência não cai do céu por descuido. Normalmente, competência se constrói, se constrói na relação com outras pessoas competentes. Então acho que esse é outro ponto.

Mas não vamos desanimar. Acho que se existe um problema, problemas, na história da humanidade, sempre foram a mola mestra para se encontrar solução. A humanidade só progride porque enfrenta problemas. Nesse sentido, nós vamos progredir imensamente na questão da alfabetização, porque o problema também é imenso.

E uma última noção de otimismo: nos últimos vinte anos, nenhum campo do conhecimento cresceu tanto quanto o conhecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	103	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário	10	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APATE
F20	2	Marcia	Sit.Educ.Jovens	12.8.98		

sobre alfabetização. Hoje nós sabemos muito mais do que sabíamos quando começamos essa aventura. Portanto há um conhecimento técnico disponível, é preciso fazê-lo circular, mas ele já está disponível, a gente já sabe como a pessoa aprende a ler e escrever. Esse conhecimento só precisa chegar a quem está fazendo esse processo, e esse é um esforço que nós temos que fazer, da formação dos educadores.

Nós, do Vereda, estamos ressuscitando um instrumento de formação que já tivemos há algum tempo atrás, chamado giz, que deve ser relançado em outubro a pelo menos mais três anos, para ajudar nesse processo. Mas se temos um problema grande, temos grandes chances de resolver o problema. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecendo ao José Carlos Barreto e à Vera Barreto, e ao Vereda pela organização. E pedindo que sempre haja alguém do Vereda presente a esses debates, porque a gente acha importante que sempre tenha alguém de vocês. O mesmo pedido faço à Maria Clara e à Sônia: se puderem mandar sempre alguém, mandem, porque a gente vai crescendo nessa discussão.

Com a palavra agora a Sônia Kruppa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 104 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. PARTE
F20	3	Marcia	Sit. Edu. Jovens	12.8.98		1

A SRA. SÔNIA KRUPPA - Eu queria fazer três recomendações. O debate é de uma, mas queria fazer mais uma, reforçar a importância, e reforçar a proposta da Irmã. E a segunda é que a gente tenha algum mecanismo, uma comissão de controle do recurso público da educação. A Câmara tem o dever de fazer isso, mas não tem o dever de fazer isso necessariamente na forma coletiva, popular, no sentido de que todos aqui possam entender de orçamento, que não é nenhum bicho de sete cabeças, da execução orçamentária, e que cada um de nós possamos contribuir na fiscalização e no acompanhamento do recurso público, inclusive formando opinião a respeito. Se o dinheiro é pouco, afinal, ou não. Se o Estado está falido ou não. O Estado poder político. O Município de São Paulo está falido ou não? Ou é uma questão de priorizar? Então acho que essas discussões têm que ter um espaço. Se não, a gente não consegue também avançar. E por fim, acho fundamental o que foi proposto pela Irmã Estela, que as pequenas iniciativas tenho certeza que existem, a gente vê essas coisas. Então, como a gente poderia organizar um grande encontro, buscando o apoio das universidades? Vamos ver aonde tem recurso, porque a população que faz educação de jovens e adultos não consegue necessariamente recursos pessoais para se deslocar, para participar, para contar o que sabe, para aprender e para fazer isso, que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 105 do proc.
L.º 18 de 1998
O funcionário

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	4	Marcia	Sit. Jovens	12.8.98		

é engrossar um movimento em defesa da educação de jovens e adultos. Então acho que a gente podia pensar como organizar isso em conjunto com a Universidade de São Paulo, talvez, com as URGs interessadas nessa questão, tentando buscar algum recurso. Acho que seria possível a gente tentar fazer uma grande discussão.

Com relação às questões que foram colocadas, eu destaquei algumas. Concordo plenamente com o que o Barreto disse. Acho que a questão da ^{formação} ~~educação~~ permanente dos educadores populares é fundamental, acho que já está respondido. Queria destacar algumas coisas que foram colocadas. Pela Marisa, a questão da escola de 9 anos, acho que a gente tem que parar para discutir, porque tem todo um avanço, também no que é Educação Infantil. O que é uma escola, um espaço educativo da educação infantil? É a mesma coisa que a escola formal? Hoje em dia, não. Acho que há uma discussão sobre o que é Educação Infantil e como esse ser da educação infantil, esse processo, está sendo atropelado por uma medida de caráter financeiro, contábil, que é o Fundef (?).

Sobre o conselho de acompanhamento do Fundef, eu lastimo mas o governo estadual também não implantou o conselho. A gente tem querido, como municípios, várias vezes ir à Assembléia Legislativa, porque a gente fica na mão. Não tem acompanhamento, o Fundef está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 106 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F20	5	Marcia	Sit.Educ.Jovens	12.8.98		

alocado no governo estadual, sendo que é fundamental que os conselhos municipais conversassem com o conselho estadual e não há conversa. Em muitas cidades existe conselho municipal mas não existe conselho estadual. ~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 10 do proc.
DN. 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
P21	1	dagmar	educ jovens	12 08 98		

Então, acho que essa denúncia é válida.

Sobre o fechamento das salas, que a Joselina colocou, não tenho dados, mas o Mova, em 1992, tinha uma grande demanda na região sul e leste, com 6.240 e 6.275 alunos, respectivamente. E a região sul, de Santo Amaro, é quase uma cidade, e a demanda só não aparece porque não deixamos, já que as escolas não registram a procura: temos dificuldade em abri-la para fazer isso. Talvez a Câmara possa fazer o registro dessa demanda, o que seria uma quarta proposta. Em Diadema, fizemos uma chamada pública, na Câmara Municipal, para fazer esse registro, e lá temos 315 mil habitantes apenas, não 9 milhões como aqui, então não sei se é possível. Quem sabe possamos fazer alguma coisa combinada, Câmara, Assembléia, para essa chamada pública e registro de demanda. E isso tem de ser com nome, RG, endereço, com os recursos da informática.

Queria dizer para a Lenira, por fim, do grupo de mães, que achei superbacana ter cinco filhos e estar nessa empolgação. Só que a distribuição de recursos é diferenciada por nível de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	108	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário		
ORADOR	CONT. A PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
F21	2	dagmar	educ jovens	12 08 98		

governo. Nós vivemos o Sistema Único de Saúde, e muitos pensam em fazer um sistema único de educação, mas devemos, antes de avançar nesse farol, pensar um pouco nessa avaliação, o que é juntar os recursos, se é melhor juntar os recursos das três esferas, em educação, ou não; o que é regime de colaboração. Não podemos pensar que esses recursos são iguais nos níveis de governo.

Por outro lado, acho que a Célia tem razão, só que veja bem: o Código de Trânsito é uma maneira de cair moedinha na caixinha também. Não é à toa que talvez as multas salvem problemas do governo; elas não têm um caráter educativo. A final da Imigrantes é um ponto estratégico e o que rende de multa ali não é brincadeira. Mexe com o bolso das pessoas de maneira tão agressiva, e não sei se conseguimos algo semelhante com a educação. Talvez pudessemos ter um regime tributário eficiente, tributando aqueles que pudessem mais, para bancar um serviço de qualidade para todos, mas isso significa que teríamos de ser muito mais fortes do que somos hoje.

Mas a Câmara é um espaço para essa discussão, e a luta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	105	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F21	3	dagmar	educ jovens	12 08 98		

continua, e a educação é bonite e é bonita.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço à Sônia, e se puder continuar conosco, é muito importante. As propostas colocadas eu levarei; as de execução rápida a comissão já executa; a do registro da demanda depende de aprovação em Plenário. Com a palavra a Maria Clara.

A SRA. MARIA CLARA - A Lenira teve de ir embora, mas eu vesti a carapuça, quando ela falou que as pessoas que desejam se educar não são números. Enfim, temos de utilizar os indicadores para fazer planejamento educacional, precisamos da visibilidade da demanda, e a estatística é só um instrumento para se fazer isso. Mas não há instrumento mais eficiente do que esse da figura da Lenira, do Edson e outros, que exprimiram a capacidade da sociedade se manifestar e explicitar suas demandas de maneira organizada, dizendo: não sou número, tenho direitos e quero qualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 110 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
F21	4	dagmar	educ jovens	12 08 98		

Mas, respondendo à Joselina, por que, diante de dados tão escandalosos, se pode utilizar um argumento tão canastrão - desculpem a palavra - como este de que não há demanda. E é um argumento persistente na rede pública. Porque a sociedade civil que seria a beneficiária,

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	111	do proc.
N.º	18	de 1958
O funcionário		
ORADOR	CONT./PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT./PARTE
F-22	1	Vera	Situação jovens	12.8.98		1

à qual a educação de adultos se dirigiria, exatamente aquele segmento social mais vulnerável, tanto social, como econômica, como politicamente. Quem precisa ser alfabetizado? É a camada mais pobre, que tem as piores condições de moradia, é o migrante, principalmente o migrante recente, proveniente da zona rural, são as mulheres chefes de família mais pobres. São esses grupos.

Esses grupos exatamente pela sua precária inserção no mercado do trabalho, por estarem submersos nas necessidades da sobrevivência cotidiana, são pessoas submersas na miséria, na pobreza extrema, esses grupos têm pouca capacidade de articulação política e, portanto, de expressão das suas demandas.

É muito mais fácil um grupo que já tem escolaridade de primeiro grau, se organizar para demandar segundo grau, do que o analfabeto absoluto submerso na miséria manifestar isso.

Os estudos são consistentes. Há um estudo latino-americano feito em 13 países, de 1991, feito por uma argentina chamada Graziela Messina, por encomenda feita pela oficina da Unesco no Chile, em que ela diz exatamente isso - chama "La outra educación" - , que a demanda da educação de adultos é formatada pela oferta. Se a oferta é escolar, tipicamente escolar, ela vai atrair o mais jovem, o mais urbano, o que já



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 112 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTA PARTE
P-22	2	Vera	situação jovens	12.8.98		

estive na escola antes, porque vai me dizer se aquela senhora lavadeira, analfabeta, negra, que vai bater numa secretaria de escola e dizer: eu exijo vaga porque a Constituição diz no art. 208. Não.

Mas o jovem que estou até a 3ª ou 4ª série, que se evadiu, foi ser "office-boy", descobriu que se ele não completar o 1º grau, ele está azarado no mercado de trabalho, esse sabe fazer esse caminho.

Se você dá chance, aquela senhora do grupo de mães da igreja se arrisca a dizer que gostaria de estudar. Se você abre mecanismos na empresa, aquele trabalhador que não tem um minuto entre uma jornada de trabalho exaustiva, o transporte e a residência, manifesta. Ou seja, é a oferta que formata a demanda nesta área.

A Constituição diz que o município tem que fazer chamada escolar. Fazer chamada escolar em educação de adulto é usar intensamente os meios de comunicação de massa, é utilizar os espaços de organização social, a igreja, o sindicato, a associação de bairros, como instrumentos de captação da demanda efetiva, porque essas pessoas submetidas a preconceitos, a essa auto-estima baixa, que eu sou incapaz, que eu não sei aprender, é preciso mobilizar essa demanda ativamente. Por isso, o poder público tem que ter vontade política e nós que temos maior capacidade de expressão e de articulação política, temos que usar essa nossa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 13 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
F-22	3	Vera	situação jovens	12.8.98		

capacidade para pressionar o poder público.

Por isso, quero saudar essa iniciativa, mais uma vez, cumprimentar a todos e colocar à disposição de cada uma das organizações, da Câmara e da Comissão, em particular, toda a informação que a gente tem, os cadastros de grupos que fazem alfabetização de adultos em São Paulo, a biblioteca, nossos instrumentos de formação.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos, uma uma vez, a todos não só os expositores, mas aqueles que aqui compareceram, os sindicatos, as associações, as ONGs, as escolas, através dos alunos, professores, as delegacias de ensino do município, as delegacias de ensino do Estado, as universidades, enfim, a todos e dizer que, a partir de agora somos todos co-organizadores desse encontro. Temos que sair daqui, a cada dia, e no final dele com políticas públicas não só o que deve ser, mas como deve ser e todo tipo de fiscalização.

Essa é a função da Câmara Municipal, é elaborar leis, se houver necessidade de apresentar alguma lei, mas é também o problema da fiscalização. E fiscalização, a gente faz com acompanhamento direto, pelo gabinete de cada vereador, pelas Comissões permanentes. Eu também inte-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 114 do proc.
N.º 17 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
P-22	4	Vera	situação jovens	12.8.98		

gro a Comissão de Educação que tem essa tarefa de acompanhar todas as contas públicas e na função de fiscalização, quando encaminhamos ao Ministério Público, para que se cumpra a lei.

Solicito que todos voltem na quarta-feira que vem, convidem outros grupos, vamos tentar entrar em contato com outros grupos que trabalhem com alfabetização, para que a gente realmente possa sair, no final desses dois meses, quase três se a gente conseguir a prorrogação, com um trabalho profundamente eficiente e já ir atuando nas organizações.

Aqui se encontram os sindicatos, as organizações, as ONGs, associações que também podem se organizar e concomitantemente vamos levar essa luta.

Parabéns a todos, boa semana e até quarta-feira que vem.

Tínhamos combinado com os vereadores de começar às 9h30min, mas é melhor começarmos às 10h mesmo, porque hoje nós só fomos começar às 10h30min.

Vamos tentar começar às 10h em ponto.

Muito obrigada.



Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: (011) 825-5544
fax: (011) 3666-1082
E-mail: scaoeduca@originet.com.br

Alguns dados sobre analfabetismo, instrução e escolarização de jovens e adultos no município de São Paulo

Folha n.º 115 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

O Município de São Paulo tinha, em 1996, 7.285.382 residentes com 15 anos ou mais, o que representa 79,18% de sua população total. Quase metade da população nessa faixa etária (48,87%) não concluíram a ensino fundamental, um direito básico da cidadania assegurado a todos pela Constituição. A Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional responsabilizam o sistema educacional público, em especial os municípios, por contemplar esse direito, oferecendo oportunidades de escolarização aos jovens e adultos.

Segundo a Contagem da População realizada pelo IBGE em 1996, 313 mil paulistanos com 15 anos ou mais declararam estar freqüentando escolas de ensino fundamental regulares ou supletivas, o que representa apenas 8,8% da demanda potencial por esse nível de ensino. A grande maioria dos estudantes com mais de 14 anos eram jovens matriculados no ensino regular, que freqüentam o 1º grau com acentuada defasagem na relação idade-série ideal. O ensino supletivo atendia apenas 1,1% da demanda potencial, segundo o IBGE, ou 3,5%, segundo as estatísticas do sistema de ensino¹.

Dos mais de 3,5 milhões de paulistanos que não concluíram o ensino fundamental, 421.464 não receberam qualquer instrução ou freqüentaram a escola por menos de 1 ano, podendo ser considerados analfabetos absolutos. Entretanto, menos de 5 mil deles estavam matriculados em cursos de alfabetização de jovens e adultos em 1996.

Se aos analfabetos somarmos os jovens e adultos que em 1996 tinham entre 1 e 3 anos de estudos, teremos quase 1,2 milhões de pessoas que precisariam ser atendidas em cursos de suplência I (correspondentes às quatro séries iniciais do ensino fundamental), mas apenas 33 mil estariam matriculadas em cursos nesse nível (segundo as estatísticas educacionais) e menos de 13 mil pessoas freqüentava escolas supletivas (incluídas aí as classes de alfabetização), segundo o IBGE.

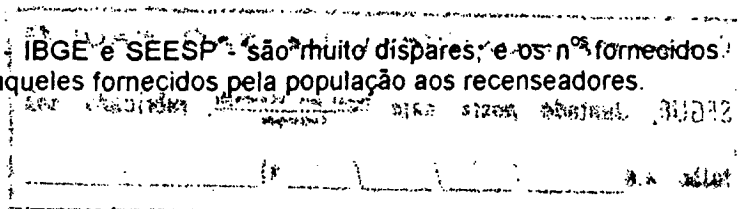
Os paulistanos jovens e adultos que em 1996 tinham entre 4 e 7 anos de estudos somavam 2.385.271 indivíduos, um terço da população total com 15 anos ou mais. A oferta existente na suplência II (corresponde às séries finais do ensino fundamental) em 1996 seria, segundo as estatísticas oficiais do sistema de ensino, de 75 mil matrículas mas, segundo o IBGE, apenas 20 mil paulistanos declaravam freqüentar a suplência II. Mesmo se tomarmos os dados mais elevados, eles representam apenas 3,16% da demanda por esse nível de ensino.

A maior parte do atendimento feito no ensino supletivo em São Paulo em 1996 era realizado pela rede municipal de ensino, que respondia por 82% das matrículas de 1ª a 4ª séries e 73,68% das matrículas de 5ª a 8ª séries. A rede estadual só alcançava 20% do atendimento escolar no ensino supletivo de nível médio, em que as matrículas na rede privada são amplamente majoritárias (79%).

As matrículas no ensino supletivo municipal que haviam crescido 266% entre 1989 e 1992 (durante a gestão do PT), vêm sofrendo um declínio contínuo, da ordem de 10% em 5 anos. Das 85 mil matrículas no ensino supletivo fundamental ou médio registradas na rede municipal de ensino ao início de 1997, 80% realizavam-se em cursos presenciais desenvolvidos nas EMPGs, concentradas na Suplência II (60%); o CEMES respondia por 16% das matrículas, em sua maioria realizadas no ensino médio (79%). O PROALFA, programa desenvolvido em parceria com empresas e organizações civis, registava apenas 2,6 mil matrículas, 2,48% do total.

Embora não tenhamos apresentado dados sobre o tema, cabe lembrar que os estudos sobre escolaridade revelam uma acentuada desvantagem para a populações negra, oriunda das zonas rurais, migrantes nordestinos, com idade superior a 35 anos e mulheres pobres com filhos pequenos, o que ensejaria políticas de atendimento educacional que discriminassem positivamente esses subgrupos sociais.

¹ As informações fornecidas pelas duas fontes, IBGE e SEESP, são muito díspares, e os n.ºs fornecidos pelo sistema de ensino são muito maiores que aqueles fornecidos pela população aos censuseadores.



Brasil: mais de 6 milhões de jovens e adultos analfabetos no campo

A urbanização acelerada deslocou a grande maioria da população para as cidades, mas um em cada cinco brasileiros com mais de 14 anos de idade ainda vive na zona rural. Dos 20 milhões de jovens e adultos que moram no campo, quase 30% não receberam qualquer instrução ou têm menos de um ano de estudo; outros 32% têm, no máximo, três anos de escolaridade. A demanda potencial por educação inicial alcança cerca de 12 milhões de jovens e adultos do meio rural. O problema, mais agudo no Nordeste, está presente em todo o país, como se vê na tabela abaixo.

Iniciativas no meio rural

Apesar disso, as iniciativas de educação de jovens e adultos dirigidas ao campo são ainda pouco numerosas e abrangentes. O Censo Escolar do MEC não discrimina os educandos das zonas rurais e urbanas, impedindo que se tenha uma visão da cobertura escolar realizada por estados e municípios. É provável que as iniciativas mais significativas de educação de jovens e adultos no meio rural sejam as que vêm se desenvolvendo em parceria entre os governos e a sociedade civil, algumas com a participação de universidades, como nos programas Alfabetização Solidária e Educação na Reforma Agrária.

Desde 1996 o Conselho da Comunidade Solidária desenvolve, em parceria com empresas, universidades e municípios, o Programa Alfabetização Solidária que, no segundo semestre de 1997, formou 759 monitores e iniciou a alfabetização de jovens e adultos em 488 classes nas zonas rurais de municípios pobres das regiões Norte e Nordeste do país.

Mais ambicioso, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera dá os primeiros passos em 1998 e projeta alfabetizar nada menos que cem mil trabalhadores rurais assentados já neste ano. Por ora, os recursos liberados pelo governo federal só permitiram a assinatura de convênios para alfabetização de 7 mil assentados em oito estados do Nordeste, Sudeste e Sul, mas outros nove projetos estão em tramitação. Coordenado pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Pronera é gerido e desenvolvido em parceria por órgãos governamentais (MEPF, INCRA, MEC, MTb), movimentos e organizações sociais (MST, Contag, CPT, CNBB, ABONG) e por universidades, com apoio do Unicef e da Unesco. A alfabetização dos jovens e adultos assentados será concomitante à complementação da escolarização fundamental e capacitação de alfabetizadores das próprias comunidades, em cursos promovidos pelas universidades (UFCE, UFPE, UFSE,

População sem instrução com 15 anos ou mais – Brasil – Regiões – 1996

REGIÕES	POPULAÇÃO		SEM INSTRUÇÃO			
	Total	Rural	Total	%	Rural	%
Norte	6.895.175	2.465.415	1.086.588	15,7	604.553	24,5
Nordeste	28.900.655	9.414.296	6.845.549	23,7	3.607.057	38,3
Centro-Oeste	7.145.433	1.079.302	788.674	11,0	214.997	19,9
Sudeste	48.009.961	4.782.153	4.021.464	8,4	904.771	18,9
Sul	16.583.385	3.705.814	1.275.974	7,7	418.336	11,3
BRASIL	107.534.609	21.446.980	14.018.249	13,0	5.749.714	26,8

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996.

UnB, Unesp, UFPR e Unijui compõem a comissão pedagógica). Para cada cem alfabetizandos, serão formados 5 monitores e 1 coordenador local.

O Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica, é uma organização com longa tradição na educação de jovens e adultos nas zonas rurais do Norte e Nordeste. Nos anos recentes, por meio de parceria com outras entidades, o MEB ampliou a abrangência de suas atividades e, em 1997, alcançou mais de 17 mil alfabetizandos, em 907 classes na zona rural de todo o país. Quase no anonimato, outras organizações da sociedade civil promovem educação básica no campo (ver noticiário nas páginas 3 e 4).

MST alfabetiza em 18 estados

Nenhuma ação educativa com jovens e adultos do meio rural, entretanto, tem tanto impacto e visibilidade quanto a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST.

Constituído no final dos anos 80, o setor de educação do MST atua hoje em cerca de mil escolas públicas rurais de todo o país (95% das quais oferecem apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental) – um universo de 1.800 professores e 40 mil crianças e adolescentes.

Desde 1990 o movimento forma professores dos assentamentos em um curso supletivo de 2º grau magistério, localizado em Braga (RS). Nesse mesmo ano, no Rio Grande do Sul teve início seu projeto de alfabetização de jovens e adultos que, em fins de 1997, beneficiava 8 mil trabalhadores rurais de 22 estados brasileiros. Em 1998, esse atendimento ampliou-se para 14 mil educandos jovens e adultos, mediante a capacitação de 80 coordenadores pedagógicos e 600 monitores de alfabetização. Para fazê-lo, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, vinculada ao MST, assinou convênios e obteve recursos provenientes do orçamento da União, do MEC, do INCRA e da Unesco.

EDITORIAL

Educação rural na agenda de políticas públicas

A imprensa dedicou, em julho, extensas reportagens às atividades educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, oscilando entre a satanização e a idealização do setor de educação do movimento. O tratamento ambíguo do tema e a realização de conferência do MST em Goiás, no final deste mês, instigaram **Informação em rede** a abordar a educação de jovens e adultos no meio rural.

As estatísticas sobre o grau de instrução da população adulta no campo, estarrecedoras, nada têm de novo. Novidade, mesmo, são as iniciativas de educação de jovens e adultos no meio rural, que começam a ampliar-se. São indícios auspiciosos de que um assunto até agora ausente da agenda da reforma educacional ganha espaço nas políticas públicas. É de se perguntar a que (ou a quem) se deve esse impulso democratizador.

É pouco provável que a iniciativa tenha partido das autoridades educacionais, para as quais a educação rural é assunto marginal. Pelo noticiário recente, o governo federal avalia que os problemas de acesso

ao ensino fundamental estão, se não resolvidos, ao menos equacionados, e que agora o centro de gravidade das políticas de reforma tende a deslocar-se para o ensino médio e profissionalizante. O programa de governo do candidato à reeleição é prova disso.

A resposta parece residir na força que, com seu estilo audacioso de intervir na cena política, o MST conquistou. Há uma década ele vem se destacando como o movimento social que mais prioriza a questão educativa. Há, pelo menos, duas razões para isso: a formação política de seus membros é requisito para o êxito da organização; conquistada a terra, a escolarização dos filhos é uma necessidade premente das famílias assentadas, e a formação dos agricultores, essencial para a viabilidade econômica das cooperativas.

Seja quem for “o pai da criança”, as iniciativas de parceria entre poder público e movimentos sociais no desenvolvimento de uma política de democratização da educação básica no campo trazem esperança de que a população rural deixe de ser encarada como resíduo estatístico, fadado ao esquecimento.

Em debate, uma escola básica para o campo

A Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, promoção conjunta do MST, Unesco, Unicef, CNBB e UnB, vai se realizar de 27 a 31 de julho, em Luziânia (GO). Precedida por encontros estaduais organizados pelo MST, o encontro discutirá uma política pública de educação básica para o campo que contemple desde a educação infantil até o ensino profissionalizante, passando pelo fundamental e médio.

Para o MST, a escola básica brasileira raramente chega à população rural. E quando o faz, não tem identidade com a cultura camponesa nem compromisso com um projeto de desenvolvimento agrícola sustentado, prestando-se antes a fomentar o êxodo rural que a construir conhecimentos para uma permanência no campo com melhor qualidade de vida.

O MST propõe uma educação básica para o campo com identidade própria, com metodologias e organização escolar que respeitem as dimensões de tempo e espaço peculiares ao meio rural, com conteúdos de ensino pertinentes à cultura camponesa e a um projeto inclusivo de modernização agrícola e desenvolvimento agroindustrial. Para isso, reivindica políticas de financiamento e desenvolvimento da educação rural, e propõe a criação de uma instância para gerir a temática na estrutura organizacional do MEC.

Sesc educará jovens e adultos na Amazônia rural

O Serviço Social do Comércio é uma entidade com tradição em atividades culturais, de lazer, educação infantil e animação sociocultural para a terceira idade nas zonas urbanas.

A nova linha de ação do Departamento Nacional do Sesc dirige-se à educação básica de jovens e adultos moradores da zona rural de municípios amazônicos com altos índices de analfabetismo. Nesses municípios serão instalados 24 mini-centros educativos, compostos de três salas de aula, uma sala de leitura, refeitório e instalações sanitárias. Em cada um deles três professoras e uma orientadora pedagógica irão dedicar-se à alfabetização de jovens e adultos. O projeto pedagógico está ainda em elaboração.

Projeto Seringueiro amplia ação e vira política pública

Criado em 1981, o Projeto Seringueiro já alfabetizou 3 mil jovens e adultos. Agora, além de alfabetizar 400 jovens e adultos, assegura educação de 1.ª a 4.ª séries a 560 crianças e adolescentes nas 37 escolas de associações de seringueiros e sindicatos rurais de sete municípios acreanos. Os 44 educadores do projeto, provenientes das comunidades, são contratados por um convênio com a Secretaria de Educação e orientados pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia – Prêmio Itaipu/Unicef de educação de 1997, na categoria formação de professores. O líder seringueiro Júlio Barbosa, um dos idealizadores do projeto, é hoje prefeito de Xapuri e quer transformar suas lições em política de educação para as áreas de florestas.

Sul da Bahia: alfabetizadores sem formação ou estímulo

O Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira – Caporec, sediado em Itabuna, restringiu as atividades diretas de alfabetização de jovens e adultos nas zonas rurais do sul da Bahia para apenas 57 alunos, matriculados em três turmas: Novo Ilhéus, Coaraci e no aldeamento indígena de Olivença. O Caporec também assessora o projeto de alfabetização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu, com 14 turmas e 330 educandos adultos. Dos 16 educadores envolvidos no projeto, apenas oito concluíram o 2.º grau – cinco dos quais em habilitação para o magistério.

A entidade avalia que o principal obstáculo ao êxito da atividade educativa na zona rural é a precária formação dos educadores leigos: a maioria sequer concluiu o ensino fundamental.

As comunidades reivindicam que as prefeituras ofereçam condições para que crianças e adolescentes das zonas rurais estudem nas sedes dos municípios, promovam a formação dos professores e gerem estímulos para que estes atuem nas fazendas e comunidades rurais distantes. A atividade docente é desestimulada pelos baixos salários: em Camamu, por exemplo, as professoras do ensino municipal rural recebem R\$ 80,00 por mês.

Entidade capixaba forma professores e jovens das zonas rurais

Há 30 anos o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES vem desenvolvendo educação rural por meio da pedagogia de alternância nas *escolas família agrícola*, pelas quais já passaram 18 mil alunos. A metodologia inovadora dessas escolas caracteriza-se pela integração entre educação geral e técnica, e pela alternância entre períodos de ensino escolar e práticas orientadas junto às famílias, cujo objetivo é proporcionar aprendizagem teórico-prática para a formação integral dos jovens do campo, de modo a contribuírem para o desenvolvimento comunitário e sustentado da agricultura familiar.

A educação rural em regime de alternância foi introduzida no Brasil por jesuítas, sob inspiração de experiências européias de desenvolvimento rural integrado. A metodologia desenvolveu-se em três modelos, com distintas denominações – *as escolas família agrícolas e casas familiares rurais*, destinadas a adolescentes e jovens, e *as escolas comunitárias de agricultores*, destinadas a trabalhadores e pequenos proprietários adultos. Presentes em numerosos estados do país, têm maior destaque no Paraná, Bahia e Espírito Santo.

No caso capixaba, o pioneiro foi o jesuíta italiano Pe. Umberto Pietrograndi. Em meados da década de 60, ele introduziu o debate sobre alternativas de educação, saúde, ação social e desenvolvimento agrícola nas comunidades rurais de Rio Grande do Sul, Iconha, Piúma, Anchieta e Alfredo Chaves que, impactadas pela erradicação dos cafezais, não viam outra perspectiva que o êxodo para as cidades.

Dessa iniciativa nasceu o MEPES, que hoje beneficia uma população de quase 8 mil habitantes de 285 comunidades rurais em doze municípios capixabas, nos quais mantém dez escolas de 5.ª a 8.ª séries do ensino fundamental e quatro escolas de ensino médio profissionalizante em técnicas agropecuárias, em que trabalham 88 docentes e estudam 1.638 alunos. O MEPES mantém ainda um Centro de Formação de Professores que, quando solicitado, assessora pedagogicamente as 200 *escolas família agrícola* disseminadas por 22 estados brasileiros, bem como escolas comunitárias e de assentamentos rurais.

Contato: MEPES – R. Costa Pereira, 129 – Caixa Postal 3 – 29230-000 – Anchieta, ES. Fone/fax: (027) 536-1151.

RADAR

Hacia una educación sin exclusiones: nuevos compromisos para la educación de personas adultas en América Latina y Caribe – texto-base para os debates sobre a estratégia regional de continuidade da V Confinte. Como país do Mercosul, o Brasil deve encaminhar contribuições à reunião de Montevideu (em novembro). Cópias com a Unesco ou no Setor de Informação e Documentação de Ação Educativa.

ANOTE

Abertas as inscrições para os cursos da escola de formação da Rede Mulher de Educação. Informações pelo fone (011) 387-32803, pelo fax: (011) 386-27050 ou por e-mail: <rdmulher@novasociedade.com.br>.



LEIA

La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política enfoca em seu n.º 14 a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte), com artigos de pesquisadores da América Latina e Caribe. Assinatura (US\$ 25): CEAAL – Av. Nuevo León, 238-601, Condesa – 061170 – México, DC. Fax (52-5) 564-0534. E-mail <ceaal@laneta.apc.org>.

Manual de Operações do Pronera traz uma descrição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e requisitos para apresentação de projetos. Pronera: SCN Qd. 1 Bl. C – Ed. Trade Center, sl. 709/710 – 70710-902 – Brasília, DF – Fones (061) 328-0062/6376/8424 – Fax (061) 328-0061.

Publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação. Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3366-1082 Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil E-mail: acaoeducativ@ax.apc.org

Sonia Maria Portella Kruppa

Educação Popular de Jovens e Adultos - A difícil construção de uma política

Falar em Educação Popular de Jovens e Adultos significa compreender a força de transformação da qual é portadora esta educação. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é por excelência um ato político, nos termos de Paulo Freire. Sua efetividade depende de que ocorra a consciência pelo indivíduo/educando das razões sociais da sua exclusão da escola, quando tinha a idade certa para freqüentá-la. A EJA contém, portanto, uma possibilidade clara de rebeldia, de não aceitação da exclusão. Apenas quando compreendemos a importância de EJA na transformação social é que compreendemos as dificuldades de sua implantação como política permanente num país de analfabetos como o Brasil. A EJA, se dotada de qualidade que a torne efetiva, transforma-se numa política social que ameaça o "status quo" das elites privilegiadas. Foi assim no passado. Recordemos sua importância nos movimentos contestatórios dos anos 60 (MEB, Campanha de pé no chão também se aprende a ler, as Campanhas Radiofônicas do NE, os Ciclos de Cultura, a alfabetização pela UNE)¹. Assim é hoje.

Falar em política para a educação de Jovens e Adultos, nas suas idas e vindas, exige que façamos uma breve retrospectiva, destacando cinco ordens de fatores/interferências que marcaram as possibilidades e as impossibilidades dessa educação nos últimos dez anos. São eles:

- I. As determinações Constitucionais de 1988 e as perspectivas abertas em 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos² - o diagnóstico do analfabetismo no Brasil;
- II. A nova LDB (Lei Federal nº 9394/96);

¹ A respeito, é interessante a posição expressa no Editorial do Boletim do Grupo de Trabalho de Educação Popular da ANPED: "No final dos anos 80 era usual ouvir a afirmação de que a valorização da Educação Popular significava um saudosismo de um período da história brasileira carregado de heroísmos, mas que já estava superado. A experiência concreta dos movimentos sociais e de técnicos envolvidos nas políticas sociais foi mostrando, no entanto, que a Educação Popular continua sendo instrumento importante de aperfeiçoamento das relações entre as classes populares, os movimentos sociais e o Estado. Foi se percebendo, como escreveu José Luís Coraggio, que Educação Popular não é apenas um estilo de comunicação, ensino, aprendizagem e reflexão, mas também de gestão de campos específicos da atuação humana. Na medida em que possibilita o fortalecimento do diálogo e da negociação nas práticas sociais nas localidades e subsetores das instituições e organizações civis, pode ser um instrumento importante de radicalização do processo de democratização política que marcou a humanidade na segunda metade do séc. XX, ajudando a superar os limites dos mecanismos representativos da democracia formal nesta época marcada pela crise do Estado de Bem-Estar Social e afirmação do neoliberalismo". Boletim do GT de Educação Popular, ANPED, 1998.

² Esta, foi a chamada Conferência de Jontien, Tailândia, ocorrida de 5 a 9/3/90.

- III. A Emenda Constitucional nº 14 e sua regulamentação (Lei Federal nº 9424/96) - o golpe na Educação de jovens e Adultos.
- IV. O Plano Nacional de Educação, apresentados pelo Ministério da Educação e pela Sociedade Civil, no II Congresso Nacional de Educação - II CONED, em 1997.
- V. A Educação de Jovens e Adultos e a Política Municipal

As determinações Constitucionais de 1988 e as perspectivas abertas em 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos³ - o diagnóstico do analfabetismo no Brasil

Os anos 90 iniciam-se com os desafios postos para o governo Collor recém eleito . De um lado , a Constituição Federal de 1988 determinava que:

*Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, **para eliminar o analfabetismo** e universalizar o ensino fundamental (CF/88ADCT)⁴.*

Portanto, em 1990, eliminar o analfabetismo tinha prazo certo (até 1998) e recursos determinados constitucionalmente.

De outro lado, o Brasil, ainda que com presença pouco expressiva em Jontiem, "ainda assim, como uma das nações populosas com maior número de analfabetos do globo, foi indicado para compor o grupo de países priorizados pela ajuda internacional - grupo esse que passou a reunir-se sob a denominação de " Cúpula dos Nove" (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão).

Para habilitar-se aos programas internacionais de ajuda, porém, o Brasil necessitava apresentar à comunidade internacional um plano decenal de ação, consoante às orientações da Declaração Mundial"⁵.

São de triste memória, no entanto, a ineficiência ou mau uso político pelo governo Collor - quem não se lembra o Ministro Carlos Chiarelli (PFL/RS)? - das ações do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC).

³ Esta, foi a chamada Conferência de Jontien, Tailândia, ocorrida de 5 a 9/3/90.

⁴ grifos da autora.

⁵ Haddad, Sérgio et Pierro, Maria Clara **Diretrizes de Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Consolidação de Documentos - 1985/1994**.(apostilado)

Com o impeachment de Collor, Itamar e Hingel farão este plano. Tendo como meta o atendimento a 8,3 milhões de jovens e adultos (2,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)", assumiu o compromisso da - "restauração e manutenção do que dispõe o artigo 212 da Constituição Federal (...) bem como do que dispõe o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". Sendo este o primeiro item do acordo, "que se sustentou nos entendimentos havidos entre as esferas governamentais e as entidades representativas dos educadores e de outros segmentos da sociedade, durante o processo de discussão havido à época"⁶.

Ainda que a meta proposta estivesse bastante aquém da necessidade, parecia que a política se encaminhava para a manutenção, ao menos no discurso, da prioridade: ao "combate do Analfabetismo".

Passados apenas três anos, como explicar a permanência da situação de vulnerabilidade em que se encontra o atendimento de EJA em 1997, relativamente:

- ao atendimento feito frente às necessidades?
- aos recursos disponíveis para esse atendimento?

Em relação ao primeiro aspecto chamam a atenção os dados estatísticos.

Comparando o quadro de atendimento frente à população a ser atendida, em especial o atendimento de alfabetização e em 1ª a 4ª séries e a população de 10 anos e mais, com até 3 anos de escolaridade (subtotal 1), é gritante o baixíssimo grau em que esse atendimento acontece. Em nível de Brasil, para uma população potencialmente demandante⁷ de mais de 45 milhões, apenas se tem a matrícula de menos de 1 milhão (947.408 matrículas de alfabetização e de 1ª a 4ª séries, correspondendo a 2,1 % do total).

Quadro de Matrícula por Nível de Ensino/Curso - 1995

Nível de Ensino/curso	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Alfabetização	97.257	8.710	46.884	27.667	5.781	8.215
1ª a 4ª	850.151	81.989	271.996	382.891	39.458	73.817
5ª a 8ª	1.286.357	146.040	164.409	704.218	159.235	112.455
Total	2.233.765	236.739	483.289	1.114.776	204.474	194.487

Fonte: Sinopse Estatística. MEC/INEP, 1996.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo

⁶ Conferência Nacional de Educação para Todos. Anais. Brasília: MEC/SEF, 1994. P. 1042.

⁷ Tenho clareza de que parte das pessoas de 10 anos e mais, com menos de quatro anos de estudo, estaria cursando, ainda que já com defasagem, o Ensino Fundamental Regular e, certamente, algumas conseguirão concluí-lo, o que ameniza um pouco o problema.

	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	120.936.407	5.173.678	34.402.159	54.349.596	18.599.436	8.127.198
Sem Instrução e menos de 1 ano	19.597.221	713.491	10.352.361	5.574.774	1.783.073	1.089.279
1 A 3 ANOS	25.471.536	1.202.842	8.977.257	10.025.784	3.429.988	1.727.451
Subtotal1 (Sem instrução a 3 anos)	45.068.757	1.916.333	19.329.618	15.600.558	3.429.988	2.816.730
4 A 7 ANOS	42.141.162	1.785.764	8.697.670	20.761.238	7.839.760	2.990.665
Subtotal 2 (Sem instrução a 7 anos- sem o E.F. completo)	87.209.919	3.702.097	28.027.288	36.361.796	13.052.821	5.807.395

Fonte: IBGE/ PNAD/1995.

O mesmo quadro trágico se repete pela regiões:

- Norte: 1.916.333 demandantes para 90.699 atendimentos (4,7%).
- Nordeste 19.329.618 demandantes para 318.880 atendimentos (1,64%)
- Sudeste 15.600.558 demandantes para 410.558 atendimentos (2,6 %)
- Sul 3.429.988 demandantes para 45.239 atendimentos (1,31%)
- Centro Oeste 2.816.730 demandantes 82.032 para atendimentos (2,9 %)

Os dados da PNAD/95 revelam que a data de erradicação do analfabetismo, marcada pela CF/88 para ocorrer em 1998, não tem a menor chance de se concretizar.

A nova LDB (Lei Federal nº 9394/96)

A nova LDB (Lei nº 9394/96) agrava ainda mais essa situação, pois rebaixou as idades para os exames supletivos, certificando a conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, para 15 e 18 anos, respectivamente⁸.

Em decorrência, um número maior de jovens passaram a buscar a alternativa da Suplência I e II, como forma de repor a escolaridade a que não tiveram acesso. Essa procura, extremamente precoce, já há alguns anos preocupa os educadores. A dificuldade do acesso e permanência desses jovens no Ensino Fundamental regular noturno vem ampliando essa demanda.

⁸ Vide art. 38, LDB (Lei Federal nº 9.394/96).

Acresce-se o fato de que as conquistas de melhores condições de vida visando à escolaridade, como a diminuição de jornada de trabalho, anteriormente previstas no Projeto LDB, versão Jorge Hage, também não foram mantidas na LDB aprovada⁹.

A nova LDB, portanto, não significou avanços no direito à Educação de Jovens e Adultos, fato agravado pela indefinição de responsabilidades entre as esferas de governo em relação ao Ensino Fundamental. Esta situação permitiu inclusive, a atitude invasiva da esfera municipal, provocada pela Emenda Constitucional nº 14.

Falando à respeito, alerta Arelaro:

"Agora, não é só a União que fica obrigada a contar com a "colaboração" dos Municípios. O art. 10, da Lei¹⁰, ao definir as competências dos Estados (este artigo é bom que a gente saiba "de cor") diz que eles deverão definir, COM OS MUNICÍPIOS, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição PROPORCIONAL das RESPONSABILIDADES, de acordo com a população a ser atendida e os RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS em cada uma dessas esferas do Poder Público.

Isso é muito interessante, pois, estabelece que os MUNICÍPIOS co-definem a política de municipalização, que envolve a definição conjunta de: estratégias a serem adotadas, fluxo, gradatividade, flexibilidade, etc., que qualquer projeto de descentralização implica. Você se lembra da última vez que seu município foi chamado para discutir isto? Talvez, nunca. Mas, o momento pode ser este, se o Município decidir que quer decidir este assunto. Com a Emenda Constitucional nº. 14/96 e sua regulamentação (Lei nº. 9424/96) aprovadas, e a conseqüente implantação do Fundo ali proposto, é urgente que os Municípios se mobilizem e estejam atentos - é inadiável envolver o Prefeito nestas discussões - porque senão poderão ser "chamados" pelo Estado, para assumirem TODO o ensino fundamental, sem isto ser, claramente, uma decisão do Município. Nós sabemos que, uma vez municipalizado o atendimento de uma política social

⁹ A versão LDB/Jorge Hage continha em seu texto a menção devidamente explicitada alternativas adequadas às necessidades da população trabalhadora:

" Art. 62

A educação básica pública oferecerá alternativas adequadas às necessidades da população trabalhadora, jovem e adulta.

Parágrafo único -As alternativas referidas neste artigo, incluirão, no mínimo:

I - regime especial de trabalho para trabalhadores-estudantes nos seguintes termos:

a) redução da jornada de trabalho em até 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo salarial, para trabalhadores dolescentes, salvo quando matriculados no ensino noturno, quando a redução será de 1 (uma) hora;
b) redução da jornada em 1 (uma) hora diária, sem prejuízo salarial, para trabalhadores adultos matriculados no ensino noturno;
c) oferta de trabalho em tempo parcial, com turno de 4 ou 6 horas,
d) intervalos para estudo; de até 2 (duas) horas na jornada semanal - de trabalho e de até 1 (uma) semana por semestre, aos empregados inscritos em programas de educação à distância".

IN Projeto de Lei Aprovado na Comissão de Educação do Congresso Nacional - Lei de diretrizes e Bases. Diário Oficial do Município de São Paulo. Edição Especial. S.P. 27/10/1990.

¹⁰ Refere-se à Lei nº 9.424/96

*NUNCA mais conseguiremos reverter este quadro para um atendimento conjunto Estado-Município. Portanto, toda cautela é pouca!*¹¹

A ênfase dada por Arelaro é pertinente, pois como se disse, as contradições fazem parte da própria LDB. Os artigos 9º, 10 e 11, que definem o "regime de colaboração" da União, Estados e Municípios, respectivamente, quanto ao Ensino fundamental, chocam-se com o disposto no art. 87, § 3º da mesma Lei, que afirma:

"Cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I - matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

*II- prover cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; (...)*¹²

Ora, como pode o município assumir tal responsabilidade, se inclusive os recursos disponíveis foram diminuídos proporcionalmente para cada atendimento realizado, postas as revinculações da EC nº 14, tal como foi regulamentada.

A Emenda Constitucional nº14 - O golpe na Educação de Jovens e Adultos

O caráter de municipalização compulsória, trazido pela EC nº14 e por sua regulamentação - Lei Federal nº 9.424/96, a chamada Lei da Municipalização ou Lei do Fundão¹³ - torna ainda mais crítica a situação da Educação de Jovens e Adultos.

Como sabemos, essa Emenda alterou o art. 208 da CF/88, fragilizando o direito ao Ensino Fundamental do jovem e adulto que a ele teve direito em idade própria, transformando o dever do Estado em assegurar esse ensino, em mera "oferta"¹⁴. Em decorrência e também pela alteração do art. 60 do ADCT, os recursos para Educação de Jovens e Adultos ficaram seriamente ameaçados.

A atual redação reduziu o montante de recursos que o Governo Federal deveria investir no Ensino Fundamental e erradicação do analfabetismo, usando de forma capciosa a palavra "equivalente" que em termos legais não significa "igual a". Na forma exposta, recursos oriundos de outras fontes que não impostos, poderão ser computados para fins contábeis da demonstração do montante aplicado, agora de 30% e não mais de 50%, do

¹¹ ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Concepção de Sistema de Ensino e Competências Legais do Sistema Municipal**. UNDIME, 1997.

¹² Título IX, Das Disposições Transitórias, art. 87, § 3º (grifos da autora).

¹³ Lei Federal nº 9.424/96 -Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, §7º, do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

¹⁴ Sobre essa questão ver as considerações feitas pelo Prof. Fábio Konder Comparato, em "Parecer", realizado à pedido da UNDIME, no qual é demonstrado que essa manobra não tirou a efetividade do dever do Estado com o Ensino Fundamental.

valor arrecadada em impostos por esse nível de governo. Em compensação, a Emenda nº 14 aumentou o comprometimento dos Estados, DF e Municípios com esse nível de Ensino:

Art. 5º É alterado o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e nele são inseridos novos parágrafos, passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º A distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil.

§ 2º O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, quinze por cento dos recursos que se referem os arts. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159 inciso I, alíneas "a" e "b"; e inciso II, da Constituição Federal e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas rede de ensino fundamental.

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.

§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no art. 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.¹⁵

Ainda, na regulamentação da E.C. nº 14, foi excluída a matrícula em EJA (cursos de Suplência I e II) do cômputo geral das matrículas que podem fazer jus aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, medida decorrente do veto presidencial ao inciso II do § 1º do art. 2º dessa regulamentação, o qual mandava considerar, na distribuição dos recursos do Fundo entre o

¹⁵ Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996, art. 5º.

Governo Estadual e os Governos Municipais, também " as matrículas do ensino fundamental nos cursos de educação de jovens e adultos, na função supletiva".

O impacto dessas medidas pode ser melhor vislumbrado no exemplo a seguir, referente a um município paulista, tendo em vista o valor per capita que o município dispunha em 1997 e aquele que terá, com a diminuição de receitas para o mesmo nº de atendimentos, em 1998, quando a regulamentação da EC nº 14 (Lei nº 9424/96), entra em vigor.

Município A	1997	1998
Recursos disponíveis para a educação Orçamento 1997 e previsão 1998 (R\$1000)	4.914,5	2.991,2
Atendimentos	4.450	4.450
Per capita	1.104,38	672,21

Como se percebe este município tem, em 1998, para cada atendimento feito na Educação Infantil, Profissionalizante ou na Educação de Jovens e Adultos , praticamente uma redução da ordem de 40% dos recursos, relativamente ao ano anterior. Essa é a situação de vários municípios do Estado de São Paulo e do Brasil.

Assim, dada a flagrante diminuição da receita para os atendimentos que não o Ensino Fundamental Regular, priorizado pelo Fundão, os municípios, em especial da região sul e sudeste, perguntam-se a quem atender: - às crianças na faixa da Educação Infantil ou aos Jovens e Adultos de baixa escolaridade? A escolha como se vê não é fácil.

Mas, mais do que isso, essa fragilização do município aumenta, se, a dualidade de atendimento posta, transformar-se numa opção por um ou outro nível de educação, sem reverter para uma discussão política com a população sobre a importância de cada deles e, pior, se o município decidir, de forma pragmática, pela redução pura e simples da Educação Infantil e da EJA em nome da ampliação municipal do atendimento em Ensino Fundamental regular. Voltaremos a essa discussão no último tópico desta exposição.

Feitas essas ponderações, constata-se que foi dado aos municípios a intransponível tarefa de resolver um dos maiores problemas do Brasil: o direito à educação de aproximadamente 45 milhões de brasileiros.

Em contrapartida o Governo Federal limitou-se a disponibilizar em 1996 o montante de 36 milhões de reais para programas e projetos de alfabetização, menos de um real para cada cidadão.. de direitos!? (sic).

Portanto, a grande bandeira em defesa de uma Política de Educação de Jovens e Adultos continua sendo a de afirmar:

- inconstitucionalidade dos vetos presidenciais à regulamentação dada à Emenda Constitucional nº14 – Lei nº 9.424/96, pois como afirma o parecer emitido pelo reconhecido jurista Fábio Konder Comparato:

" O Poder Executivo obrou manifestadamente contra a Constituição, quando, ao sancionar a Lei nº 9.424, vetou o inciso II do § 1º de seu art. 2º. Tanto mais que a razão expressa do veto foi de ordem subalternamente pragmática, fundada na inexistência de dados estatísticos em poder do Ministério da Educação e Cultura. Ou seja, o Presidente da República se escusa de cumprir o mandamento constitucional definidor de um direito humano, sob a alegação de incompetência burocrática..."

- A insuficiência de recursos para a Educação de modo geral e, em especial, para a educação de jovens e adultos.

Os Planos Nacionais de Educação - Análise das Metas apresentadas pelo Governo Federal à Educação de Jovens e Adultos e pela Sociedade Civil e Municípios, através do II CONED

A idéia de elaboração de um Plano Nacional de Educação é antiga. Remonta aos "Pioneiros da Educação", no Manifesto de 1932. Os educadores recolocam o Plano Nacional, como componente fundamental da gestão democrática, na Constituição Federal de 1988 e, em seguida, na proposta LDB/Jorge Hage. Com o espírito desta, antecipam-se à aprovação da LDB (Lei nº 9394/96) e iniciam, em 1996, a sua discussão no I CONED.

Em 1997, o II CONED concluiu o Plano Nacional, cuja abrangência e forma de elaboração contrastam com aquela presente na versão governamental, apresentada em Agosto de 1997.

Três elementos se constituem como chaves de análise e discussão comparativa desses documentos:

- o conceito de Estado e de suas obrigações.
- em decorrência - a concepção de parceria e, finalmente
- a concepção que se tem da forma de elaboração e do papel que cumpre o próprio Plano Nacional de Educação

Sobre os dois primeiros elementos na proposta do governo, há que se destacar que as medidas que vem sendo tomadas, não só na área da Educação, inserem este governo dentro de uma lógica neoliberal, sob a ótica do "Estado Mínimo". O documento MEC¹⁶, versão preliminar, em suas considerações iniciais relativas ao Ensino Fundamental, já apontava para essa concepção ao afirmar, de forma ambígua:

¹⁶ Refiro-me ao documento: "Roteiro e Metas para Orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação, de 15/08/97, Apostilado. A sigla MEC, continua sendo usada, inclusive em documentos oficiais para nomear o Ministério da Educação e do Desporto.

"Em países que realizaram a efetiva democratização do ensino a curto prazo, como o Japão, a Coreia, a Indonésia e Cuba (...) muito da construção, manutenção e aquisição de equipamentos para as escolas foi realizado através do trabalho de pais e alunos. Não pode uma sociedade democrática e participativa acomodar-se a uma visão paternalista do Estado, do qual se espera a resolução de todos os seus problemas" (sic!).

Como se vê a comparação de países tão diferentes entre si e em relação às condições concretas da escola no Brasil hoje, ainda mais nos leva a uma atitude de repulsa em relação à afirmação que se segue, pois na forma colocada, o dever que se espera do Estado virou uma simples questão de paternalismo ou de parceria, como se conclui na seqüência do texto governamental!

Assim, nas considerações iniciais do tópico relativo à Educação de Jovens e Adultos, após a constatação de que : *"déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório"*.

E, dado não ser possível negar que : - *"Constitui um direito constitucional dessa população o acesso a essa formação"*

São as parcerias o elemento enfatizado pelo governo federal para o problema em diferentes partes do documento:

"um desafio que só poderá ser vencido com uma estratégia de política educacional que envolva ampla mobilização da sociedade".

"Embora a participação do Poder Público seja indispensável na formulação e condução dessa estratégia, é importante ressaltar que, sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, particularmente dos setores produtivos, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, se logrará universalizar, pelo menos para a população economicamente ativa, uma formação equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental. Assim, as metas que se seguem, imprescindíveis à construção de cidadania no país, requerem responsabilidade partilhada entre a sociedade, a União, os Estados e os Municípios".

Outra questão é que esta responsabilidade partilhada, pela sinalização apontada nas metas arroladas¹⁷, aparece como cooperação pontual da União nos casos em que esteja indicado a ampliação do atendimento. Pela situação dos recursos financeiros descrita,

¹⁷ As metas estão pontuadas da seguinte maneira:

* Metas que exigem a colaboração da União.

ou

** Metas que dependem da iniciativa da União.

pergunta-se como os municípios atingirão as metas 1, 2 e 3 da proposta governamental? (VIDE QUADRO Anexo 1)

Ainda chama a atenção o fato de que as decisões de política relativas ao conteúdo e à avaliação ficam caracterizadas como de "iniciativa da União". O controle, portanto, ao Governo Central e as responsabilidades aos entes menores da Federação - aos municípios. Alguma surpresa para a ausência de democracia?

Com relação à visão que fazem do próprio Plano a forma de encaminhamento desse documento é por si só reveladora. O Governo Federal não se propôs efetivamente a realização de discussão efetiva. O documento em questão, datado de 15/08/97, começou a ser enviado às entidades nacionais relacionadas pelo Ministério no mês de Setembro. Muitas delas ao final deste mês, ainda não o haviam recebido e o prazo dado para a entrega de sugestões encerrava-se em Outubro. A discussão, portanto, não foi possível pela simples ausência de tempo (?!). Como é sabido por todos, o Ministério recusou-se a participar/apoiar o I CONED, realizado em 1996, que já tinha como objetivo central a elaboração deste Plano. Sua ausência também repetiu-se no II CONED¹⁸.

As propostas preliminares do Ministério tiveram redação suavizada no texto final. O enfoque a faixas etárias específicas de atendimento, de nítido caráter inconstitucional, deixaram de ser expressas.

O quadro, em anexo, é elucidativo quanto à abrangência diferenciada das propostas.

As questões do financiamento da Educação como um todo, e em especial da Educação de jovens e Adultos tem nítida diferenciação. A proposta da sociedade civil e dos municípios/CONED é de elevar a 10% do PIB o gasto com educação em contraponto com os 6,5% apontado como meta governamental¹⁹. Ainda, as propostas CONED tornam a inserir a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica, superando as formas negativamente discriminadoras do financiamento dessa Educação, mantidas na versão MEC. Outras fontes de financiamento, tais como incentivos fiscais para

¹⁸ Para os educadores envolvidos na EJA essa atitude não é nada surpreendente. Durante o ano de 1996, em especial, mas também ao longo da história da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, criada por portaria ministerial em 1992, e reafirmada em 1994, os seus membros viveram as atitudes pouco democráticas dos representantes governamentais. No ano de 1996, a chamada do Ministério prepararam um diagnóstico da situação do analfabetismo no Brasil, mas já no Encontro Nacional, ocorrido em Natal neste mesmo ano, foram informados da não aceitação desse diagnóstico, que deveria ser o documento de apresentação do Brasil na Conferência Latino Americana, preparatória à V Confitea (V Conferência Internacional de Educação de Adultos). Em resumo, no ano de 1996, o governo de forma "controlada" chamou os educadores para discussão, mas não quis ouvir o seu diagnóstico. A polêmica gerada por essa atitude teve consequência na demissão arbitrária da Coordenadora do setor responsável por EJA no Ministério, Profª Consuelo Jadon.

¹⁹ Cabe destaque que, frente à proposta inicial, esse percentual significa um avanço de 05%, recontextualizado. O documento original considerava senão suficiente, pelo menos satisfatório o índice oficial de aplicação de 4,6 %, ainda que neste item se incluam as despesas de capital que mascaram os gastos correntes em Educação. Ver, a respeito as análises do Plano Nacional de Educação/CONED

a produção de materiais são propostas da versão CONED. O sentido de parceria da versão CONED não é de desobrigação do Estado.

A versão governamental propõe que dos recursos para o Ensino Fundamental, relativo aos impostos não atingidos pelo Fundão, portanto dos impostos comparativamente menores, seja aplicado 15% na EJA.

Quanto à concepção, os relacionamentos entre EJA e Educação Profissional, entre EJA e Educação Especial são expressos na versão CONED, que também em suas diretrizes recupera o direito dos trabalhadores, expresso na versão JLDB/Jorge Hage: " O cumprimento estrito da Constituição Federal e da legislação trabalhista pertinente deve ter precedência e poder limitador sobre quaisquer ações dos empregadores, seja do Setor privado seja do setor público, cerceadoras do direito dos/as trabalhadores/as à educação".

A Educação de Jovens e Adultos e a Política Municipal
Governos progressistas vêm realizando parte das METAS propostas pelo
CONED - Toda atenção ao MOVA

À guisa de conclusão e exposto o tamanho do desafio frente à questão do analfabetismo, volto a discutir a importância política da EJA, destacando o esforço que alguns municípios vem realizando nessa direção.

Em primeiro lugar para aprofundar a concepção do conteúdo dessa política. Se EJA é por excelência um ato político, EJA é também uma ação cultural. Os jovens e adultos são seres imersos em determinadas formas de cultura em proporções maiores do que as crianças. Ao trabalhar com adultos mais velhos essa perspectiva cultural se faz presente com força. Os motivos que os trazem para a situação de ensino-aprendizagem não se resumem a uma razão utilitarista ou instrumental de "aprender para", simplesmente. Há outro gosto que permeia as situações de sala de aula, o gosto humano da convivência, que se revela em diferentes situações, nas histórias de vida e no desejo de continuar a conviver no grupo independentemente da conclusão do curso. Há em EJA o apontar para a educação permanente como forma de ser homem e mulher.

Se assim é, os grupos formados nas salas de EJA se mesclam em diferentes de idade e também de interesses. É preciso compreender a dinâmica dessa mescla, fator importante para alcançar a efetividade da dimensão política dessa educação.

Visões simplificadoras, muito mais ligadas a uma dimensão "disciplinar" ou de um etapismo no desenvolvimento humano tem proposto a formação classes de EJA por grupos homogêneos de idade. É preciso rebatê-las.

EJA está no contexto das políticas sociais de melhoria de qualidade de vida, que visam a inserção de milhares de pessoas numa sociedade de direitos. De um lado,

compreender e buscar formas de superação para as discriminações de classe, de gênero, de raça e também de idade, frutos de um modelo econômico, social e político excludente, individualista e segregador, devem ser colocadas no universo de seus objetivos. De outro lado, está a exigência de EJA compreender e alargar as formas de organização presentes nas rotinas de sobrevivência dessa população, elementos de resistência a estas discriminações, e que se constituem num resíduo do humano, cotidianamente negado pelo sistema capitalista, que classifica e ordena para fins de controle. Exemplificando, as formas de organização dessas populações trazem, por vezes laços de solidariedade já não mais comuns no conjunto da vida social tal como ela se apresenta. A sobrevivência no meio urbano ou no meio rural, não se faz pela separação por idades, mas pelas ações interativas de diferentes de idades na busca dessa sobrevivência, o que é altamente rico como experiência, os pequenos aprendem/ensinam os maiores e juntos potencializam as precárias formas de sobrevivência.

Os espaços disponibilizados por esta população para a instalação de salas de aula²⁰, as formas de sociabilidade organizadas para viabilizá-las, a compreensão da precariedade da vida que invade a sala de aula, são outros elementos presentes na implementação de programas de EJA que devem servir de referências para repensá-las, como organização e como currículo. As situações de convivência social são agregadoras dos diferentes (de idade, de raça e de sexo) na plenitude que caracteriza o humano e a vida. O recorte segregacionista da classe social e do sistema capitalista recorta, isola, pré - conceitua esses grupos com vistas a seu controle. Como instituição social, a escola se organiza em séries por idade, e por determinações de conteúdo, muito mais como forma de controle e de aumento de produtividade do que em razão da aprendizagem e da construção de uma forma solidária para viver a vida. É preciso não esquecer disto. EJA não combina com os espaços burocratizados da escola formal. Pelo contrário, EJA em geral exige a desorganização desses espaços burocratizados para se viabilizar. Muitas vezes, essa é a razão pela qual as escolas fecham suas portas à EJA.

Em segundo lugar para discutir o MOVA - Movimento de Alfabetização - como uma das formas de realização da EJA.

Antecipando a realização das Metas apontadas no Plano Nacional de Educação/CONED, alguns municípios organizaram o MOVA - de forma conjunta ao atendimento em EJA, na modalidade SUPLENÇA.

Dado que vimos assistindo às ações de cooptação do neoliberalismo relativamente a bandeiras progressistas como a da participação, agora de nova "fantasia" nas chamadas "parcerias", é bom destacar algumas reflexões em defesa desse esforço, clareando aquilo que é e o que não pode ser o MOVA, para fins de debate e aprofundamento dessa forma política de EJA.

²⁰ Na instalação do MOVA/Diadema-SP, um proprietário de um pequeno bar de uma favela, fechava suas portas em horário de pico do movimento comercial para transformar o espaço em sala de aula. Os que vivem a EJA, certamente têm inúmeros exemplos como esse, que de certa forma rompem com a lógica do capitalismo de ganhar sempre e a qualquer custo.

O MOVA é um programa político, que reconhece e atua de forma política na questão da EJA. É um projeto de ação educacional onde a participação não pode ser mera retórica., dado que a participação tem caráter constitutivo dessa ação educacional. O MOVA é um parceiro na democratização do Estado. É formado e é formador de agentes políticos, interessados na transformação social do país, em direção de uma sociedade mais justa e fraterna. É uma ação contrária à exclusão. Portanto, a inclusão social, a construção da identidade dos sujeitos/educandos como cidadãos de direitos é tema e motivo desta ação educativa, critério de avaliação de seu sucesso. O MOVA é um projeto político e popular, não é um processo demagógico, politiquero ou populista

O MOVA, portanto, gera conflitos. Na escola, que não quer rever suas práticas autoritárias. Nos professores que não aceitam os educadores populares como parceiros na transformação da sociedade. No sistema burocrático dos governos que não estão acostumados a colocar as regras a serviço das políticas sociais, mas que atuam em torno da inviolabilidade da normas e regras burocráticas e burocratizantes. Nas elites privilegiadas pelo poder político, social e econômico, que sentem-se ameaçadas com as possibilidades de consciência social abertas por esse movimento.

A reação conservadora ao MOVA tem as mesmas dimensões e natureza dos entraves que até agora impossibilitaram a construção efetiva de uma política educacional para Jovens e Adultos de baixa escolaridade.

Fazem parte dessa reação conservadora certos "desentendimentos" a respeito da natureza desse projeto. É fundamental, portanto afirmar: - O MOVA não é um programa de controle estatístico, uma fórmula mágica para fazer baixar os índices do analfabetismo. O MOVA não é um programa para baratear o custo dessa dívida social. O MOVA não é uma "pobre escola de pobres". O MOVA não é a pré-escola (o período preparatório) da Suplência.

O MOVA exige recursos para o efetivo crescimento do Programa de EJA, envolvendo o crescimento qualitativo e quantitativo das diferentes modalidades de Suplência, das formas de inter-relação entre EJA e o ensino profissionalizante e do próprio MOVA. O indicador da seriedade política deste projeto está em que ele se faça acompanhar deste crescimento. O MOVA não pode viver o engessamento numérico que estipula de forma burocrática a quantidade mínima para a formação e manutenção de salas,, o que nem de leve deve ser tomado como uma irresponsabilidade política. O MOVA produzirá resultado em direção da diminuição do número de analfabetos, na medida em que a política educacional de Educação de Adultos como um todo produzir resultados. O que não quer dizer que o MOVA é espontaneísta e não precisa de avaliação. Pelo contrário a avaliação, como um processo, deve visar sobretudo a seu fortalecimento e por isso deve ser sempre radical, indo à raiz dos problemas, feita de forma democrática e envolvendo os movimentos sociais.

Finalmente, o MOVA e a política municipal de EJA, como um todo não pode entrar no beco sem saída do divisionismo criado pela Emenda Constitucional nº 14, que sugere ao municípios um escolha entre EJA ou Educação Infantil. Os governos municipais olhando de forma não fragmentada para a população verão que a família da criança atendida na Educação infantil contem, geralmente os alunos da EJA. As políticas de Educação de Adultos e de EJA devem ser discutidas tendo como parceiro as famílias tomadas na íntegra. A explicitação dessa identidade familiar é fundamental para fundamentar as discussões e

decisões democráticas sobre o que e como fazer, em nível municipal, das políticas de Educação de Infantil e de Jovens e Adultos.

Ainda que já tenha provado os seus resultados e venha sendo assumido pelas Prefeituras progressistas, o MOVA, infelizmente não aparece expresso literalmente, no texto final do CONED. Lamento, de certa forma enfraquecemos a luta da Educação de Jovens e Adultos, que tal como o MOVA significa " lutar pela libertação, como busca permanente, é também uma das formas, (...) neste final do século, para ser autenticamente gente"²¹.

Contrariando as políticas neoliberais, a autêntica Educação Popular de Jovens e Adultos deve dar toda a atenção ao MOVA. Implantá-lo e implementá-lo significa consolidar uma Política de Educação, que amplie e fortaleça nossa luta por uma sociedade mais democrática, justa e fraterna.

²¹ Paulo Freire, citado no caderno " Consolidando um Plano Nacional de Educação" II CONED. Belo Horizonte 11/1997.

Quadro de Indicadores selecionados

País	População (em mil)	População Analfabeta	Taxa de Analfabe- Tismo	N.º de TV S/1000h hab.	Taxas de escolarização bruta Nos 1º e 2º graus (sem distinção de idade)	Taxa de escolarização no 1º Grau (idade certa)	Esperança de vida escolar n.º de anos	% da coorte de 1991 que chega ao 5º ano	n.º de estudantes de 3º grau por 100.000hab.	Gastos públicos e Educação % do PIB
Ano	1993	1995	1995	1992	1993	1993	1992		1992	1993
Guiana Francesa	134	-	-	179	-	-	-	-	-	-
Canadá	28.817	-	-	618	104	98	17.6	96	7.096	7.6
EUA	257.925	-	-	816	102	100	15.9	-	5.652	5.3
França	57.508	-	-	412	106	99	14.6	-	3.409	5.8
Rep.da Coréia	44.131	697.000	2	215	97	99	13.7	100	4.253	4.2
Cuba	10.875	364.000	4,3	170	90	100	12.3	95	1.840	6,6
Suriname	414	19.000	7.0	140	-	94	-	-	1.079	7.3
Uruguai	3.149	65.000	2.7	232	95	88	-	95	2.396	2.8
Guiana	816	11.000	1.9	39	-	-	-	-	1.012	7.8
Argentina	33.780	935.000	3.8	220	94	95	13.2	-	3.323	3.3
Chile	13.823	485.000	4.8	211	88	87		95	2.336	2.7
México	90.027	6.246.000	10.4	150	86	99	10.7	84	1.477	6
Peru	22.886	1.736.000	11.3	99	95	88	12.5	-	4.188	-
Colômbia	33.986	2.046.000	8.7	118	89	85	10.3	59	1.554	3.5
Paraguai	4.701	235.000	7.9	83	79	96	8.5	74	907	2.8
Venezuela	20.913	1.244.000	8.9	163	86	-	10.6	78	2.757	5.3
Indonésia	191.671	21.507.000	16.2	62	79	97	9.6	86	1.045	2.2
Equador	10.981	720.000	9.9	88	90	-	-	-	2.012	3.0
Brasil	156.486	18.331.000	16.7	209	94	90		72	1.079	-
Bolívia	7.063	745.000	16.9	113	77	91	9,7	60	2.214	-
Nigéria	105.264	26.075.000	42,9	380	65	-	-	87	360	-

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Sônia Kuyper

Distribuição percentual da população de 25 anos e mais segundo o nível de instrução por grupo de idade								
	Grupos de Idade	População(+ de 15)	Sem Escolaridade	1ºGrau incomp.	1ºGrau Completo	Acesso a 2ºGrau		Pós-Secundário
						S1	S2	
Canadá (1991)	15-19	1.872.225	0,1	0,3	4,3			
	20-24	1.960.595	0,2	0,5	2,2	32,6	34,6	29,9
	25-34	4.840.340	0,3	0,6	2,9	34,4	35,5	26,3
	35-44	4.353.580	0,4	1,3	5,3	34,7	30,5	27,9
	45-54	2.960.445	0,8	3,5	12,8	35,2	26,0	21,7
	55-64	2.385.230	1,6	7,2	21,5	35,0	21,3	13,3
	65+	2.932.325	2,6	11,4	26,5	32,0	17,0	9,8
Argentina (1991)	15-19	2.850.105	1,6	9,8	20,7	58,6	----	9,2
	20-24	2.454.123	1,8	9,0	26,3	36,8	----	26,1
	25-34	4.518.423	4,0	12,0	30,7	34,5	----	18,9
	35-44	4.082.816	3,6	17,6	34,1	29,4	----	15,4
	45-54	3.179.779	4,9	23,7	37,0	24,6	----	9,7
	55-64	2.666.708	6,5	30,7	38,5	18,1	----	6,3
	65+	2.892.987	11,6	35,9	35,3	12,9	----	4,3
México (1990)	15-19	9.570.748	3,8	12,3	19,6	40,7	22	1,6
	20-24	7.738.143	5,5	14	19	26	21,4	14,1
	25-34	11.524.597	8,4	20,2	22	18,4	17	14
	35-44	7.906.783	14,9	30,2	22	13,1	10,3	9,5
	45-54	5.200.530	23,9	36,6	18,7	8,8	6,4	5,6
	55-64	3.363.980	32,6	37,2	15,9	6,4	4,3	3,6
	65+	3.192.290	43,5	32,9	13,5	4,4	3,1	2,6
Venezuela(1990)	15-19	1.919.101	12,0	63,7	---	21,2	----	3,0
	20-24	1.721.784	11,4	54,4	----	20,9	----	13,2
	25-34	12.928.471	12,2	55,8	----	16,9	----	15,1
	35-44	2.044.353	15,2	58,5	----	12,4	----	13,9
	45-54	1.131.787	24,5	57,5	----	8,6	----	9,4
	55+	1.525.816	43,9	47,1	----	4,6	----	4,4
Brasil* (1989)	10 e+	110.157.487	18,7	57	6,9	11,9	5,5	----
*+ de 10	65+							

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO,1995.

Folha n.º 135 do proc.
N.º 18 do 1988
U funcionário

Sistemas Nacionais de Ensino

P= Primeiro Grau

S= Segundo Grau

S1= Segundo Grau. Primeiro ciclo

S2= Segundo Grau. segundo ciclo

País	Escolaridade Obrigatória		Limite de Idade no Ensino anterior ao 1º Grau	Idade de admissão e duração dos Ensinos de 1º e 2º Graus																
	Limite de idade	Duração		Idades																
				4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Argentina	6-14	7	3			P----	P----	P----	P----	P----	P----	P----	S1---	S1---	S1---	S2---	S2			
Brasil	7-14	8	4			P----	P----	P----	P----	P----	P----	P----	P----	P----	S----	S----	S----			
Canadá	6-16	10	4			P----	P----	P----	P----	P----	P----	S1---	S1---	S1---	S2---	S2---	S2			
México	6-14	6	4			P----	P----	P----	P----	P----	P----	S1---	S1---	S1---	S2---	S2---	S2---			

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Distribuição percentual da população de 25 anos e mais segundo o nível de instrução por grupo de idade							
	População(+ de 15)	Sem Escolaridade	1º Grau incomp.	1º Grau Completo	Acesso a 2º Grau		Pós-Secundário
					S1	S2	
Canadá (1991)	21304740	0,4	1,6	6,1	47,1	-	18,9
Argentina (1991)	22644941	3,0	13,7	27,2	40,2	5,5	15,8
México (1990)	48497071	9,4	18,3	19,4	35,1	-	8,3
Venezuela(199)	11321312	14,9	57,7	-	18,0	25,9	9,3
Brasil* (1989)	110157487	18,7	57	6,9	11,9	18,0	
*+ de 10							

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Folha n. 136 do proc.
N. 18 de 1918
O funcionário

Ensino de 1º Grau: distribuição da matrícula escolar por ano de estudos

País	Ano	Anos de Estudo									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Argentina	1991	16	15	15	14	14	13	14			
Bolívia	1990	20	17	15	13	11	9	8	6		
Brasil	1992	21	16	15	13	13	10	7	6		
Chile	1993	14	12	13	13	13	13	12	10		
Colômbia	1993	30	19	19	17	15					
Equador	1992	26	17	16	15	14	13				
Guiana Francesa	1993	24	22	20	19	16					
Guiana	1988	16	17	18	17	16	16				
Paraguai	1993	24	19	18	15	13	11				
Peru	1993	25	19	17	15	13	11				
Suriname	1988	21	17	17	17	15	14				
Uruguai	1993	19	17	17	16	16	15				
Venezuela	1992	16	14	14	13	11	10	10	7	5	
Canadá	1992	17	17	17	17	16	16				
EUA	1993	18	17	17	16	16	16				
França	1993	21	21	20	19	20					
República da Coreia	1994	15	15	16	16	18	20				
Indonésia	1992	19	18	17	16	15	14				
México	1993	19	19	17	16	15	14				
Cuba	1993	18	18	18	16	16	15				
Nigéria	1992	21	18	17	16	15	13				

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Ensino de 1º Grau: percentagem de repetentes por ano de estudos

País	Ano	Porcentagem de repetentes por ano de estudo										
		Total	Total	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Argentina												
Bolívia	1990	39.521	3	3	3	3	3	3	4	4	4	
Brasil	1992	5.244.249	17	24	20	15	11	20	16	13	9	
Chile												
Colômbia	1993	336.103	7	11	8	6	5	3				
Equador	1987	112.415	6	9	8	6	5	3	2			
Guiana	1993	2.276	14	1	2	10	23	45				
Francesa												
Guiana	1986	6.853	6	11	5	6	4	3	7			
Paraguai	1993	65.997	8	12	12	9	7	4	1			
Peru	1985	524.270	14	21	13	12	13	11	8			
Suriname	1988	15.064	23	27	19	20	24	23	24			
Uruguai	1993	33.265	10	19	11	8	8	6	3			
Venezuela	1992	478.835	11	18	13	11	10	7	3	15	11	10
Canadá												
EUA												
França	1991	168.968	4	6	5	4	3	3				
República da Coreia												
Indonésia	1992	2.659.501	9	16	11	10	8	6	1			
México	1993	1.046.363	7	13	9	8	6	4	1			
Cuba	1993	29.066	3	0	9	0	5	3	1			
Nigéria												

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Ensino de 2º Grau: distribuição da matrícula escolar por ano de estudos

País	Ano	Anos de Estudo									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Argentina	1991	29	23	19	14	12	2				
Bolívia	1990	34	27	22	18						
Brasil	1992	46	30	21	2						
Chile	1993	34	25	23	18	0					
Colômbia	1993	28	21	17	13	12	10				
Equador	1992	22	19	17	17	14	12				
Guiana Francesa	1993	27	21	19	15	7	6	6			
Guiana	1986	27	24	22	19	8	0				
Paraguai	1993	29	22	17	14	11	8				
Peru	1993	28	22	19	16	14					
Suriname	1988										
Uruguai	1991	22	20	18	15	15	9	0			
Venezuela	1992	56	43	1							
Canadá	1992	17	16	17	17	16	17				
EUA	1993	18	18	19	17	15	14				
França	1993	19	19	18	17	11	8	8			
República da Coréia	1994	23	22	22	11	11	11				
Indonésia	1992	25	23	21	10	11	10				
México	1993	27	23	20	13	9	7				
Cuba	1993	27	25	24	7	7	9				
Nigéria	1992	25	21	17	14	12	11				

Fonte: Statistical Yearbook, UNESCO, 1995.

Folha n. 138 do proc.
N. 18 de 1978
O funcionário 10

Folha n.º 133 do prog.
N.º 18 de 1988
O funcionário

Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana da Grande São Paulo - Matricula por nível de Ensino -

	ano - 1995		ano - 1994		ano - 1994
Níveis	Matricula Brasil	%	Matricula SP	%	Matric.RMSP
Ed. Infantil	4.705.676	11,06	872.817	9,16	414.531
Ensino Fundamental	30.791.111	72,35	6.632.006	69,59	3.295.581
Ensino Médio	5.181.709	12,18	1.484.239	15,57	764.074
Ensino Superior	1.880.661	4,42	540.716	5,67	
TOTAL	42.559.157	100,00	9.529.778	100	

Fonte: Anuário Estatístico - 1996



Ação Educativa

Assessoria Pesquisa Informação

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo SP Brasil
Fone (011) 825-5544 Fax (011) 3666-1082
E-Mail: acaoeducativ@alternex.com.br

Afudem

Folha n.º	140	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	

São Paulo, 13 de agosto de 1998.

Câmara Municipal de São Paulo
Comissão de Educação
Att. Vereadora Ana Maria Quadros
Viaduto Jacaré 100 sala 709

Senhora Vereadora;

Atendendo sua solicitação estamos encaminhando as tabelas contendo os dados sobre escolarização e atendimento de jovens e adultos em programas de educação supletiva que fundamentaram a exposição por nós apresentada na reunião de 12 de agosto p.p da Comissão de Educação da Câmara Municipal de São Paulo.

Atenciosamente,

[assinatura]

Maria Clara Di Pierro
Políticas de Educação Básica de
Jovens e Adultos - Assessora

São Paulo (Município) - Pessoas de 15 anos ou mais por anos de estudo - 1996

População	Total	%
Total	9.200.778	100,00
15 anos ou mais	7.285.382	79,18

	Anos de estudo							
	- de 4 anos		S/ instrução e - 1 ano		1 a 3 anos		4 a 7 anos	
	Total	%	Total;	%	Total	%	Total	%
	3.560.400	48,87	421.464	5,79	753.665	10,34	2.385.271	32,74

Fonte - IBGE - Contagem da População, 1996.

São Paulo: Matrícula no Ensino Fundamental Supletivo (1o. sem. 1996) e Frequência à Escola Fundamental na população com 15 anos ou mais (1996)

		Total		Alfabetização		1ª a 4ª		5ª a 8ª		E. Fundamental	
			%		%		%		%		%
CIE	Matrícula	124.933	3,50	-	-	32.931	4,37	75.529	3,16	-	-
IBGE	Ens. fundamental	313.077	8,79	4.642	1,10	-	-	-	-	308.435	8,66
IBGE	Ensino supletivo	36.573	1,02	4.835	1,14	8.145	1,08	20.119	0,84	-	-

Todas as porcentagens são calculadas sobre a demanda potencial indicada na tabela anterior

Fonte - IBGE - Contagem da População, 1996; CIE/SEESP - Censo Escolar 1996.

São Paulo (Município): Matrícula inicial no ensino supletivo municipal - 1997

	Suplência (EMPG's)	%	PROALFA	%	CEMES	%	Teleducar	%	Total (B)	% (B)
Alfabetização	-		2.607	100	-		-	-	2.607	2,48
Suplência I	23.993	28,2	-	-	1.205	6,9	-	-	25.198	23,95
Suplência II	61.052	71,8	-	-	2.442	13,9	50	100	63.544	60,40
Ens.Médio	-	-	-	-	13.847	79,2	-	-	13.847	13,17
Total (A)	85.045	100,0	2.607	100	17.494	100,00	50	100	105.196	100,00
% (A)	-	80,84	-	2,48	-	16,63	-	0,05	-	100,00

Fonte: SME/ATP-CI

São Paulo (Município)

Evolução da matrícula no ensino fundamental supletivo municipal 1989/1997

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
35.682	61.414	73.908	95.124	96.748	90.136	86.208	87.247	86.060
Variação			+59.442			- 9.501		- 1.187
Variação %			+ 266%			- 9,01		-1,01
L. Erundina				P. Maluf			Pitta	

Fonte: SME/ATP-CI
Sp_aneb2a

Folha n.º 142 do proc.
N.º 18.142
O funcionário de 1998

São Paulo (Município)

Contrastes de escolaridade entre distritos - 1991

População de 10 a 14 anos de idade não alfabetizada

Distritos	Analfabetismo	
	Nº	%
Marsilac	68	9,01
Perdizes	47	0,56

Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social (dados do Censo Demográfico IBGE/1991)

Chefes de família analfabetos e com 1 a 3 anos de estudos

	Distritos	Analfabetos		De 1 a 3 anos		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
1	Marsilac	366	25,40	375	26,02	741	51,42
2	Parelheiros	2.502	19,97	2.717	10,80	5.219	41,67
30	Jaraguá	2.497	11,11	3.611	16,06	6.108	27,17
48	V. Prudente	3.122	9,72	4.236	13,19	7.358	22,90
49	Limão	2.295	9,57	3.107	12,96	5.402	22,53
95	Moema	461	1,91	700	2,90	1.161	4,81
96	J. Paulista	420	1,22	694	2,01	1.114	3,22
	Município	241.796	9,47	328.334	-	570.130	-

Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social (Censo Demográfico IBGE/1991)

<mapexsp.doc>

São Paulo (Estado) - Educação de Jovens e Adultos e Ensino Supletivo -

Matrícula Inicial - 1997

Nível	Alfabetização		Fundamental		Total (A)	
	N	%	N	%	N	%
Estadual	1.598	8,30	178.509	39,52	180.107	38,25
Municipa	17.242	89,48	210.477	46,6	227.719	48,35
Particular	429	2,22	62.704	13,88	63.133	13,4
Total (B)	19.269	100,00	451.690	100,00	470.959	100,00
% (B)	-	4,09	-	95,91	-	100,00

FONTE: MEC/INEP/SEEC

São Paulo (município) - Matrícula no ensino supletivo por dependência

administrativa - 1º semestre de 1996

	Alfa- betição	Ensino Fundamental				Ensino Médio		Total	
		1ª a 4ª	%	5ª a 8ª	%	N	%	N	%
Estadual	0	3921	11,9	8731	11,15	2793	20,37	15445	12,36
Municipal	0	27019	82,04	57665	73,68	80	0,58	84764	67,85
Particular*	35	1991	6,04	11861	15,15	10837	79,04	24724	19,79
Total	35	32931	26,36	78257	62,63	13710	10,97	124933	100,0

Fonte: CIE/SEESP - 1996

* incluindo SENAI

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEGUIE, Juntado nesta data deste para ser o original, rubricado sob

folha n.º 145239 de 26 de 8 de 1888 a) 9.

Folha n.º 145 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros, propiciando, assim, debate com as sociedades de bairro, movimentos populares, sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que apresentem sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles que em idade própria não tiveram acesso à escola.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por essa entidade na questão da alfabetização de jovens e adultos, vimos convida-la, ou seu representante, para participar como palestrante da nossa 2ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 19 de agosto de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Auditório Dr. Oscar Pedroso Horta "Anexo G", 19 andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, nº 100 - Bela Vista.

Solicitamos, entretanto, que haja confirmação de sua presença, através do fax: 3115-1355 ramal 1449.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Sra. Marta Harume Wakai Cavaleiro
M.D. Coordenadora de Cursos da Associação Profissionalizante da
BM&F

FAX: 229-5841/229-9033

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 146 do proc.
PAULO 18 de 19 98
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS

" A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS "

PRESIDENTE: Senhora Vereadora Ana Maria Quadros

MEMBROS : Senhores Vereadores

Aldaiza Sposati

Maria Helena

Gilson Barreto

Paulo Frange

Pierre de Freitas

Vicente Cândido

Reunião realizada no Auditório Oscar Pedroso Horta da Câmara
Municipal de São Paulo em 19 de agosto de 1998

SOLICITANTE: Sra. Vereadora Ana Maria Quadros

(Mmeo. nº. 001/98)

Secret. Donizete Alencar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 147	do proc. N.º 18	de 1988
O ORADOR		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
rl	14	alex	sit.educac.	19 8		

ANA MARIA QUADROS

A SRA. ~~EDUARDO MARTINS CARDOSO~~ - Convido para participar da

mesa Eunice Freire e Hélio Amorim, do Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária; Vera e Barreto; Sra. ^{Marta Vekas} ~~Vekas~~, coordenadora de cursos da Associação Profissionalizante da Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Integram esta Comissão as Sra. Vereadoras Aldaíza Spotsati e Maria Helena e os Srs. Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange, Pierre de Freitas e Vicente Cândido.

Representando todas as autoridades, convido o Prof. José Vândir, conselheiro do Conselho Municipal de Educação.

Encontra-se presente a representante do Vereador José Eduardo Martins Cardoso, o Sr. Joel Fonseca do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o representante do Vereador Jorge Taba, Sra. Concheta, do SESI; ~~o representante~~ o representante do Vereador Gilson Barreto, a Sra. Katia Maria, do SEMES; o Sr. Mário de Souza, do SEMES; a Sra. Maria Horta, do Centro (?) Romano; Dr. Manoel de Oliveira, representante da Federação Espírita do Estado de São Paulo; Sr. Daniel, do Simpeem; Sra. Patrícia, da LBV; Sra. Regiane, representando a Profa. Virgínia da Costa, da Universidade São Marcos; Dulce Maria de Paula Souza, representando a Dra. Marta Terezinha Godinho, Secre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 148 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTA PARTE
rl	2	alex	sit. educ.	19 8		

Tária Estadual; Benê, do Simpeem; Dirce, da Sokagakai; peço desculpas àquele que esqueci de nomear.

Tem a palavra a Eunice Freire.

A SRA. EUNICE FREIRE - O ~~INSTITUTO~~ IBEAC foi fundado em 1981, tendo por objetivo principal a organização e conscientização da sociedade tendo em vista a questão da cidadania. Trabalhamos, através de projetos, procurando levar às comunidades a idéia de organização e participação para que a própria comunidade, reunida, discuta os problemas locais, regionais e até nacionais; e procure, de alguma forma, organizar-se para contribuir na solução desses problemas.

Atuamos, principalmente, em duas linhas: a linha política, com cursos de formação política, e a específica, na educação. A linha da educação é mais ou menos o carro-chefe, o eixo da ação do IBEAC. O Instituto discutiu com vários setores da sociedade a questão da organização, da participação, da conscientização e da importância de trabalhar a sociedade como um todo para contribuir quanto à solução dos problemas. Discutindo esses problemas em vários municípios de São Paulo, chegou-se à idéia, que temos como grande norteadora de nossa ação! Foi o deputado Franco Montoro quem criou o IBEAC junto com outro grupo de pensadores, políticos, filósofos e professores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 149 do proc.
N. 18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r2	1	alex	situ.educa.	19 8		

sempre essa idéia mais ampla, não-partidária, da organização da sociedade para resolver seus problemas. Dentro dessa linha, foi proposta a criação de conselhos comunitários, que englobariam todas as áreas - educação, saúde, enfim, a parte de ação social, tanto que os conselhos se chamam Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social.

→ Essa parte de educação será apresentada pelo Hélio, que é o coordenador.

Em linhas gerais, esse é mais ou menos o papel do IBEAC, como desenvolve sua ação. A atuação política é feita, geralmente, em todo o Brasil. Trabalhamos através de convênios. Na parte da educação, inicialmente tivemos convênio com a Associação ~~ENFANTES DO BRASIL~~ dos Bancos do Estado de São Paulo. Atualmente, temos convênio com o MEC, com a FDE. Desde 1997, temos com a Secretaria da ~~SECRETARIA DE EDUCAÇÃO~~ Educação de São Paulo. Na parte política, de cursos de formação política, tivemos, como temos ainda, convênios com Ford, com Fundação Adenauer, com Ministério da Justiça, com Ministério do Trabalho.

Peço ao Hélio para falar mais sobre a parte da educação.

ANA MARIA QUADROS

A SRA. ~~ANAMARIA QUADROS~~ - Tem a palavra o Sr. Hélio Am-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 130 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r2	2	alex	sit. educ.	19 8		

rim, para falar sobre o trabalho de educação de jovens e adultos realizado e coordenado pelo IBEAC.

O SR. HÉLIO AMORIM - Agradeço à nobre Vereadora Ana Maria Quadros pela iniciativa, junto com a Comissão, de colocar a questão da alfabetização de jovens e adulttos em São Paulo.

O trabalho de alfabetização de jovens e adultos do IBEAC nasceu através de uma série de pesquisas e debates que realizamos no Instituto, e seminários no Interior do Estado, onde observamos haver um conjunto ^{de} ~~de~~ iniciativas nessa área, mas de forma isolada. A Igreja fazia ^o ~~o~~ trabalho. O ~~Rotary~~ Rotary desenvolvia uma experiência. Cada um dentro do seu mundo, cuidando do próprio projeto. Observamos que o trabalho não acontecia coma visão global em nível local: as pessoas não tinham visão de conjunto, localmente.

Num seminário que realizamos em Ribeirão Preto, as associações de bairro reclamavam que estavam fazendo a alfabetização de jovens ~~e~~ adultos, mas que não estava havendo continuidade. A pessoa se alfabetizava, mas ~~ela~~ não tinha como continuar ~~estudando~~ estudando. O SESI, que participava, disse ter seu curso, mas não havia alunos: "mandem seus alunos para nós que os iremos escolarizar", dar curso da 5a. à 8a. série".



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 151 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r2	3	alex	sit.educ.	19 8		

Todo esse trabalho de reflexão fez nascer a idéia de que se deveria criar um instrumento que pudesse unir os vários segmentos do municípios para o desenvolvimento de um projeto conjunto, com visão mais global, de modo a equacionar o problema local. Foi aí nasceu a idéia do Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social. Esse Conselho une os vários segmentos já organizados na cidade para que se possa desenvolver um projeto conjunto, minimizando custos, racionalizando uma série de coisas, de modo que um ajude o outro com uma visão mais global, verificando como será possível, no mínimo, minimizar o problema.

Participamos do princípio de que em todos os municípios do Estado de São Paulo temos recursos humanos e materiais suficientes para fazer isso. Levamos essa proposta para a Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, ligada à Febraban. Eles a acharam interessante e disseram que financiariam o início do projeto. Deram 600 mil dólares para o ~~IBRAC~~ IBEAC, exigindo a alfabetização de 4 mil pessoas.

Tivemos 18 meses para implantar a idéia dos conselhos e, ao final do projeto, apresentamos 6 mil pessoas escolarizadas, das quais cerca de 2 mil foram continuar os estudos de 5a. à 8a. sé-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 152 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r3	1	alex	sit.educ.	19 8		

rie. As outras não conseguimos encaminhar para a continuação dos estudos.

Ficou assim: quemé que vai continuar financiando o projeto? Entramos em contato com o MEC e mostramos essa experiência. Eles se interessaram. O MEC propôs fazer um projeto conosco, pelo qual deveríamos implantar mais 10 conselhos. Iríamos ter 10 conselhos funcionando, os quais deveriam estar alfabetizando 10 mil pessoas. No final do primeiro do convênio, tínhamos conseguido atingir 17 mil pessoas através desses conselhos.

Criamos um sistema simples. é um conselho com uma direção representativa: às vezes é a Igreja Católica, outras a Igreja Evangélica; os clubes de serviço; a Associação Comercial, se houver o sindicato participam; enfim, todos esses segmentos se reúnem no Conselho e fazem um mapeamento, no município, onde é fundamental desenvolver projetos de alfabetização. A idéia é levar a escola para o aluno, e o mais perto possível. É implantar no bairro, onde está onde está o aluno.

Há uma série de questões. Primeiro, observamos que os cursos de suplência têm algumas exigências que os alunos de periferia não conseguem cumprir: fotografia 3x4, não sei o quê de nascimento, carteira de identidade. Na periferia, às vezes todo mundo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 153 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r3	2	alex	sit.educac.	19 8		

está sendo documentação. É preciso trabalhar ~~nesses~~ esses alunos e, no processo, ir ajudando esse pessoal a tirar RG, etc. Trata-se de facilitar a vida do aluno. Essa é a primeira idéia.

O conselho faz esse mapeamento, levantando as pessoas que podem ajudar. O critério é ter ~~magistério~~ ^{2º} grau completo. Não precisa ter magistério. Ou estar cursando o 2º grau, prioritariamente no último ano. Funcionamos com a idéia de que essas pessoas são uma espécie de guru. Até a 4a. série, as pessoas que têm 2º grau podem ajudar a alfabetizar. O IBEAC assumiu essa posição por entender que uma pessoa que tem 2º grau é capaz de ajudar outra pessoa a alfabetizar-se. Está claro ser necessário um acompanhamento sistematizado, de capacitação.

O sistema funciona da seguinte forma. Cada monitor alfabetiza grupo de 20 a 25 pessoas. Ele trabalha de segunda a quinta-feira, normalmente. São duas horas por dia, das 19h às 21h, ou das 19h30 às 21h30. Cada 10 monitores têm um coordenador pedagógico, que deve estar cursando ou ser ~~formado~~ formado no 3º grau. Tudo isso é mapeado pelo conselho, pela direção. ~~Elas~~ São eles que fazem o levantamento da cidade, fazem a propaganda através dos vários segmentos que estão ali, participando: Rota ~~de~~ Igreja Católica, igrejas evangélicas, etc. Todo mundo se mobiliza para fazer o levantamento, verificar quem pode ajudar, quem quer estudar, etc. O trabalho tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 134 do proc.
No 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r3	3	alex	sit. educ.	19 8		

um pouco de espontâneo e um pouco de organizado.

O projeto normalmente começa com 10, 15 classes de alfabetização. O IBEAC dá todo o acompanhamento, faz toda a orientação da implantação. Está ali, junto; ou seja, não deixa a coisa solta. No processo de alfabetização, desde o início firmamos parceria com a Ação Educativa, uma ONG, que tem pesquisa nessa área. A Ação Educativa tem feito cursos de capacitação para nossos professores. Fizemos a apção pela Ação ~~EDUCATIVA~~ Educativa porque também é uma ONG e porque entendeu o nosso projeto, por isso ficou mais fácil trabalhar com ela.

Hoje, todos os nossos professores têm um texto que foi desenvolvido pela Ação Educativa, e ~~que~~ publicado pelo MEC, que é uma proposta curricular para a alfabetização de jovens e adultos. Essa proposta é um ponto de referência, não é uma camisa-de-força. Ela dá ~~um norte~~ um norte sobre como nossos professores podem situar-se no trabalho para desenvolver o projeto.

Mensalmente há uma oficina pedagógica no Instituto, quando reunimos os os coordenadores pedagógicos para refletir o processo de alfabetização, quando há troca de experiências. Vamos partir, também, para a produção de material de forma conjunta.

Essa idéia cresce. O IBEAC conta hoje com 16 conselhos, que atingem 50 municípios. Estamos atualmente com 27 mil alu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 135 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r4	1	alex	sit. educ.	19 8		

nos, sendo alfabetizados. Em cada semestre, os alunos melhorprepara-
dos fazem teste de escolaridade na escola pública para ter o certifi-
cado da 4a. série. O próprio conselho procura encaminhar esses alunos
para continuarem estudando de 5a. à 8a. série.

Todo mundo, hoje, quer que o IBEAC implante um conse-
lho comunitário, só que há um problema. Há um limite de recursos.
Por quê? Nessa proposta há o voluntariado, mas entendemos ser funda-
mental ~~■~~ nosso professor receber uma ajuda de custo, até para cobrir
as despesas que tem. Então, estamos conseguindo repassar ajuda de
custo de 100 reais para o nosso professor e de 200 reais para o
nosso coordenador pedagógico.

O IBEAC entende que a comunidade dispõe de recursos
humanos e de recursos materiais suficientes para ajudar a resolver
qualquer tipo de problema que haja, principalmente na questão educa-
cional. Com isso, não queremos minimizar a responsabilidade dos go-
vernos. Não é essa nossa intenção. Queremos mostrar que a comunidade
pode estar fazendo política ajudando na resolução dos problemas,
utilizando apenas os recursos que tem. Observamos que não existe
comunidade miserável, o que existe é comunidade desarticulada. É
fundamental criar-se mecanismos para que essa comunidade se articule
para que se fortaleça politicamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 156 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
r4	2	alex	sit.educ.	198		

Ela irá fortalecer-se politicamente no momento em que estiver vendo que contribui para a solução dos próprios problemas. Ela terá, então, mais força para reivindicar seus direitos, porque estará ajudando a fazer.

Isso tem motivado comunidades a crescer, desenvolvendo outros projetos além da alfabetização de jovens e adultos. Estamos com ~~o~~ conselhos desenvolvendo projetos na área da cultura por eles mesmos. Eles já entenderam a proposta; Na ação social, a questão de moradia, e assim por diante.

Qual é a duração do projeto? Entendemos ser necessário um espaço de 11 meses para se trabalhar de forma consistente a questão. Não dá para o indivíduo aprender a ler e a escrever; assinar o nome. Ele precisa ~~de~~ entender o que está lendo, precisa entender o que está ~~assinando~~ escrevendo. Precisa entender um texto simples. Nossa preocupação é que ele tenha uma visão crítica do que está fazendo. Por conta disso, o processo de alfabetização não é mecânico de aprender a ler e a escrever. Há sempre um conjunto de atividades que os próprios coordenadores pedagógicos e monitores desenvolvem com os alunos na própria comunidade.

Exemplo: em Campo Limpo, onde temos 1.800 ~~uma~~ alunos sendo escolarizados no projeto, duas vezes por ano esses alunos fa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 154 do proc.
AJU LO 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r4	3	alex	sit. educ.	19 8		

zem teatro , encenações, desenvolvem concursos, tudo dentro de uma visão crítica. Eles fazem isso tentando fazer uma leitura crítica da realidade. Assim se irá observar em todos os conselhos.

Nossos monitores se reúnem uma vez por semana com o coordenador pedagógico para fazer uma avaliação do trabalho que é feito durante a semana e projetar o trabalho da semana seguinte. É sempre um trabalho de conjunto. Essa é o projeto que o IBEAC desenvolve.

Temos, hoje, duas parcerias, uma com o MEC, pela qual estamos trabalhando com 17 mil alunos; outra, mais recente, com a Secretaria da Educação, Esse trabalho com a Secretaria, preciso dizer, foi uma ~~maim~~ reivindicação do Pe. Chicão. Estamos no projeto por uma reivindicação dele. Ele que mobilizou toda a Zona Leste. Lá estava havendo problemas nessa área. Ele pediu encarecidamente ao IBEAC ajudar. Foi ele quem mobilizou, então o projeto existe por conta dele. O IBEAC se colocou à disposição.

Fizemos um acordo para estender o projeto para a Zona Norte, porque lá não havia nada organizado nesse sentido, a não ser uma cooperativa, que há um ano iniciou projeto com a Igreja.

O projeto é este.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 158 do proc.
18 de 1998
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
r4	4	alex	sit.educ.	19 8		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Cumprimento-o pelo trabalho.

Encontra-se presentes Vereador Roberto Tripoli; o Sr. Antonio Braga, representando a Profem; a Sra. Ivone Silva, representando o Sindicato dos Bancários de São Paulo; a Sra. Rosa Maria de Lima Costa, representando o Camping Brooklin-Morumbi; a Sr. Sidnei Silva e Sra. Rosa de Souza, representando o CEMES; a Sra. Lucy Junqueira, assessora do Vereador Nelson Proença; a Sra. Elizabeth Soares, do CEMES; a Sra. Cleuza Garcia, representando o Vereador Vicente Cândido; o Sr. Levy, do CEMES.

Tem a palavra a Sra. Marta Ukai, coordenadora de cursos da Associação Profissionalizante da Bolsa de Mercadodrias & Futuros.

A SRA. MARTA UKAI - Fomos convidados por indicação de uma empresa que opera na BM&F. Não trabalhamos, particularmente, com alfabetização de ~~menores~~ jovens e adultos, mas sim com capacitação profissional. Essa instituição existe faz pouco tempo: dois anos e meio. Foi criada em fevereiro de 1996. Ela é mantida integralmente pela BM&F.

Atendemos, anualmente, 240 alunos, em dois programas; na verdade, são três programas. Eles ficam de segunda a ~~sexta~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 159 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r4	5	alex	sit.educ.	19 8		1.

sábado, das 8h às 17h, vivenciando esses programas profissionalizantes.

Nosso público-alvo, basicamente, são adolescentes entre 14 e 18 anos, de ambos os sexos. Para cursar, inscrever-se, eles precisam estar estudando numa escola formal. Mantemos um programa de reforço escolar para incentivar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 160 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R5	1	Vianna	Com. Estudos Sít. Educacional	19.8.98		

a permanência na escola e a continuidade dos estudos. Além disso, a renda familiar mensal não pode ultrapassar quatro salários mínimos, porque todos os cursos são gratuitos. A seleção é feita de acordo com a carência financeira e social do candidato, do adolescente.

Esses programas foram criados porque existia uma lacuna. A Bolsa de Mercadorias já investia em alguns programas sociais dando um aporte financeiro, mas ela resolveu criar um projeto próprio. Ela sentiu que havia uma carência no sentido de estar profissionalizando adolescentes carentes, que não tinham oportunidade de pagar alguns cursos que existem por aí, então decidiu montar esse projeto totalmente gratuito para os adolescentes, e criou uma série de benefícios para que houvesse condições de eles ficarem o dia todo lá.

Eles entram às 8h da manhã, tomam café, almoçam e tomam lanche antes de ir para a escola; recebem três refeições diárias. Eles recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 50,00 por mês, que são depositados numa conta-poupança. Eles têm assistência médica e odontológica durante o período em que estão lá, isso graças a uma parceria que mantemos com duas empresas. Eles têm vale-transporte. Se precisam de óculos, prescritos por um oftalmologista, recebem também. Recebem uma cesta básica para a família, porque eles estão deixando de trabalhar enquanto



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 161 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R5	2	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

estão lá, e também recebem uniforme.

Esse conjunto de benefícios foi criado apra dar suporte ao programa, não para criar um vínculo, uma relação paternalista. Tudo isso a gente faz para treiná-lo para o mercado de trabalho e sentir como funciona esse mecanismo.

Foram montados três cursos básicos. Um é voltado para alunos do segundo grau, que é chamado Capacitação para Empregabilidade. Esses alunos precisam estar matriculados no segundo grau, 1º, 2º ou 3º ano; ou ter concluído. Esse programa dura aproximadamente quatro meses e ele vivencia vários módulos. Qual é a ênfase desse programa? Nós não formamos para uma ocupação definida no mercado de trabalho, porque a gente sente que hoje o mercado está em constante mudança, e a gente não pode preparar, por exemplo, para auxiliar de escritório ou auxiliar administrativo. Então a gente trabalha, na verdade, a capacitação desse menino. Ele aprende a se comunicar, a se colocar, aprende a pensar por si só. A gente parte do pressuposto de que ele é um indivíduo que já traz um conteúdo dentro de si. Ele aprende a gostar de si, a gente trabalha a auto-estima; aprende a se conhecer; tem aulas de saúde dele, como prevenir doenças sexualmente transmissíveis, tem oficinas de sexualidade, palestras para prevenção de aids e de gravidez na adolescência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 162 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
R5	3	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

cia. TEM uma nutricionista que monta um módulo onde eles vão executar um projeto, que é uma oficina de lanches, e aí eles vivenciam como se elabora um projeto. Tem um docente que trabalha a parte de documentação básica, documentação comercial, ~~se~~, por exemplo, ele for trabalhar como "boy". Tem um módulo onde eles aprendem a valorizar principalmente a ~~capacidade~~ capacidade dele enquanto indivíduo, não tanto a aparência ~~XX~~ pessoal, ele aprende a trabalhar em equipe, tudo isso que é hoje tão valorizado dentro do ~~mercado~~ mercado de trabalho. Eles têm aula de ~~in-~~ formática também.

TEMos hoje, com esse programa, um índice de colocação de 77%. Nós atendemos poucos alunos, mas o índice de colocação é muito grande porque nós mantemos um balcão de empregos e não cobramos por esse serviço. As empresas nos contatam e o aluno já está treinado. Ele começa como "boy", como recepcionista, operador de "telemarketing", secretária júnior etc.

Temos um outro programa que é chamado "Faz Tudo", em parceria com o Senai, que nos dá o suporte técnico. Os alunos precisam apenas estar cursando uma escola, precisam saber ler e escrever. É um cruso na área de construção ~~civil~~ civil e a gente forma aquele profissional



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Fls. n.º	163	do proc.
N.º	18	de 1958
O	funcionário	SOMT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O	funcionário	SOMT. APARTE
R5	4	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98			

capaz de fazer pequenos reparos dentro de casa. Ele aprende elétrica, hidráulica, assentamento de tijolos, piso cerâmico, aprende a reparar um aparelho eletrodoméstico. A gente percebeu que o mercado é muito seletivo, e esses alunos que têm baixa escolaridade não conseguem ingressar no mercado. Esse curso é voltado para essa clientela que não conseguiu fazer um curso de informática e não conseguiu entrar no mercado formal.

Além disso, desenvolvemos três cursos de iniciação profissional em confecção. Não se trata de confecção de roupas, mas de pequenos objetos onde eles possam gerar renda rapidamente, em suas próprias casas; um curso de serigrafica, onde eles aprendem a estampar camisetas, adesivos etc; e um curso de iniciação em fotografia, onde eles aprendem a registrar uma festa de criança, a fazer um "book" de criança, a fazer foto 3x4. Basicamente nós trabalhamos com esses três programas.

Além disso, depois que os alunos passam esse período lá, eles têm direito de voltar pelo tempo que for necessário, para fazer cursos de aperfeiçoamento na área de informática. No "Faz Tudo", especialmente, nós atendemos jovens de favelas de São Paulo, então nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Boletim n.º 164	do proc.
N.º 18	de 1991
O funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R5	5	VIanna	Sit.Educacional	19.8.98		

montamos um outro módulo de aperfeiçoamento, que é chamado Módulo II, onde eles podem fazer pequenos reparos dentro de alguma entidade de utilidade pública, ou seja, escolas, postos de saúde, padarias comunitárias. Eles fazem reparos nesses edifícios, onde eles são valorizados pela própria comunidade onde eles moram e aplicam e aperfeiçoam aquilo que aprenderam.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 165 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
R6	1	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		1

Hoje já conseguimos repassar esse programa gratuitamente para uma outra empresa, a ~~XXXX~~ Aché Laboratórios Farmacêuticos, que já tem o programa implantado há mais de um ano, atendendo a comunidade de Guarulhos.

Na semana passada conseguimos firmar uma parceria com o Centro de Referência da Saúde da Mulher, onde 30 das nossas alunas estão passando por um programa de formação de agentes comunitários de saúde, adolescentes. Juntamente com o centro de referência, nós percebemos que esses adolescentes poderiam trabalhar nas próprias comunidades junto a adolescentes, porque eles conhecem as necessidades dos adolescentes. Nós percebemos que há uma ~~XXXX~~ incidência muito grande de gravidez na adolescência, de doenças sexualmente transmissíveis, então esses jovens se prontificaram a passar por esse treinamento no Centro de Referência de saúde da Mulher, para prestar serviços comunitários.

É uma forma de trabalhar alguns conceitos de cidadania. Eles passam ~~XX~~ por um treinamento onde aprendem a respeitar a si mesmos e ao outro. É uma forma de concretizar aquilo que eles aprenderam lá, passando isso para a própria comunidade onde eles moram.

Eu não queria estender para não ficar cansativo. Basi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 166 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R6	2	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

camente é isso. Na semana, a Bolsa de Mercadorias teve a honra de receber o Prêmio Eco de reconhecimento da cidadania empresarial. As empresas privadas que fazem algum trabalho no terceiro setor receberam esse prêmio. Nós recebemos na área de educação.

Gostaríamos de nos colocar à disposição para quem quiser visitar a nossa entidade. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - ~~PMDB~~ PSDB) - Agra

decemos à Prof. Marta e a cumprimentamos pelo trabalho. O Prof. José Waldir Grejo, delegado da DREM 8 e também membro do Conselho Municipal de Educação, ficará para responder alguma pergunta, porque haverá um dia específico para o Conselho. Para avisar a todos os participantes, todos aqueles que vêm às quartas-feiras estão convidados para todas as quartas-feiras e passam a ser co-organizadores desse evento.

Vamos abrir a palavra por dois minutos para cada um, seja para sugestões, seja para perguntas. O tema é a educação de jovens e adultos no município de São Paulo. O objetivo da Comissão é tirar, de cada reunião, sugestões para políticas públicas a nível municipal, mas também sugerir a nível estadual e federal aquilo que for importante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 167 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
R6	3	Vianna	Sit. Educacional	19.8.98		

Queremos registrar a presença da Sra. Alda Maria Rebelo, representando a MPC da PUC-São Paulo; a Sra. Adelina, assessora da Vereadora Aldaíza Sposati; Sra. Renata Miquelásio, representando o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação da USP.

Nós não demos ainda a programação, porque muitas vezes a pessoa muda, são convidadas para tratar de um assunto, daí a pessoa não pode vir. Mas teremos o dia das universidades, o dia dos conselhos, ~~o~~ o dia do poder público municipal, estadual e federal, o dia das entidades, das associações e sindicatos representantes dos ~~educ~~ educadores e também dos trabalhadores. Então, é importante a presença de todos todas as quartas-feiras. É possível que, na semana que vem, façamos a reunião no 8º andar. Então, ao chegarem à Câmara, procurem saber em que lugar está sendo realizada a reunião.

Já temos alguns inscritos. Quero dizer que o IBEAC já entregou uma documentação para a Comissão. Eu solicito à Marta, também, se depois quiser enviar alguma documentação, é importante para o relatório da Comissão.

Em primeiro lugar, o Sr. Mário Francelino de Souza, representando o CEMES.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 168 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
R6	4	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

O SR. MÁRIO FRANCELINO DE SOUZA - A pergunta seria para o Vereador Amorim, com relação ao Cemes. Quando ele fala da angústia do IBEAC, quando o aluno conclui da primeira à quarta série. De repente é a mesma angústia que nós do Ceme sentimos quando o aluno conclui a 8ª série, pega o certificado e não consegue mais se moldar à escola regular. Quem cuida da parte do segundo grau seria o estado, e nós não temos escolas para atender nossos alunos. Então, eu gostaria de saber o que o IBEAC, ou esta Comissão, está pensando com relação à Cemes e ao segundo grau. Nós, do Cemes, trabalhamos com o Pró-Alfa, que é alfabetização, e nós trabalharemos só de 5ª à 8ª série. Então, o que a gente poderia fazer, uma ajuda mútua, para atender essa clientela.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Eu vou pedir aos expositores que anotem as questões para responder no final, porque uma questão pode enriquecer a outra. Tem a palavra a Sra. Márcia Castro Freire, diretora do Colégio Alfredo Castro.

A SRA. MÁRCIA CASTRO FREIRE - Quero parabenizá-la por esta reunião maravilhosa e trabalhar com jovens e adultos é uma nova



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 169 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário
ORADOR
SOM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	SOM APARTE
R6	5	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

meta do estado, do município e da comunidade.

Eu trabalho há 25 anos com pré-escola, primeiro e segundo graus, e há dois anos faço parte da Associação Paulista de Amparo à Mulher. Nessa associação há gestantes, grávidas abandonadas, para quem damos toda assistência. Elas moram conosco durante um ano, até terem o nenê, depois são encaminhadas para um emprego.

Eu comecei a fazer um trabalho com essas jovens mães para ensinar a cuidar de bebês, então eu dou curso de babá, "baby sitter" e berçarista. Mas estou sentindo necessidade de começar com alfabetização não só para as internas da casa, que são vinte, mas para pessoas da comunidade do bairro de Perdizes. É um bairro muito bom, não tem carência de escolas, mas sinto falta de atendimento às jovens que não foram alfabetizadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	140	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R7	1	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

Entrei em contato com várias associações, MEC, Conselho, e ninguém pôde me dar uma cartilha para que eu possa fazer essa alfabetização. Parece incrível, mas não consegui cartilha para alfabetizar jovens e adultos. Quero saber onde posso conseguir essa cartilha. Meu grupo já está formado, tem sala de aula, giz, apagador, lousa. Só não tenho material didático. Sou voluntária, junto com mais quatro professoras voluntárias, e estamos esperando uma solução.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Os palestrantes responderão ao final. Obrigada.

Cumprimento a todos que estão na sala pelo trabalho lindo e eficiente que têm realizado junto à população.

Tem a palavra o Sr. Joel Fonseca, metalúrgico do ABC.

O SR. JOEL FONSECA - Quero cumprimentar a todos. Sou do movimento de alfabetização de jovens e adultos do ABC-Mova. Inclusive, está aqui a Vera, do Verejda, que contribuiu com a elaboração desse movimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 181 do proc.
de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
R7	2	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

Em sua exposição, o Amorim falou muito timidamente do envolvimento do poder público, principalmente o local. Parece que a prefeitura local não está tendo nenhuma participação, e não podemos isentar o poder público dessa responsabilidade. Acho importante que a sociedade civil se organize e cobre, envolva o poder público nessa discussão. Quero saber qual é a idéia que vocês têm em relação ao envolvimento do poder público.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Só um aviso: quem precisar de pessoas que orientem na alfabetização, há aqui vários grupos, o Ibéac, o Vereada, os Centros Municipais de Educação Supletiva e vários outros, Ação Educativa, Sesi, o Núcleo da PUC, a USP também. Levantem a mão para as pessoas saberem.

- Fala fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Mas é que é outra sistemática de alfabetização. O Centro Cida Romana é seu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 172 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10
ORADOR CONTAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R7	3	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

vizinho e tem um trabalho bonito e pode te orientar. É que hoje em dia não se usa mais cartilha. Toda a metodologia atualizada não usa mais. Eles te preparam, e são vários grupos.

Tem a palavra a Sra. Dirce Wamoto, educadora, coordenadora do setor de educação da Soga H.K.(?) ■ Internacional.

A SRA. DIRCE WAMOTO - Bom dia. Eu coordeno um projeto de quase 1.500 alunos, no período da noite, em vinte pólos no Rio, Brasília e São Paulo. Atualmente estou com um problema grave. Os que foram aprovados na quarta ~~4ª~~ série não têm vagas para 5ª à 8ª em nenhum lugar. É uma pergunta pertinente ao município, à prefeitura, pois me parece que estão fechando os cursos de suplência de 5ª à 8ª, então não há continuidade para aqueles que terminam.

Outra pergunta é como fazer para encaminhar alguns alunos, interessados, que precisariam realmente...

- Fala fora do microfone.

A SRA. DIRCE WAMOTO - Só telefonar para a senhora. Tudo bem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	173	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário	10	
ORADOR		CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
R7	4	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

Outra pergunta, rapidamente. Essa solução de atender alunos carentes é proveniente de vários setores? Nós precisaríamos de um prédio. Não sei se é pertinente essa pergunta. Estamos tentando conversar com diretores de escolas onde há vagas no período noturno. Temos cerca de 150 voluntários para trabalhar, de 5ª à 8ª. Temos um projeto de educação de 5ª à 8ª em seis meses, mas não temos o prédio. Precisamos de uma escola noturna onde possamos fazer um trabalho sem vínculos religiosos, políticos nem financeiros. Somos voluntários plenos.

Nesse teor, a Soga H.K. está se propondo a solicitar, aliás há muito tempo já, mas a própria administração central da Secretaria de Educação do Estado e do Município alega não poder ceder, em nenhum momento. Primeiro, que vinculam-se ao estado e ao município outros parâmetros legais, e não pretende abrir o período noturno porque não tem quem tome conta, e coisas assim. Me parece incoerência, já que esses alunos serão despejados, sem vagas para estudarem de 5ª à 8ª. Temos uma vastidão de alunos necessitando continuar o curso. Eu sei que outros cursos propostos, os feitos pelo Senac, não têm vagas para esses alunos, mormente porque a suplência precisa de um amparo mui-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 194 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
R7	5	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

to mais organizado.

Nossa proposta está redigida num termo de ação, de executar esse trabalho durante seis meses para cada série, terminando em aproximadamente quatro semestres, de 5ª à 8ª. Não sei se é possível, mas deixo a pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - EM relação ao poder público, vmaos ~~encaminhar~~ encaminhar todas as sugestões ~~saídas~~ saídas daqui num documento formal. ~~Fica~~ Fica aí também uma pergunta para a sociedade civil. Se alguém quiser entrar em contato com a Dirce, ela está sentada ali.

Tem a palavra o Sr. ~~Adelson~~ Adelson Cavalcante de Queiróz, do Sinpeem, Sindicato dos Professores Especialistas do Ensino Municipal. Quero também registrar a presença da Sra. Eliana Maria Perrina, da Fabes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	175	do proc.
N.º	18	de 1988
O funcionário	10	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R8	1	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

O SR. ADELSON CAVALCANTE DE QUEIRÓZ - Bom dia a todos.

Agradeço à mesa pelo convite. Gostaria de alertar a colega que nos antecedeu que o Estado de São Paulo, em 1996, numa atitude que eu considero até não educacional, andou fechando várias escolas na cidade e no estado de São Paulo. Só na 7ª Delegacia de Ensino, que é a zona do Tatuapé, foram quatro escolas. Eu moro naquela região e esses quatro prédios estão às moscas, inclusive um deles que tinha sofrido reforma naquele ano, que é o prédio do Marcílio Gonçalves Ferreira Mendes, na Av. Tamaindé. Eu acredito que o estado deva ter condições de repassar para quem tem ideais e está fazendo algum trabalho para atender jovens e adultos.

A minha pergunta é mais dirigida ao Prof. Amorim. EM sua fala, o senhor colocou que o pessoal tem entrado nos cursos às 19 h e/ou às 19h30. No Sinpeem nós estamos muito preocupados com a reforma que a Secretária de Educação do Município de São Paulo está fazendo, querendo transformar o que nós chamamos de normalidade, e que ela chama de excepcionalidade, que são as escolas em quatro períodos, transformando-as em três períodos.

Nos nossos grupos de estudos, fazemos uma reflexão, que a Constituição venha a garantir ensino noturno atendendo às condi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 176 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R8	2	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		

ções do alunato, do educador. Pelo que temos de experiência - inclusive eu trabalho também na rede estadual à noite e tenho suplência -, nossos alunos não têm conseguido chegar às 19h. Então, gostaria de uma informação da sua parte, porque é muito preocupante para nós a não-presença do aluno. Não estou ~~em nome~~ falando em nome do Sinpeem neste momento, mas em meu nome. EU sou um dos defensores da escola presencial, até para tentar suprir algo que esse aluno teve expurgado na época correta, a convivência escolar.

De repente, muitos dos projetos não-presenciais eu não considero como escolares, a nível de abarcar tudo aquilo que o aluno perdeu no passado. A minha pergunta é bastante direta: como fica presença do aluno trabalhador, aquele que o patrão não deixa sair mais cedo para frequentar o curso?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Obrigada. Agora, a Prof. Maria Rita, que é conselheira do Sinpeem.

Um aviso: amanhã, na Comissão de Educação, não comparecerá a Secretária Municipal de Educação, outra vez. Ela marcou para setembro. Mas a Comissão de Educação da Câmara funcionará toda quinta-feira, às 13h30, no salão Tiradentes, no 8º andar, ao lado da sala



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 177 do proc.
n.º 18 de 1988
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R8	3	Vianna	Sit. Educacional	19.8.98		1.

da presidência.

Tem a palavra a Sra. Maria Rita.

A SRA. MARIA RITA - Quero levantar duas questões que de certa forma foram tratadas aqui. A primeira é em relação à campanha de eliminação do analfabetismo, diferenciando da educação sistemática. Neste ponto, acho que é verdadeiro que só se elimina o analfabetismo em cima de campanhas. O que me preocupa é que estejamos estabelecendo campanhas que mobilizem toda a sociedade, sem considerar um dado pelo menos para a cidade e para o estado de São Paulo. O analfabetismo, na cidade de São Paulo em particular, não passa por um problema, por exemplo, que é a inexistência do professor. O professor existe.

Quero saber por que a gente não mobiliza o conjunto da sociedade no sentido de eliminar o analfabetismo, mas a partir de uma figura central que de fato existe aqui. Aqui não é problema, existem professores em número suficiente. Acho que todos esses projetos da sociedade estão corretos, mas devem passar pela utilização da mão-de-obra especializada que existe, que deveríamos estar hoje privilegiando, que é o professor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 178 do proc.
N.º 78 de 1998
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R8	4	Vianna	Sit.Educacional	19.8.98		1

Outra questão é a que o Adelson abordou sobre a educação de jovens e adultos caracterizada como ensino supletivo. Existe um problema sério para abordar aqui. Quando o colega do Cemes dizia que os alunos não se adequam depois àquela forma de trabalhar, é porque, na verdade, hoje existe uma política intencional de destruição do ensino presencial. Se dá uma estrutura ao ensino presencial de jovens e adultos semelhante à estrutura do ensino regular. É óbvio que é aí que ele não se adapta. Se você não privilegia o ensino presencial, mas adaptado, adequado às condições do adulto, e cria um ensino não presencial que respeita isso, é óbvio que aí o ensino não presencial parece superior.

Eu não sei se a gente ainda consegue eliminar, da palavra "educação", a questão da necessidade de convivência, da troca. Não é só uma relação professor-aluno. É uma relação grupo social, grupo-aluno. Aproveitando a presença de membros do Conselho Municipal de Educação, eu acho estranho, por exemplo, que no parecer dê uma certa flexibilidade, mas, ao mesmo tempo, diga que o ensino presencial é obrigado a seguir determinadas diretrizes do ensino regular. Isso é ridículo.

Ele ter uma duração, tudo bem. Mas o sistema de ensino



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 180 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
R-9	1	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

para o ensino não-presencial e flexibilidade nenhuma para o ensino presencial. A discussão aqui é a seguinte: flexibilização do ensino presencial para jovens e adultos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Essa Comissão foi aprovada pela Câmara Municipal tendo em vista um número muito grande de jovens e adultos que se encontram abaixo da linha mínima que é a exigência da Constituição.

Segundo os dados trazidos, na quarta-feira passada, pela Maria Clara de Pinheiros, da Ação Educativa, na cidade de São Paulo temos cerca de 9 milhões de habitantes, só o município de São Paulo. Temos quatrocentas e poucas pessoas sem instrução, ou até o primeiro ano e 3 milhões de jovens e adultos abaixo do exigido pela Constituição.

É muito grave. Em termos de Brasil ^{também} ~~de 9 milhões de~~. De 9 milhões de pessoas temos 3 milhões que não têm nem ^o ensino fundamental, exigência da Constituição. Isso é muito grave.

Tem a palavra a senhora Alda, da PUC;

A SRA. ALDA - Bom dia a todos. A minha pergunta se repete.

A minha ansiedade é a dele e a de outras pessoas sobre a questão dos alunos que concluem a quarta-série. Para onde vão? Não existem vagas de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 181 do proc.
UN.º 18 de 19
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-9	2	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

supletivos de 5ª a 8ª séries, nem na rede pública estadual nem na municipal. Quando existe, é uma sala, com duzentas pessoas esperando vaga.

O núcleo de trabalhos comunitários da PUC trabalha em duas linhas, a formação de alfabetizadores de adultos e as salas de aula. Damos essa formação e vamos até onde está o adulto. Nosso trabalho é feito na comunidade. Fazemos um levantamento com os universitários e detectamos o índice de analfabetismo nas comunidades, principalmente nas favelas. Observamos que 80% dos pais são analfabetos. Nosso trabalho também é voltado para as crianças, mas acreditamos que o pai precisa ser trabalhado. O educador mora na comunidade, nós o formamos, damos uma assessoria pedagógica para ele.

Temos salas de aulas dentro da PUC porque também alfabetizamos os funcionários da PUC e trabalhadores do entorno da PUC. Nossas salas funcionam nos três turnos, manhã, tarde e noite, dependendo da necessidade do educando. Nas comunidades usamos espaços de igrejas, casas, garagens, não temos uma estrutura financeira para bancar as salas, mas temos uma equipe de educadores do NTC, na sua maioria universitários, que trabalham em toda grande São Paulo.

Quero abordar uma questão colocada aqui. A prefeitura do Estado não assumem, mas incentivam a educação à distância. O professor deixa de existir. Sou professora, com muito orgulho, há vinte anos, leciono



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 182 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTÉ
R-9	3	Carla	Sit.Educ.	19.01.98		

no o ensino fundamental, 1ª a 4ª série, que está sendo substituído pelos telecursos. Formam o aluno em quatro meses. Mas ele não consegue ser sujeito construtor desse saber. Ele não consegue se inserir no mercado globalizado em que o saber está acima de qualquer capacidade. Hoje a experiência de anos de trabalho não vale mais. Vale a experiência de saber se colocar.

Minha preocupação é nesse sentido. A sociedade civil não deve se preocupar em alfabetizar as pessoas para se tornarem cidadãos. Ser cidadão hoje não é só aprender a escrever o nome. O Mobral fez isso e estamos em um país sem cidadãos.

Muito obrigada.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos a intervenção. Tem a palavra o Sr. Manuel de Oliveira Potássio Filho.

O SR. MANUEL DE OLIVEIRA - Bom dia. Em nome da Federação Espírita do Estado de São Paulo gostaríamos de agradecer o convite e enaltecer a iniciativa da nobre Vereadora e da Comissão que realizou esses estudos.

Queremos colocar uma questão que achamos apropriada no momento devido à filosofia desse trabalho de alfabetização. Estamos sentindo que o mundo de hoje está passando por radicais transformações. É



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 183 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-9	4	Carla	Sit. Educ.	19.08.98		

muito natural. Estamos passando por um processo de base em que o mundo, a humanidade como um todo, se preocupa com os valores até aqui construídos e, ao mesmo tempo, busca alternativas para a solução dos seus problemas de ordem até transcendental.

Verificamos que a problemática do homem de hoje, ou da sociedade humana, não é mais do que um reflexo de tudo que o homem construiu ou destruiu ao longo da sua própria história. Tal problemática reflete-se não só na sociedade, mas também no indivíduo, principalmente no indivíduo que a partir daí começa ^{con} a viver com suas angústias, com a falta de perspectivas até no mercado de trabalho que hoje está bastante modificado.

Gostaríamos de colocar a seguinte pergunta: nesse projeto de alfabetização está incluído algum tipo de orientação moral e religiosa que leve o indivíduo a um pensamento, em primeiro lugar acerca de si mesmo e da sua problemática? É dada alguma alternativa de escolha para essa reflexão além dos conceitos já tão conhecidos de todos nós, conceitos dogmáticos, da própria religião? Enfim, há uma formação religiosa e de que tipo nesse projeto de alfabetização? Cabe aí uma ampliação dessa formação, se é que ela existe?

A SRª. ANA MARIA QUADRO - Agradecemos. Tem a palavra Cátia, do Cemes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 184 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R-9	5	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

A SRª.CÁTIA - Parabenizo, mais uma vez, este evento. Não seria uma pergunta, seriam esclarecimentos. Estou ouvindo vários colegas, de diversas entidades se colocarem e encontramos posturas não corretas, principalmente em relação ao Cemes.

O Silpeen nos disse que estamos aqui para discutir superioridade de ensino presencial ou não. Não estamos discutindo nada sobre ensino presencial ou não, superioridade ou inferioridade. Não estamos em guerra e muito menos brigando com a suplência. Queremos deixar uma pergunta no ar. O Cemes existe de segunda a quinta-feira, sexta só para reuniões com os professores e atende o aluno em duas horas por dia. O Cemes atende àquele aluno que não pode ter presença devido a uma série de problemas. Pode ser um aluno itinerante, tanto em local de trabalho, pode ser um pedreiro, ou horário, trabalha à noite e não pode estudar na escola. É atendido das 7:30 h da manhã até 22:30 h.

Em relação a lidar com grupo social e dizer que o professor deixa de existir, não é verdade. O professor não deixa de existir, está presente, está no plantão de dúvidas, está na orientação, está na mediação de aprendizagem, na orientação de tudo, inclusive nas avaliações. O professor está presente, até como professor particular. Em relação à preocupação do grupo social, ela existe, temos aulas de suprimentos, em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 185 do proc.
PAULO 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
ER-90 1		Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

que funcionam oficinas de redação, laboratórios de matemáticas, oficinas de trabalhos manuais, artesanato em caixas, cartonagem, uma série de coisas propondo uma outra saída para o mercado de trabalho, uma saída extra.

Era esse o esclarecimento. A senhora é preocupada com os alunos de 4ª série, temos em diversas DREMS os Cemes funcionando. Ela pode, inclusive, mandar os alunos para lá. Independente da 4ª série, do diploma, do histórico, não exigimos isso, fazemos um teste de diagnóstico, ele se coloca e estuda no Cemes muito bem.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Queria pedir aos educadores, professores do Cemes, aos delegados do ensino municipal que ficassem no final porque teremos um dia ^{abundamos} que o ensino à distância. As entidades que têm ensino à distância, gostaria que colocassem o nome da pessoa que falaria em nome da entidade. Não só o Cemes, mas o Sesi, o Senai todas que têm ensino à distância. Seria interessante discutirmos o ensino à distância.

Tem a palavra a Luci Junqueira, professora, assessora do nobre Vereador Nelson Proença.

A SRª. Luci Junqueira - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar, mais uma vez a nobre Vereadora Ana Maria Quadros, organi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 186 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-10	2	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

zadora do evento, parabenizar os colaboradores, todos os presentes pela participação em uma causa tão justa.

Quero fazer algumas sugestões, já feitas, inclusive, na última reunião da Comissão de Educação, na última quinta-feira.

Em primeiro lugar, a questão de um censo escolar que realmente fosse um instrumento, um documento que refletisse a nossa realidade com relação a analfabetismo e educação dos jovens e adultos. Isso realmente serviria como um diagnóstico inicial para um grande projeto.

Em segundo lugar, lembrar a todos e colocar, detalhadamente, em todos os projetos que a responsabilidade pelo ensino fundamental é do Estado e do Município. O Estado deveria estar reabrindo as escolas que fechou que estão sendo necessárias para vários projetos, ou emprestá-las, alugá-las, alguma coisa. Existem várias pessoas precisando das escolas e estas permanecem fechadas, outras sendo vendidas, etc.

Esse projeto precisaria ser assumido pelo Estado e pelo município e por todas as entidades que já desenvolvem projetos nessa área. Evidente que esta participação é fundamental.

Queria fazer uma sugestão à nobre Vereadora Ana Maria Quadros: Que fosse elaborado um documento de divulgação de tudo que existe na área sobre educação de jovens e adultos de forma que tivéssemos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 184 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R-10	3	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

em um único documento, em uma única publicação oficial, todos os projetos existentes, com endereços, atendimento, quem são os órgãos, uma descrição sumária sobre os órgãos para que pudéssemos fazer uma ampla divulgação sobre o que já está sendo feito. Aqui algumas coisas foram ditas a esse respeito e fica uma coisa muito caseira dizer: manda seus alunos lá para casa, temos vaga.

Precisaríamos, nesse momento, de um documento oficial, que poderia ser feito pela Vereadora Ana Maria Quadros, em que tivéssemos a relação de todos os órgãos que já estão fazendo trabalho, faríamos uma ampla pesquisa sobre o assunto para que pudéssemos nos ajudar. Essa deveria ser a função do poder Executivo. Sei que a Ana Maria Quadros sabe verificar bem as funções do Legislativo e do Executivo, mas podemos dar a nossa colaboração. Encontraremos financiamento para uma obra como esta e formas de divulgar isso. Precisamos fazer isso e gostaria de ver essa sugestão em prática porque poderíamos nos ajudar, nos conhecer cada vez mais, um contando para o outro o que faz. É com isso que podemos contar nesse momento.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Agradeço sua intervenção, Lucy.

Coloco o seguinte: é objetivo desta Comissão, não só traçar as políticas públicas, mas a Comissão tem um prazo de 60 dias, vamos pedir pror-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 188 do proc.
Nº 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. PARTE
R-10 4		Carla	Sit. Educ.	19.08.98		

rogação para 90 dias. Depois, combinaríamos encontros semestrais com todos. Essa publicação irá constar do relatório. Poderemos, como você mesma sugeriu, verificar quais as entidades, sindicatos, associações, enfim, todas que aqui estão, inclusive as que nos ajudaram a elaborar a publicação, se querem ser co-participantes não só na publicação dos endereços, mas do próprio relatório com as sugestões para as políticas públicas.

É uma idéia interessante, é este o objetivo desta Comissão. Ao terminarmos os 90 dias, estaremos nos reunindo, pelo menos, uma vez no semestre, para troca de idéias e tomar algumas decisões em relação a alguns assuntos. Formaremos até um fórum da educação de jovens e adultos. Agradecemos a lembrança. Muito obrigada.

Tem a palavra Sueli, da Fabes.

A SRª. SUELI - Bom dia a todos. Animei-me a vir falar com vocês porque soube que tem uma colega da Fabes aqui. É da Fabes central?

Meu nome é Sueli, trabalho com educação de adultos desde 1978. Há alguns anos estou desvinculada disso. Trabalhei no programa de Educação de Adultos de Fabes, participei da passagem desse programa para Secretaria de Educação para nível formal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	189	do proc.
N.º	18	de 1938
O funcionário	6	
GRADOR		CONTAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTAPARTE
F-11 1		Carla	Sitl.Educ.	19.08.98		

Preocupa-me muito(o seguinte: as questões aqui colocadas são muito antigas. Essa reflexão, essa problemática existe há muitos anos, não avança. Sempre que avança e consegue um nível mínimo de articulação, imediatamente é desmotivada, desbaratada.

O meu pronunciamento aqui é mais um desabafo. Já não era sem tempo que essa questão fosse retomada pelo município de São Paulo. É urgente, necessário que este diálogo seja restabelecido, que as pessoas possam dialogar sobre esses problemas, que o Poder Público esteja envolvido, seja responsabilizado e que as iniciativas sociais sejam articuladas, que a classe dos professores sejam ouvidas e que as pessoas que trazem experiências sobre esse trabalho possam contribuir com o melhor que possuem.

A questão que se coloca hoje é a seguinte: por várias razões o que deveria ter sido uma passagem harmônica, que visasse uma ampliação, a passagem do programa de adultos que existia em Fabes para a Secretaria de Educação, acabou se mostrando o contrário. Tínhamos, na ocasião, com todos os nossos problemas, esses que foram apresentados, não foram diferentes, um programa de educação de adultos que funcionava onde o jovem e o adulto estavam. Ocupavam os espaços que não só a sociedade civil, as entidades sociais, as escolas podiam fornecer. Mas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 150 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário 18
GRADOR COM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	COM APARTE
F-11	2	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

funcional^{va}, mesmo com problemas, e com o professor presente. Professor no sentido amplo, não só no sentido de formação.

Hoje acontece o seguinte: Fabes, Secretaria da Família e Bem-Estar Social, se eximiu dessa responsabilidade. A Secretaria de Educação incorporou esse programa e o transformou na cara da escola, o ensino formal. Estamos usando essa terminologia hoje de ensino presencial, mas é o mesmo. O professor presente, tudo que é humano me concerne.

Temos que ter o espaço, a oportunidade de retomar esse vazio que ficou, essa moeda foi jogada para o alto e ninguém viu se deu cara ou coroa. Ninguém conferiu o resultado.

Quanto aos dados, posso dizer que na minha atual função dentro da Secretaria da Família tenho feito por minha conta, e na minha supervisão regional, um levantamento de todas as pessoas que são atendidas no plantão de assistência social. Tenho verificado um número, pelo menos na minha região, a norte, um pouco diferente do que foi apresentado aqui: 23% das pessoas que procuram o plantão de assistência social são analfabetas; 10% são semi-escolarizadas, no critério mínimo de escolarização, que não é o ideal. Quando você diz que tem a 3ª série do primeiro grau e está escolarizada, alfabetizada, não corresponde à verdade, sabemos, mas consideramos como semi-alfabe-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 18 do proc. N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F-11	3	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

tizado.

Esse é um número insignificante porque é uma região pequena no município de São Paulo. É um levantamento que tenho feito, independentemente de qualquer outro programa que Fabes desenvolva, mas faço porque quem foi mordido um dia por esta vontade de trabalhar pela educação de jovens e adultos tem uma doença que não passa.

É o meu depoimento, um desabafo, a necessidade de se retomar esse vazio que foi deixado com a inexistência de um programa de educação de adultos em âmbito municipal e com a descaracterização de um programa de educação de jovens e adultos dentro da Secretaria Municipal de Educação. Muito obrigada.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra Eliane, assessora do nobre Vereador José Eduardo Martins Cardozo

A SRª. ELIANE - Bom dia. Quero cumprimentar a nobre Vereadora pela iniciativa, os membros da Mesa e passar um pouco da experiência que tivemos em uma Comissão de Estudos do nobre Vereador José Eduardo. Foi sobre grupos organizados e ^{com} parceria ~~do~~ núcleo de trabalhos comunitários da PUC de São Paulo.

Foi uma experiência interessante, com grupos organizados? o pessoal vinha desenvolvendo um trabalho com a PUC, através da NTC,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 18 do proc. 18 de 1978
O funcionário 8

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R-12	1	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

da professora Maria Ester G. , e estou percebendo que não foi discutido, o principal problema detectado em termos de educação com os jovens que fizeram mesa redonda e participaram ativamente desta Comissão: a questão do ensino profissionalizante.

A educação de São Paulo, apesar de todo nosso problema de ensino fundamental, da não aplicação das verbas necessárias que vem acontecendo, principalmente nos últimos três anos, como observamos com a CPI da Educação do nobre Vereador Vicente Cândido, não satisfaz. Não basta apenas alfabetizar o jovem , ter primeiro ou segundo grau. O jovem precisa estar inserido no mercado de trabalho. Temos um grande problema de desemprego, do jovem desempregado que não consegue ser inserido no mercado de trabalho. Por quê? Porque as escolas técnicas foram fechadas pelo Estado. As poucas existentes não atingem o aluno das classes sociais mais baixas, sabemos disso.

Por que não incentivar o ensino profissionalizante, o ensino técnico , inserir o jovem ^{no mercado de trabalho} ~~de~~ precisa de trabalho, e incentivo nisso?

Tanto o Estado quanto o município não estão dando ^aatenção necessário que o jovem do Estado de São Paulo necessita. Trabalho e um futuro. Não adianta formar o jovem no segundo grau e não ter como



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 193 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
R-12	2	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

inseri-lo no mercado de trabalho. O ideal é ter o ensino superior. Mas se isso não é possível, ao ^{menos} o ensino técnico, uma inserção mais eficiente no mercado de trabalho. Precisamos atingir o jovem, principalmente o de periferia que não têm oportunidades suficientes.

A SRA.ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Conselheiro do Conselho Municipal de Educação ^{e Delegado da DRE} professor José Waldir Grejo.

O SR.JOSÉ WALDIR GREJO - Irei, inicialmente, responder como delegado. O Adelson colocou uma questão, colocada também pela Dirce. Não temos na rede municipal prédios ociosos, Não existe nenhum DREM à noite ou durante o dia para ceder. A maioria das escolas municipais funcionam em quatro turnos, não há espaço ocioso. Esse problema vem se agravando pelo que o Adelson falou, fechamento das escolas estaduais, com períodos ociosos. Simplesmente não temos onde colocar nossos alunos.

No ano de 1993, 1994, responde pela DREM 8, fazíamos grupos de demanda, junto com os diretores do Estado. Tínhamos um relacionamento bom. Abríamos classes onde a prefeitura não podia ^{no Estado} atender, abríamos classe da prefeitura onde o Estado não podia atender. NA pesquisa da própria USP, em 1996, tinha 1% da população de Vila Prudente fora da escola.

Não irei discutir a parte política porque não posso respon



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 154 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
R-12	3	Carla	Sit.Educ.	19.08.98		

der pelo Estado. Esse problema de agravou pelo remanejamento de escolas que o Estado fez. Tenho prédio ocioso perto de uma escola municipal com quatro turnos e sem vaga no supletivo. E uma escola do Estado enorme fechada à noite. Tentei transferir essa escola para a prefeitura, fui crucificado. O Dr.Maurício me chamou alegando que eu queria fechar a escola. Não era isso, queria que ela passasse para a prefeitura porque resolveria dois problemas: a superlotação e demanda local.

Há necessidade de racionalização da rede pública, municipal e estadual. Não pode ter rótulo, é racionalizar. Vamos resolver o problema da demanda no Estado de São Paulo? Não, mas vamos diminuir bastante. Em várias regiões da cidade de São Paulo existe esse problema.

O estrangulamento, como levantou o Mário(?), existe, porque na Vila Prudente, minha região, tenho somente três escolas estaduais, com supletivo de 1º e 2º Grau. Todas as escolas municipais, tenho 31 escolas MPG na Vila Prudente, têm duplência à noite. Somente 3 escolas estaduais têm supletivo de 3º grau. O estrangulamento não é só da 4ª para 5ª série, é muito mais grave da 8ª para o Colegial.

Irei responder como Conselheiro à representante do Sinpeen: Toda decisão tomada pelo plenário do Conselho, assim como pelo Sinpeen nunca é ridícula porque é estudada. Temos que respeitar os mem-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 195 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-12	4	Carla	Sit.Ecdna.	19.08.98		

bros que fazem parte deste plenário. Ela foi baseada na LDB. A LDB entende que o ensino supletivo, do jeito que é feito na cidade de São Paulo, tem que obedecer às mesmas regras do ensino regular de 1ª a 8ª série porque ele é de 1ª a 8ª série, é presencial.

Não cabe ao Conselho deliberar como será o ensino supletivo.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 56 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
r13	1	dagmar	sit educac	19 08 98		

A lei é clara. O município deve propor ao Conselho formas de ensino supletivo que atendam ao alunado, à característica do aluno trabalhador, etc. O Conselho fez uma indicação em cima do que es tá aí, e essa decisão foi tomada com base na LDB, com o parecer do Conselho Nacional de Educação. Não foi uma decisão do Conselho Municipal. Fizemos uma consulta ao Conselho Nacional, porque no próprio Conselho Municipal havia uma dúvida. E o ensino notur no, quando foi feito, na Lei 5692, já nasceu morto, ele não aten de ao aluno trabalhador: você leva no mínimo duas horas para che gar a qualquer bairro. Então, há que se rever o ensino noturno, não só o ensino supletivo noturno. O Cemes é uma forma de suplên cia, que é boa, mas podem ser propostos outros meios. Ela atende de certa forma o trabalhador que trabalha em turnos, 15 dias de manhã, 15 dias à tarde. Quem definiu se é presencial ou não foi o próprio Conselho Nacional, cujas normas temos de seguir. Inclusive o Conselho Nacional analisou a consulta porque entendia-se que não deveria ser assim para que não se cumprissem as 800 ho ras no ensino noturno. A Secretaria teve essa intenção. Se o Con



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 197	do proc. N.º 18
de 1978	
O funcionário	
ORADOR	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
rl3	2	dagmar	sit educac	19 08 98		

selho fosse atender a Secretaria, simplesmente consideraria os atos válidos e não cumpriria as 800 horas no ensino presencial. Mas o Conselho Nacional entende que nos moldes que estão aí tem de ser cumpridas as 800 horas e os 400 dias. Não há outra maneira.

O Conselho Municipal de Educação funciona na rua Leandro Dupret, nos fundos da DREM 1, ele está aberto a todos nas suas decisões plenárias, a partir das 16h.

Obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos ao nosso conselheiro, professor José Valdir, e esperamos que esteja sempre conosco, pois todas as quartas-feiras estamos aqui, discutindo. E fica decidido em nossa comissão que é necessário encaminharmos as reformulações em relação à LDB, que não pode tratar situações diferentes da mesma maneira, acabando com um ensino que precisa ser muito bem cuidado e de maneira diferenciada. Ou abrimos essa situação para atendermos para valer, ou ficamos no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 198 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
r13	3	dagmar	sit educac	19 08 98		

faz de conta. Infelizmente, temos alguns educadores que são muito rígidos, entendendo que não podemos tratar diferentemente para não sermos antidemocráticos. Mas antidemocráticos estaremos sendo toda vez que adotarmos medidas que não atendam os mais pobres, que não têm condições de fazer parte de uma sociedade democrática. Com a palavra agora a professora Marta, para responder às questões e para fazermos o encerramento.

A SRA MARTA - Quero dizer, a respeito

de como enviar alunos, adolescentes, para a nossa entidade, que abrimos aproximadamente 25% de vagas de cada turma para as comunidades, porque temos uma fila de espera de 2.500 alunos. Mas tentamos ajudar a todos. Agora, as comunidades que tenham interesse podem entrar em contato conosco, através do telefone 229-9033 ou 229-5841. Nossa entidade fica na rua Monsenhor de Andrade 331, no Brás, em frente à escola do SENAI. Aqueles que quiserem marcar uma visita são todos bem-vindos. Meu nome é Marta e estou lá de segunda a sexta, horário comercial. Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	199	do proc.
H.O.	18	de 1978
O funcionário	10	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
r13	4	dagmar	sit educac	19 08 98		L

Profissionalizante BMF.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Acabei de receber a informação de que a próxima reunião não será na quarta-feira, mas na quinta-feira, 27 de agosto, às 10h da manhã, no salão nobre, 8º andar. Por favor, avisem os amigos que não compareceram. Teremos esta reunião e outra em setembro; as outras serão todas na quarta-feira. Agradecemos, então, à Marta e à Associação que representa, pela gentileza. Antes de passar a palavra ao professor Hélio, quero informar que esta sessão foi gravada pela TV São Paulo e será passada no sábado, às 21h15, alguns "flashes".

O SR. HÉLIO AMORIM - Bem, há questões aqui sobre as quais não temos refletido muito, mas queria dizer o seguinte: com a velocidade em que está o mundo, com a objetividade em que as coisas se fazem, com a precisão em que as coisas caminham, se não fizermos alguma coisa rápido, ficaremos cada vez mais marginalizados do mundo, porque sem conhecimento, não iremos nos interagir nesse mundo globalizado. Vamos procurar as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 200 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
rl4	1	dagmar	sit educac	19 08 98		

comunidades e começar a trabalhar. Não é possível que não consigamos, com tantos recursos humanos e materiais, elevar o nível cultural do nosso povo até a quarta série. E podemos fazer isso no Estado de São Paulo em dois anos, se a sociedade civil tiver vontade, sem perguntar ao governo. Claro que não queremos que o governo fique fora, porque a responsabilidade é dele, mas podemos acordar para isso. E a nossa pequena experiência está mostrando: nos lugares em que iniciamos o projeto, em curto espaço de tempo temos 600, 800 pessoas envolvidas no processo.

As questões técnicas realmente devem ser trabalhadas e desenvolvidas pelos técnicos, mas a velocidade do mundo está dizendo que não podemos esperar mais, precisamos fazer alguma coisa. E temos uma lei na Constituição que diz: qualquer cidadão pode ser submetido a um teste de escolaridade. Então precisamos preparar esse pessoal para que tirem a quarta série. Essa é a preocupação do IBEAC. Então, a questão presencial, não presencial, acho interessante discutir, mas entendemos que a sociedade pode ajudar a resolver esse problema. Tem condições objetivas para fazer isso. O que precisa é organização e articulação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 201 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
rl4	2	dagmar	sit educac	19 08 98		

A questão do emprego. Tenho lido não sei quantos livros sobre a questão do emprego no mundo, daqui para frente. Dizem uns que vai ter cada vez menos, mas trabalho não vai faltar para ninguém. Ninguém está sabendo como resolver o problema do desemprego, é uma questão nova no mundo. A sociedade precisa começar a refletir. Se não vai haver emprego, como vamos trabalhar a questão da educação? Vamos começar a refletir sobre as alternativas! Dizem que haverá cada vez mais a prestação de serviços. Mas de que forma? Associações? Cooperativas? E estamos refletindo isso com o nosso pessoal de alfabetização, que não pode pensar que vai encontrar emprego com carteira assinada, por que vai ser complicado. Mas isso precisamos colocar para toda a sociedade, não apenas um segmento. É um problema de todos. Estamos num mundo novo, que mudou radicalmente.

Por isso, não podemos ficar discutindo questões menores. Precisamos fazer alguma coisa para balançar a sociedade. E eu acho que o Estado de São Paulo tem condições de criar um movimento, articulado, com segmentos organizados, estado e municípios, para criar um projeto diferente, para resolvermos pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 302 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
rl4	3	dagmar	sit educac	19 08 98		

menos o problema até a quarta série, para todos. Isso é possível.
As empresas estão fazendo; a periferia está fazendo. É uma questão de organizar. E essa iniciativa na cidade de São Paulo já é um começo para quem sabe criarmos uma coisa permanente. É como combater a violência: não dá para fazer um movimento e depois parar. Não é só na hora que o sujeito recebe um tiro na cabeça que vamos pensar na violência. Tem que ser um movimento permanente.

Agora, de 5ª à 8ª série, o IBEAC acha que precisamos de coisas mais articuladas para os nossos alunos. Não dá para ser só um movimento popular. Então, temos pensado muito em criar um tipo de escola alternativa, como uma escola popular, mas uma coisa mais sistematizada, disciplinas mais articuladas. Não é justo que trabalhemos um projeto de educação, sem oferecer uma base consistente para continuar estudando, aprendendo por eles mesmos. Até a quarta série, temos aí um monte de gurus que podem ajudar. Todo pessoal que fez 2º grau, mesmo não tendo magistério, pode ajudar. Mas de 5ª à 8ª, precisaria haver uma coisa mais or-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 203 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
rl5	1	dagmar	sit educac	19 08 98		

ganizada, sistematizada, mesmo que seja popular. E aí os nossos alunos estão resolvendo através do Telecurso. E ouvi o Vicentinho falando bem do Telecurso, que ele tirou o 2º grau e ia ser advogado para defender os trabalhadores. Então, acho que não é tão ruim assim o negócio.

Outra questão é a parceria com os municípios. Temos orientado os nossos conselhos, que têm personalidade jurídica, a buscar essas parcerias, e já temos vários fazendo isso. Por exemplo, o Conselho de Jundiaí já tem parcerias com cinco municípios. No ABC, o Secretário da Educação nos convidou para fazer uma parceria, porque lá existe o conselho também, só que estava em voga a questão do Mova, então ele fez opção de entrar com o Mova. Mas lá, todos os anos, temos 200 alunos se escolarizando conosco.

Agora, há fatos curiosos. Por exemplo, Cotia, onde temos um projeto para 900 alunos e o prefeito queria que repassássemos as classes para que ele tomasse conta. A sociedade quer continuar trabalhando e contribuindo com esse projeto, e você ofereça mais vagas no curso da prefeitura. Conclusão, a prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 309 do proc. Nº 18 de 1978
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
r15	2	dagmar	sit educac	19 08 98		

hoje tem 1.500 alunos e nós continuamos com 900. Com isso, ganhou a sociedade. Então, estamos dialogando permanentemente para vermos as melhores saídas. Mas, nas questões técnicas eu não tenho refletido, infelizmente.

Quero agradecer e deixar a idéia de um trabalho permanente na cidade de São Paulo, lembrando que não abrimos mão das questões do governo, pois ele tem responsabilidade e os conselhos cobram. Mas não podemos só cobrar, quando temos tantos recursos que precisam ser articulados. E se quisermos, em dois anos, resolver o problema do analfabetismo, podemos criar no Estado de São Paulo em tipo de fórum, uma campanha para recolher dinheiro para isso, nós administrariamos esse dinheiro e equacionariamos o problema. Isso, na minha conta, custa 300 milhões de reais. E sabemos que de vez em quando some o dinheiro dos cofres públicos. Então, se dessem pelo menos zero vírgula zero não sei o que para nós, resolveríamos o problema através da sociedade civil.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 205 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 2

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
rl5	3	dagmar	sit educac	19 08 98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos ao professor Hélio Amorim, ao IBEAC, José Carlos Barreto e Vera Barreto e a todos os presentes, que são coorganizadores deste evento.

As sugestões feitas aqui já eram reivindicações de quem me pediu que apresentasse a proposta desta comissão. Então, a comissão vai ter um trabalho, tirar as políticas públicas e as sugestões todas que apareceram, relacionar todas as entidades, publicar, deixar claro para a sociedade civil e para os governos. Mas, quando pensamos nessa organização, já estava embutida a idéia de movimento permanente. E a função da Câmara é colocar a lei, o problema, cobrar o Executivo, fiscalizar e promover essa organização, para que a sociedade civil fique cada vez mais fortalecida e tenhamos realmente uma democracia consequente e não uma pseudodemocracia.

Nesse sentido, as idéias estão sendo excelentes, e vamos encerrar hoje, pedindo que todos compareçam na quinta-feira, 27 de agosto, às 10h, 8º andar, e que as entidades que tenham ensino à distância, não presencial, e também o Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 306 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
rl5	4	dagmar	sit educac	19 08 98		

Público fiquem um pouco aqui, para verificarmos quais são as pes
soas que convidaríamos para esse dia.

Agradeço aos assessores do meu gabinete e da comissão
que têm trabalhado incansavelmente para que esses encontros al-
cancem seus objetivos.

Muito obrigada e parabéns pela presença.

o o o



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha n.º	207	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário		

RELATÓRIO IBEAC

1997

03/98

DIRETORIA

Presidente - Lucy Montoro

Diretor Técnico - Luiz Henrique Proença Soares

Diretora Técnica Adjunta - Maria Lúcia Carvalho da Silva

Diretor Administrativo-Financeiro - Marcos Giannetti da Fonseca

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral - Vera Lion

Coordenação Administrativa - Cleide Betti Maffei

Coordenação de Cursos e Seminários - Eunice Freire

Coordenação Programa de Alfabetização - Hélio Amorim de Oliveira

RELATÓRIO IBEAC 1997

PÁGINA

1. Introdução	02
2. Programa de Escolarização e Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA)	03
2.1 - Convênio MEC/FNDE	03
2.2 - Tabela de Dados do Programa EJA - Dezembro de 1997	04
2.3 - Desdobramentos	05
2.4 - Convênio Secretaria de Estado da Educação - São Paulo	06
3. Programa de Formação Política	06
3.1 - Fundação Konrad Adenauer	06
3.2 - Ministério da Justiça	07
3.3 - Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil	08
4. Programa de Qualificação e Requalificação Profissional - Curso de Cuidadores de Idosos	08
5. Programa de Prevenção DST / AIDS	10
5.1 - Ministério da Saúde	10
5.2 - AIDSCAP / USAID	11
6. Programa de Fortalecimento Institucional e Apoio Comunitário	11
6.1 - Curso de Elaboração de Projeto e Captação de Recursos	11
6.2 - Participação do IBEAC em grupos de Organizações Não-Governamentais: ...	11
6.2.1 - Fórum Paulista de ONG's	
6.2.2 - Coletivo de Centros de Formação de Educadores e Gestores Sociais	
6.2.3 - Formação de Centro de Referência em Gestão Social	
6.2.4 - TV Interação	
6.3 - Planejamento Estratégico Situacional	12

ANEXOS

- I - Relatório Final FKA
- II - Relatório Final do Ministério da Justiça
- III - Relatório Final do Ministério da Saúde
- IV - Capítulo 29: "Treinamento de Prevenção à AIDS para Conselhos Comunitários - a experiência do IBEAC"

ANO 1998

7. Planejamento	12
7.1 - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos	12
7.2 - Programa de Formação Política	13
7.3 - Programa de Qualificação e Requalificação Profissional	13
7.4 - Programa de Prevenção às DSTs / AIDS	13
7.5 - Programa de Fortalecimento Institucional e Apoio Comunitário	13

1. Introdução

O IBEAC apresentou em 1997, uma diversificação bastante acentuada em suas atividades, embora continue a ter como carro-chefe a Educação, mais especificamente o Projeto de Escolarização e Alfabetização de Jovens e Adultos, através de convênio com o MEC /FNDE.

Firmou, na área governamental, contratos com os Ministérios da Justiça e da Saúde e com a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, para desenvolver, respectivamente, cursos de Formação Política e Direitos Humanos; um projeto-piloto de prevenção à AIDS em parceria com o Conselho Comunitário de Guarulhos e cursos para Cuidadores de Enfermos e Idosos, dentro do Programa de Qualificação e Requalificação Profissional, do FAT. Mais recentemente, em outubro, firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo, para implantar e coordenar o Programa de Escolarização e Alfabetização de Jovens e Adultos nas Zonas Leste e Norte da Capital.

Ainda na área da Educação, o IBEAC foi o responsável pela organização e revisão do livro "Educação e Escolarização de Jovens e Adultos", em dois volumes, resultado do Seminário Internacional sobre o tema, realizado em maio de 1996. O 1º volume contém a transcrição das mesas redondas e conferências de pesquisadores/educadores brasileiros e internacionais, com análise e propostas sobre políticas de educação de jovens e adultos, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O 2º volume contém as experiências inovadoras que vêm sendo realizadas em vários estados brasileiros.

No setor privado e internacional, deu continuidade às parcerias com a Fundação Ford / IBEAC / CEERT, para desenvolvimento do Projeto de Produção e Desenvolvimento de Políticas Sindicais Anti-discriminatórias; com a Fundação Konrad Adenauer, para Cursos de Formação Política e Desenvolvimento Local, no Estado de São Paulo. Ainda no Programa de Prevenção à AIDS, recebeu recursos da USAID, através do programa da AIDSCAP, destinado a mulheres.

Em relação ao seu funcionamento como instituição, o IBEAC efetuou algumas modificações, visando melhorar o seu desempenho burocrático e funcional.

A equipe de execução (Cleide, Eunice, Hélio, Luciano, Vera) e a suplente de diretoria Maria Lúcia Carvalho, com o mesmo intuito, organizaram em fevereiro/97, o PES (Planejamento Estratégico Situacional), através da intermediação do Diretor Técnico, Luiz Henrique Proença Soares, com a responsável na Fundação SEADE pela aplicação desse tipo de técnica. O PES visa detectar as causas e dificuldades existentes numa instituição ou empresa, após definir sua identidade, tendo como finalidade encontrar saídas para as mesmas. Foram realizadas 8 sessões, tendo como meta o horizonte de 1 ano (até abril 98), após as quais não houve a continuidade prevista.

2. Programa de Escolarização e Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA)

2.1 - Convênio MEC/FNDE

Em 1997 as aulas foram reiniciadas em fevereiro. Em início de março, houve o último dos Cursos de Capacitação, previsto no convênio firmado com o MEC em 1996, para coordenadores e monitores, a cargo da Ação Educativa.

Durante o 1º semestre - meses de abril a junho - os Conselhos atravessaram uma situação bastante difícil, sem verbas para as despesas, mas que, ao mesmo tempo, provocou um crescimento e amadurecimento de todos eles. As dificuldades foram causadas pela demora na assinatura do convênio MEC/FNDE/IBEAC - para continuidade do Programa de Alfabetização - que só foi assinado nos últimos dias de junho de 97.

O IBEAC iniciou uma Campanha pela Educação nos diversos municípios em busca de recursos. Visando mobilizar a sociedade; contatou diversos jornais e TVs, tendo participado de vários programas de entrevistas; foram feitas reportagens pelas equipes de TV em classes de alfabetização e entrevistas com alunos e ex-alunos. Durante os meses abril/junho, cada Conselho, por sua vez, usando de criatividade, procurou suprir a falta de recursos, tentando de todas as maneiras envolver a comunidade local, pedindo o apoio da mídia, das empresas, dos bancos, organizando bingos, rifas, churrascos, etc. O mais importante foi o apoio recebido dos monitores, coordenadores e dos próprios alunos, que em alguns Conselhos, contribuíram com uma pequena quantia, afim de cobrir a ajuda de custo da monitora. Esse período de crise levou-os a reavaliar a importância do Programa e a colaborar de forma mais efetiva com o IBEAC. Após a assinatura do novo convênio, em 26 de junho, e regularizada a situação, foi realizado um encontro no IBEAC, onde os representantes de cada Conselho fizeram uma exposição de como haviam superado aquela fase, das dificuldades enfrentadas e dos planos futuros. Alguns Conselhos chegaram a perder monitores, que precisavam daquela ajuda de custo mensal e precisaram arrumar outra fonte de renda. O IBEAC fez uma explanação das dificuldades burocráticas enfrentadas para a continuidade do Projeto, das novas exigências do MEC - relativas tanto à prestação de contas, quanto aos conteúdos dos relatórios - e da necessidade de cumprimento dos cronogramas estabelecidos.

As aulas foram reiniciadas em julho, com outro entusiasmo. Em dezembro foi realizado mais um Encontro Pedagógico, com a presença das pedagogas Cláudia Vóvio, da Ação Educativa, e Stella Piconez, do Núcleo de Educação de Adultos da USP, durante dois dias, para treinamento dos novos monitores e coordenadores e reciclagem dos antigos.

Ao final do ano, todos os Conselhos fizeram festas de confraternização e cerimônias de formatura dos alunos que foram aprovados no teste de escolaridade. A tabela a seguir mostra a situação do Programa de Alfabetização em dezembro, nos diversos Conselhos:



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha n.º 211 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 9

PROJETO ALFABETIZAÇÃO JOVENS E ADULTOS

15 CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

CONVÊNIO Nº 0182/97 (IBEAC/MEC/FNDE)

Nº TOTAL CLASSES: 681 (URBANOS: 549 / RURAIS: 132)

Nº TOTAL ALUNOS: 16.017 (URBANOS: 12.877 / RURAIS: 3.140)

Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS: 45

RELACÃO CONSELHOS/MUNICÍPIOS

CONSELHOS	zona	nº classes	Nº DE ALUNOS		
			total	1ª e 2ª	3ª e 4ª
ARUJÁ (Arujá / Santa Izabel)	urbana	12	286	159	127
	rural	3	121	96	25
	Total	15	407	255	152
CAMPO LIMPO (São Paulo/Taboão da Serra)	urbana	72	1.761	810	951
	rural	--	--	--	--
	Total	72	1.761	810	951
COTIA (Cotia/Carapicuíba/Taboão da Serra/ Vargem Grande Paulista)	urbana	31	716	376	340
	rural	3	86	40	46
	Total	34	802	416	386
EMBÚ (Embú/Taboão)	urbana	29	750	473	277
	rural	--	--	--	--
	Total	29	750	473	277
GUARULHOS (Guarulhos/Santa Izabel)	urbana	89	1.794	1.063	731
	rural	--	--	--	--
	Total	89	1.794	1.063	731
JANDIRA (Itapevi/Jandira)	urbana	25	685	443	242
	rural	--	--	--	--
	Total	25	685	443	242
JUNDIAÍ (Campo Limpo Paulista/Itupeva/Jundiaí/ Várzea Paulista)	urbana	29	672	392	280
	rural	1	33	23	10
	Total	30	705	415	290
LORENA (Guaratinguetá/Lorena)	urbana	19	498	291	207
	rural	1	21	21	--
	Total	20	519	312	207
MOGI DAS CRUZES (Mogi das Cruzes/Ferraz de Vasconcelos Guararema/Itaquaquecetuba/Poá/Suzano)	urbana	50	1.386	770	616
	rural	--	--	--	--
	Total	50	1.386	770	616
OSASCO	urbana	27	713	396	317
	rural	--	--	--	--
	Total	27	713	396	317
PINDAMONHANGABA (Ap. do Norte/C. Jordão/Lagoinha/Pindamonhangaba/Roseira/St. Ant. Pinhal/S. Bento do Sapucaí/São Luiz do Paraitinga/Taubaté/Tremembé)	urbana	53	1.359	782	577
	rural	57	1.397	879	518
	Total	110	2.756	1.661	1.095
REGIÃO SUDOESTE (Apiaí/Barra Chapéu/Capão Bonito/Guapiara/Itararé Itapeva/Iporanga/Rib. Branco./Rib. Gde./Taquarivaí)	urbana	69	1.300		
	rural	67	1.482		
	Total	136	2.782	1.692	1.090
SANTO AMARO (São Paulo)	urbana	36	734		
	rural	--	--		
	Total	36	734	495	239
SÃO BERNARDO DO CAMPO	urbana	5	138		
	rural	--	--		
	Total	5	138	70	68
VOTUPORANGA (Conselho extinto)	urbana	3	85		
	rural	--	--		
	Total	3	85	--	--
T. Geral		682	*16.017	9.271	6.661

* O número de classes permanece sempre o mesmo, mas há uma mobilidade e um número variável de alunos, de acordo com fatores sazonais e econômicos circunstanciais.

PROCESSO Nº 1600/96 - IBEAC / Secretaria Estado da Educação e Cultura :
São Paulo, Capital → 4.000 alunos (3.000 - Zona Leste / 1.000 - Zona Norte)



2.3 - Desdobramentos

A experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos através de Conselhos Comunitários, tem despertado interesse em ONG's, Associações, Prefeituras e entidades, para reprodução em outros locais.

Além da ampliação da área de abrangência ocorrida em praticamente todos os Conselhos, transformando-os em Conselhos Regionais, podemos enumerar as seguintes parcerias Conselhos/Prefeituras para implantação de EJA nos municípios:

Cotia - em 1994, após a parceria IBEAC/ASSOBESP, o Conselho conseguiu de duas empresas sediadas em Cotia, doações que permitiram a continuidade do Programa: a Wurth contribuiu com US\$ 4,000 e a Levi's com US\$ 10,000. Em 1996 a Levi's contribuiu novamente, com US\$ 15.000, permitindo ao Conselho manter as classes durante a interrupção de verbas entre abril/junho. Em final de 1997, firmou parceria com a Prefeitura de Vargem Grande Paulista, para complementação da ajuda de custo às monitoras de 11 classes de 1ª a 4ª séries, em início de 1998.

Jundiaí - parcerias com as Prefeituras de Várzea Paulista e Itupeva, desde abril de 97. Em novembro, fez parceria com o DAE (Departamento de Águas e Esgoto) de Jundiaí para escolarização até a 4ª série, dos trabalhadores dessa autarquia.

Esse Conselho tem exercido um papel importante no município, incentivando e assessorando a formação de outros Conselhos e entidades, além de participar dos principais acontecimentos e movimentos locais.

Em 30/04/96 o Conselho foi declarado de Utilidade Pública, lei nº 4.763, pela Prefeitura de Jundiaí.

Mogi das Cruzes - parceria com a Universidade de Mogi das Cruzes, através de assessoria pedagógica da Universidade aos supervisores e monitores do Conselho.

Pindamonhangaba - parceria com a empresa ALCOA (total de US\$ 12.000), durante o período de interrupção de verbas para o Programa EJA, em 94/95, assegurando seu funcionamento durante 6 meses. A ALCOA contribuiu também para o Projeto Memória Viva.

O Conselho mantém uma Farmácia Comunitária, para distribuição de remédios à população necessitada, em parceria com a Farmácia Comunitária de São José dos Campos, clínicas médicas e comunidade (doação de remédios). O Projeto Memória Viva, iniciativa do Conselho, foi implantado e transformado em lei municipal em 97. Visa resgatar e preservar a história da cidade através de depoimentos, vídeos e exposições.

O Conselho foi declarado de Utilidade Pública Municipal, por unanimidade, em 1994, pela Câmara.

Bahia - a Prefeitura de Lauro de Freitas, no estado da Bahia, implantou o Programa EJA, ao tomar conhecimento do mesmo em um Seminário de Formação Política, realizado em 1996. Em abril de 1997, Hélio Amorim, coordenador do Programa de Educação do IBEAC, assessorou a implantação do Programa naquele município, que tem obtido muito sucesso, contando atualmente com 748 alunos. A Prefeitura mantém parcerias com as Secretarias de Governo e de Educação da Bahia, com a CGT, com o MEC, Associação de Moradores, entidades religiosas e movimentos.

2.4 - Convênio Secretaria de Estado da Educação - São Paulo (Processo nº 1600/96 - SE)

Em novembro de 1997 foi firmado o convênio do IBEAC com a Secretaria da Educação, para desenvolvimento do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando a escolarização de 1ª à 4ª séries, na Capital.

Foram formados Conselhos Comunitários nas Zonas Leste e Norte do município de São Paulo, para atender 4.000 jovens e adultos, assim distribuídos:

Zona Leste - este Conselho foi criado em 1996, através de contato com o Padre Ticão e lideranças da região.

Compreende os bairros de Ermelino Mattarazzo, Guaianazes e Itaquaquecetuba, num total de 3.000 alunos.

Zona Norte - formado em 1997, através de articulações com lideranças comunitárias e da Cooperativa de Professores, nos bairros de Jardim Peri, Parque Novo Mundo e Vila Nova Cachoeirinha, num total de 1.000 alunos. Há possibilidade de atendimento a um número maior de alunos, através de parcerias que estão sendo estabelecidas com a Igreja Católica, através do Bispo D. Joel.

3. Programa de Formação Política

3.1 - Fundação Konrad Adenauer

Cursos de Formação Política e Desenvolvimento Local:

- Nº de cursos: 04 - com 16 horas/aula cada
- Período de realização: entre os meses de julho e novembro
- Locais: Apiaí, Penápolis, Presidente Prudente e São Paulo
- Nº total de participantes: 175
- Nº de Partidos Políticos presentes: 13
- Nº de entidades ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: 188
- Nº de entidades da sociedade civil: 26
- Nº de municípios presentes: 25

- Perfil dos participantes:
 - ⇒ 34% mulheres, 66% homens
 - ⇒ 83% trabalham na área Governamental, sendo ligados:
 - 53% ao Poder Executivo;
 - 47% ao Poder Legislativo.
 - ⇒ 14% trabalham em Organizações Não-Governamentais
 - ⇒ 40% têm 3º Grau completo.

Obs.: Relatório Final em anexo; Relatórios de cada curso disponíveis no IBEAC.

3.2 - Contrato com o Ministério da Justiça / Secretaria Nacional dos Direitos Humanos - PNUD

Cursos Básicos de Formação Política e Direitos Humanos:

- Nº de cursos: 06 - com 16 horas/aula cada
- Período de realização: entre os meses de maio e novembro
- Locais: Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco
- Nº total de participantes: 243
- Nº de municípios presentes: 36
- Nº de Partidos Políticos presentes: 13
- Nº de entidades ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: 188
- Nº de entidades da sociedade civil: 26
- Perfil dos participantes:
 - ⇒ 56% mulheres, 44% homens.
 - ⇒ 65% trabalham em Organizações Não-Governamentais;
15% não responderam.
 - ⇒ 53% trabalham como voluntários;
27% têm vínculos empregatícios;
20% não responderam.
 - ⇒ 42% vieram das capitais;
31% vieram do interior dos estados;
27% não responderam.
 - ⇒ 26% têm 3º Grau completo;
25% têm 2º Grau completa;
13% têm 1º Grau completo.

Obs.: Os Relatórios dos cursos estão disponíveis no IBEAC. O Relatório Final está sendo finalizado e será enviado aos diretores assim que estiver pronto.



3.3 - Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil.

O IBEAC foi membro da Comissão de concepção e organização do "Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil", realizado nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro.

Promoção: Memorial da América Latina, Fundação Konrad Adenauer, JULAD e Secretaria de Estado da Cultura.

Apoio: Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação, Fundação Ayrton Senna, Fundação Odebrecht, Fundação SEADE, IBEAC, Obra Kolping do Brasil e PUC.

4. Programa de Qualificação e Requalificação Profissional

Curso Cuidadores de Idosos

Abril a Setembro/1997

Através de contrato com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - Programa de Qualificação e Requalificação Profissional do FAT - o IBEAC organizou e coordenou sete cursos para cuidadores de idosos, destinados às pessoas desempregadas ou em sub-empregos, às que buscam formas alternativas de trabalho ou ainda àquelas que já exercem essa atividade de forma empírica, sem uma base de conhecimentos sistematizados. A escolha desse tipo de atividade como alternativa de emprego atende à procura cada vez maior de cuidadores, em todo o mundo, em virtude do envelhecimento da população e de mudanças na estrutura familiar, principalmente nas cidades mais populosas, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Até a década dos 50, a maioria das mulheres permanecia em casa, e cuidava dos idosos e enfermos da família. Atualmente, trabalhando fora de casa, sem dispor de tempo para isso, a família contrata pessoas - geralmente com baixo nível de escolaridade - sem conhecimentos mínimos dos cuidados necessários ao tratar de um doente ou idoso dependente.

O curso que o IBEAC organizou tem esse objetivo: transmitir informações básicas, necessárias ao atendimento a essas pessoas no di-a-dia.

O mercado de trabalho inclui, além do atendimento residencial, clínicas particulares, casas de repouso, hospitais, asilos e hotéis de 1ª linha. Há ainda a possibilidade de abertura de agências especializadas na prestação de serviços a doentes e idosos, assim como à formação de cooperativas entre pessoas que exerçam essa atividade.

Os cursos, com média de 50 alunos, realizados em Arujá, Jundiaí (2 cursos), Itapeverica da Serra e Cotia, contaram com a parceria dos Conselhos Comunitários, que fizeram a divulgação e mobilização dos participantes, providenciaram o local e a infra-estrutura necessária. Os outros dois foram realizados em São Paulo, sendo um

deles na sede do IBEAC e o outro na Associação dos Moradores do Bairro de São Domingos (periferia do Butantã).

Os cursos eram abertos a pessoas de ambos os sexos, desempregadas ou em sub-empregos, com idade mínima de 16 anos e nível de escolaridade básica.

O programa do curso inclui habilidades básicas, especializadas e organizacionais. Os conteúdos básicos e organizacionais ficam a cargo da equipe do IBEAC, com 8 horas/curso, constando de noções básicas sobre cidadania, direitos e deveres do trabalhador, sensibilização e conscientização sobre valores éticos e sociais; noções sobre organização, mercado de trabalho, globalização, postura e ética profissionais, planejamento de tarefas, elaboração de currículo e obtenção de documentos. Os conteúdos específicos, com 24 horas/curso, constam de informações básicas sobre saúde - a cargo de 1 geriatra - abordando os cuidados e a prevenção médica dos idosos, doenças mais frequentes, administração de remédios, efeitos colaterais; de uma enfermeira - numa abordagem mais objetiva, com demonstrações práticas sobre os cuidados no atendimento ao paciente, acamado ou não, a importância da autonomia e não-dependência do paciente no exercício de suas atividades, a prevenção de acidentes, a responsabilidade na administração de remédios; de uma psicóloga - com ênfase sobre a importância do apoio psicológico ao paciente, o stress e a depressão, o envolvimento e as pressões familiares, a importância da motivação e estímulos; de uma nutricionista - enfocando a necessidade da alimentação balanceada, valor de cada grupo de alimentos, elaboração de cardápios; de uma terapeuta ocupacional - enfocando, por meio de atividades práticas, o papel dos estímulos sensoriais, das atividades físicas, dos exercícios e posturas, da concentração e interesses para melhoria da qualidade de vida; de uma assistente social - abordando o envelhecimento populacional e as fases da vida, a relação cuidador/paciente, o papel do cuidador. Essas aulas foram ministradas por profissionais da USP/PUC e de clínicas particulares, com recursos audiovisuais e discussão em grupos pelos alunos.

Houve grande receptividade por parte dos alunos e da coordenação local, com notícias nos jornais de onde foram realizados. Ao final do curso foram distribuídos certificados e uma apostila com resumo das aulas.

Avaliação dos Cursos

O acompanhamento e avaliação dos cursos ficou a cargo da UNITRABALHO (Associação que envolve 9 universidades), contratada pela Secretaria do Trabalho. A USP coordenou a avaliação dos cursos de cuidadores, enviando observadores que acompanharam as aulas, entrevistaram os alunos, os professores e os coordenadores. O Diretor Técnico do IBEAC também foi entrevistado pela coordenadora da USP, responsável pela avaliação.

Durante os cursos, os alunos também eram avaliados permanentemente por um coordenador do IBEAC, através do desempenho, interesse e participação que apresentavam durante as aulas.



No início do curso era feito um levantamento de expectativas através de dinâmicas de grupo e, ao final, uma avaliação em grupo - através de dinâmicas, e outra individual - com considerações gerais sobre o mesmo.

O IBEAC solicitou dos Conselhos, em dezembro, um retorno sobre os resultados concretos, em termos de colocação no mercado de trabalho das pessoas que frequentaram os cursos.

Em alguns locais o retorno foi satisfatório: em Jundiaí (2 cursos) foi formada a Associação dos Cuidadores de Idosos, que está em entendimentos com a Prefeitura, a fim de contratar como agentes comunitários, pelo programa da Secretaria da Saúde, os que fizeram o curso. Dentre os 90 que receberam certificado, 11 se encontram trabalhando como cuidadores (12%).

Em Itapeverica da Serra, o PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador), encaminhou dos 50 participantes, 8 pessoas (16%) que foram contratadas como cuidadores (de idosos, de gravidez de alto risco e de deficientes) e 11 pessoas (22%) estão estagiando como agentes de saúde, através da Secretaria da Promoção, recebendo uma ajuda de custo, até que possam ser contratadas.

Em Cotia, 4 participantes estão trabalhando como cuidadores.

Do curso realizado no IBEAC, 2 pessoas retornaram o contato, comunicando a obtenção de emprego.

O IBEAC tem sido procurado por interessados na formação de novos cursos para cuidadores, não apenas por entidades ligadas à idosos, como também por pessoas que tiveram conhecimento dos cursos já realizados, através de comunicação pessoal ou divulgação anterior.

5. Programa de Prevenção DST/AIDS

5.1 - Convênio com o Ministério da Saúde

Formação de Agentes multiplicadores para prevenção de DST/AIDS.

Projeto-Piloto no município de Guarulhos. Duração: 12 meses

- 1ª etapa: sensibilização
 - ⇒ 2 palestras de 4 horas cada - 66 participantes
- 2ª etapa: formação de 15 agentes multiplicadores
 - ⇒ 99 horas/aula - conteúdos teóricos
- 3ª etapa: desenvolvimento de projetos
 - ⇒ 108 horas - supervisão dos agentes



Projetos:

- “Escola” - 06 encontros com 20 a 40 participantes;
- “Meninos(as) de rua” - parceria Diet - 08 encontros / 07 crianças
- “Sexualidade Feminina” - 04 encontros com 20 participantes.
- “Balcão de Informações” na Universidade de Guarulhos - 05 encontros com distribuição de folhetos e preservativos.

Obs.: Os Relatórios Parcial e Final estão à disposição no IBEAC.

5.2 - Convênio AIDSCAP/USAID

Um curso com 30 participantes - coordenadoras pedagógicas dos Conselhos Comunitários de Campo Limpo, Embu, Jandira, Jundiaí, Lorena, Osasco, Pindamonhangaba, Região Sudoeste (Itapeva), Santo Amaro e Votuporanga.

O relato desse projeto se transformou no capítulo 29 - “Treinamento de Prevenção à AIDS para Conselhos Comunitários - A experiência do IBEAC”, do livro “Pequenos Recursos e Grandes Resultados: A Experiência do Projeto AIDS, Controle e Prevenção no Brasil” (em anexo).

6. Programa de Fortalecimento Institucional e Apoio Comunitário

6.1 - Curso de Elaboração de Projeto e Captação de Recursos

Cursos de Formação Política e Desenvolvimento Local:

- Local: IBEAC
- Nº de participantes: 20 (17 pagos, sendo 3 com meia bolsa e 3 bolsas gratuitas)
- Duração do curso: 40 horas/aula
- Datas: 25, 26, 27, 28 e 29 de setembro.

6.2 - Participação do IBEAC em grupos de organizações não-governamentais

6.2.1 - Fórum Paulista de ONG's / ABONG - reuniões mensais.

6.2.2 - Coletivo de Centros de Formação de Educadores e Gestores Sociais - reuniões em 1997.

O Coletivo foi criado vinculado à ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Hoje está vinculado ao Projeto Axé.

Entidades participantes: Axé-Bahia, CENDHEC (Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - PE), CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisa para Educação, Cultura e Ação Comunitária - SP), CESPI (Coordenação de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância - Universidade Santa Úrsula - RJ), CIELA (Centro Interuniversitário de Estudos da América Latina, África e Ásia - PE), Estação Direito (AM), IBEAC (SP), IEE (Instituto de Estudos Especiais/PUC - SP), Instituto Universidade Popular (PA), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, NTC (Núcleo de Trabalho Comunitário/PUC - SP), Roda Viva (RJ).



6.2.3 - Formação de Centro de Referência em Gestão Social - PUC.

Parceiros: ABONG, Faculdade de Administração/PUC, Faculdade de Psicologia/PUC, Faculdade de Serviço Social/PUC, Fundação Vitae, GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), IBEAC, IEE/PUC.

6.2.4 - O IBEAC se associou à TV Interação, do Canal Comunitário da Cidade de São Paulo.

6.3 - Planejamento Estratégico Situacional (PES)

Feito sob a coordenação de Carminha, da Fundação SEADE.

Duração de 32 horas - equipe executiva e diretoria técnica.

7 - Planejamento 1998

7.1 - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

CONVÊNIO IBEAC / MEC / FNDE
Cronograma 1998

7.1.1 - Curso de Capacitação Pedagógica

DATAS	LOCAIS DOS CURSOS	CONSELHO DE:
14 e 15 de Março	São Paulo	Cotia Embu Jundiaí Mogi São Bernardo do Campo
28 e 29 de Março	São Paulo	Campo Limpo Jandira Santo Amaro
04 e 05 de Abril	Itapeva	Cons. da Região Sudoeste Itapeva
18 e 19 de Abril	Pindamonhangaba	Pindamonhangaba Lorena
25 e 26 de Abril	Guarulhos	Guarulhos Osasco Arujá

Número de participantes: 688 monitores
81 supervisores

7.1.2 - Oficinas Pedagógicas (06).

Serão realizadas mensalmente, no IBEAC, com a presença de representantes de cada Conselho. Serão trabalhadas a aplicação das várias áreas do currículo, sob a orientação de professores especializados.

7.2 - Programa de Formação Política

(entidade; duração; local; público alvo)

7.2.1 - Centro Educacional Colibri - Sociedade pela Família; curso de 8 horas; São Paulo; monitores do projeto.

7.2.2 - ULAM; 08 cursos de 16 horas; capitais dos estados - Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília; mulheres.

7.2.3 - FKA; 04 cursos de 16 horas; 03 municípios do interior e capital do estado de São Paulo; vereadores, lideranças.

7.2.4 - Ministério da Justiça; 07 cursos de 24 horas; capitais dos estados da Região Norte; entidades ligadas a Direitos Humanos.

Obs.: O Ministério solicitou ao IBEAC um projeto para a comemoração dos 50 anos da "Declaração Universal dos Direitos Humanos".

7.2.5 - Secretaria da Educação de Amapá; curso de 40 horas; Macapá; diretores e conselheiros de escola.

Temas complementares: gestão participativa e conselhos de escola.

7.3 - Programa de Qualificação e Requalificação Profissional

(entidade; duração; local; público alvo)

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho:

7.3.1 - Cuidadores de Enfermos e Idosos; 03 cursos de 32 horas; IBEAC; desempregados e sub-empregos.

7.3.2 - Oficinas Culturais - formação técnica e artística em artes cênicas e artes plásticas, em fotografia e vídeo. Os cursos serão realizados em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

7.4 - Programa de Prevenção às DST/AIDS

7.4.1 - AIDSCAP; 02 cursos de 16 horas para professoras e coordenadoras pedagógicas dos Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social da Zona Leste e Santo Amaro.

7.5 - Programa de Fortalecimento Institucional e Apoio Comunitário

7.5.1 - Presidente Prudente; curso de 20 horas; funcionários da Secretaria do Meio Ambiente e membros de ONG's ligadas ao meio ambiente.

Temas: elaboração e avaliação de projetos.

7.5.2 - IBAMA; 06 cursos de 40 horas; reservas florestais extrativistas - 04 no Acre, 01 no Amapá e 01 em Rondônia; membros das cooperativas, funcionários estaduais e federais que atuam localmente.

Temas: organização, planejamento, elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos.

RELATÓRIO E.J.A.

1997

03/98

DIRETORIA

Presidente - Lucy Montoro

Diretor Técnico - Luiz Henrique Proença Soares

Diretora Técnica Adjunta - Maria Lúcia Carvalho da Silva

Diretor Administrativo-Financeiro - Marcos Giannetti da Fonseca

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral - Vera Lion

Coordenação Administrativa - Cleide Betti Maffei

Coordenação de Cursos e Seminários - Eunice Freire

Coordenação Programa de Alfabetização - Hélio Amorim de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC - é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 4819/55, Lei Estadual nº 5999/86 e Decreto Federal nº 94083/87. Possui sede própria à Avenida Doutor Arnaldo nº 2083 - São Paulo, SP.

O IBEAC tem como:

- Missão
 - ⇒ conscientização política dos cidadãos para o exercício da cidadania.
- Ações
 - ⇒ organização das comunidades como instrumento de aperfeiçoamento democrático;
 - ⇒ cursos, palestras e oficinas de trabalho para formação política dos cidadãos e desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos;
 - ⇒ elaboração e coordenação de projetos nas áreas políticas e sociais.
- Estudos
 - ⇒ realização de grupos de estudos e seminários sobre problemas municipais, estaduais e nacionais, para apresentação de propostas aos órgãos competentes.

O grande idealizador e norteador teórico e da ação do IBEAC é Franco Montoro, atual deputado federal e ex-governador de São Paulo, fundamentado em seus ideais democráticos. Acredita na união de esforços da sociedade civil e governo, para evitar dispersão de recursos e desenvolver ações conjuntas no combate aos problemas locais existentes e emergentes.

O município, base da União, é o espaço privilegiado para se efetivar essa política social. A partir dele, sociedade e governo - em todos os níveis: federal, estadual e municipal - poderão se organizar, canalizando esforços para solucionar os problemas, dentre eles o da educação, dinamizar a ciência e a cultura e criar mecanismos que promovam emprego e gerem renda para a população excluída.

Dentro dessa linha de apoio e estímulo à participação da comunidade no processo de desenvolvimento do país, o IBEAC vem desenvolvendo, a partir de 1992, vários projetos em educação e em formação política.



Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Na área de Educação o IBEAC desenvolve, desde 1992, a proposta de combater o analfabetismo no Estado de São Paulo, com a participação dos setores organizados da sociedade.

Iniciou o trabalho com o levantamento de experiências desenvolvidas por organizações não-governamentais, em alfabetização e escolarização básica de jovens e adultos (EJA) no Estado de São Paulo; organizou seminários na capital e em alguns municípios, visando refletir o desenvolvimento de ações concretas que atendam as necessidades da comunidade. Além da diversidade e do vasto número de iniciativas encontradas, constatou-se ao longo do trabalho, a necessidade, revelada pelos agentes responsáveis, de maior integração entre as iniciativas, envolvendo também o poder público, especialmente nas esferas estadual e municipal. Tal integração ensejaria troca de experiências e racionalização dos esforços, na medida em que recursos disponíveis poderiam ser melhor aproveitados.

Em 1993, o IBEAC passou a incentivar a formação de Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social, integrados por todos aqueles de alguma forma envolvidos com iniciativas educacionais no plano local - governamentais ou não.

Os Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social foram criados através da articulação do IBEAC com setores organizados da sociedade civil, tais como Igrejas, Sociedades Amigos de Bairro, Sindicatos, Rotary, Lions, Associação Comercial, CIESP-FIESP, OAB, etc. Contam com a participação de instituições públicas e atuam fundamentadas no princípio da participação de todos na busca de soluções alternativas para os problemas locais ou regionais.

Inicialmente, em 1993, o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos contou com o apoio financeiro da ASSOBESP - Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, tendo como meta o atendimento a 4.000 pessoas. Ao final do convênio esse número havia sido ultrapassado, tendo sido atingidos 6.000 alunos.

Os recursos são utilizados para material didático e para ajuda de custo aos monitores e supervisores que, como membros do Conselho, exercem as atividades dentro da filosofia da solidariedade e colaboração entre os cidadãos.

Esse convênio possibilitou a formação de 10 Conselhos em municípios de diferentes portes e estruturas sócio-econômicas. Cada Conselho dedicou-se imediatamente à tarefa de organização necessária ao oferecimento de cursos de alfabetização de Jovens e Adultos, com a meta de combater o analfabetismo local. Assumiram também os Conselhos a responsabilidade de encaminhar aos bancos escolares as crianças que, por qualquer razão, os tivessem abandonado; de



promover iniciativas para construção da cidadania coletiva, tais como a fiscalização das verbas públicas e a busca da melhoria da qualidade do ensino

São ainda trabalhadas com os alunos as questões de direitos humanos, participação, solidariedade e cidadania.. Para isso o IBEAC promove cursos e workshops com os monitores e coordenadores pedagógicos, visando contribuir para a conscientização e formação política dos mesmos.

Com o objetivo de perenizar os Conselhos e possibilitar a aceitação por estes de qualquer tipo de contribuição para a realização do seus fins, foi oferecida a orientação necessária para dotar-se cada Conselho de personalidade jurídica: estatutos, formação de diretoria, registro de estatuto e Ata da Assembléia de Fundação em Cartório, inscrição no Ministério da Fazenda. Tudo isso passou a ser providenciado pelas lideranças locais, sob a orientação e acompanhamento do IBEAC.

O programa de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos, proposto e coordenado pelo IBEAC, propicia uma colaboração e uma relação muito estreitas entre o Instituto e os Conselhos. O IBEAC faz um acompanhamento direto através das visitas aos núcleos, dos relatórios mensais enviados pelos coordenadores e monitores e das reuniões periódicas com a diretoria e coordenadores de todos os Conselhos, para troca de experiências, assessoria e informações.

Em 1995 o IBEAC firmou convênio com o MEC para desenvolver projeto semelhante, com a estimativa do escolarização de 12.000 jovens e adultos. Ao final de 12 meses (junho 96) foi alcançado um total de 17.020 alunos, em diferentes municípios do Estado de São Paulo.

Os núcleos de alfabetização apresentam processos de desenvolvimento e resultados específicos de acordo com as características e realidades locais, tais como geográficas e de desenvolvimento cultural e econômico.

A demanda vem aumentando dia a dia devido ao sucesso do programa e sua divulgação pelos próprios núcleos, não havendo no momento condições financeiras de atender as solicitações, que são inúmeras, principalmente por jovens.

Essa intensa procura se deve principalmente à exigência, pelas empresas, de escolarização de seus empregados na busca de qualidade e à alta competitividade exigida nos setores produtivos e de serviços.

Na área de documentação e pesquisa, o IBEAC elaborou planilhas e roteiros para relatórios, a serem enviados mensalmente pelos monitores e coordenadores, com dados que possibilitem maior registro, avaliação e análise do trabalho realizado e sua evolução.



Foi também realizada uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil do monitor dos Conselhos através de um questionário que, após ser tabulado, foi analisado. O resultado dessa pesquisa encontra-se à disposição no IBEAC.

Até 1993 havia predominância de alunos de faixa etária mais elevada, entre 40 e 65 anos de idade, embora com a presença de jovens. A partir de 1995, devido à escassez de emprego e à necessidade de escolaridade básica, intensificou-se a procura dos cursos de alfabetização por jovens de 14 a 25 anos de idade, faixa etária na qual se situam cerca de 50% dos alunos.

A frequência dos alunos gira em torno de 60 a 70%, dependendo da época do ano e das atividades que exercem, tornando irregular o comparecimento de cerca de 20% dos alunos, que se ausentam por um período, mas que retornam às classes (por exemplo, durante colheita).

Os alunos que atingem nível escolar de 4ª série são encaminhados ao teste de escolaridade, obtendo-se cerca de 50 a 70% de aprovação.

Esse movimento comunitário conta hoje com 17.000 Jovens e Adultos em processo de escolarização, 697 monitores e 82 coordenadores pedagógicos.

O IBEAC realiza esse trabalho com recursos limitados do Ministério da Educação (MEC), através do convênio, sendo o custo/aluno muito inferior ao da rede pública: cerca de 80 reais/ano por aluno. O fortalecimento e ampliação desse trabalho depende do envolvimento maior da sociedade civil.

Objetivos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

- Combater o analfabetismo através da escolarização de Jovens e Adultos - da 1ª a 4ª série - em distritos da Capital e em Municípios do estado de São Paulo, unidade da Federação que concentra a maior população de analfabetos do país - 2.312.612 analfabetos (Tabela MEC - 1991 / fonte - IBEGE-MEC);
- Reduzir consideravelmente o número de analfabetos, em um prazo de 4 anos, nesses locais;
- Capacitar o jovem e adulto para o exercício da cidadania, melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda;
- Encaminhar o aluno para a rede pública.



Operacionalização dos Conselhos

O Programa de Alfabetização, coordenado pelo IBEAC, é operacionalizado em parceria com os Conselhos Comunitários de Educação, Cultura e Ação Social em 45 municípios do Estado de São Paulo.

O processo obedece às seguintes etapas:

1. Primeira etapa: contatos com a comunidade, escolha dos locais com maior número de analfabetos, divulgação do Programa de Alfabetização.
2. Segunda etapa: implantação do Programa de Alfabetização; seleção e capacitação de supervisores pedagógicos e de monitores; início das aulas.
3. Terceira etapa: acompanhamento e avaliação.

Metodologia

1. Primeira Etapa

- 1.1 - Organização da equipe e planejamento de trabalho.
- 1.2 - Levantamento dos projetos educacionais públicos e privados que atuam no município.
- 1.3 - Seminário para exposição da situação educacional local e do Programa EJA.
- 1.4 - Ampliação da pesquisa da situação educacional: mapeamento dos locais de maior concentração de analfabetos jovens e adultos e da realidade local para escolha da implantação das classes.
- 1.5 - Campanha de mobilização para engajamento e participação comunitária, através de meios de comunicação e de parceiros locais: Prefeitura, Câmara, rádios, jornais, empresários, comerciantes, clubes de serviço, etc., visando conseguir locais para salas de aula, merenda, faixas, cartazes, carteiras, etc.
- 1.6 - Divulgação do Programa de Alfabetização e dos locais de inscrição para os cursos.

2. Segunda etapa

- 2.1 - Seleção, pela coordenação do Conselho, dos supervisores pedagógicos e dos monitores, obedecendo a critérios pedagógicos e de envolvimento comunitário, dando preferência às pessoas que residam naquela área geográfica.

Os supervisores devem ter diploma universitário ou, no mínimo, estar cursando universidade.

Os monitores devem ter escolaridade mínima de 2º grau.

2.2 - Treinamento e capacitação dos supervisores pedagógicos dos Conselhos, sob a coordenação do IBEAC, por especialistas em alfabetização e escolarização de Jovens e Adultos.

2.3 - Treinamento e capacitação locais dos monitores pelos supervisores pedagógicos.

Cada município, através dos supervisores pedagógicos, terá autonomia na escolha do método e proposta pedagógica a serem utilizados. Nossa experiência anterior mostra a predominância dos métodos construtivistas (Emília Ferreiro e Paulo Freire).

Princípios a serem observados:

- Partir do universo cultural do aluno.
- Valorizar o saber do aluno em seus diferentes aspectos.
- Desenvolver o posicionamento crítico frente à realidade em que vive o aluno.
- Valorizar as características e potencialidades do município, visando a fixação de mão-de-obra.

3. Terceira etapa

Acompanhamento e avaliação do Programa EJA.

O acompanhamento - de vários tipos - e a avaliação do trabalho, são feitos permanentemente:

3.1 - Acompanhamento pedagógico.

3.2 - Acompanhamento do processo de desenvolvimento do Programa EJA e das classes.

3.3 - Avaliação mensal, semestral e anual.

3.1 - Acompanhamento pedagógico

Um programa de acompanhamento pedagógico aos supervisores e monitores dos Conselhos é desenvolvido pelo IBEAC, tendo como base a "Proposta Curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental", elaborada para o MEC pela Ação Educativa, ONG especializada em EJA.

O IBEAC mantém parceria com essa entidade, desde 1995, para assessoria e capacitação dos supervisores e monitores dos Conselhos. São realizados, desde então, seminários para treinamento pedagógico nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos da Sociedade e da Natureza, com distribuição de material didático e pedagógico.

O acompanhamento pedagógico aos monitores é realizado pelos supervisores, que se reúnem semanal ou quinzenalmente com eles, quando recebem orientação para as atividades e exercícios a serem desenvolvidos em



classe, estudam e discutem dificuldades. Cada supervisor é responsável pela orientação pedagógica de 10 monitores e pela visita às salas de aula, durante a semana, para observação do processo de ensino aos alunos.

3.2 - Acompanhamento do processo de desenvolvimento do Programa EJA e das classes.

É realizado pela equipe do IBEAC, através de visitas locais, dos seminários pedagógicos e de reuniões periódicas do Instituto com todos os supervisores e representantes dos Conselhos.

O acompanhamento também é feito através de relatórios mensais, enviados pelos supervisores ao IBEAC, contendo dados quantitativos e qualitativos, permitindo uma avaliação do trabalho desenvolvido (planilha em anexo). São também enviados relatórios descritivos, fotos, jornais e outras formas de informação, com relato de casos e situações consideradas significativas.

3.3 - Avaliação mensal, semestral e anual.

Através dos relatórios, seminários, visitas e encontros, a avaliação e análise dos dados é feita sistematicamente, através de dados estatísticos e dos relatos durante as diversas formas de encontros, onde há troca de experiências e informações.

Com o objetivo de avaliar e acompanhar de forma mais detalhada o processo do desenvolvimento do Programa de EJA, foi desenvolvido um projeto piloto de assessoria pedagógica aos supervisores, em parceria com a Ação Educativa, para as classes de Campo Limpo, na periferia de São Paulo.

Os supervisores se reúnem quinzenalmente com a educadora, que lhes oferece orientação através de apostilas, leituras, pesquisas, exercícios, jogos, dinâmicas e trabalhos diversificados. Os supervisores passam a orientação aos monitores, que aplicam aos alunos o material fornecido e avaliam as dificuldades e a eficácia dos mesmos. O resultado desse trabalho será publicado pela Ação Educativa.

Foi editado um "Boletim Informativo IBEAC", que contém informações sobre o trabalho desenvolvido no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, para distribuição entre os membros dos Conselhos e para todos os alunos.

A tabela em anexo mostra a situação do Programa EJA, em dezembro, nos diversos Conselhos:

PROJETO ALFABETIZAÇÃO JOVENS E ADULTOS
15 CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

CONVÊNIO Nº 0182/97 (IBEAC/MEC/FNDE)

Nº TOTAL CLASSES:	681	URBANOS:	549	RURALS:	132
Nº TOTAL ALUNOS:	16.017	URBANOS:	12.877	RURALS:	3.140
Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS:	45				

RELACÃO CONSELHOS/MUNICÍPIOS			Nº DE ALUNOS			TESTE DE ESCOLARIDADE - 4ª Série		
CONSELHOS	zona	nº classes	total	1ª e 2ª	3ª e 4ª	inscritos	aprovados	% 3ª e 4ª
ARUJÁ (Arujá / Santa Izabel)	urbana	12	286	159	127	85	78 (91%)	51,0
	rural	3	121	96	25			
	Total	15	407	255	152			
CAMPO LIMPO (São Paulo/Taboão da Serra)	urbana	72	1.761	810	951	38	36 (95%)	3,8
	rural	--	--	--	--			
	Total	72	1.761	810	951			
COTIA (Cotia/Carapicuíba/Taboão da Serra/ Vargem Grande Paulista)	urbana	31	716	376	340	320	240 (75%)	62,0
	rural	3	86	40	46			
	Total	34	802	416	386			
EMBÚ (Embú/Taboão)	urbana	29	750	473	277	240	106 (44%)	38,0
	rural	--	--	--	--			
	Total	29	750	473	277			
GUARULHOS (Guarulhos/Santa Izabel)	urbana	89	1.794	1.063	731		150	20,5
	rural	--	--	--	--			
	Total	89	1.794	1.063	731			
JANDIRA (Itapevi/Jandira)	urbana	25	685	443	242		93	38,5
	rural	--	--	--	--			
	Total	25	685	443	242			
JUNDIAÍ (Campo Limpo Paulista/Itupeva/Jundiaí/ Várzea Paulista)	urbana	29	672	392	280		121	42,0
	rural	1	33	23	10			
	Total	30	705	415	290			
LORENA (Guaratinguetá/Lorena)	urbana	19	498	291	207		25	12,0
	rural	1	21	21	--			
	Total	20	519	312	207			
MOGI DAS CRUZES (Mogi das Cruzes/Ferraz de Vasconcelos Guararema/Itaquaquecetuba/Poá/Suzano)	urbana	50	1.386	770	616		108	17,5
	rural	--	--	--	--			
	Total	50	1.386	770	616			
OSASCO	urbana	27	713	396	317	75	75 (100%)	23,6
	rural	--	--	--	--			
	Total	27	713	396	317			
PINDAMONHANGABA (Ap. do Norte/C. Jordão/Lagoinha/Pindamonhangaba/Roseira/St. Ant. Pinhal/S. Bento do Sapucaí/São Luiz do Paraitinga/Taubaté/Tremembé)	urbana	53	1.359	782	577	298	250 (85%)	23,0
	rural	57	1.397	879	518			
	Total	110	2.756	1.661	1.095			
REGIÃO SUDOESTE (Apiaí/Barra Chapéu/Capão Bonito/Guapiara/Itararé/ Itapeva/Iporanga/Rib. Branco/Rib. Gde./Taquarivaí)	urbana	69	1.300				272	25,0
	rural	67	1.482					
	Total	136	2.782	1.692	1.090			
SANTO AMARO (São Paulo)	urbana	36	734				52	22,0
	rural	--	--					
	Total	36	734	495	239			
SÃO BERNARDO DO CAMPO	urbana	5	138				38	56,0
	rural	--	--					
	Total	5	138	70	68			
VOTUPORANGA (Conselho extinto)	urbana	3	85				-	-
	rural	--	--					
	Total	3	85	--	--			
Total Geral		682	*16.017	9.271	6.661		1.647	25,0

* O número de classes permanece sempre o mesmo, mas há uma mobilidade e um número variável de alunos, de acordo com fatores sazonais e econômicos circunstanciais.

PROCESSO Nº 1600/96 - IBEAC / Secretaria Estado da Educação e Cultura :
São Paulo, Capital → 4.000 alunos (3.000 - Zona Leste / 1.000 - Zona Norte)

Gráfico 1 - EJA - Pesquisa por amostragem em 13 Conselhos
(7.011 alunos)

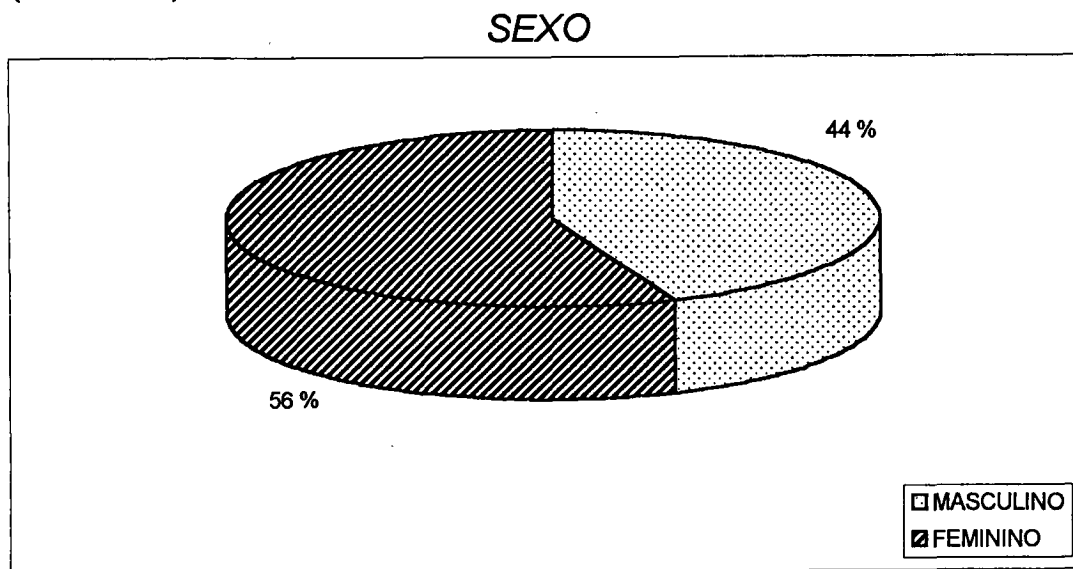


Gráfico 2 - EJA - Pesquisa por amostragem em 13 Conselhos
(7.011 alunos)

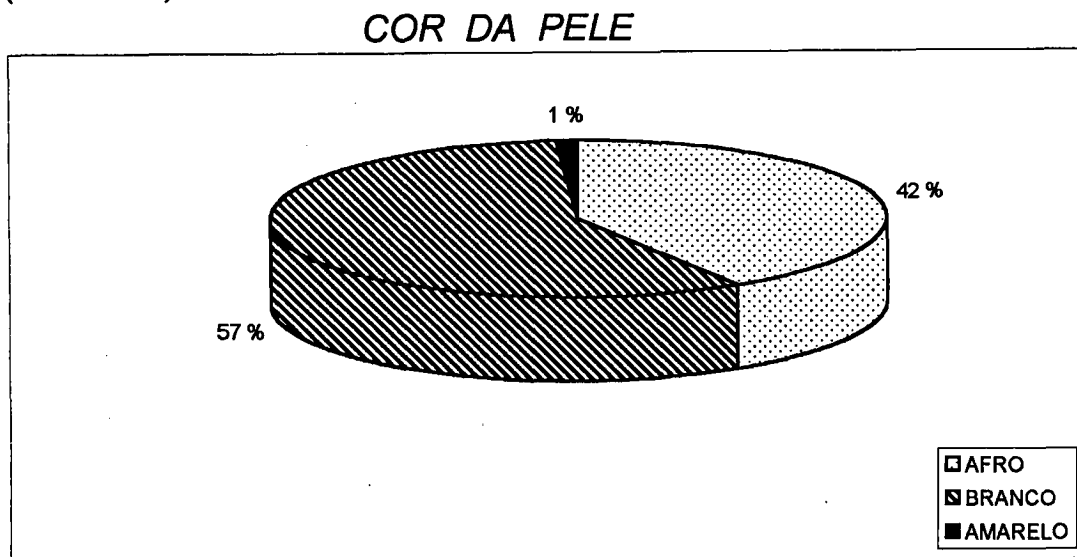


Gráfico 3 - EJA - Pesquisa em 13 Conselhos
SEXO E FAIXAS ETÁRIAS NO 1º CICLO DO 1º GRAU

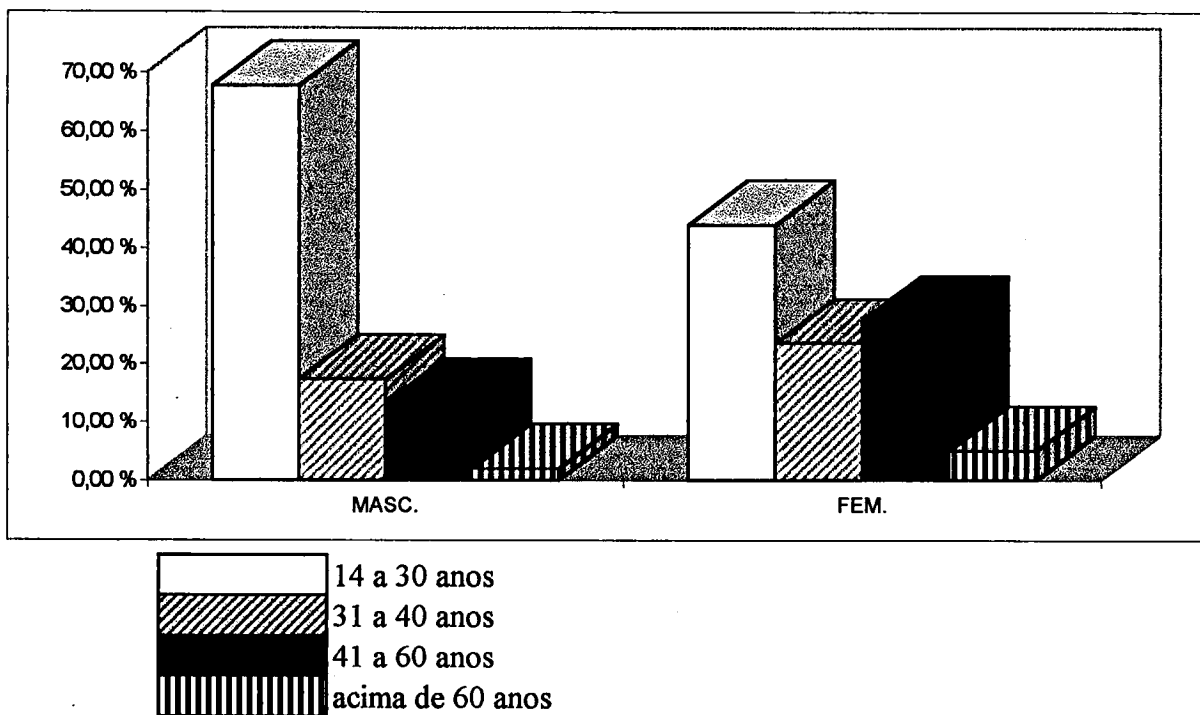


Gráfico 4 - EJA - 13 Conselhos - Dezembro de 1997
Amostragem 7.188 alunos (47% de 15.162 alunos)
SÉRIE, SEXO E FAIXAS ETÁRIAS

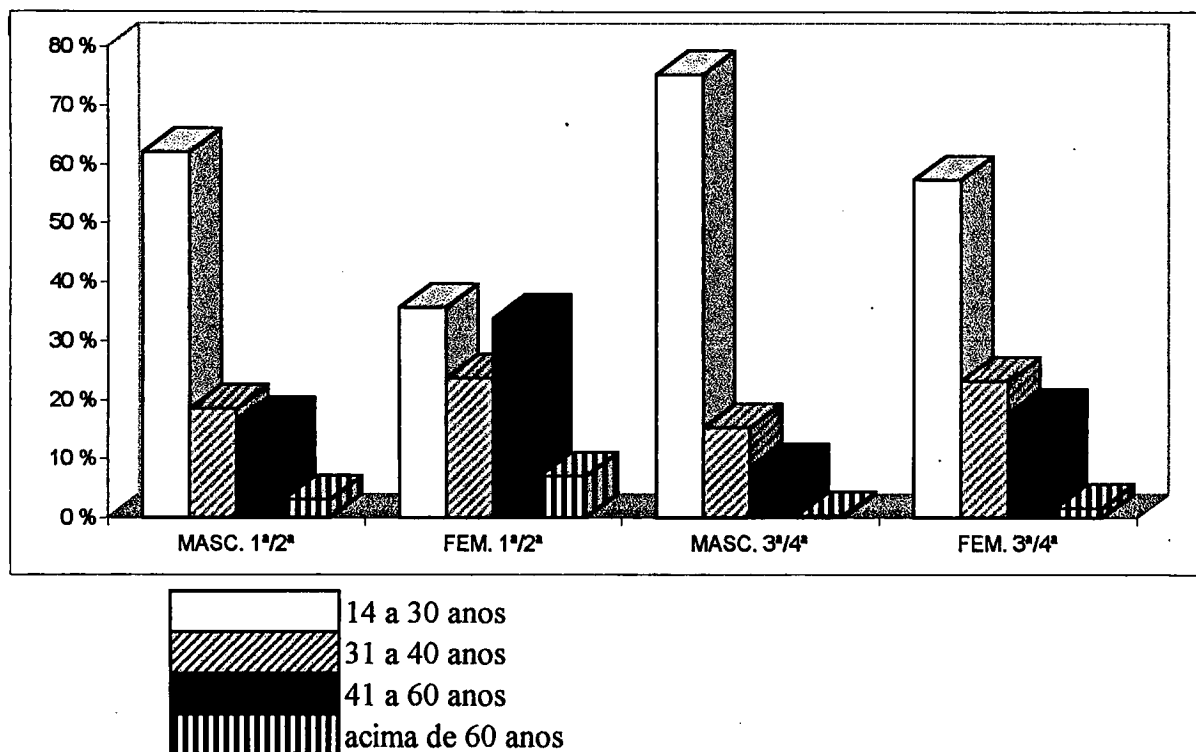


Gráfico 5 - EJA - Pesquisa por amostragem em 13 Conselhos

(7.011 alunos)

EMPREGO E DESEMPREGO

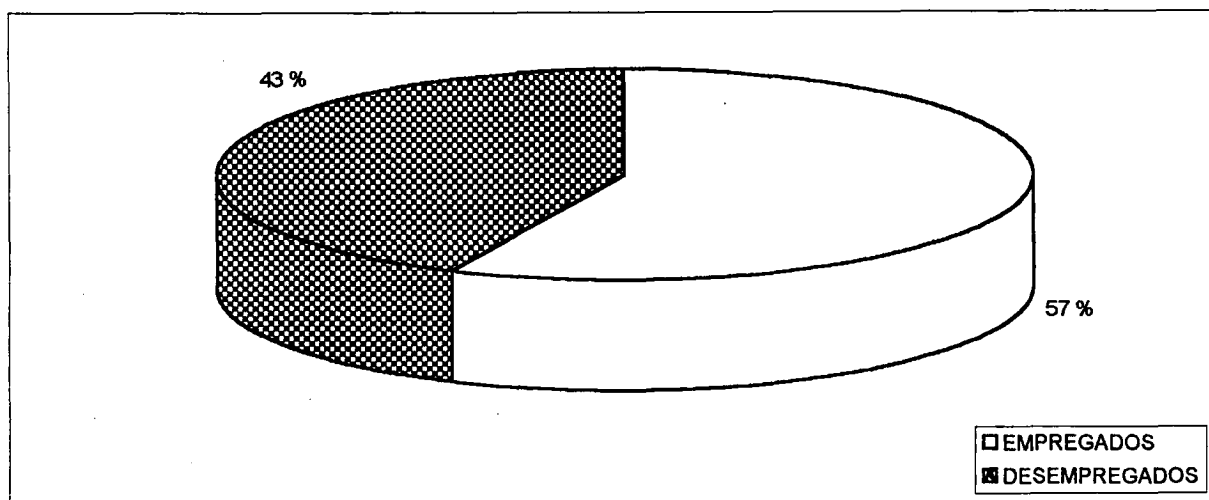
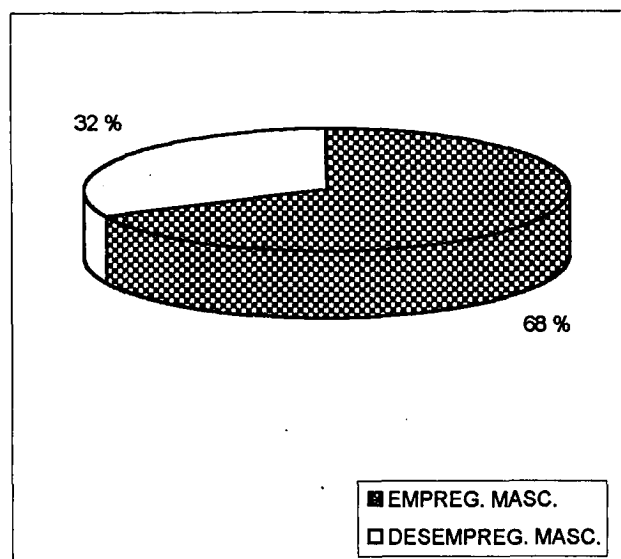
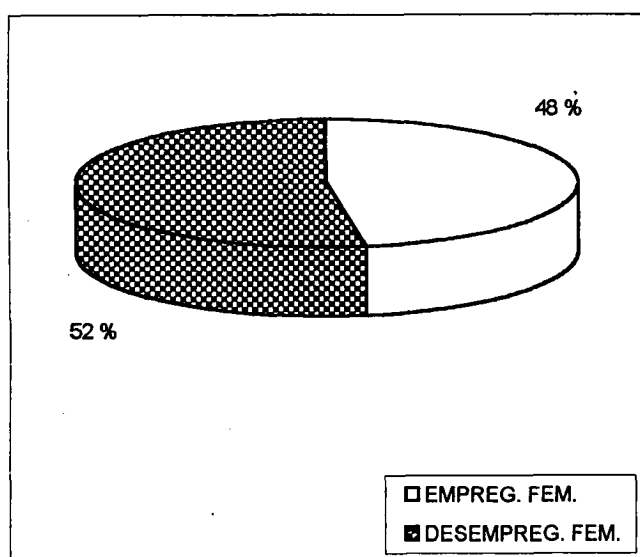


Gráfico 6 - EJA - Pesquisa por amostragem em 13 Conselhos

(7.011 alunos)

EMPREGO E DESEMPREGO POR SEXO





CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

- | | | |
|--------------------------|------------------|---------------------|
| 01. São Paulo, Capital * | 06. Osasco | 11. Mogi das Cruzes |
| 02. Campo Limpo, Capital | 07. Embu | 12. Arujá |
| 03. Santo Amaro, Capital | 08. Cotia | 13. Pindamonhangaba |
| 04. Jundiaí | 09. São Bernardo | 14. Lorena |
| 05. Jandira | 10. Guarulhos | 15. Itapeva |

* 2 Conselhos, localizados nas Zonas Leste e Norte.



NÚCLEOS ZONA NORTE

Total de alunos $\rightarrow 1.000$

Vila Nova Cachoeirinha:

A) Sagrada Família (Jd. Peri)	Coord. Vanderlei
B) N. Sra. Da Penha (Pe. Emanuele)	Coord. Vanderlei
C) N. Sra. De Fátima	Coord. CEDEPRO (Rita/Adelaide)
D) Parque Novo Mundo (Par.Sta.Rita de Cássia)	Coord. Irmãs
E) Comunidade São Marcos	Coord. Cel. Aguiar (Centro Pastoral)
F) São Benedito	Coord. Pe. Juarez



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha n.º 235 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO JOVENS E ADULTOS ZONA NORTE

PROCESSO Nº 1600/96 - IBEAC / Secretaria Estado da Educação e Cultura

Nº TOTAL CLASSES: 45
Nº TOTAL ALUNOS: 1.056
Nº TOTAL DE MONITORES: 45
Nº TOTAL DE COORDENADORES: 05

Comunidades/ locais dos Núcleos	nº classes/ séries	nº alunos	visitas locais do IBEAC para acompanhamento do Projeto
Comunidade São Benedito Coord.: Gislaine Granja Local: Paróquia São Benedito	03 1ª e 2ª / 3ª e 4ª e multiseriadas	74	Março 12 - Parque Novo Mundo 19 - Jd. Peri / Par. N. Sra. da Penha 23 - Parque Novo Mundo 30 - Centro Cultural São Marcos Abril 08 - Comunidade São Marcos 27 - Centro Cultural São Marcos Maio 08 - Parque Novo Mundo 09 - Pedra Branca / Par. São Marcos 15 - Jd. Peri / Par. N. Sra. da Penha
Comunidade São Marcos Coord.: Mara F. V. Aguiar Locais: Centro Pastoral São Marcos Brahma	07 1ª e 2ª / 3ª e 4ª e multiseriadas	149	
Parque N. Sra. Da Penha Coord.: Anai Elena Rezende / Vanderlei Dantas Angelo Locais: Paróquia N. Sra. da Penha Paróquia Sagrada Família Comunidade N. Sra. da Paz Comunidade Santo Alfredo	11 1ª e 2ª / 3ª e 4ª e multiseriadas	329	
Vila Nova Cachoeirinha Coord.: Rita de Cássia do Nascimento Locais: Paróquia N. Sra. de Fátima, Paróquia Santa cruz Comunidade Kolping Comunidade S. Luiz de França SAB Jardim Cachoeira	12 1ª e 2ª / 3ª e 4ª e multiseriadas	222	
Parque Novo Mundo Coord.: Ovidia Neves dos Santos Comunidade Santa Rita Comunidade Nova Tietê Comunidade Cidade Nova Comunidade São João Comunidade Vila São Paulo Comunidade São José Comunidade Santo Expedito Pró-Morar	12 1ª e 2ª / 3ª e 4ª e multiseriadas	282	
	45	1.056	

capacitação pedagógica local para todos os coord./monitores *
01/02/98 - Ação Educativa 30/03/98 - Ação Educativa 27/04/98 - Ação Educativa 29/05/98 - Ação Educativa

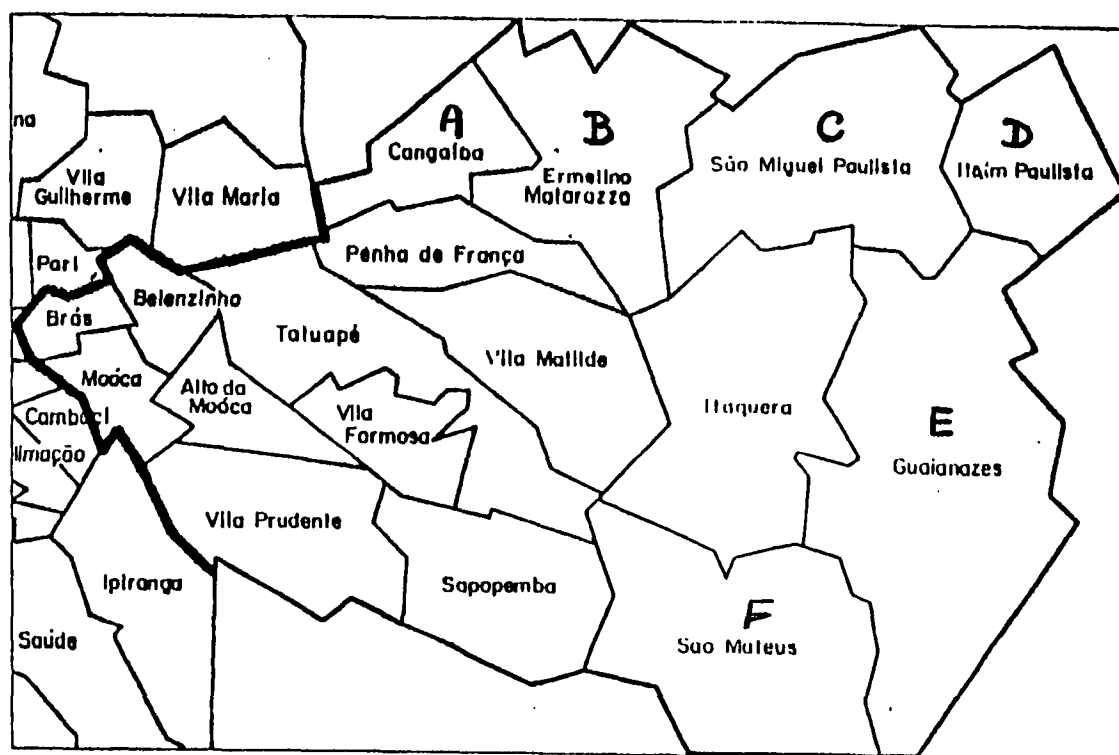
* Realizados no Centro Pastoral São Marcos

oficinas pedagógicas Ação Educativa/IBEAC
20/03/98 - IBEAC 24/04/98 - IBEAC 22/05/98 - IBEAC



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Folha n.º 236 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário



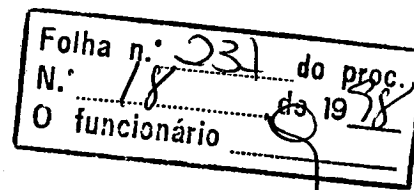
NÚCLEOS ZONA LESTE

120 classes → 3.000 alunos

A) Cangaíba	Coord. Luís Barbosa de Araújo
B) Ermelino Matarazzo	Coord. José Antônio da Silva
C) São Miguel Paulista	Coord. Rita de Cássia Ferreira / Franciane dos Santos Ferreira
D) Itaim Paulista / Lajeado Jardim Romana	Coord. Maria Ap. Xavier de Souza / Ana Acilda Alves da Silva Joatam dos Santos
E) Guaianazes	Coord. Amauri de Souza Marinho / Maria Aparecida Rodrigues / João Afonso Dias
F) São Mateus / Arthur Alvim	Coord. Célia Maria Nunes / Maria da Penha do Nascimento



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário



PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO JOVENS E ADULTOS ZONA LESTE

PROCESSO Nº 1600/96 - IBEAC / Secretaria Estado da Educação e Cultura

Nº TOTAL CLASSES: 120
Nº TOTAL ALUNOS: 3.000
Nº TOTAL DE MONITORES: 120
Nº TOTAL DE COORDENADORES: 15

Comunidades/ locais dos Núcleos	nº classes/ séries	nº alunos	visitas locais do IBEAC para acompanhamento do Projeto
Cangaíba Coord.: Luis Barbosa de Araújo	10 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		Março 13 - São Miguel Paulista 24 - Ermelino Matarazzo 27 - Guaianazes Abril 28 - Ermelino Matarazzo Maio 11 - Guaianazes 14 - Ermelino Matarazzo 21 - Núcleo do MST (Mov. Sem Terra) 25 - Erm. Matarazzo / Cangaíba 26 - São Miguel Paulista/São Mateus 30 - Ermelino Matarazzo
Ermelino Matarazzo / Ponte Rasa Coord.: José Antônio da Silva Hilda Cristina O Silva Mota	19 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		
São Miguel Paulista Coord.: Rita de Cássia Ferreira Franciane dos Santos Ferreira	15 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		
Itaim Paulista / Lajeado / Jd. Romana Coord.: Maria Ap. Xavier de Souza Ana Acilda Alves da Silva Joatan dos Santos	31 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		
Guaianazes Coord.: Amauri de Souza Marinho Maria Ap. Rodrigues João Afonso Dias	30 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		
São Mateus / Arthur Alvim Coord.: Célia Marinha Nunes Maria da Penha Nascimento	15 ⇒ 1ª à 4ª classes de 1ª e 2ª classes de 3ª e 4ª classes multiseriadas		
	120	3.000	

capacitação pedagógica local para todos os coord./monitores *
27/03/98 - Guaianazes 30/05/98 - Ermelino Matarazzo

* Realizados na Comunidade Kolping São Francisco
Guaianazes

oficinas pedagógicas Ação Educativa/IBEAC
20/03/98 - IBEAC 24/04/98 - IBEAC 22/05/98 - IBEAC

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAUL

SEGUE, Juntado nesta data 240 26 8 98 a) U

Folha n.º 239 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros. Portanto, realizaremos nossa 3ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 27 de agosto de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita", 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

Conforme acordo verbal mantido com V.Sã., solicitamos sua confirmação como palestrante para o evento em epígrafe, nos remetendo, assim que possível, um resumo dos trabalhos desenvolvidos por essa entidade nas questões que seguem:

- 1- população alvo;
- 2- objetivos;
- 3- metodologia utilizada;
- 4- recursos humanos, pedagógicos e financeiros disponíveis;
- 5- dificuldades encontradas;
- 6- sugestões para políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilmo. Sr. Luiz Marinho
M.D. Coordenador do MOVA

FAX: 756-3244

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti

Folha n.º 240 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros. Portanto, realizaremos nossa 3ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 27 de agosto de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita", 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

Conforme acordo verbal mantido com V.Sa., solicitamos sua confirmação como palestrante, ou seu bastante representante, para o evento em epígrafe, nos remetendo, assim que possível, um resumo dos trabalhos desenvolvidos por essa entidade nas questões que seguem:

- 1- população alvo;
- 2- objetivos;
- 3- metodologia utilizada;
- 4- recursos humanos, pedagógicos e financeiros disponíveis;
- 5- dificuldades encontradas;
- 6- sugestões para políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Irmã Maria Stella Sanches Coelho
M.D. Presidente da Associação de Educação Católica de São Paulo

FAX: 825-7126

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti



Folha n.º	541	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário		

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. HISTÓRICO DA AEC DO BRASIL :

Fundação : 1945 – Rio de Janeiro

Hoje ela tem uma organização nacional, com sede em Brasília, DF, com associadas em todos os estados da Federação .

Em todos os seus níveis a AEC quer ser :

- . instância crítica na realidade educacional vigente;
- . presença evangelizadora nos sistemas educativos;
- . elemento de articulação com entidades congêneres e movimentos comprometidos com a justiça social;
- . lugar de encontro, congregando e unindo forças para assumir uma educação libertadora;
- . força dinamizadora da pastoral da educação.

AAEC firma em seu Marco Referencial idéias de Sociedade, Pessoa, Igreja e Educação baseados na justiça, na fraternidade, na solidariedade, na democracia e no serviço à vida e à esperança.

Assume uma prática educacional que enfatiza :

- . o pleno desenvolvimento do ser humano, como sujeito de seu desenvolvimento pessoal, comunitário e social ;
- . O esforço de pensar e desenvolver uma ação educativa em sintonia com a realidade e com o Evangelho;
- . O processo de uma contínua aprendizagem na construção conjunta do saber;
- . o diálogo permanente que inter-relaciona educador e educando na busca constante da verdade;
- . o trabalho coletivo com participação ativa, crítica e criativa de todos.

2. A ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DE SÃO PAULO

Fundação : 1952

Hoje, tem seus trabalhos divididos em Departamentos : Pedagógico, Ensino Religioso, Educação Popular, Nucleação e Comunicação

3. A AEC e a EDUCAÇÃO POPULAR

a) AEC do Brasil

- Histórico:

Desde sua fundação a AEC preocupou-se com o grave problema dos excluídos. Nas décadas 50 e 60 a AEC se envolveu com uma Educação Popular de duas formas: Cursos noturnos e alfabetização de jovens e adultos. Na década 70 a AEC, através de cursos, seminários, congressos e publicações, assumia um papel importante no debate público em favor de uma educação católica a partir da ótica dos pobres, como exigência da justiça. em 1981, publicava o número 40 da Revista, dedicado à Educação Popular, e em 1983, o caderno: Temas de Educação Popular.

Foi entretanto a partir de 1986, com o convênio com a Misereor, que a AEC assumia com gestos concretos a Educação Popular na perspectiva de uma educação libertadora, com o objetivo de: "Contribuir para o desenvolvimento e a justiça através da promoção de alternativas educacionais, com a participação e colaboração da população atingida, para o melhoramento e eficiência da Educação Popular, formal ou não formal."

Nos últimos anos, os membros do Conselho Superior, vêm afirmando unanimemente que a Educação Popular está sendo uma das grandes conquistas da AEC, sendo estruturada tanto a nível nacional, como a nível das Associadas Estaduais, sendo que 14 dentre elas já possuem o setor organizado, com pessoas liberadas parcial ou a tempo completo.

Folha n.º 242 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

02 - Características:

A concepção de EDUCAÇÃO POPULAR da AEC do Brasil em as seguintes características:

- * Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade e, conseqüentemente, com seu projeto político.
- * Parte do princípio de valorização da cultura e do saber popular, onde a mulher e o homem, integrados no seu próprio contexto social, fazem-se sujeitos na transformação do meio, conquistando uma qualidade de vida.
- * Que oferece a oportunidade de fala ao povo, sua libertação, fortalecendo a sua resistência, evidenciada na ação: movimentos e organizações populares, associações, sindicatos, partidos e outros.
- * É um processo dinâmico, vislumbrando trabalho coletivo, onde a teoria e a prática solidária são os instrumentos de mudança rompendo assim com os corporativismos nas ações das categorias trabalhadas.
- * Respeita as diferenças regionais, resgata a riqueza do saber cultural, onde o ser diferente não significa ser inferior nem "ser menos", nem ser "ser mais".
- * Ultrapassa o limite do espaço escolar, atingindo as várias instâncias do cotidiano, onde a relação entre os sujeitos é um instrumento de organização.
- * Parte do conhecimento da realidade existente, num processo crítico, criativo, dinâmico, democrático, participativo, organizado e articulado, tendo em vista a transformação desta realidade para a construção da sociedade justa e fraterna.
- * Rompe com o autoritarismo e valoriza a participação, o espírito comunitário, o diálogo e o pensamento crítico, questionador e problematizador.
- * Presença de uma mística própria, fundamentada na opção evangélica de Jesus Cristo erapobrecido.
- * Uma alfabetização como requisito básico para a cidadania, proporcionando um pensar transformador.
- * Respeito às ideologias, raças e religiões.
- * É orientada pelo protagonismo dos setores populares.

3

* Favorece processos de ação organizada e planejada com objetivos claros, tentando elaborar pistas e alternativas das suas necessidades pessoais e coletivas.

II - O PAPEL E FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA VIDA ORGÂNICA DA AEC

O papel e função da Educação Popular na vida orgânica da AEC pretende:

Cópia nº. 243 do proc.	
N.º 18	de 19 98
O funcionário	

- * Questionar o sistema educacional como um todo.
- * Viver na sua estrutura a opção preferencial dos pobres feita pela Igreja Católica na América Latina.
- * Apoiar as ações que estejam voltadas para o resgate da Escola Pública de qualidade.
- * Incentivar a capacitação de agentes para o magistério em Educação Popular.
- * Proporcionar espaço para a discussão da prática dos educadores católicos em relação a Educação Popular.
- * Acentuar a dimensão prática da AEC, em estar presente e a serviço dos grupos socialmente excluídos, considerando-se como sujeito de sua história.

III - ONDE ACONTECE A EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular acontece nos mais diversos campos, de acordo com a realidade de cada região:

- * nas organizações populares,
- * com meninos e meninas de rua;
- * movimentos de mulheres, negros...;
- * nas favelas, centros comunitários...;
- * nas escolas de periferias e que refletem o magistério popular;
- * junto aos canavieiros e pequenos agricultores;
- * nas CEBs;
- * nas pastorais sociais;
- * e nas instituições voltadas para o setor popular.

Estende-se também ao nível de articulação com outras entidades populares ou comprometidas com a classe popular.

4

Folha n.º	244	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário		

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL - AEC/BR
BRASÍLIA-DF

CONVÊNIO "MISEREOR - AEC DO BRASIL"

Programa e Fundo de Assistência
para medidas de Educação
em **ÁREAS CARENTES**
do Brasil

CONVÊNIO MISEREOR-AEC/BR
Projeto N. 233-0/294 D Y
Período 1994-1997

ÍNDICE

I- Objetivo do Convênio.....	02
II-Destinatários.....	02
III-Tipos de Miniprojetos Aprovados pelo Convênio.....	03
IV-Critérios Gerais para a Aprovação a Nível Estadual e Nacional	03
4.4- Critérios a Nível Estadual	
4.2- Critérios a Nível Nacional.....	04
V-Documentos necessários para a aprovação de um Miniprojeto	05
VI-Projetos Pontuais e de Ponta	
6.1- Projetos Pontuais	06
6.2- Projetos de Ponta	06
VII-Regiões onde serão desenvolvidos os Projetos de Ponta.....	07
VIII-Prestação de Contas.....	07
IX-Recursos Financeiros para as visitas e acompanhamento a Miniprojetos	
9.1- Finalidade	08
9.2- Critérios para a aprovação	08
X-Funções do Coordenador Estadual do Setor de Educação Pop. da AEC.....	09
XI-Funções do Coordenador Nacional do Setor de Educação Pop da AEC.....	10

I- OBJETIVO DO CONVÊNIO

O objetivo do Convênio é apoiar a Educação Popular, promovida pelas AECs Estaduais, a partir das reflexões de Paulo Freire, inclusive a Educação de Base e a alfabetização de adultos.

Não só se trata de reduzir o déficit de formação dos mais pobres, mas sim e em particular de contribuir para elaborar novos currículos escolares mais adaptados à realidade da população carente, a fim de fortalecer a participação popular nos processos políticos e econômicos e de influenciar a política de ensino público.

II- DESTINATÁRIOS

1. Crianças, adolescentes e Jovens muito pobres na idade da escolaridade obrigatória que ou não tem acesso à escola ou aprendem sob condições precárias (ex: falta de carteiras, material didático, falta de qualificação mínima dos educadores).

2. Adolescentes, jovens e adultos já não sujeitos à escolaridade obrigatória, mas que procuram aprender ler e escrever e respectivamente a adquirir conhecimento profissionalizante.

3. Membros de diversos grupos de auto-ajuda, dado que a formação/educação melhor lhes ajudará a defender os seus interesses e com isso, a participar mais ativamente nos processos políticos.

4. Educadores de escolas alternativas "dos pobres". Por ex: escolas mantidas por associações de moradores, por movimentos populares, por instituições comprometidas da Igreja e pela própria AEC.

Esclarecimento:

Os Professores e os educadores de outras instituições de ensino público indiretamente se beneficiarão do projeto através de publicações específicas e propostas referentes a novos currículos escolares adaptados.

Espera-se que no mínimo 50% dos beneficiados pelos Miniprojetos sejam mulheres.

III.- TIPOS DE MINIPROJETOS PREVISTOS NO CONVÊNIO

1. Cursos e encontros de formação para educadores e agentes de Educação Popular;
2. Produção de subsídios;
3. Aquisição de equipamentos;
4. Aquisição de material didático;
5. Construções e reformas simples em ambientes situações de extrema necessidade.

IV- CRITÉRIOS GERAIS PARA APROVAÇÃO DE UM MINIPROJETO

4.1- Critérios a nível Estadual:

- 4.1.1- Maior nível de pobreza do grupo solicitante;
- 4.1.2- Participação ativa do respectivo grupo beneficiado na elaboração e realização do Miniprojeto (caráter comunitário);
- 4.1.3- Condições de possibilitar um processo de continuidade do investimento feito (qual o processo de transformação que o desenvolvimento do MP pode desencadear nesta realidade?);
- 4.1.4- tempo de duração do projeto não ultrapassar do ano em vigor;
- 4.1.5- possibilidade de acompanhamento e avaliação dos recursos por parte do Setor Estadual de Educação Popular da AEC;

- 4.1.6- não duplicidade de recursos (recebimento por parte do grupo solicitante de verbas para o mesmo fim vindo de outras entidades);
- 4.1.7- orçamento detalhado em moeda nacional;
- 4.1.8- contrapartida do grupo solicitante (mesmo que esta nem sempre seja em recursos financeiros, ex: mão-de-obra, espaço físico) deverá aparecer também o cálculo em dinheiro;
- 4.1.9- compromisso de prestação de contas nos prazos e modalidades estipulados pela AEC;
- 4.1.10- concordância dos objetivos do MP com os objetivos propostos pelo Convênio;
- 4.1.11- apresentação em formulário próprio da AEC/Brasil para projetos;
- 4.1.12-a disposição do grupo solicitante em participar da proposta de Educação Popular da AEC/Brasil, através de encontros e reflexões ou outras atividades propostas pela AEC Estadual;
- 4.1.13-que a entidade seja popular, não governamental (nem mesmo de ensino público, municipal ou estadual).
- 4.1.14-não haja pendência de prestação de contas (por parte da entidade e/ou por parte da AEC Estadual).

Esclarecimento:

Sempre que possível, não será aprovado mais que 03(três) Mps para cada entidade solicitante dentro de um mesmo Convênio.

Observação:

Há que se tomar medidas necessárias, para que os sindicatos ou outras organizações não recebam os recursos para fins específicos que fortaleçam apenas a luta ou ideologia próprias dessas entidades.

4.2- Critérios a Nível Nacional

A todos os critérios gerais apresentados anteriormente, acrescenta-se os seguintes:

VI- PROJETOS PONTUAIS E DE PONTA

Todas as AECs desenvolvem a Educação Popular. O mesmo se diga dos Miniprojetos. Há entretanto dois tipos de Miniprojetos: Os Pontuais e os de Ponta.

6.1- Projetos Pontuais - São projetos pequenos para suprir uma necessidade imediata nas atividades de Educação Popular e desenvolvidos nas periferias das grandes cidades e zona rural.

Os critérios para aprovação desses projetos são os mesmos elencados anteriormente, quando se fala em critérios a nível Estadual e critérios a nível Nacional. A liberação dos recursos ficará a critério da AEC/Brasil, que poderá liberá-los através de parcela única ou várias parcelas.

Os projetos pontuais serão desenvolvidos em todos os Estados onde a AEC já está presente.

6.2 - Projetos de Ponta - São projetos destinados exclusivamente à formação de educadores populares já engajados. Foram apresentados à Misereor conforme consulta às AECs Estaduais em agosto/93, que escolheram Formação de Educadores como prioridade.

Critérios para aprovação dos Miniprojetos de Ponta:

- 6.2.1- que seja iniciativa da AEC Estadual, ou por ela assumido e que haja na mesma, o Setor de Educação Popular organizado, com pelo menos uma pessoa liberada para este trabalho;
- 6.2.2- que o projeto tenha o mínimo de um ano e o máximo de três anos para ser desenvolvido;
- 6.2.3- que apresente possibilidade de continuidade por parte da AEC e dos educadores a serem beneficiados;
- 6.2.4- que o número de educadores a serem atingidos não seja inferior quinze;
- 6.2.5- que os educadores atingidos sejam pessoas já engajadas na Educação Popular;

6.2.6- que apareça com clareza a meta que se quer atingir com este projeto;

6.2.7- que sejam registradas as etapas atingidas dentro do desenvolvimento do Miniprojeto, para ao final possibilitar avaliação e sistematização de todo o trabalho.

Nota:

Os recursos financeiros para estes Projetos de Ponta, deverão ser depositados na conta do Setor de Educação Popular da AEC Estadual, que é assinado pelo coordenador do Setor de Educação Popular e o Presidente ou Tesoureiro.

VII- REGIÕES ONDE SERÃO DESENVOLVIDOS OS PROJETOS DE PONTA

Concentrar-se-ão nos Estados nos quais as AECs já possuem o Setor de Educação Popular organizado e com um coordenador para a Educação Popular, anterior à aprovação do Convênio: Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Pará, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará e Alagoas.

VIII- PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Dos Projetos Pontuais

Prazo: Deverão apresentar a prestação de contas dentro do prazo determinado na carta de aprovação.

2. Dos Projetos de Ponta:

- **Prazo:** Cada semestre

3. Documentação exigida:

3.1- notas fiscais, recibos originais, comprovando os gastos de acordo com o que foi solicitado;

3.2- extratos bancários;

3.3- relatórios das atividades desenvolvidas;

3.4- fotos sempre que possível.

Toda entidade deverá ser orientada pela AEC Estadual para que envie a prestação de contas para o Setor de Educação Popular no Estado que depois da verificação necessária, a enviará para a AEC do Brasil.

IX- RECURSOS FINANCEIROS PARA VISITAS E ACOMPANHAMENTO AOS MINIPROJETOS

9.1- Finalidade

São projetos apresentados pelo Setor de Educação Popular da AEC Estadual.

Destinam-se a todas as AECs que desenvolvem projetos pontuais e/ou de ponta e devem ser exclusivamente para os gastos do Setor de Educação Popular no que se refere às visitas e acompanhamentos dos Miniprojetos.

Os recursos serão liberados a cada semestre, conforme prestação de contas apresentada. A documentação exigida é a mesma que a dos projetos pontuais e de ponta.

9.2- Critérios para aprovação

-Seja apresentado pelas AECs que têm o coordenador do Setor de Educação Popular.

- Cada Estado apresentará apenas um projeto no início do ano.

- O projeto deve vir acompanhado do cronograma semestral ou anual do Setor.

- Deve ser assinado pelo coordenador do Setor e pela Diretoria da AEC do Estado.

- Seja aberta uma conta específica para Educação Popular na AEC Estadual, para depositar e/ou aplicar os recursos recebidos, conforme rege o Estatuto da AEC no Estado.

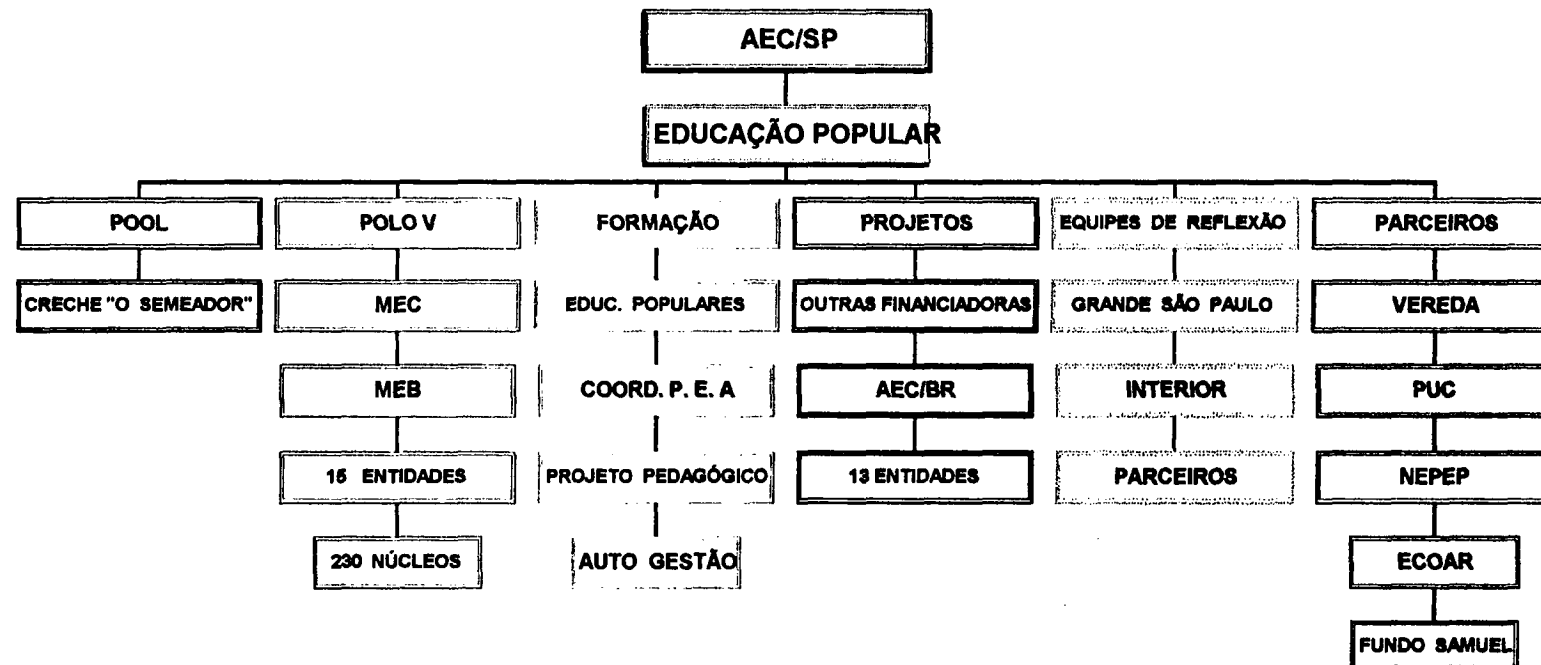
X- FUNÇÕES DO COORDENADOR ESTADUAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AEC, NO QUE SE REFERE AO GERENCIAMENTO DE MINIPROJETOS.

- 10.1 - Dinamizar as diversas atividades de Educação Popular no Estado;
- 10.2 - Organizar o Departamento de Educação Popular;
- 10.3 - Promover cursos, encontros para agentes de Educação Popular;
- 10.4 - Articular-se com iniciativas de lutas das várias organizações da sociedade Civil;
- 10.5 - Manter na sede da AEC Estadual, em arquivo próprio, cópia dos Miniprojetos, das prestações de contas e dos relatórios;
- 10.6 - Garantir a unidade do Setor com a AEC Estadual e a Nacional.
- 10.7 - Orientar e analisar a elaboração dos Miniprojetos, sobretudo os de ponta, para que estejam de acordo com os critérios desta Cartilha;
- 10.8 - Receber os Miniprojetos, verificar a documentação, emitir parecer sobre os mesmos e remetê-los à AEC/Brasil.
- 10.9 - Orientar sobre a abertura da conta bancária, após a aprovação do projeto e remeter os referidos dados à AEC/Brasil;
- 10.10 - Acompanhar a execução e avaliação dos Miniprojetos através de visitas, encontros e outros meios ;
- 10.11 - Conferir as prestações de contas e os relatórios dos Miniprojetos e remetê-los à AEC/Brasil;

XI- FUNÇÕES DO COORDENADOR NACIONAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AEC QUANTO AO GERENCIAMENTO DOS MINIPROJETOS.

- 11.1- Receber apenas Miniprojetos que tenham passado pela AEC estadual, como também a prestação de contas;
- 11.2- Verificar com a equipe nacional o parecer emitido pelo Setor Estadual e a documentação do Miniprojeto;
- 11.3- Aprovar ou reprovar os Miniprojetos, comunicando à AEC estadual o envio de recursos ou a justificativa da reprovação;
- 11.4- Receber as prestações de contas e os relatórios dos Miniprojetos, conferir os dados e enviar à Misereor;
- 11.5- Arquivar cópia dos Miniprojetos, relatórios e prestações de contas;
- 11.6- Manter contato com as AECs estaduais, promovendo encontros de assessoria para os coordenadores e orientando-os no que for necessário;
- 11.7- Reativar o Boletim Informativo do Setor de Educação Popular, a fim de manter as AECs informadas sobre o número e tipo de Miniprojetos que estão acontecendo, etc.
- 11.8- Sistematizar no período anual e final de cada Convênio, as diversas experiências, subsídios enfim, tudo o que foi realizado, produzido durante aquele período;
- 11.9- Estabelecer contatos com outras entidades que fazem Educação Popular, ou que financiam Miniprojetos para troca de experiências;
- 11.10- Visitar e acompanhar as equipes de Educação Popular das AECs Estaduais.

AEC/SP
EDUCAÇÃO POPULAR
1995/1997



Folha n.º 254 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

**Projeto de Ponta
AEC de São Paulo**

Identificação	Estrutura do Curso	Valores	Objetivos do Curso	Conteúdo	Metodologia	Observações
Nome: Formação de Educadores Populares População-alvo: Educadores Total: 42 Homens: Mulheres:	Duração: Ano(s) : 01 Etapas: 08 Dias: 24 Horas: 192 Início: Mar/95 Término: Nov/95	Pedido: R\$ 13.004,00 Recebido: (parcelas) 1ª R\$ 6.502,00 2ª R\$ 5.000,00 3ª 4ª	- Ampliação do Universo teórico que está sustentando a prática dos agentes dos movimentos sociais. - Ampliação de informações necessárias à ação dos agentes. - Conhecimento, pela coordenação mais elaborada e realista do perfil dos agentes.	. Cenário de Atuação dos Agentes Populares. . Movimentos Sociais . Instrumentos de Atuação: - Dinâmicas - Alfabetização - Associação e Cooperação - Movimentos Reivindicatórios - Gerência - Sistematização	<u>A partir da Prática:</u> . Discussão em Grupo . relatos . Conversas . Informações <u>Reflexão:</u> . Discussão . Debate . Registros . Exposição Oral . Oficinas . Pesquisa Bibliográfica . <u>Construção de Novas Sínteses</u> - Leituras - Auto avaliação - Planejamento - Avaliação Coletiva - Oficinas Temáticas	Parcerias Diversas(13) População Atendida Diretamente: - 102 Grupos de Alfabetização - 07 Grupo de Crianças - 06 Grupo de Mulheres - 7.000 famílias

Folha n.º 259 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

**SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR
 AEC/SP - PROJETOS APROVADOS
 1996/1997**

ENTIDADES BENEFICIADAS	
1996	1997
- AEC - Diocese de Lins - CIMI - Paróquia S.Cristo - VEREDA	- AEC - Ação Educativa - Centro de Recursos - ANCA - MST - Ação Comunitária J.Colonial - Centro de Recursos - Centro Social Bom Jesus - Centras dos Movimentos Populares - Comunidade São J.Batista - Congregação das Irmãs Marianitas - Paróquia Santo Cristo - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campinas
- Total : 07 Projetos	- Total : 13 Projetos
- Valor : R\$ 26.850,00	- Valor : R\$ 33.285.00

A EDUCAÇÃO POPULAR NA AEC DE SÃO PAULO

Folha n.º 254	do proc.
N.º 18	de 1958
O funcionário	

1. **POPULAÇÃO ALVO** : jovens, adultos, crianças e adolescentes da Grande São Paulo, principalmente na periferia e também no Interior.
2. **OBJETIVO** :
 - 2.1 Oferecer espaço um espaço de formação de Coordenadores e Educadores dos Projetos de Alfabetização de Adultos e Jovens.
 - 2.2 Apoiar financeiramente grupos com possibilidade de continuidade , voltados à formação da cidadania/ética, formação profissionalizante e alfabetização.
3. **METODOLOGIA UTILIZADA** : Construção do Projeto Educativo de forma participativa, numa relação dialógica, negando assim a educação autoritária à qual estamos acostumados.
4. **RECURSOS** :
 - 4.1 **HUMANOS** : Temos uma coordenação e toda uma infra-estrutura da própria AEC/SP para o desenvolvimento do trabalho. Uma pequena equipe de parceiros nos ajuda a pensar e a planejar , colaborando também com assessoria para formação e análise dos projetos a serem financiados .
 - 4.2 **PEDAGÓGICOS** : fazemos parceria com o VEREDA e com o NEPEP (Núcleo de Estudos e Programas de Educação Popular).
 - 4.3 **FINANCEIROS** : Convênio com a MISEREOR, com o MEC/AEC (20 estados) : em São Paulo, 30 entidades , perfazendo 200 salas com uma média de 20 alunos por sala , com idade que varia de 13 a 65 anos.
5. **DIFICULDADES ENCONTRADAS** :
 - . falta de recursos financeiros – financiamentos
 - . rotatividade dos monitores e educadores populares
 - . fragilidade na formação dos monitores e educadores populares
 - . dificuldade ao de material didático e pedagógico
 - . falta de pesquisa na área de E.J.A.S.
 - . experiências isoladas
 - . falta de uma supervisão
6. **SUGESTÕES**
 - 6.1 Magistério específico para os Educadores interessados na EJA
 - 6.2 Reconhecimento dos monitores e educadores que já desenvolvem ação educativa junto a Jovens e Adultos : investimento financeiro e formação específica.
 - 6.3 Apoio e subsídios do governo para escolas particulares interessadas nesse tipo de magistério
 - 6.4 Maior financiamento para as iniciativas de AJA e que estes cheguem às mãos daqueles que executam o trabalho; que seja um financiamento digno de um trabalho de cidadania e pedagógico
 - 6.5 Que esse trabalho seja reconhecido pelo governo e para isso tenha que sair da precariedade.

9. A Educação Popular

O departamento de Educação Popular tem ampliado seus serviços articulando-se com o MEC (Ministério de Educação e Cultura), o MEB (Movimento de Educação de Base) e muitas outras entidades:

- na formação contínua de núcleos de alfabetização de adultos e de jovens, na Grande São Paulo e no interior;
- na formação contínua de monitores, preocupados em melhorar o desempenho em sala de aula;
- no estudo da LDBEN, do Projeto Político Pedagógico para a alfabetização de adultos e jovens, em parcerias;
- na Formação de Educadores Populares em parceria com a UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e NEPEP (Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular);
- no trabalho com o menor: abertura de uma Creche para 130 crianças, projeto pensado e organizado por um "pool" de entidades e empresários, do qual a AEC/SP faz parte.

Através do convênio AEC/SP / MISEREOR está sendo realizado o segundo Curso de Capacitação de Educadores Populares. O curso consta de dois anos com atividades mensais por três dias consecutivos, em regime integral. O segundo ano constitui-se em aprofundamento.

Além da verba da MISEREOR, insuficiente às despesas do Curso, a AEC/SP tem recebido apoio e colaboração de Assessores abalizados e das entidades que o sediam, mediante desconto em hospedagem, ou mesmo sem quaisquer ônus.

Há ainda desafios a enfrentar, não só no aspecto financeiro, mas também numa produção mais consciente de temáticas, num planejamento de maior envolvimento dos participantes como grupo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 259 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS

" A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS

NA CIDADE DE SÃO PAULO "

PRESIDENTE: Sra. Vereadora Ana Maria Quadros

MEMBROS : Senhores Vereadores

Aldaíza Sposati

Maria Helena

Gilson Barreto

Paulo Frange

Pierre de Freitas

Vicente Cândido

Reunião realizada no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita da
Câmara Municipal de São Paulo em 27 de agosto de 1998.

SOLICITANTE: Sra. Vereadora Ana Maria Quadros

(Mmeo. n.º. 001/98)

Secret. Donizete Alencar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 360 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
COL	1	dalva	Situação dos	Jovens	27.03	

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Está aberta a reunião da Comissão Situação Educacional de Jovens e Adultos do Município de São Paulo.

Passemos à composição da Mesa: Sr. Luiz Marinho e João Afonseca do Movimento de Alfabetização; Imã Maria Estela da Associação de Educação Católica de São Paulo; Sr. Barreto do Veredo. Convido também os Srs. Membros da Comissão os Srs. Vereadores: Aldaíza Spasati, Maria Helena, Gilson Barreto, Pierre de Freitas, Paulo Frange, Vicente Cândido, Cosme Lopes e Celso Cardoso; Sra. Dulce de Paula Souza, representando a Sra. Secretaria Marta Godinho, da Secretaria de Estado da Assistência de Desenvolvimento Social; Sra. R Toruyo Ajwara Mayakawa, representando Macim e Walter Shieko, Presidente do Conselho Municipal de Educação; Sra. Norma Ribeiro, representando Concieta Yanakaro; Tetsuo Kobem, representando o nobre Vereador Jorge Taba.

O tema que será discutido hoje será: "Experiências em Educação de Jovens e Adultos". Agradecemos os Srs. Orlando Augusto Pinto, assessor da Comissão; Donisete e Jader coordenador da Comissão.

Inicialmente, tem a palavra a Sra. Imã Maria Estela.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 261 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 3

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
COL	2	dalva	Situação dos	Jovens	27.03	

A SRA. MARIA ESTELA

- Bom dia a todos. Gostaria

de falar para vocês inicialmente o que é a associação que eu represento. A Associação de Educação Católica foi fundada em 1945, no Rio de Janeiro, sua fundação deveu-se a congregar as escolas católicas, a unir para dar forças as escolas católicas. Hoje é uma organização nacional, que está presente em todos os estados do Brasil. Temos no Amazonas- Pará e outros, com esse trabalho educativo. O que a nossa associação quer ser? Isso para que entendamos depois o nosso trabalho com educação de jovens e adultos, há muito erro por aí, porque muitas vezes nos chamam de associação das escolas católicas. Não somos. Somos Associação de Educação Católica. Em todos os níveis queremos ser uma instância crítica da realidade educacional vigente. Queremos ser uma presença evangelizadora no sistema educacionais. Elementos de articulação com outras entidades. Nós articulamos, porque sentimos que é, a união é que faz a força, elementos de articulação com entidades congêneres, e também com movimentos comprometidos com a justiça social. Para que seja lugar de encontro congregando e unindo forças para assumir uma educação libertadora, somos um lugar de encontro para educadores, por isso fazemos bastante encontros, cursos, seminários, esse ano vamos ter um congresso em Porto Alegre de 11 a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 262 do proc.
10.º de 1958
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
COL	3	dalva	Situação dos	jovens	27.03	

15 de outubro. Normalmente nesses congressos reunimos cerca de 3 a 4 mil educadores. Este ano estamos: a escola solidária praticando a inclusão. Vamos estudar no Congresso o problema dos incluídos que é uma grande ~~preocupação~~ preocupação nossa. Agora, eu dizia que propriamente a AEC, enfatiza o quê? Que tipo de educação? Uma educação que visa o pleno desenvolvimento do ser humano, como sujeito do seu desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Ela assume o esforço de pensar e desenvolver uma ação educativa em sintonia com a realidade, mas também com os valores evangélicos, e ainda enfatiza o processo de uma contínua aprendizagem na construção conjunta do saber, o diálogo permanente que inter-relaciona educador e educando na busca constante da verdade. Ainda enfatizamos com toda nossa ação, um trabalho ~~em~~ coletivo com participação ativa, crítica, e ~~em~~ criativa de todos. Esse é o trabalho de um modo geral das AECs todas. Agora vamos falar um pouquinho da AEC de São Paulo. Ela foi fundada em 1952. Temos os mesmos objetivos e trabalhamos com cinco departamentos aqui em São Paulo: pedagógico, ensino religioso, educação popular, nucleação para congregar educadores principalmente no Interior e comunicação. Vamos ver ~~o~~ esse trabalho que propriamente é a base da nossa atuação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 263 do proc.
18 de 19 98
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C-2	1	Vera	sit.jovens	27.8.98		

como essa instituição que propriamente é de escolas, começou a trabalhar mais diretamente, mais fortemente nessa educação de jovens e adultos? Então, eu poderia dar um histórico da ECEI e a educação popular. Desde a fundação, a ECEI preocupou-se com o problema dos excluídos. Sempre.

Agora, entre as décadas de 50 e 60, essa educação era feita através só das escolas. Então, eram cursos noturnos, depois surgiram os cursos supletivos. Era escola que tinha o seu nucleozinho de alfabetização para os pobres.

A partir da década de 70, a ECEI como instituição começou a se preocupar, quer dizer, a própria instituição não podia deixar só aos colégios esse trabalho de educação popular, de alfabetização. A própria instituição começou, então, a promover cursos, seminários, congressos e publicações, assumindo já um debate público sobre a educação popular, sobre a necessidade da alfabetização de jovens e adultos e trabalha com crianças carentes.

Em 1981, nós temos uma revista. Essa revista sai quatro vezes ao ano, é monotemática. Ela já fez 20 anos. Em 1981, publicamos um número inteiro da revista, que é o número 40, só dedicado à educação popular. Em 1983, publicamos um caderno com temas de educação popular.

Vocês estão vendo que é um trabalho não sistematizado com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 364	do proc. N.º 18	de 1998
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C-2	2	Vera	sit.jovens	27.8.98		

educação popular.

Em 1986, aconteceu um fato importante. A Alemanha faz duas coletas por ano e quer distribuir essas verbas aos países subdesenvolvidos. Então, temos na Alemanha a Diveniatur ~~em~~ miserior.

Em 1986, a Miserior procurava no Brasil uma entidade que pudesse repassar suas verbas de educação popular. Ela pediu, então, à ECEI. Fomos escolhidos para fazer um convênio com a Miserior. Mas dissemos claramente a ela: não queremos ser repassadores de verbas. Foi daí que a ECEI constituiu seu departamento de educação popular. Temos esse departamento em Brasília, na sede nacional, e em cada um dos Estados.

O que esse convênio - eu o tenho aqui ~~queria~~ conosco? O objetivo do convênio é apoiar a educação popular promovida pelas AECs estaduais, a partir das reflexões de Paulo Freyre, inclusive a educação de base e a alfabetização de adultos. Não só se trata de reduzir o déficit de formação dos mais pobres, mas sim contribuir para elaborar novos currículos escolares, mais adaptados à realidade da população carente.

Quais seriam os destinatários desse convênio? São crianças, adolescentes e jovens pobres na idade de escolaridade, adolescentes já não sujeitos à escolaridade obrigatória, mas que procuram ler e escrever, membros de grupos de auto-ajuda, dado que a formação em educação lhes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 365 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
6-2	3	Vera	sit.jovens	27.8.98		

ensinará a melhor se defender, grupos também e ainda educadores de escolas alternativas dos pobres. Por exemplo, escolas mantidas por associações de moradores, por movimentos populares, por instituições comprometidas da Igreja e pela própria AEC.

Esses projetos é que propriamente vão dar força, a Misericórdia dividiu em dois tipos. Tem os projetos pontuais, para os quais ela destina determinada quantia. São projetos de curta duração, pequenos, para suprir uma necessidade imediata nas atividades de educação popular, especialmente desenvolvidas nas periferias das grandes cidades e na zona rural.

Quanto aos critérios, temos toda uma folha que diz quais são os critérios para se distribuir e também há todo um formulário que as pessoas têm que preencher para estabelecer esse projeto.

Uns três anos depois, nós insistíamos muito com a Alemanha, porque dava recursos para a construção, dava para o material, mas não nos dava permissão de um curso mais extenso para a formação de educadores populares. Então, não adiantava dar dinheiro se não formávamos novos educadores populares, porque como eram projetos de duração pequena,

Aí, a Alemanha, atendendo ao nosso pedido, estabeleceu uma verba para o que chamamos "projetos de ponta". São projetos destinados



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 266 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-2	4	Vera	sit. jovens.	27.8.98		

exclusivamente à formação de educadores populares já engajados. Aqui temos o Barreto que trabalhou muito conosco nesses cursos de capacitação de educadores populares. Temos curso de capacitação de educadores populares em parceria com a Vereda, com o Neterre, com a Universidade Metodista de Piracicaba, que nos tem ajudado.

Estou dando uma visão muito rápida da entidade propriamente. O que nós da AEC queremos, quais as características que queremos com essa educação popular que fazemos? Dentro dessa educação popular, o principal alvo é essa alfabetização de jovens e adultos.

As características do nosso trabalho, que a gente procura ter são essas: uma educação comprometida com segmentos populares da sociedade e, conseqüentemente, com o seu projeto político. Segundo, essa educação parte do princípio da valorização da cultura e do saber popular, em que a mulher e o homem, integrados no próprio contexto social, fazem-se de sujeitos na transformação do meio conquistando uma qualidade de vida.

Uma das coisas que a Alemanha mais nos interpela quando ela dá essas verbas é: que transformação isso está ocasionando? São insistentes. Esses cursos, todo esse trabalho de vocês está ocasionando uma transformação social ou é perdido? São exigentes em a gente buscar transformação social.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 267 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-3	5	Vera	sit. jovens	27.8.98		

Ainda, procuramos uma educação que oferece oportunidades de fala ao povo, sua libertação, fortalecendo sua resistência evidenciada na ação, movimentos e organizações populares, associações, partidos e outros. É um processo dinâmico, vislumbrando sempre trabalho coletivo, em que a teoria e a prática solidária são instrumentos de mudança, rompendo corporativismos, etc.

Respeita as diferenças regionais, resgata a riqueza do saber cultural, porque temos esses projetos no Brasil todo, então, tem que respeitar lá o regionalismo.

Parte do conhecimento da realidade existente num processo crítico, criativo e dinâmico. Rompe com o autoritarismo e valoriza a participação, o espírito comunitário, o diálogo, o pensamento crítico questionador e problematizador.

Temos a presença de uma mística própria que é nossa, fundamentada na opção evangélica de Jesus Cristo pelo empobrecido. Ainda, uma alfabetização como requisito básico para a cidadania, proporcionando um pensar transformador.

Respeito às ideologias, raças e religiões. Nesse trabalho de educação popular, não fazemos distinção. A nossa entidade é católica, mas não exigimos daqueles com quem vamos trabalhar que sejam católicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 568	do proc. N.º 18	de 1978
O funcionário		
CRADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CRADOR	CONT. APARTE
0-3	6	Vera	sit.jovens	27.8.98		

Tanto que trabalhamos muito com o pessoal de Piracicaba, com a Universidade Metodista.

Ainda , é orientada pelo propagandismo de setores populares.

Agora, vou entrar nos pontos que nos foram pedidos. A AEC começou trabalhando, em 1986, com essa ajuda da Misericórdia. Acontece que, à medida em que os miniprojetos foram se realizando, principalmente aqui em São Paulo, o trabalho vai num crescendo. Então, vão surgindo, cada vez mais, necessidades.

A própria AEC, no seu departamento, supre e faz muitas outras atividades que não estão dentro do miniprojeto. O miniprojeto ajuda a entidade, mas a própria AEC tem que dar assessoria. Isso tudo corre por conta da AEC.

Pediram-me para que falasse sobre a população-alvo do nosso trabalho com jovens e adultos. Seriam jovens, adultos, crianças e também adolescentes que não tiveram vez, às vezes, da Grande São Paulo, principalmente na periferia, mas também temos trabalho no interior. Estamos em todos os cantos de São Paulo.

Qual o nosso objetivo nessa educação de jovens e adultos?

Oferecer um espaço de formação de coordenadores e educadores dos projetos de alfabetização de adultos e jovens. Temos como primeiro objetivo essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 265	do proc. N.º 18
de 1978	
O funcionário	
ORADOR	CONT. À PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
C-3	7	Vera	sit. jovens	27.8.98		

formação de educadores populares.

Segundo, apoiar financeiramente grupos com possibilidade de continuidade voltados à formação da cidadania ética, da formação profissionalizante e alfabetização.

A metodologia. Usamos uma metodologia em que a construção do projeto educativo é de forma participativa, numa relação dialógica, negando, assim, a educação autoritária, à qual todos estamos acostumados, na qual fomos formados e educados.

Quanto aos recursos humanos, temos uma coordenação e toda uma infra-estrutura própria da AEC São Paulo para o desenvolvimento do trabalho. Mas temos também uma pequena equipe de parceiros que nos ajuda a pensar e a planejar, colaborando também com a assessoria para a formação e análise dos projetos a serem financiados.

E aqui é maravilhoso, porque, nesse nosso trabalho, entra muito de gratuidade das pessoas, porque a ajuda vai para aqueles que precisam de nós, mas nós é que temos que pensar e temos pessoas que nos ajudam muito. Torno a insistir que o Barreto é o nosso grande parceiro, com a Rosa que podem falar do nosso trabalho e temos grupos que nos ajudam muito. Não somos sozinhos. A gente procura se articular.

Quais os recursos pedagógicos? Fazemos parceria com o Vereda,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 270 do proc.
UN.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C-3	8	Vera	sit. jovens	27.8.98		

principalmente nessa parte pedagógica, e com o NEpép, que é o Núcleo de Estudos de Programas de Educação Popular.

Quais os recursos financeiros que temos? O convênio com a Misericórdia, de que eu já falei, Agora, a AEC do Brasil conseguiu um convênio com o MEC, que nos prometeu auxílio para a formação e para material didático.

Para esse convênio estão registradas 30 entidades, perfazendo 200 salas de alfabetização, com uma média de 20 alunos por sala, com a idade que varia de 13 a 65 anos. O MEC só nos mandou a verba para o material didático, uma verba muito pequena, mas pelo menos veio. Prometeu uma coisa e depois não saiu.

Quais seriam as dificuldades que encontramos? A primeira, falta de recursos financeiros, porque não podemos atender a todos aqueles que nos pedem e que a gente teria vontade de atender.

Outra coisa é a rotatividade dos monitores populares, porque são pessoas que têm outras atividades para ganhar sua própria vida e muitas vezes são idealistas que ajudam. Então, é uma rotatividade muito grande dos educadores populares.

E a fragilidade na formação. Quando começamos a trabalhar com educação, alfabetização, vinham pessoas não alfabetizadas que conseguiam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 21 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C-4	9	Vera	sit. jovens	27.8.98		

alfabetizar. Então, a gente pôde começar cursos de como trabalhar com esses educadores.

Dificuldade de acesso ao material didático e pedagógico.

Falta de pesquisa na área de educação de jovens e adultos. Experiências isoladas. A gente ignora o que outros estão fazendo. Eu estou vendo aqui tanta gente, se a gente pudesse ser parceira de todos, se pudéssemos nos unir. As experiências são isoladas.

Achamos que há falta de uma supervisão, alguém que pudesse supervisionar esse trabalho, congregar, ajudar para que essas experiências possam ser trocadas.

Quais sugestões que nós da AEC faríamos? Achamos que deveria haver um magistério específico para educadores interessados na educação de jovens e adultos. Temos escolas que já começam a fazer isso, escolas particulares. Eu posso dar um exemplo para vocês da escola Estela Maris, na Cardeal Arcoverde. É uma escola que já tem o curso de Magistério para educação popular.

Seria uma coisa maravilhosa se pudéssemos dar continuidade a isso, porque um professor que se forma de modo comum, vai ter dificuldade depois, para trabalhar com adulto. Então, precisamos ter esse Magistério específico para os educadores interessados na educação de jovens



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 372 do proc.
PAULO 18 de 19 98
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-4	10	Vera	lit. jovens	27.8.98		

e adultos.

Além disso, o reconhecimento dos monitores e educadores que já desenvolvem a ação educativa junto a jovens e adultos. Reconhecendo o valor desses educadores, dá para investir financeiramente na sua formação específica.

Terceira sugestão: apoio e subsídio do governo também às vezes para as escolas particulares que poderiam fazer esse Magistério. Quando eu falo apoio e investimento, é porque eu sei que há uma dificuldade muito grande. do Conselho Estadual de Educação para se fazer esse Magistério específico para a educação popular. Não foi fácil esse reconhecimento.

Maior financiamento para as iniciativas de alfabetização dos jovens e adultos, mas uma certa supervisão, para que esses financiamentos cheguem até as mãos daqueles que executam o trabalho. Muitas vezes, o financiamento sai, fica numa cúpula e aqueles que estão lá com a mão na massa, não chega até eles.

Estamos pedindo que esses financiamentos sejam dignos de um trabalho de cidadania e de um trabalho pedagógico.

Que esse trabalho seja reconhecido pelo governo e, para isso, teria que sair da precariedade, porque esse trabalho sempre é de forma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 273 do proc.
18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-4	11	Vera	sit. jovens	27.8.98		

muito precária.

Depois estarei disposta a responder às perguntas. Obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço à Irmã Maria Estela Sanches. Anunciamos a presença do Vereador Celso Cardoso, a quem convidamos para tomar assento à Mesa. Está ao meu lado a Profª Loretana Vandera, vice-Presidente do Centro do Professorado Paulista. Ao nosso lado, o Prof. Adelson Cavalcante de Queirós, da diretoria do Sinpeem, Sindicato dos Professores^e/Especialistas do Ensino Municipal, Convidamos também o Prof. Antonio Braga, da Aprofem, para sentar-se conosco à Mesa.

Estamos representando a Vereadora Aldaíza Sposati, o Sr. Rafael Maia Negrão Caldas e representando o Vereador José Eduardo Martins Cardozo, a Sra. Lídia Coslopo. Se quiserem também sentar-se à Mesa, é um prazer.

A Ana Morgati e a Rosa Maria Magalhães representam o Semis. Também se quiserem participar da Mesa, é um prazer. José Roberto Premil, do Centro de Referência da Saúde da Mulher. A Sra. Roseli Geomet, representando a Sociedade pela Família.

Queremos dizer que do Mova, já está aqui presente o Joel Fonseca, Movimento de Alfabetização - Mova do ABC, e a Sra. Lúcia Couto, também do Mova ABC. Agora a palavra seria dada ao Joel Fonseca, do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 244 do proc.
N.º 78 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-4	12	Vera	sit. jovens	27.8.98		

Mova do ABC. Então, a Lúcia e o Joel sentam-se aqui à Mesa.

Estamos dando para cada um 20min. Se você puder dividir o tempo com a Lúcia. Obrigada.

O SR. JOEL FONSECA - Bom dia a todos os integrantes da Mesa e a todos os presentes. Sou vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

O primeiro questionamento que é feito, em conversas com relação à educação e principalmente alfabetização de jovens e adultos, é: o que levou um sindicato a encabeçar uma proposta tão diferente da que o Sindicato faz cotidianamente, que é o de defender os interesses corporativos de uma categoria.

Com esse processo de globalização e inovações tecnológicas, está havendo uma mudança muito radical nas fábricas, especialmente nas montadoras do ABC e, como temos dois extremos, temos um setor de ponta da indústria nacional, que são as montadoras e as pequenas e médias empresas.

Com esse processo de inovação tecnológica, o Sindicato dos Metalúrgicos começou a detectar que muitos trabalhadores da nossa categoria e de outras categorias são praticamente analfabetos, mal escrevem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 275 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
6-5	13	Vera	sit. jovens	27.8.98		

o nome. Aprenderam uma profissão, desempenham bem essa profissão, ganham muitas vezes um salário razoável, mas mal sabem ler e escrever o nome.

Também, nas pequenas e médias empresas, um público muito grande de de analfabetos, pessoas que são migrantes, vieram em busca de um emprego e que, há dez, 15 anos, a exigência que a empresa fazia era de ter o registro de nascimento. Já era o suficiente para que esse trabalhador tivesse uma oportunidade de emprego.

Com esse processo em curso, o número de trabalhadores excluídos, não só de metalúrgicos, mas de outras categorias, no ABC, é muito grande.

Tendo esses dados em mãos, o Sindicato dos Metalúrgicos, em 1995, procurou as prefeituras da região do ABC para que juntos pudessemos desenvolver uma proposta de alfabetização voltada para as categorias organizadas e que pudesse abrir para a população em geral.

De todos os prefeitos da região, só o de Diadema topou fazer um projeto desse nível e, então, começamos a desenvolver, na cidade de Diadema, o Mova-Diadema que foi implantado a partir de setembro de 1995.

Nos primeiros meses, o Sindicato dos Metalúrgicos percorreu várias fábricas. Dessa vez, a gente subia no caminhão de som não para falar de aumento de salário, não para falar de questões que envolveriam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 276 do proc.
18 de 1988
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B-5	14	Vera	sit. jovens	27.8.98		

os interesses da categoria, mas para falar da importância dos metalúrgicos em aprender a ler e a escrever, porque senão estariam totalmente excluídos da possibilidade de um novo emprego se viesse a perder seu emprego.

Também percorremos os bairros populares, as favelas, dessa vez falando de um projeto tão diferente e que muitas pessoas estranharam por estar o sindicato envolvido, que era tão importante, mas que grande parte da população não tinha acesso.

A importância do sindicato nesse projeto veio se consolidar com o surgimento da Câmara Regional ABC, que é um espaço institucional que procura envolver não só os prefeitos da região, os parlamentares, em nível municipal, estadual e nacional, mas também a sociedade civil organizada.

Como a Câmara Regional ABC tem como principal objetivo discutir os principais problemas da região e o analfabetismo era um dos principais problemas, já tinha uma experiência na cidade de Diadema, essa proposta foi para a Câmara Regional ABC e, como a gente já tinha uma experiência em Diadema de trabalhar com as igrejas de várias religiões, com os empresários, com as associações de moradores, ganhou força essa proposta na Câmara Regional ABC e conseguimos articular com seis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 347 do proc.
PAULO 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-5	15	Vera	sit. jovens	27.8.98		

prefeituras. Hoje estamos em discussão com a Prefeitura de São Caetano do Sul, que é a única que não assumiu de fato o Mova, mas estamos num processo de convencimento da importância da inclusão daquela prefeitura.

Então, ganhou muita força na Câmara Regional ABC a proposta do Movimento de Alfabetização e hoje estamos com o processo de alfabetização consolidado na região do ABC. Temos cerca de 5.500 alunos e

~~em torno de 300 (Morgado)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 278 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	1	morg.	situ.dos jovens	27.8.98		

em torno de 300 núcleos em diversos locais, temos em fábricas, muitas vezes os sindicatos que está na coordenação desse projeto com o companheiro Marinho que é o nosso presidente temos negociado salas de aula em horário de trabalho ou no final do expediente a empresa libera uma hora mais cedo segura os ônibus prepara o lanche, temos salas em bares, em igrejas, em postos de saúde, até em cadeias públicas. Isso faz com que a gente quebre o preconceito dos trabalhadores de terem que ir sair do serviço e ir para a escola, mas é levar a escola onde estão os alunos. Essa é a nossa proposta que tem tido sucesso e retorno fantástico, temos dados que a Lúcia pode dizer da questão técnica pedagógica.

A Sra. Lúcia Couto - Faço parte do Movam ABC, da cidade de Ribeirão

Pires, participei

~~Ribeirão Pires~~ em Diadema, com o sindicato e agora estou participando do Mova em

Ribeirão Pires. Essa iniciativa não formal de educação de adultos no ABC é uma experiência nova para a gente é um processo que a gente está precisando de reflexão e este espaço vem contribuir com a nossa reflexão regional. A gente tem muita dificuldade com os números no ABC, estava falando que em Diadema temos um trabalho de mais de dez anos de educação de adultos e o IBGE sempre aponta 15% de analfabetos. Então, não sei se a gente está trabalhando direito, porque a gente não reverte os números do IBGE. Temos hoje na região envolvendo as sete cidades uma média de 112% de analfabetos absolutos e se a demanda do Mova e do Seja, essas duas iniciativas de educação na região, envolvendo a baixa instrução, menos três anos de instrução a gente chega a 20% da população acima de 15 anos que ~~cheg~~ chega até 65 anos, pega um pouco da população economicamente ativa e os mais idosos. Um grande percentual do Mova é de pessoas de 50 a 60 anos e assim a gente tem essa composição de iniciativa de educação de adultos se ~~se~~ difere pelas características da região, a gente tem uma história de dez anos de educação institucional no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 275 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	2	morg.	situ jovens	27.8.98		

campo da suplência de Diadema e Santo André, que foram elaboradas a partir de 87 e em Santo André, com o primeiro governo democrático popular, temos também em Mauá de suplência mais antiga, como em São Paulo o modelo do Clara Manteli, e como que foi realizada essa discussão do Mova. O que difere o Mova do Esa que chama na região é uma coisa que a gente tem tentado sistematizar na região que difere a gente viu que em Diadema que o campo institucional não estava dando conta da demanda, por mais que abrisse núcleos nas escolas, nos espaços, a demanda não estava conseguindo atender começou a fazer discussão popular, como o Mova entra, porque muitos atacam a gente como barateamento da suplência que não é essa questão, mas como a professora estava falando, de cunho popular como a gente trabalha nessa dimensão popular, como a gente conseguiu inserção em alguns locais que o campo institucional não faria, dentro das favelas, dentro das organizações de bairro, dentro das empresas. Então, a gente tem o Mova legitimado, a partir de Diadema em 95 e com a composição política da região lançamos em setembro passado em Mauá, em Ribeirão e aí em cadeia, Santo André, hoje temos o Mova em Rio Grande da Serra, que não faz parte do campo democrático popular, mas tem já uma iniciativa de educação popular.

São Caetano é a única cidade que a gente ainda não conseguiu entrar já foi tentado várias negociações, mas o Prefeito está se recusando a discutir, alegando que não tem analfabetismo na cidade, que é o contrário dos índices do IBGE que alega que tem. Então, o Mova tem uma média de 5.500 alunos só no campo da educação popular do movimento de alfabetização que envolve vários locais, como o Joel falou, inclusive dentro de escolas e até do Estado, uma discussão que fizemos com os delegados regionais, alguns núcleos funcionam dentro de escolas do Estado, depois de muita briga, conseguimos que alguns núcleos funcionassem dentro das escolas que tem espaço ocioso. O Eja tem o atendimento de dez mil alunos envolvendo as três cidades, Santo André, São Bernardo e Diadema e Mauá, deve chegar a 15 mil alunos dentro da suplência normal. O Mova tem realizado

~~algumas discussões de como se compõe em cada cidade. Em Ribeirão Pires é uma cidade que~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 280 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	1	morg.	situ.jovens	27.8.98		

não tem muita tradição de organização social, a gente não tem os movimentos, como em Diadema era mais fácil de trabalhar, por causa dos movimentos organizados, como os movimentos de habitação, de saúde, grupo da terceira idade, tinha uma forma de ser mais fácil de trabalhar e o sindicato tinha uma inserção nos vários movimentos da cidade, conseguindo envolver outros sindicatos. Ribeirão tem outra característica, uma cidade além de geografia diferente, uma cidade muito grande, está dentro de área de proteção é uma cidade pulverizada, é difícil inserir nos bairros, não tem tradição de movimento popular. Então, a composição do Mova em Ribeirão Pires faz diferente do que a tradicional, em Santo André tem as entidades que se cadastra junto a um Forum de Alfabetização, que vários segmentos foram seus núcleos populares com direção pedagógica da Prefeitura, é uma característica, quem dá a linha pedagógica do movimento é a equipa do departamento de educação da Prefeitura. Em Ribeirão o movimento é diferente, como não temos os movimentos foi feito por lideranças individuais, lançamos o Mova, os educadores populares arregimentados por sociedades amigos de bairros, igreja, foram levantando o público. Qualquer pessoa física pode montar o seu núcleo, tem o mínimo de alunos, se cadastra junto a Secretaria e pode ocupar um espaço, no bairro, que possa ministrar as aulas e aí a gente tem lá dentro de porão de casas, garagem de residências, um núcleo folclórico, que é dentro de um bar, o dono do bar dividiu, de um lado o bar de outro lado é um núcleo de alfabetização, qualquer espaço, igrejas evangélicas, católica, tivemos dificuldades com a igreja católica de discutir sobre a importância do movimento de alfabetização, a cidade é dividida pela linha de trem, de um lado da linha é uma paróquia, do outro lado é outra, do lado de cá ele encampou o movimento, do outro lado o padre recusou, fomos até o bispo. Tem uma série de relações que vão se compondo, e agora com a campanha da Fraternidade, o canal com a igreja foi mais fácil e a igreja evangélica tem sido muito tranquilo, muitas envolvidas, vai se compondo pelas organiza-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 281 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C7	2	morg.	situ.jovens	27.8.98		

ções, as mais tradicionais igreja e sindicato e agora com movimento ~~lra~~ regional, que foi uma prioridade desse forum da Câmara ABC, tivemos como prioridade o Mova, e tinha a discussão em três grupos formado pelos vários segmentos, tinha o movimento social e urbano e conseguimos discutir o movimento de alfabetização dentro do grupo de desenvolvimento econômico, que se acreditava que seria muito mais fortalecido se fizesse uma discussão com o movimento da região incluindo a escolaridade, e alfabetização não só da população economicamente ativa, mas também voltada para um viés de cidadania, e aí se formou esse forum regional. Hoje o Mova se legitimou na região, não tem quem mais fale mal, e a gente tinha muitos candidatos que entraram no embate como o barateamento da educação, o Mova era baixo custo, não tinha sentido aquilo, mas foram candidatos que se deram mal por essa discussão. Conseguimos legitimar essa iniciativa na região, a imprensa regional deu muito apoio, e nessa semana tivemos uma agência internacional fazendo matéria sobre o movimento, com a participação de vários sindicatos. E hoje estamos assim tentando captar recursos para o Mova, o poder público, as Prefeituras não dão conta, porque isso é iniciativa das Secretarias de Educação e temos recursos totalmente atrelados, com os 25%, é uma discussão com muita dificuldade, mas está difícil de manter o que as Prefeituras tinham com educação infantil, creche, que é outra discussão e a educação de adulto sofreu uma queda. O Mova tem se composto, se legitimou e a discussão pedagógica estamos tentando fazer, como vai estar fazendo sintonia na região, a cidade trabalha de uma forma, está tentando criar um forum pedagógico na região, discutir um pouco o viés metodológico, como a região está pensando a metodologia do Mova. Acho que o fruto metodológico podemos até partir para o debate e esperamos que surja da plateia. Obrigado.

A Sra. Ana Maria Quadros - Temos a presença da Maria de Fátima

Shanti, representa Dream-2; Thomaz Loura, representa Apae São Paulo; José Guido, repre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 382 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C 8	1	morg.	situ.jovens	27.8.98		

sentando Vereador José Eduardo Martins Cardozo, Cleuza Garcia representando o Vereador Vicente Cândido, Luci Junqueira, representando o Vereador Nelson Proença e Adelina Baroni, representando a Vereadora Aldaíza Sposati; Vera, representando o Vereador Vicente Viscomi; Rosa Palmiro, representando Simpeem.

Tem a palavra o Vereador Celso Cardoso.

O SR. Celso Cardoso - Cumprimento as pessoas da Mesa, senhores e senhoras. Como membro da Comissão de Educação fiz questão de participar, porque é um tema muito polêmico de se falar, porque não basta estarmos aqui falando de um assunto que é do conhecimento de todos, mundial. Sabemos que existe aproximadamente não só sem educação, crianças que nem tem documento, se não tem certidão de nascimento não vai ter certidão de óbito quando morrer. Infelizmente, vivemos num país que há uma certa divergência na prioridade da educação, o país só pode crescer com o povo instruído, conhecedor dos seus direitos, sabedor de que ele é um cidadão, não um escravo que muitos passam em diversas empresas por não conhecer as leis, por não saber escrever o nome e são explorados. Observei bem o pronunciamento do Joel e da Lúcia, é muito importante salientar que as igrejas têm uma participação e tem que ter com referência à educação e para que tenha essa participação venha a ter um espaço para poder ensinar não só crianças mas adultos, precisa ter incentivo, apoio, realmente algo que possa ajudar a fazer isso, porque podemos imaginar inúmeras igrejas evangélicas e católicas, que estão à disposição de fazer uma escola e isso vai tirar da responsabilidade da Prefeitura ou da Secretaria da Educação um grande número de pessoas, por que não ajuda, porque existe a burocracia. Qualquer pessoa ou instituição que procura e eu sou testemunho disso porque fui procurar também, encontra uma burocracia muito grande de tantos documentos que pede e tantas informações e o tempo vai passando os meses e anos e durante esse período muitas crianças estão nascendo e outras estão também querendo estudar. Quando se fala



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 283 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C8	2	morg.	situ.jovens	27.8.98		

na participação das igrejas é muito importante salientar que no Rio de Janeiro, como membro da Igreja Universal do Reino de Deus, lá está liberado o estudo do ler e escrever que foi implantado em 96. No ano passado a Igreja Universal entregou 200 certificados de conclusão do primeiro ano, a alegria dessa pessoa em saber que está cuidando da sua educação, de ler e escrever dela, é muito grande. Por que em São Paulo encontramos os obstáculos ? Será que São paulo é melhor do que os outros Estados ? Será que em São Paulo tem alguma dificuldade que impede o povo ter os seus direitos ? Estive conversando com a Sra. Secretária e expliquei esse assunto, o interesse que tem não só a Igreja Universal como as outras e posso salientar a Adventista, conheço a escola do IAE e sei o quanto é importante aquela escola. Por que não ajudar as demais. Não basta aqui falar, nos reunirmos e ficar somente no papel, temos que cobrar sim de quem quer direito, do Governador, do Presidente, do Prefeito, seja quem for, temos que bater na porta dessas pessoas e exigir o direito daqueles que não têm e falo isso com um pouco de revolta porque tenho somente o terceiro ano, não sou vereador porque tenho um diploma ~~minha~~ debaixo do braço, não tenho qualidade para ser vereador, falo isso olhando nos olhos de cada um, mas tive que parar de estudar para trabalhar senão morreria de fome e a minha família também iria sucumbir. Isso acontece no dia de hoje, próximo ao ano 2000, uma vergonha, temos 800 mil crianças sem certidão de nascimento, não existe, pessoas que não tem documentos, não têm título de eleitor, não podem exercer o direito de votar, por que tudo isso ? A burocracia, os interesses próprios, as intenções voltadas para assuntos que muitas vezes não tem objetivo. Gostaria de expor muito mais a minha exposição referente a isso, mas o tempo é escasso. Temos que dar continuidade ao nosso trabalho, e nas próximas reuniões cobrar mais, tragam mais gente, porque precisamos encher isto aqui, encher de pessoas para todos conhecerem e propagar ao mundo o que est amos fazendo. Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 389 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C9	1	morg.	situa.jovens	27.8.98		

A Sra. Ana Maria Quadros - Vamos passar aos inscritos. Sidney, do Cemes, Lucrécia, do voto consciente, Loretana do CPP, Jopelina do Sinpeem, Adelson do Sinpeem, Temos a presença do Vereador Vicente Cândido.

~~sinpeem~~ Tem a palavra ~~a Sidney, pelo Cemes~~ a Loretana.

~~A Sra. Sidney~~

A Sra. Loretana - Primeiramente, quero parabenizar a colega de magistério e Vereadora Ana Maria Quadros, por esse programa de alfabetização de jovens e adultos, cumprimentar a Irmã Maria Stella, sobre os esclarecimentos que tivemos. Gostaria de dizer o seguinte, quando os cois colegas do ABC falaram sobre os sindicatos que têm núcleos de alfabetização em vários lugares e eu estranhei quando eles falaram bares, mas deduzimos que tinha um lugar reservado, não seria no próprio bar. Parabenizar esses companheiros de luta porque não basta estar na LDB a obrigatoriedade de alfabetização de jovens e adultos. Infelizmente no nosso país a lei está de um lado e a realidade é completamente diferente. Também apoio quando a irmã Maria Stella diz que deveria haver curso de magistério especializado na alfabetização de jovens e adultos, porque trabalhar com crianças em idade normal, a partir dos sete anos é uma coisa e trabalhar com adultos a partir da adolescência é bem diferente. O professor tem que ser despreendido de tudo, quase da sua própria personalidade, para trabalhar com pessoas que não tiveram oportunidade na idade propícia. Concordo que devemos e nós que representamos uma entidade, devemos sim tirar do governo para que haja esses cursos de alfabetização popular remunerado e muito bem remunerado.

Outra coisa, a exemplo dos sindicatos, o que sugiro o seguinte, como entidade o CPP, acredito que as demais entidades temos por obrigação essa luta não é de um grupo, como AEC, ou companheiros do ABCD e Ribeirão Pires, não é luta de gru-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha 785 do proc.
Nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT/APARTE
CC9	2	moeg.	situ.jovens	27.8.98		

pos, essa luta é do povo. Não podemos aceitar que tivemos oportunidade de acesso à escola, tivemos oportunidade de um diploma do magistério, mas temos milhares de cidadãos nossos que aí estão marginalizados pela falta de oportunidade, principalmente, pela falta de vontade política dos governos. A título de sugestão, o seguinte, o grupo que está coordenando esse movimento, que entre em contato com as entidades do magistério, sejam a nível federal, estadual ou municipal, para que se engajem nessa luta de alfabetização de jovens e adultos, porque todas as entidades no caso de São Paulo tem sedes espalhadas por todo interior do Estado. Como vice-presidente do CPP vou levar essa sugestão, não tenho autorização para sugerir, mas como educadora me senti na obrigação, que as entidades se engajem nesse movimento e se coloque em cada sede regional das nossas entidades uma sala de educação de jovens e adultos. No caso do CPP temos 72 sedes no interior, nem todas tem sala que possa ceder, mas podemos conseguir, que se engajem na luta, as outras entidades Udem, a nossa luta não é por melhoria salarial, mas pela cidadania do povo brasileiro e um dos itens mais importantes não é só saber assinar o nome para no dia de eleição votar nesse ou naquele candidato. Alfabetizar não é só escrever o seu nome, mas é saber e ter oportunidade de vida melhor. Sugiro que o grupo coordenador entre em contato com o CPP, para começar a pensar a médio e longo prazo essa possibilidade de entrar nessa luta de educação de jovens e adultos. Obrigado.

A. Sra. Ana Maria Quadros - Tem a palavra o Sidney, do Cemes.

~~S. S. Sidney~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 586 do proc.
18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	1	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		"

O SR. SIDNEI - Bom dia. Meu nome é Sidnei, sou professor do Cemes, e quero fazer um questionamento a todos. Na semana passada, e hoje a mesma coisa, ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ em vários momentos nós discutimos a situação do menor de rua na cidade de São Paulo, e há uma gama diversa de entidades desenvolvendo trabalhos e os números são sempre questionados, e os resultados mais ainda.

Isso não diz respeito às entidades compostas hoje, até porque a Eca e o Mova, do ABC, desenvolvem um trabalho excepcional, são seriíssimos nesse sentido. Mas preocupa, por exemplo, quando começamos a discutir idéias como a criação de um magistério específico para alfabetização de adultos, para educação popular. Na semana passada o pessoal do Sinpeem questionou que nós temos hoje professores habilitados. É uma diversidade de situações que são colocadas e, no meio dessa fogueira das vaidades de todos nós, de todos os segmentos, acabamos por desviar o foco do que talvez seja o objetivo central da nossa atuação, que é minimizar o buraco deixado ao longo dos anos de história do Brasil, que é a questão da alfabetização, das pessoas que não tiveram acesso a ela.

Então, é um questionamento no sentido de pensarmos que, na situação em que estamos hoje, a solução passa por um programa nacio-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 287 do proc.
18 de 1978
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	2	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

nal que não diz respeito só ao poder público, mas a todos os segmentos da sociedade. É até complicado eu, como educador e professor profissional, falar isso, mas não cabe só a nós, instituição - e o pessoal do Mova está correto nessa definição -, nós não damos conta disso. Temos é que cumprir o nosso papel de educar, ~~evitar~~ de impedir que esse buraco continue crescendo; e é trabalho de toda a sociedade tampar esse buraco, nós todos temos que arregaçar as mangas.

Se nós não abirmos mão dessas vaidades internas, dessas disputas sobre os pequenos espaços, nós vamos continuar ampliando esse buraco. É a semelhança com discussões sobre a situação do menor em São Paulo. Temos uma diversidade imensa de entidades trabalhando, só que o problema persiste, até por diversas outras razões, e não consegue mexer lá no fundo. Acho que é um questionamento e um ponto de reflexão.

Vai aí uma proposta de que nós precisamos pensar na criação de um fórum mais regionalizado, aproveitando o poder público, as delegacias do estado e do município, no sentido de unir todas as pessoas que desenvolvem trabalhos na região, a fim de levantar demandas, estruturar melhor, trocar experiências e trabalhar conjuntamente no sentido de encontrar alguns êxitos. O que não dá é para ficar trabalhando no vazio, cada um no seu espaço. Esta é a questão complicada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 288 do proc.
PAULO 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	3	Vianna	Sit. dos E Jovens	27.8.98		1

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Obrigada, Sidnei.

Joselina, do Sinpeem.

A SRA. JOSELINA - Bom dia a todos. Quero falar aqui como professora, com a longa experiência que tenho com educação de adultos. Eu trabalhei com ensino supletivo durante muitos anos e é muito mais por essa experiência que vou levantar algumas questões.

A primeira questão que quero levantar é: educação de adultos para quê? Eu ouço muito falar que a educação de adultos é para qualificação de mão-de-obra, pois hoje o trabalho está exigindo uma complexidade maior. Já ouvi até dizer que educação combate o analfabetismo, vai combater o desemprego.

Eu vejo diferente. A educação sistematizada, a educação escolar é um direito e uma necessidade das pessoas como seres humanos. Nós somos produtores de cultura e a escola é uma cultura sistematizada a que todos devem ter acesso para ter uma qualidade de vida melhor, independente de ela qualificar para o trabalho ou não. Pode até qualificar, mas não é assim que as coisas acontecem.

Hoje temos muitos engenheiros desempregados. O desemprego é resultado de uma política econômica e isso tem que ficar muito cla-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 285 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	4	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

ro. Quando você qualifica um jovem adulto, você o está preparando para ter melhores condições de competir no mercado de trabalho, mas você não está aumentando o número de vagas no mercado de trabalho. É preciso ter claro que a educação não é a solução para todos os males, e colocar a educação no lugar dela.

Sobre a formação dos professores, que foi falado aqui de ter um magistério formando professores para a educação de jovens e adultos. Eu acho que não é bem assim. A formação dos professores hoje é precária em tudo, para ensinar a criança da pré-escola, para atender a creche, para atender jovens e adultos. É precaríssima. Se houver uma boa formação inicial, os professores terão condições de dar boas aulas, seja para crianças, seja para jovens e adultos. O problema é que não há formação nenhuma. A inicial é muito precária, a continuada também não existe e não é levada a sério, e a educação de jovens e adultos não é levada a sério neste país, a não ser quando está direcionada para a profissionalização.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 330 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	1	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

A última questão é a seguinte: tudo bem haver movimentos de alfabetização aqui e ali, mas acho que a responsabilidade primeira é do estado, e o estado tem feito leis e políticas se desobrigando dessa responsabilidade. Acho que o papel do sindicato é cobrar que o estado assuma a educação de jovens e adultos, pois ele está escamoteando isso, fazendo leis para não assumir esse papel. Acho que esse é o papel do sindicato, muito mais do que estar qualificando mão-de-obra, como se isso fosse a solução para o desemprego.

Eu quero saber, Joel, o que você acha do que a Força Sindical está fazendo no sentido de qualificar pessoas e achando que isso é combater o desemprego.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Eu darei, depois, a palavra para o encerramento. Estão inscritos o Adelson, a Lucrécia e o Vicente Cândido para encerrar. Depois eu darei dois minutos para os ~~componentes~~ componentes da mesa responderem. Então, tem a palavra o Adelson.

O SR. ADELSON - Bom dia a todos. Eu me sinto bastante contemplado na fala da Joselina, não sei se é porque a gente até tra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 31 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	2	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

balha junto. Dentro da sua fala, rapidamente, eu queria lembrar alguma coisa. "Não leva a sério a educação de jovens e adultos." Na quarta-feira passada eu já levantei essa tese também e gostaria de trazê-la para refletirmos mais uma vez sobre ela. No momento em que se coloca a obrigatoriedade de o aluno estar dentro da escola formal, entrando às 19h, como é que se garante o direito do aluno trabalhador previsto na Constituição e previsto também nos artigos 4º e 5º da LDB, que fala da "garantia do acesso e permanência do aluno segundo as suas condições", e suas condições de trabalho também. Aluno jovem e adulto não tem condições de ir à escola se não estiver trabalhando. Eu quero garantir o trabalho desse aluno, para sua sobrevivência, e quero garantir também a educação dentro da escola, o ensino presencial a ele também.

Reforçando mais a fala da Joselina, a educação escolar é prevista como direito subjetivo, e acho que temos que nos organizar para garantir esse direito subjetivo a todo o alunato.

Obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Lucrécia, do Voto

Consciente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 32 do proc.
O.L.O. 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	3	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

A SRA. LUCRÉCIA - Agradeço à nobre Vereadora Ana Maria Qaudros pela oportunidade. Vou fazer uma pequena exposição, que será talvez um lamento. Sente-se perfeitamente que o que deveria ser uma ação emergencial, momentânea, transitória, a alfabetização de adultos, ela se tornou permanente e crônica.

Lembramos de um livro do Lauro de Oliveira Lima, da década de 60, do impasse na educação, que deixou perplexo o Brasil da educação. Hoje, com toda a experiência que tenho como educadora, parece que nada mudou. Então, propomos agora, juntamente com esta Câmara, uma ~~XXX~~ nova metodologia. Gostaria de dizer da minha experiência como professora voluntária, ainda não-formanda, no Instituto de Educação Toniel Mota, de Ribeirão Preto. Eu ingressei nas escolas de alfabetização de adultos como voluntária em Ribeirão Preto, Sertãozinho e Barreira, e lá trabalhei com muito entusiasmo.✓

Na minha vinda para São Paulo, ingressei no ~~Sesi~~ Sesi, e o Sesi tem uma rede de alfabetização de adultos muitíssimo organizada, com grande capacitação de professores, com muita assistência didático-pedagógica, e desenvolvemos o trabalho durante quatro anos. Aí eu passei para o setor de ensino de primeiro grau. Recentemente, tive uma grande experiência no Instituto Liberal de São Paulo, através do con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 33 do proc.
de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	4	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

curso Viver a Cidadania. Quero cumprimentar os participantes desse concurso, de escolas municipais, estaduais, particulares, redes de empresas, que participaram na suplência 1 e suplência 2.

Eu organizei um pequeno documento onde coloco alguns exemplares de trabalhos, inclusive a documentação oficial do Diário Oficial da União e do Diário Oficial do Estado, que registram a participação e a premiação desses alunos. Proponho aqui que, além de ler e escrever, que é a educação formal, o aluno da alfabetização de adultos precisa de muito mais, que é a consciência da cidadania, do exercício pleno da cidadania. Precisamos engajar esse aluno em debates, fóruns de debates, seminários, organizados por eles próprios dentro das escolas, num conjunto de classes, e daí por diante.

Acredito que o adulto já tem grande número de informações, e não podemos limitá-lo apenas à sala de aula.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Queremos registrar a presença da Sra. Nicole Linori Brás, também do Voto Consciente.

TEM a palavra o Vereador Vicente Cândido. Depois vamos dar 2 a 3 minutos para os três palestrantes encerrarem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 34 do proc.
nº 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	1	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

Convido a todos para a abertura da CPI da Educação,
feita pelo Vereador Vicente Cândido, às 12h, na Sala Tiradentes.

O SR. VICENTE CÂNDIDO (PT) - Bom dia aos presentes.

Quero parabenizar a participação e o esforço da Vereadora Ana Maria
Quadros para manter esse debate sobre educação na cidade de São Pau-
lo.

Concordo com tudo que foi relatado pelos companheiros
do Sindicato. Não ouvi a fala do Joel, mas soube da linha de trabalho.
Tenho dito sempre na tribuna da Casa que, quando a solução não sai do
Planalto, tem que sair da planície. A prova disso é o trabalho feito
na região do ABC, que acompanhei pela imprensa. Estão de parabéns,
Joel. É a iniciativa da sociedade civil que passa a incomodar o gover-
no, e pelo menos o governo passa a ouvir um pouco mais a sociedade.

A dificuldade que vamos ter aqui, e a Vereadora Ana
Maria Quadros está vivenciando isso, é a falta de governo. Vai ser
duro levar esse debate adiante - não estou dizendo impossível -, mas
creio que vamos ter vitórias perante um governo que não tem sentimen-
tos, que não tem ouvidos, que não existe na cidade de São Paulo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	2	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

Cheguei atrasado a este evento porque, chegando à Câmara, parado no farol, vi um tumulto. Havia três viaturas da polícia prendendo uma criança de dez anos, pois um munícipe denunciou que a criança tinha riscado o carro dele. Desci do carro para acompanhar, havia indícios de que haveria violência. Fui lá conversar, consegui acalmar um pouco os policiais, mas não consegui acompanhar até o distrito. Numa situação dessas a gente tem o sentimento de que realmente não tem governo. Como seria bom se tivesse um governo que pagasse para aquela criança ir à escola.

Não quero fazer propaganda do governo do PT, Todos sabem que eu sou do PT. Mas há cidades governadas, não só pelo PT, mas por outros partidos também, que não têm crianças nas ruas. Criança tem que estar na escola. Quando não tem dinheiro, ^{tem} ~~tem~~ que receber ajuda do estado. Isso é garantia mínima. Nas diligências que fizemos na CPI, deparamos ~~M~~ com várias situações de demanda não atendida porque a criança não tem dinheiro para comprar roupa para ir à escola. A família não tem dinheiro para comprar comida, para mandar a criança alimentada para a escola.

Acho que a sociedade precisa fazer um pacto, sensibilizar governos, gastar dinheiro da educação como deve ser gasto, para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 316 do proc. N.º 18 de 1998
O funcionário
GRADOR
CONT. APARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
C12	3	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

vislumbrarmos uma saída para a crise.

É verdade que só isso não vai criar empregos. Esse problema ~~é~~ depende de política econômica e é muito mais complexo. Talvez hoje haja até pessoas com segundo grau morando em favelas, dado o empobrecimento da sociedade; mas com curso superior eu nunca vi.

Só vamos conseguir a sociedade que queremos no dia em que a educação for universal, pública, de qualidade; no dia em que o filho do operário estudar na mesma escola do filho do diretor de empresa. Aqui é um início e esta Casa tem a responsabilidade, ~~em~~ coordenada pela Vereadora Ana Maria Quadros. Espero que se crie aqui um movimento da sociedade civil em prol da educação, de um pacto pela educação na cidade de São Paulo. Este é o meu desejo.

Obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Agradeço ao Vereador Vicente Cândido. Esta é uma comissão de trabalho, de onde sairão decisões ~~em~~ práticas que vão unir todos os que lutam pela educação.

Vamos dar então três minutos, começando com a Lúcia, Joel, terminando com a ~~XXXXXXXXXX~~ (ininteligível).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 39 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C12	4	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

A SRA. LÚCIA - Quero comentar algumas coisas que foram faladas aqui. Não lembro o nome do rapaz que colocou uma coisa que eu acho importante. No ABC a gente trabalhou muito no campo da denúncia. No momento em que você denuncia o problema, você obriga os vários setores a sentar e discutir o problema. Foi mais ou menos nesse rumo que a gente trabalhou lá. No dia 3 de junho, quando foi lançado o Mova regional, nós montamos uma mesa que foi super interessante, onde se via que realmente, como o Vereador falou, tinha um pacto regional. Estavam à mesa um membro da Sinfavea, vários sindicatos, não só os ligados à CUT, a Igreja, vários setores, as prefeituras, que não são todas do mesmo partido. Nós superamos as diferenças ideológicas e criamos um fórum heterogêneo para discutir um problema comum à região.

A discussão que a gente faz do Mova, se é para qualificação, quando eu falei que a gente ~~não disputou~~ disputou o Mova no grupo da câmara do desenvolvimento econômico, eu acho que foi estratégico. A gente sabe que alfabetização não é só para qualificação, mas também é para qualificação, porque temos um contingente de desempregados, e o grande número de desempregados do ABC está na condição de baixa instrução. Isso também gera um problema que está vinculado ao desenvolvimento econômico. Mas mesmo discutindo num viés econômico, nós nun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 398 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13 EXA	1	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

ca perdemos a dimensão da cidadania, até mesmo porque ter trabalho é ser cidadão, para ser cidadão precisa ter trabalho. A educação não perde esse viés de cidadania que a gente tem disputado até no nosso campo de professores. Mas no momento em que a gente sai dessa discussão que sempre foi voltada para dentro da gente - e aí envolve diretores, professores, os vários segmentos ligados à educação -, e fazemos algumas parcerias que não tinham essa discussão... O sindicato hoje que dá mais força para o movimento de alfabetização é o dos Metalúrgicos, não é a Apeoesp. Isso é muito interessante, porque nós saímos do nosso mundo.

Enquanto tiver só educação, nós vamos ficar emperrados. Nós precisamos desenvolver outros setores. No momento em que se envolveram o sindicato dos metalúrgicos, dos químicos, outras pessoas que não tinham o acúmulo de discussão que nós temos, a coisa começou a ter uma outra proporção. Então, eu acredito nesse trabalho.

Sou professora, sempre fui vinculada à Apeoesp, aos sindicatos de classe, mas eu não acredito nessa discussão fechada porque ela nunca deu muitos resultados.

A questão do estado, eu acho mesmo que educação é obrigação do estado, mas acho também que... A Gente tem feito uma dis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 298	do proc. N.º 18	de 19 18
0	funcionário	
ORADOR	CONT.	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	APARTE
C13	3	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98			

tério, na época, e a gente disputava muito incluir no currículo a questão da educação de adultos, porque era voltado para ensino fundamental, educação infantil. Lá no Cefam Diadema nós colocamos no currículo. A gente tinha aquelas horas de enriquecimento curricular ~~XXXXXX~~ nós incluímos no currículo a educação de adultos.

Hoje, os mesmos professores que ~~XXXXXXXX~~ desenvolvem trabalhos interessantes na educação infantil, no ensino fundamental, desenvolvem grandes trabalhos com educação de adulto. Eu não acho que tenha que segmentar. O universo da formação do professor tem que envolver todos os segmentos. Educação popular não é só para adultos, é também para criança.

Quero agradecer a iniciativa da Vereadora. Obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Obrigada. Agora o

Joel Fonseca.

O SR. JOEL FONSECA - Concordo também com o Sidnei e com a Joselina. Acho que a alfabetização serve para formar o cidadão. Um cidadão formado tem muito mais condições de ~~XXXXXXXX~~ saber os seus direitos e de brigar por eles. O poder público no ABC só está assumin-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 33 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	4	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

do... Quem está assumindo o Mova não é o sindicato. A sociedade civil organizada coordena o Mova. Quem está bancando é o poder público, mas está bancando porque fomos lá cobrar dele. As empresas estão bancando. É o sindicato que chega na Volks e na Ford e fala "dá para viver na região mais rica do país com mais de 12% de analfabetos? Vocês são responsáveis por isso e têm que contribuir". Eles estão contribuindo porque nós estamos encostando eles na parede e cobrando.

Esses alunos, com certeza, vão abrir novos horizontes e vão cobrar do poder público investimentos da primeira à quarta séries, oitava e assim ~~por~~ por diante, para que o ensino possa ter continuidade.

Com relação à Força Sindical, essa é uma avaliação nossa, nós somos da CUT, a Força trabalha muito mais como um braço do governo, está apoiando o pacote que divide a jornada de trabalho em 25 horas, e isso vai criar no operariado uma condição de trabalho como a do médico, que tem que trabalhar 25 horas numa fábrica na Zona Sul, depois se desloca para trabalhar mais 25 horas numa fábrica na Zona Leste. Quer dizer, não tem condições. Estão concordando que o trabalhador possa ficar em casa. A empresa alega qualquer motivo de crise, pode dispensar o trabalhador, ele fica em ~~uma~~ casa quatro meses rece-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 299 do proc.
PAULO 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	2	Vianna	Sit. dos Jovens	27.8.98		

cussão do custo, temos ouvido muito isso das pessoas, estão diminuindo o custo, o Mova é mais barato do que trabalhar com a suplência, com o institucional. Acho que não é por aí a discussão. Tem uma energia social na região que não podemos desperdiçar. É um problema de todos, não só um problema das prefeituras. Estamos tentando fazer um movimento social. O Mova se diferencia por essa característica de trabalhar com os movimentos sociais. Como se organiza a população para um problema social? Não é um problema que vai ser resolvido em pouco tempo, como a colega falou aqui na frente. Quantas campanhas a gente fez que não resolveram o problema? Será que é o IBGE que está mentindo?

A gente tem um problema de migração na região que é muito grande, de nordestinos. A gente tem recebido baixa escolaridade e analfabetismo diariamente. Como é que se resolve isso? O Mova não é uma campanha de alfabetização, não é um novo Mobral. É um problema que não será resolvido em pouco tempo. Eu não tenho dúvida disso, até mesmo pelo esforço político que foi feito nos últimos governos.

Eu queria falar um pouco da questão do curso específico. Eu concordo com a Joselina, acho que não tem que haver um curso específico para educação de adultos. Eu dei aula um tempo no Cefam, e o Cefam foi uma iniciativa ~~curricular~~ interessante de formação de magis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 300 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C13	5	Vianna	Sit.dosJovens	27.8.98		

bendoo seguro desemprego. No final do seguro desemprego a empresa pode demitir, se a crise continuar, e ele não tem mais seguro desemprego, continua desempregado. Isso é uma forma de esconderos índices de desemprego que estão aumentando cada vez mais.

Então, uma central sindical que se diz representante dos trabalhadores e ~~XXX~~ concorda com isso, e abre uma tal de agência que só serve para contribuir com o governo. EU acho que o movimento sindical tem que ser independente, não pode ser atrelado a nenhum partido, a nenhum governo. Nós fazemos muito essa discussão na CUT.

Para encerrar, quero ~~E~~ parabenizar a iniciativa e dizer que estamos à disposição. ~~O tempo é muito curto para...~~

~~clarecer tudo, mas podemos de lá passar documentos de como funciona~~

~~O novo regional... (C14)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 301 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	1	L. Carlos	Situação/Jovens	27.08.98		

O tempo é muito ~~xx~~ curto, não dá para esclarecer tudo. Podemos, depois, passar documentos de como funciona o morro (?), a regional, respeitando as particularidades de cada cidade, de cada segmento. É assim que a gente constrói essa unidade, nesse campo tão adverso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos ao Joel Fonseca e dizemos que nós queremos sim os documentos ~~xx~~ que o MOVA (?), a Mer-ci (?) puder trazer, assim como o sindicato, como é que organizou, e trazer, porque vão fazer parte, esse documentos, dos trabalhos dessa comissão.

Com a palavra a Irmã Maristela Sanches.

A SRA. MARISTELA SANCHEZ - Quero primeiro agradecer à companheira Ana Maria, companheira de luta de muitos anos, estamos sempre juntas, e agradecer a ~~xx~~ nossa presença, da AEC - Associação de Educação Católica, aqui, porque? às vezes, parece que nosso trabalho é limitado, trabalhamos só com as escolas ~~xxxx~~ católicas, e isso faz até que nosso trabalho seja um pouco depreciado, pois as pessoas ~~xxxx~~ não conhecem até onde podemos chegar, através das escolas, com as escolas e, muitas vezes, também fora das escolas. ~~XXXXXX~~ Alguém já falou que alfabetizar não é só ensinar a ler e ~~xx~~ escrever.

Temos muito profundamente, certo, dentro de nós, de nossa entidade, que educar é humanizar e personalizar. Temos essa definição de educação. Acho que temos, ~~xx~~ através da alfabetização, que levar a pessoa humana ao pleno desenvolvimento de seu ser humano, como ~~xx~~ sujeito de seu desenvolvimento pessoal, humanitário e social. Daí é que aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 303 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário
ORADOR CONT. ARARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARARTE
C14	3	L. Carlos	Sit. Jovens	17.08.98	Ana Quadros	

A SRA. ANA ~~XXXXXXXX~~ MARIA QUADROS - Gostaria de ~~agf~~ agradecer mais uma vez à Lúcia Couto, do ~~MM~~ "Novo ABC", ao Joel Fonseca, do Sindicato dos metalúrgicos, à Irmã Maristela ~~XXXXXX~~ Sanches, da AEC, e dizer que agradeço também a todos os componetes da Mesa e a todos os presentes neste plenário, educadores, educadores sociais e formakis, e lembrar que esta comissão tem como objetivo tirar políticas públicas, su gestões para políticas públicas, mas também tirar um movimento que possa unir toda essa parte de educação de jovens e adultos, para que realmente consigamos nos organizar e realmente levar adiante algumas ~~XXXXXX~~ coisas, para não ser mais uma comissão muito interessante, que fica com de cisões maravilhosas, mas que ficam arquivadas aqui na sala das comissões.

Queria agradecer e lembrar que, na próxima quarta-feira, aqui no x Salão ~~MM~~ Nobre, quando iniciaremos, às 9h00, para terminar ao meio-dia, tendo em vista outras atividades neste salão.

Todos estão convidados a se dirigirem ao Salão Tiradentes, para a CPI da Educação. Muito obrigada e parabéns.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. HISTÓRICO DA AEC DO BRASIL :

Fundação : 1945 – Rio de Janeiro

Hoje ela tem uma organização nacional, com sede em Brasília, DF, com associadas em todos os estados da Federação .

Em todos os seus níveis a AEC quer ser :

- . instância crítica na realidade educacional vigente;
- . presença evangelizadora nos sistemas educativos;
- . elemento de articulação com entidades congêneres e movimentos comprometidos com a justiça social;
- . lugar de encontro, congregando e unindo forças para assumir uma educação libertadora;
- . força dinamizadora da pastoral da educação.

AAEC firma em seu Marco Referencial idéias de Sociedade, Pessoa, Igreja e Educação baseados na justiça, na fraternidade, na solidariedade, na democracia e no serviço à vida e à esperança.

Assume uma prática educacional que enfatiza :

- . o pleno desenvolvimento do ser humano, como sujeito de seu desenvolvimento pessoal, comunitário e social ;
- . O esforço de pensar e desenvolver uma ação educativa em sintonia com a realidade e com o Evangelho;
- . O processo de uma contínua aprendizagem na construção conjunta do saber;
- . o diálogo permanente que inter-relaciona educador e educando na busca constante da verdade;
- . o trabalho coletivo com participação ativa, crítica e criativa de todos.

2. A ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DE SÃO PAULO

Fundação : 1952

Hoje, tem seus trabalhos divididos em Departamentos : Pedagógico, Ensino Religioso, Educação Popular, Nucleação e Comunicação

3. A AEC e a EDUCAÇÃO POPULAR

a) AEC do Brasil

- Histórico:

Desde sua fundação a AEC preocupou-se com o grave problema dos excluídos. Nas décadas 50 e 60 a AEC se envolveu com uma Educação Popular de duas formas: Cursos noturnos e alfabetização de jovens e adultos. Na década 70 a AEC, através de cursos, seminários, congressos e publicações, assumia um papel importante no debate público em favor de uma educação católica a partir da ótica dos pobres, como exigência da justiça. em 1981, publicava o número 40 da Revista, dedicado à Educação Popular, e em 1983, o caderno: Temas de Educação Popular.

Foi entretanto a partir de 1986, com o convênio ca Misereor, que a AEC assumia com gestos concretos a Educação Popular na perspectiva de uma educação libertadora, com o objetivo de: "Contribuir para o desenvolvimento e a justiça através da promoção de alternativas educacionais, com a participação e colaboração da população atingida, para o melhoramento e eficiência da Educação Popular, formal ou não formal."

Nos últimos anos, os membros do Conselho Superior, vêm afirmando unanimemente que a Educação Popular está sendo uma das grandes conquistas da AEC, sendo estruturada tanto a nível nacional, como a nível das Associadas Estaduais, sendo que 14 dentre elas já possuem o setor organizado, com pessoas liberadas parcial ou a tempo completo.

02 - Características:

A concepção de EDUCAÇÃO POPULAR da AEC do Brasil em as seguintes características:

- * Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade e, consequentemente, com seu projeto político.
- * Parte do princípio de valorização da cultura e do saber popular, onde a mulher e o homem, integrados no seu próprio contexto social, fazem-se sujeitos na transformação do meio, conquistando uma qualidade de vida.
- * Que oferece a oportunidade de fala ao povo, sua libertação, fortalecendo a sua resistência, evidenciada na ação: movimentos e organizações populares, associações, sindicatos, partidos e outros.
- * É um processo dinâmico, vislumbrando trabalho coletivo, onde a teoria e a prática solidária são os instrumentos de mudança rompendo assim com os corporativismos nas ações das categorias trabalhadas.
- * Respeita as diferenças regionais, resgata a riqueza do saber cultural, onde o ser diferente não significa ser inferior nem "ser menos", nem ser "ser mais".
- * Ultrapassa o limite do espaço escolar, atingindo as várias instâncias do cotidiano, onde a relação entre os sujeitos é um instrumento de organização.
- * Parte do conhecimento da realidade existente, num processo crítico, criativo, dinâmico, democrático, participativo, organizado e articulado, tendo em vista a transformação desta realidade para a construção da sociedade justa e fraterna.
- * Rompe com o autoritarismo e valoriza a participação, o espírito comunitário, o diálogo e o pensamento crítico, questionador e problematizador.
- * Presença de uma mística própria, fundamentada na opção evangélica de Jesus Cristo erapobrecido.
- * Uma alfabetização como requisito básico para a cidadania, proporcionando um pensar transformador.
- * Respeito às ideologias, raças e religiões.
- * É orientada pelo protagonismo dos setores populares.

* Favorece processos de ação organizada e planejada com objetivos claros, tentando elaborar pistas e alternativas das suas necessidades pessoais e coletivas.

folha n.º 330 do processo
funcionário de 1978

II - O PAPEL E FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA VIDA ORGÂNICA DA AEC

O papel e função da Educação Popular na vida orgânica da AEC pretende:

- * Questionar o sistema educacional como um todo.
- * Viver na sua estrutura a opção preferencial dos pobres feita pela Igreja Católica na América Latina.
- * Apoiar as ações que estejam voltadas para o resgate da Escola Pública de qualidade.
- * Incentivar a capacitação de agentes para o magistério em Educação Popular.
- * Proporcionar espaço para a discussão da prática dos educadores católicos em relação a Educação Popular.
- * Acentuar a dimensão prática da AEC, em estar presente e a serviço dos grupos socialmente excluídos, considerando-se como sujeito de sua história.

III - ONDE ACONTECE A EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular acontece nos mais diversos campos, de acordo com a realidade de cada região:

- * nas organizações populares,
- * com meninos e meninas de rua;
- * movimentos de mulheres, negros...;
- * nas favelas, centros comunitários...;
- * nas escolas de periferias e que refletem o magistério popular;
- * junto aos canavieiros e pequenos agricultores;
- * nas CEBs;
- * nas pastorais sociais;
- * e nas instituições voltadas para o setor popular.

Estende-se também ao nível de articulação com outras entidades populares ou comprometidas com a classe popular.

Folha n. 304 do proc.
N. 18 de 1958
O funcionário

**ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL - AEC/BR
BRASÍLIA-DF**

CONVÊNIO "MISEREOR - AEC DO BRASIL"

Programa e Fundo de Assistência
para medidas de Educação
em **ÁREAS CARENTES**
do Brasil

**CONVÊNIO MISEREOR-AEC/BR
Projeto N. 233-0/294 D Y
Período 1994-1997**

Folha n. 308 do proc.
N. 18 de 1998
O funcionário Q

ÍNDICE

I- Objetivo do Convênio.....	02
II-Destinatários	02
III-Tipos de Miniprojetos Aprovados pelo Convênio.....	03
IV-Critérios Gerais para a Aprovação a Nível Estadual e Nacional	03
4.4- Critérios a Nível Estadual	
4.2- Critérios a Nível Nacional.....	04
V-Documentos necessários para a aprovação de um Miniprojeto	05
VI-Projetos Pontuais e de Ponta	
6.1- Projetos Pontuais	06
6.2- Projetos de Ponta	06
VII-Regiões onde serão desenvolvidos os Projetos de Ponta.....	07
VIII-Prestação de Contas.....	07
IX-Recursos Financeiros para as visitas e acompanhamento a Miniprojetos	
9.1- Finalidade	08
9.2- Critérios para a aprovação	08
X-Funções do Coordenador Estadual do Setor de Educação Pop. da AEC.....	09
XI-Funções do Coordenador Nacional do Setor de Educação Pop da AEC.....	10

Forma 7.309 do proc.
N.º 18 do 19
O funcionário

I- OBJETIVO DO CONVÊNIO

O objetivo do Convênio é apoiar a Educação Popular, promovida pelas AECs Estaduais, a partir das reflexões de Paulo Freire, inclusive a Educação de Base e a alfabetização de adultos.

Não só se trata de reduzir o déficit de formação dos mais pobres, mas sim e em particular de contribuir para elaborar novos currículos escolares mais adaptados à realidade da população carente, a fim de fortalecer a participação popular nos processos políticos e econômicos e de influenciar a política de ensino público.

II- DESTINATÁRIOS

1. Crianças, adolescentes e Jovens muito pobres na idade da escolaridade obrigatória que ou não tem acesso à escola ou aprendem sob condições precárias (ex: falta de carteiras, material didático, falta de qualificação mínima dos educadores).

2. Adolescentes, jovens e adultos já não sujeitos à escolaridade obrigatória, mas que procuram aprender ler e escrever e respectivamente a adquirir conhecimento profissionalizante.

3. Membros de diversos grupos de auto-ajuda, dado que a formação/educação melhor lhes ajudará a defender os seus interesses e com isso, a participar mais ativamente nos processos políticos.

4. Educadores de escolas alternativas "dos pobres". Por ex: escolas mantidas por associações de moradores, por movimentos populares, por instituições comprometidas da Igreja e pela própria AEC.

Esclarecimento:

Folha N.º 310 do proc.
N.º 8 de 19 58
O funcionário Q

Os Professores e os educadores de outras instituições de ensino público indiretamente se beneficiarão do projeto através de publicações específicas e propostas referentes a novos currículos escolares adaptados.

Espera-se que no mínimo 50% dos beneficiados pelos Miniprojetos sejam mulheres.

III.- TIPOS DE MINIPROJETOS PREVISTOS NO CONVÊNIO

1. Cursos e encontros de formação para educadores e agentes de Educação Popular;
2. Produção de subsídios;
3. Aquisição de equipamentos;
4. Aquisição de material didático;
5. Construções e reformas simples em ambientes situações de extrema necessidade.

IV- CRITÉRIOS GERAIS PARA APROVAÇÃO DE UM MINIPROJETO

4.1- Critérios a nível Estadual:

- 4.1.1- Maior nível de pobreza do grupo solicitante;
- 4.1.2- Participação ativa do respectivo grupo beneficiado na elaboração e realização do Miniprojeto (caráter comunitário);
- 4.1.3- Condições de possibilitar um processo de continuidade do investimento feito (qual o processo de transformação que o desenvolvimento do MP pode desencadear nesta realidade?);
- 4.1.4- tempo de duração do projeto não ultrapassar do ano em vigor;
- 4.1.5- possibilidade de acompanhamento e avaliação dos recursos por parte do Setor Estadual de Educação Popular da AEC;

- 4.1.6- não duplicidade de recursos (recebimento por parte do grupo solicitante de verbas para o mesmo fim vindo de outras entidades);
- 4.1.7- orçamento detalhado em moeda nacional;
- 4.1.8- contrapartida do grupo solicitante (mesmo que esta nem sempre seja em recursos financeiros, ex: mão-de-obra, espaço físico) deverá aparecer também o cálculo em dinheiro;
- 4.1.9- compromisso de prestação de contas nos prazos e modalidades estipulados pela AEC;
- 4.1.10- concordância dos objetivos do MP com os objetivos propostos pelo Convênio;
- 4.1.11- apresentação em formulário próprio da AEC/Brasil para projetos;
- 4.1.12- a disposição do grupo solicitante em participar da proposta de Educação Popular da AEC/Brasil, através de encontros e reflexões ou outras atividades propostas pela AEC Estadual;
- 4.1.13- que a entidade seja popular, não governamental (nem mesmo de ensino público, municipal ou estadual).
- 4.1.14- não haja pendência de prestação de contas (por parte da entidade e/ou por parte da AEC Estadual).

Esclarecimento:

Sempre que possível, não será aprovado mais que 03(três) Mps para cada entidade solicitante dentro de um mesmo Convênio.

Observação:

Há que se tomar medidas necessárias, para que os sindicatos ou outras organizações não recebam os recursos para fins específicos que fortaleçam apenas a luta ou ideologia próprias dessas entidades.

4.2- Critérios a Nível Nacional

A todos os critérios gerais apresentados anteriormente, acrescenta-se os seguintes:

VI- PROJETOS PONTUAIS E DE PONTA

Todas as AECs desenvolvem a Educação Popular. O mesmo se diga dos Miniprojetos. Há entretanto dois tipos de Miniprojetos: Os Pontuais e os de Ponta.

6.1- Projetos Pontuais - São projetos pequenos para suprir uma necessidade imediata nas atividades de Educação Popular e desenvolvidos nas periferias das grandes cidades e zona rural.

Os critérios para aprovação desses projetos são os mesmos elencados anteriormente, quando se fala em critérios a nível Estadual e critérios a nível Nacional. A liberação dos recursos ficará a critério da AEC/Brasil, que poderá liberá-los através de parcela única ou várias parcelas.

Os projetos pontuais serão desenvolvidos em todos os Estados onde a AEC já está presente.

6.2 - Projetos de Ponta - São projetos destinados exclusivamente à formação de educadores populares já engajados. Foram apresentados à Misereor conforme consulta às AECs Estaduais em agosto/93, que escolheram Formação de Educadores como prioridade.

Critérios para aprovação dos Miniprojetos de Ponta:

- 6.2.1- que seja iniciativa da AEC Estadual, ou por ela assumido e que haja na mesma, o Setor de Educação Popular organizado, com pelo menos uma pessoa liberada para este trabalho;
- 6.2.2- que o projeto tenha o mínimo de um ano e o máximo de três anos para ser desenvolvido;
- 6.2.3- que apresente possibilidade de continuidade por parte da AEC e dos educadores a serem beneficiados;
- 6.2.4- que o número de educadores a serem atingidos não seja inferior quinze;
- 6.2.5- que os educadores atingidos sejam pessoas já engajadas na Educação Popular;

6.2.6- que apareça com clareza a meta que se quer atingir com este projeto;

6.2.7- que sejam registradas as etapas atingidas dentro do desenvolvimento do Miniprojeto, para ao final possibilitar avaliação e sistematização de todo o trabalho.

Nota:

Os recursos financeiros para estes Projetos de Ponta, deverão ser depositados na conta do Setor de Educação Popular da AEC Estadual, que é assinado pelo coordenador do Setor de Educação Popular e o Presidente ou Tesoureiro.

VII- REGIÕES ONDE SERÃO DESENVOLVIDOS OS PROJETOS DE PONTA

Concentrar-se-ão nos Estados nos quais as AECs já possuem o Setor de Educação Popular organizado e com um coordenador para a Educação Popular, anterior à aprovação do Convênio: Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Pará, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará e Alagoas.

VIII- PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Dos Projetos Pontuais

Prazo: Deverão apresentar a prestação de contas dentro do prazo determinado na carta de aprovação.

2. Dos Projetos de Ponta:

- **Prazo:** Cada semestre

3. Documentação exigida:

3.1- notas fiscais, recibos originais, comprovando os gastos de acordo com o que foi solicitado;

3.2- extratos bancários;

3.3- relatórios das atividades desenvolvidas;

3.4- fotos sempre que possível.

Toda entidade deverá ser orientada pela AEC Estadual para que envie a prestação de contas para o Setor de Educação Popular no Estado que depois da verificação necessária, a enviará para a AEC do Brasil.

IX- RECURSOS FINANCEIROS PARA VISITAS E ACOMPANHAMENTO AOS MINIPROJETOS

9.1- Finalidade

São projetos apresentados pelo Setor de Educação Popular da AEC Estadual.

Destinam-se a todas as AECs que desenvolvem projetos pontuais e/ou de ponta e devem ser exclusivamente para os gastos do Setor de Educação Popular no que se refere às visitas e acompanhamentos dos Miniprojetos.

Os recursos serão liberados a cada semestre, conforme prestação de contas apresentada. A documentação exigida é a mesma que a dos projetos pontuais e de ponta.

9.2- Critérios para aprovação

-Seja apresentado pelas AECs que têm o coordenador do Setor de Educação Popular.

- Cada Estado apresentará apenas um projeto no início do ano.

- O projeto deve vir acompanhado do cronograma semestral ou anual do Setor.

- Deve ser assinado pelo coordenador do Setor e pela Diretoria da AEC do Estado.

- Seja aberta uma conta específica para Educação Popular na AEC Estadual, para depositar e/ou aplicar os recursos recebidos, conforme rege o Estatuto da AEC no Estado.

X- FUNÇÕES DO COORDENADOR ESTADUAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AEC, NO QUE SE REFERE AO GERENCIAMENTO DE MINIPROJETOS.

- 10.1 - Dinamizar as diversas atividades de Educação Popular no Estado;
- 10.2 - Organizar o Departamento de Educação Popular;
- 10.3 - Promover cursos, encontros para agentes de Educação Popular;
- 10.4 - Articular-se com iniciativas de lutas das várias organizações da sociedade Civil;
- 10.5 - Manter na sede da AEC Estadual, em arquivo próprio, cópia dos Miniprojetos, das prestações de contas e dos relatórios;
- 10.6 - Garantir a unidade do Setor com a AEC Estadual e a Nacional.
- 10.7 - Orientar e analisar a elaboração dos Miniprojetos, sobretudo os de ponta, para que estejam de acordo com os critérios desta Cartilha;
- 10.8 - Receber os Miniprojetos, verificar a documentação, emitir parecer sobre os mesmos e remetê-los à AEC/Brasil.
- 10.9 - Orientar sobre a abertura da conta bancária, após a aprovação do projeto e remeter os referidos dados à AEC/Brasil;
- 10.10 - Acompanhar a execução e avaliação dos Miniprojetos através de visitas, encontros e outros meios ;
- 10.11 - Conferir as prestações de contas e os relatórios dos Miniprojetos e remetê-los à AEC/Brasil;

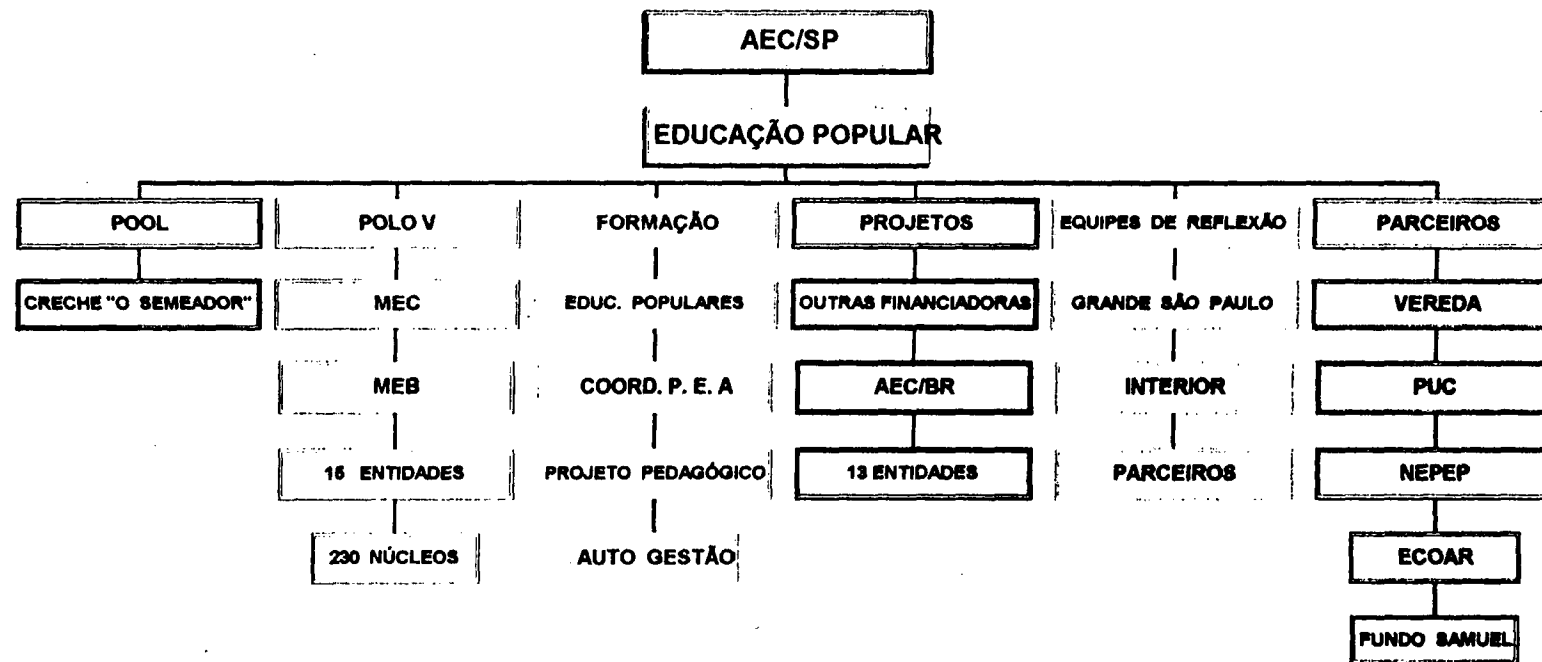
XI- FUNÇÕES DO COORDENADOR NACIONAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AEC QUANTO AO GERENCIAMENTO DOS MINIPROJETOS.

- 11.1- Receber apenas Miniprojetos que tenham passado pela AEC estadual, como também a prestação de contas;
- 11.2- Verificar com a equipe nacional o parecer emitido pelo Setor Estadual e a documentação do Miniprojeto;
- 11.3- Aprovar ou reprovar os Miniprojetos, comunicando à AEC estadual o envio de recursos ou a justificativa da reprovação;
- 11.4- Receber as prestações de contas e os relatórios dos Miniprojetos, conferir os dados e enviar à Misereor;
- 11.5- Arquivar cópia dos Miniprojetos, relatórios e prestações de contas;
- 11.6- Manter contato com as AECs estaduais, promovendo encontros de assessoria para os coordenadores e orientando-os no que for necessário;
- 11.7- Reativar o Boletim Informativo do Setor de Educação Popular, a fim de manter as AECs Informadas sobre o número e tipo de Miniprojetos que estão acontecendo, etc.
- 11.8- Sistematizar no período anual e final de cada Convênio, as diversas experiências, subsídios enfim, tudo o que foi realizado, produzido durante aquele período;
- 11.9- Estabelecer contatos com outras entidades que fazem Educação Popular, ou que financiam Miniprojetos para troca de experiências;
- 11.10- Visitar e acompanhar as equipes de Educação Popular das AECs Estaduais.

AEC/SP

EDUCAÇÃO POPULAR

1995/1997



Folha n.º 317 do prog.
 N.º 18 de 1997
 O funcionário

**Projeto de Ponta
AEC de São Paulo**

Identificação	Estrutura do Curso	Valores	Objetivos do Curso	Conteúdo	Metodologia	Observações
Nome: Formação de Educadores Populares População-alvo: Educadores Total: 42 Homens: Mulheres:	Duração: Ano(s) : 01 Etapas: 08 Dias: 24 Horas: 192 Início: Mar/95 Término: Nov/95	Pedido: R\$ 13.004,00 Recebido: (parcelas) 1ª R\$ 6.502,00 2ª R\$ 5.000,00 3ª 4ª	- Ampliação do Universo teórico que está sustentando a prática dos agentes dos movimentos sociais. - Ampliação de informações necessárias à ação dos agentes. - Conhecimento, pela coordenação mais elaborada e realista do perfil dos agentes.	. Cenário de Atuação dos Agentes Populares. . Movimentos Sociais . Instrumentos de Atuação: - Dinâmicas - Alfabetização - Associação e Cooperação - Movimentos Reivindicatórios - Gerência - Sistematização	<u>A partir da Prática:</u> . Discussão em Grupo . relatos . Conversas . Informações <u>Reflexão:</u> . Discussão . Debate . Registros . Exposição Oral . Oficinas . Pesquisa Bibliográfica . <u>Construção de Novas Sínteses</u> - Leituras - Auto avaliação - Planejamento - Avaliação Coletiva - Oficinas Temáticas	Parcerias Diversas(13) População Atendida Diretamente: - 102 Grupos de Alfabetização - 07 Grupo de Crianças - 06 Grupo de Mulheres - 7.000 famílias

Folha 1.ª de 518 do PPGC
N.º 18
O funcionário
de 1978

**SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR
 AEC/SP - PROJETOS APROVADOS**

1996/1997

ENTIDADES BENEFICIADAS	
1996	1997
- AEC - Diocese de Lins - CIMI - Paróquia S.Cristo - VEREDA	- AEC - Ação Educativa - Centro de Recursos - ANCA - MST - Ação Comunitária J.Colonial - Centro de Recursos - Centro Social Bom Jesus - Centras dos Movimentos Populares - Comunidade São J.Batista - Congregação das Irmãs Marianitas - Paróquia Santo Cristo - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campinas
- Total : 07 Projetos	- Total : 13 Projetos
- Valor : R\$ 26.850,00	- Valor : R\$ 33.285.00

1. **POPULAÇÃO ALVO** : jovens, adultos, crianças e adolescentes da Grande São Paulo, principalmente na periferia e também no Interior.
2. **OBJETIVO** :
 - 2.1 Oferecer espaço um espaço de formação de Coordenadores e Educadores dos Projetos de Alfabetização de Adultos e Jovens.
 - 2.2 Apoiar financeiramente grupos com possibilidade de continuidade , voltados à formação da cidadania/ética, formação profissionalizante e alfabetização.
3. **METODOLOGIA UTILIZADA** : Construção do Projeto Educativo de forma participativa, numa relação dialógica, negando assim a educação autoritária à qual estamos acostumados.
4. **RECURSOS** :
 - 4.1 **HUMANOS** : Temos uma coordenação e toda uma infra-estrutura da própria AEC/SP para o desenvolvimento do trabalho. Uma pequena equipe de parceiros nos ajuda a pensar e a planejar , colaborando também com assessoria para formação e análise dos projetos a serem financiados .
 - 4.2 **PEDAGÓGICOS** : fazemos parceria com o VEREDA e com o NEPEP (Núcleo de Estudos e Programas de Educação Popular).
 - 4.3 **FINANCEIROS** : Convênio com a MISEREOR, com o MEC/AEC (20 estados) : em São Paulo, 30 entidades , perfazendo 200 salas com uma média de 20 alunos por sala , com idade que varia de 13 a 65 anos.
5. **DIFICULDADES ENCONTRADAS** :
 - . falta de recursos financeiros – financiamentos
 - . rotatividade dos monitores e educadores populares
 - . fragilidade na formação dos monitores e educadores populares
 - . dificuldade ao de material didático e pedagógico
 - . falta de pesquisa na área de E.J.A.S.
 - . experiências isoladas
 - . falta de uma supervisão
6. **SUGESTÕES**
 - 6.1 Magistério específico para os Educadores interessados na EJA
 - 6.2 Reconhecimento dos monitores e educadores que já desenvolvem ação educativa junto a Jovens e Adultos : investimento financeiro e formação específica.
 - 6.3 Apoio e subsídios do governo para escolas particulares interessadas nesse tipo de magistério
 - 6.4 Maior financiamento para as iniciativas de AJA e que estes cheguem às mãos daqueles que executam o trabalho; que seja um financiamento digno de um trabalho de cidadania e pedagógico
 - 6.5 Que esse trabalho seja reconhecido pelo governo e para isso tenha que sair da precariedade.

9. A Educação Popular

O departamento de Educação Popular tem ampliado seus serviços articulando-se com o MEC (Ministério de Educação e Cultura), o MEB (Movimento de Educação de Base) e muitas outras entidades:

- na formação contínua de núcleos de alfabetização de adultos e de jovens, na Grande São Paulo e no interior;
- na formação contínua de monitores, preocupados em melhorar o desempenho em sala de aula;
- no estudo da LDBEN, do Projeto Político Pedagógico para a alfabetização de adultos e jovens, em parcerias;
- na Formação de Educadores Populares em parceria com a UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e NEPEP (Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular);
- no trabalho com o menor: abertura de uma Creche para 130 crianças, projeto pensado e organizado por um "pool" de entidades e empresários, do qual a AEC/SP faz parte.

Através do convênio AEC/SP / MISEREOR está sendo realizado o segundo Curso de Capacitação de Educadores Populares. O curso consta de dois anos com atividades mensais por três dias consecutivos, em regime integral. O segundo ano constitui-se em aprofundamento.

Além da verba da MISEREOR, insuficiente às despesas do Curso, a AEC/SP tem recebido apoio e colaboração de Assessores abalizados e das entidades que o sediam, mediante desconto em hospedagem, ou mesmo sem quaisquer ônus.

Há ainda desafios a enfrentar, não só no aspecto financeiro, mas também numa produção mais consciente de temáticas, num planejamento de maior envolvimento dos participantes como grupo.

Folha n.º 302 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros. Portanto, realizaremos nossa 4ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 02 de setembro de 1998, das 9:00 às 12:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita", 82 andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista.

Conforme acordo verbal mantido com V.Sã., solicitamos sua confirmação como palestrante, para o evento em epígrafe, nos remetendo, assim que possível, um resumo dos trabalhos desenvolvidos por essa entidade nas questões que seguem:

- 1- população alvo;
- 2- objetivos;
- 3- metodologia utilizada;
- 4- recursos humanos, pedagógicos e financeiros disponíveis;
- 5- dificuldades encontradas;
- 6- sugestões para políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Srª Aparecida Horta
M.D. Presidente do Centro Cida Romano

FAX: 832-3833

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti

CENTRO CIDA ROMANO PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

A equipe de alfabetização do Cepis (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae), hoje Centro Cida Romano, surgiu e se desenvolveu capacitando alfabetizadores populares de adultos da Grande São Paulo desde o final da década de 70, estreitamente vinculada à luta dos movimentos populares desta cidade.

Participou dos trabalhos de criação do MOVA/SP durante a gestão do Prof. Paulo Freire, à frente da Secretaria Municipal de Educação .

Paulo Maluf extinguiu o Movimento de Alfabetização, mas o desmonte do apoio pedagógico e financeiro da administração municipal aos grupos populares de alfabetização não aconteceu sem a resistência de muitos desses grupos que mantêm o trabalho e contam, entre outras , com a assessoria do Centro Cida Romano.

Em outubro de 1995, o Relatório de Pesquisa da O.I.T.(Organização Internacional do Trabalho) intitulado "Políticas de Combate à Exclusão Social no Município do Embu: Um Estudo de Caso" , destacou o programa de alfabetização de jovens e adultos ali implementado pelo programa de alfabetização do CEPIS (atual Centro Cida Romano): "O estudo mostrou finalmente que os programas mais bem sucedidos no município foram aqueles que se basearam na articulação de vários setores da sociedade, deixando claro que é possível implementar projetos baratos e com grande potencial de impacto sobre a população-alvo, como o programa de alfabetização de jovens e adultos, que atualmente depende do esforço pessoal de educadores locais assessorados pelo CEPIS".

Em apoio à afirmação dos resultados positivos de nosso trabalho, gostaríamos de citar que os núcleos de alfabetização do Embu foram escolhidos como alvo de estudo para uma tese de pós-graduação da pedagoga Tânia Moura, a partir do contacto que teve com o nosso livro "Dez Anos de Alfabetização no Embu". Em sua proposta de atividades de pesquisa para a elaboração da tese , ela afirma:

"A partir de 1996, passei a fazer o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no município do Embu (reuniões com assessores, alfabetizadores e alfabetizandos, visitas às salas, conversas com assessores, alfabetizadores e alfabetizandos). Essa inserção na prática começou a me apontar novos elementos de reflexão, como, por exemplo, enquanto nas capacitações dos alfabetizadores - propiciadas pelas assessoras- há toda uma dinâmica norteada pelos ensinamentos de Freire, na prática pedagógica alfabetizadora, das salas de aula visitadas, tenho percebido que está se deslumbrando um cenário novo, uma dinâmica diferente. Os alfabetizadores, mesmo recebendo capacitações periódicas onde planejam as atividades da semana, do mês, etc., estão sempre criando e recriando novas formas de fazer. Percebo o desenvolvimento de processos pedagógicos cuja preocupação envolve o como fazer e o como aprender. Ou seja, paira no ar um clima em que se percebem monitores e alfabetizadores buscando a construção de conhecimentos, atentos e preocupados com as formas de concretizar esse aprender, logicamente sem perder de vista a perspectiva política desse conhecer".

Através do processo de Educação e Alfabetização de Adultos nos meios populares tem sido possível criar consciência crítica e abrir caminhos para uma participação mais efetiva. Tanto alfabetizandos quanto seus alfabetizadores passaram a ter maior e melhor participação

em suas comunidades, seja nos movimentos populares, sindicatos ou mesmo em partidos políticos. Cresceram como seres humanos, libertando-se de preconceitos e bloqueios. Muitos alfabetizadores prosseguiram seus estudos.

No município do Embu, o trabalho junto aos alfabetizando despertou para outros compromissos na comunidade, como atuar diretamente nos Conselhos de Saúde, no Conselho Tutelar da Criança, ou como educadoras nos grupos de crianças e adolescentes, assim como na Pastoral da Criança, projeto mantido pela UNICEF.

DESTINATÁRIOS

A formação que realizamos destina-se prioritariamente a educadores e professores interessados em desenvolver um trabalho de alfabetização com jovens e adultos dentro de uma visão educativa libertadora e em aprofundar as questões metodológicas.

Os alfabetizando, destinatários últimos de todo esse esforço, são jovens e adultos de baixo nível sócio-econômico: operários, trabalhadores subempregados, diaristas, construção civil, donas-de-casa.

Grupos remanescentes do MOVA/ SP e outros de formação recente têm solicitado a assessoria de nossa entidade, e, para atendê-los, realizamos encontros bimensais de formação inicial de monitores populares no prédio do Instituto Sedes Sapientiae ou em locais situados no local de funcionamento dos grupos. Paralelamente, promovemos encontros do nosso Fórum de Educadores, que reúne integrantes de núcleos de alfabetização da periferia de São Paulo (Butantã, Vila Amália, Itaim-Bibi, Pirituba, Mooca, Pastoral da Mulher Marginalizada, Rio Grande da Serra, Jardim Ângela, São Miguel) que estão nessa caminhada conosco há vários anos e aqueles que vão realizando os cursos iniciais de formação e se integram ao fórum.

Também assessoramos prefeituras municipais, trabalhando com os professores de jovens e adultos, e realizamos palestras e exposições sobre nosso trabalho a estudantes do Magistério e Universitários.

Por último, cabe assinalar o trabalho de formação que temos realizado sistematicamente com os monitores das classes de alfabetização do Embu. O contato direto com esses monitores e suas classes tem sido fundamental para o desenvolvimento de nossa ação educativa, permitindo-nos fazer uma avaliação permanente da metodologia aplicada, o confronto da teoria com a prática da sala-de-aula.

COMO VEMOS A EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Acreditamos que a problemática da Educação de Adultos está vinculada à questão geral da Educação no Brasil. Se não a encararmos dessa perspectiva e não nos engajarmos na luta geral pela Educação, estaremos tirando do projeto de alfabetização de adultos seu caráter circunstancial e transformando-o numa panacéia perene para as deficiências do nosso sistema educacional.

Acreditamos que a alfabetização de adultos, na perspectiva da Educação Popular, mais que uma forma de propiciar a esses adultos condições de uma melhor inserção no mercado de trabalho e no processo de mudança tecnológica é, em primeiro lugar, o resgate da própria dignidade dessas pessoas, dando-lhes possibilidades de exercerem de forma ativa sua cidadania e participarem nos processos de mudanças políticas e sociais em nosso país.

Este nosso trabalho junto a classes populares de alfabetização de jovens e adultos, que vem se realizando há quase 20 anos, só será válido se acompanhado da participação em um movimento em prol da Educação de qualidade para as classes populares, e do resgate do Ensino Público Oficial. E, principalmente, se contribuírmos para propor concepções e métodos que dêem fundamentação e objetivos claros à educação destinada não só aos jovens e adultos analfabetos mas a todo o processo de educação comprometido com mudanças estruturais que façam de nossa sociedade uma sociedade com justiça e equidade.

Nesse sentido, temos considerado as administrações populares como importante espaço de atuação. Já assessoramos várias secretarias municipais de educação, levando para dentro dessas instâncias a metodologia da Educação Popular e sua concepção de uma ação educativa comprometida com os interesses das camadas populares.

OBJETIVOS DE NOSSO TRABALHO

Nosso projeto tem como objetivos prioritários:

1. contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia que permita aos grupos populares e às administrações democráticas realizarem uma ação educativa comprometida com o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade brasileira contemporânea, com a formação de cidadãos que lutem pelos seus direitos e com a possibilidade de mudança estrutural dessa sociedade;

2. atender à demanda de assessoria dos grupos da Grande São Paulo (grupos populares, sindicatos e secretarias de educação de municípios vizinhos e outras); contribuir para a articulação política desses grupos, com vistas à formação de um movimento amplo que pressione os poderes públicos a promoverem uma profunda mudança no Sistema Educacional, de forma a que este responda às necessidades das camadas populares, tanto na educação regular de primeiro e segundo graus como na educação dos jovens e adultos. São estes, com certeza, os trabalhadores mais sofridos e explorados desta sociedade e que mais engrossam as estatísticas da exclusão social.

ESPECÍFICOS:

1. Apoiar a articulação dos movimentos de educação e alfabetização de adultos no meio popular para permitir a circulação de experiências, recursos e métodos, e, principalmente, para que essa articulação seja parte de um movimento de luta pelo resgate da Educação em nosso país;

2. Colaborar com grupos e organizações populares na superação do analfabetismo entre seus membros e na criação de um pensamento crítico a respeito da realidade circundante, fortalecendo ou incentivando a participação mais ativa na luta desses grupos e organizações;

3. Capacitar pessoas dos movimentos populares para que assumam a alfabetização dos membros desses movimentos como tarefa comunitária e política;

4. Capacitar professores do ensino público para que, munidos da metodologia e da filosofia da Educação Popular, possam realizar seu trabalho pedagógico de forma a contribuir para a formação de pessoas críticas e criativas, capazes de participarem da transformação da realidade injusta em que vivem;

5. Produzir materiais didáticos e recursos pedagógicos que possam ser apropriados pelo monitor e divulgados de modo a agilizar a formação de alfabetizadores.

6. Garantir formação pedagógica permanente e sistemática aos educadores populares para que possam desenvolver um trabalho educativo voltado para os interesses dos seus alunos, segundo a realidade local e na perspectiva de colocá-los dentro de um contexto de mudanças e avanços na sociedade.

7. Capacitá-los para que possam:

- a) ensinar a ler e escrever da maneira mais eficiente possível ;
- b) desenvolver a capacidade de comunicação e expressão verbal dos educandos;
- c) desenvolver conhecimentos científicos e histórico-sociais e possibilitar o desenvolvimento do raciocínio lógico que permita a aquisição de elementos da matemática.

8. Além de preparar os monitores para alfabetizar jovens e adultos, também os ajudamos no processo de pós-alfabetização, que habilita seus alunos a prestarem exames nas Escolas Públicas, onde recebem o diploma da 4a. série do 1º grau.

METODOLOGIA

Consideramos a educação um importante instrumento de transformação social e de crescimento integral do ser humano . Nosso trabalho nasceu sob a inspiração do pensamento educacional do prof. Paulo Freire. A proposta é partir sempre da vivência do educando, de sua prática, do que ele acumulou em pensamento e experiência, para criar novos conhecimentos. Nosso trabalho está vinculado às comunidades de base e movimentos que constituem, para os que deles participam, verdadeiras escolas populares onde se aprende a partilha, a participação, o respeito; onde se aprende o que significa lutar por coisas que são necessidades vitais da população brasileira, como o direito à escola, à cultura, à leitura e à escrita.

O processo inicial de capacitação dos monitores populares requer um prazo mínimo de 16 horas, durante o qual fazemos uma reflexão sobre a concepção de educação, as relações entre educação e movimento popular, a questão da educação de adultos no Brasil e o analfabetismo. Depois, trabalhamos a teoria do conhecimento, a partir de atividades práticas e com a total participação dos monitores. Desta mesma forma, desenvolvemos com eles os níveis de conhecimento da escrita (Emília Ferreiro) e a importância do diagnóstico sobre esses níveis. Abordamos a contribuição dos lingüistas ao processo de alfabetização, com a ênfase posta no trabalho alfabetizador a partir do texto.

Nossa proposta pedagógica se fundamenta no planejamento feito a partir de eixos temáticos vinculados à vivência e interesse dos alunos, com objetivos amplos que vão desde os relacionados com os

conhecimentos necessários à construção da escrita pelos alunos até aqueles que lhes permitam aprofundar seu conhecimento da realidade para nela interferir ativamente.

As técnicas que propomos requerem a participação ativa do aluno não só para a criação de novos conhecimentos, mas também de novos valores e atitudes.

No processo educativo, consideramos fundamental a *leitura do mundo* feita pelos alfabetizandos, a qual tem contribuído de forma excepcional para o resgate da auto-estima dos alunos, para a criação de um sentimento positivo importante para a aprendizagem e tem propiciado um clima de confiança mútua na sala de aula.

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

- O Centro Cida Romano é uma equipe formada por quatro professoras. Duas delas trabalham também na rede pública municipal. Na verdade, necessitaríamos que as quatro integrantes do grupo a ele se dedicassem em tempo integral, porém os recursos financeiros não o permitem. Pelo mesmo motivo, não temos secretária e nos desdobramos para poder atender às solicitações que nos são feitas. No momento estamos estudando a possibilidade de vincular mais educadores ao nosso trabalho, ainda que sem vínculo salarial mas com remuneração por serviço prestado durante os cursos e encontros que promovemos.
- Dadas as características do trabalho de alfabetização: grande demanda, capacitação de monitores do meio popular, confecção de material próprio, manutenção de pessoas da equipe para acompanhar as atividades e cursos, foi necessário recorrer a entidades que mantivessem conosco uma parceria nesse trabalho. O Centro Cida Romano conta hoje com uma ajuda anual do CCFD (França), e com os recursos próprios obtidos através das assessorias e dos cursos que promovemos.
- Também contamos com toda a infra-estrutura do Instituto Sedes Sapientiae.
- Temos uma parceria com o MEB que nos permite repassar uma pequena ajuda de custo mensal aos monitores. Ressalte-se que no ano passado, essa ajuda de custo valeu para os 4 últimos meses do ano. Em 1998, a situação está um pouco melhor: recebemos ajuda de custo para oito meses de trabalho.

Aspectos a serem considerados para a formulação de políticas de educação de jovens e adultos:

1. Demonstrar a importância da educação de jovens e adultos não só como forma de possibilitar aos trabalhadores analfabetos e com baixa escolaridade um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho e maior agilidade na sociedade contemporânea, mas principalmente como condição indispensável para a construção no Brasil de uma verdadeira nação de homens livres, uma efetiva democracia abrindo, para todos, possibilidades de participação na vida econômica, política, cultural, social.

“Para isso, é preciso superar as visões compensatórias da alfabetização e ampliar o conceito de educação básica que integre, agora, desde a educação para responder aos requerimentos da vida local até a educação de valores que permita criar pessoas e coletivos

tolerantes, democráticos e respeitosos dos direitos humanos.”(Citação Marco Raul Mejia)

Folha n.º	328	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário	[assinatura]	

2. Através desse entendimento e da pressão e mobilização, obter que os governos destinem recursos substantivos para a educação de adultos, colocando-a na lista de prioridades educativas. Não como hoje, em que o projeto de emenda constitucional que instituiu o chamado Fundão, prevê que as verbas educacionais serão dirigidas exclusivamente ao ensino fundamental regular, não contemplando as classes de jovens e adultos. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação, após afirmar que o Estado não tem condições de enfrentar sozinho a questão do analfabetismo de jovens e adultos e após encarecer a necessidade de que a sociedade civil participe desse esforço, mostra que na verdade a contribuição que pretende dar a esse esforço da sociedade, é insignificante, tímida demais. Propõe que em 5 anos se reduza à metade o número de analfabetos funcionais entre 15 e 24 anos através da suplência, mas não diz com que recursos. Nós sabemos que classes de suplência têm sido fechadas e não ampliadas. Nas iniciativas da sociedade civil sua contribuição seria através da formação dos educadores e fornecimento de material didático. Não inclui no Plano a remuneração do trabalho educativo diário dos professores populares. Em relação a iniciativas que porventura sejam tomadas por empresas, propõe, se necessário, contribuir com material didático. Essa é a proposta do atual governo para superar o analfabetismo. Essa meta tem 10 anos para se cumprir, até 2007, assim como em 1988 haviam sido estabelecidos igualmente 10 anos.
3. Estabelecer articulações entre as instituições oficiais e as não-governamentais, formulando projetos conjuntos para a educação de jovens e adultos. Colocar os grupos populares de educação e alfabetização como partes indispensáveis da cadeia de esforços de superação do analfabetismo e de educação de jovens e adultos.

Alem disso é fundamental para obter qualquer resultado positivo:

1. Revalorizar o professor através de programas de aperfeiçoamento profissional acompanhado de aumento de salários.
2. Definir o papel da tele-educação, da educação semipresencial e à distância na educação de jovens e adultos.
3. Para finalizar, uma das principais discussões que se colocam hoje para os que trabalham em Educação de jovens e adultos é a questão da gratuidade do trabalho educativo. Como já observamos, o Estado brasileiro quer que a educação de adultos seja principalmente problema da comunidade. Incumbência da benemerência, da caridade, das entidades filantrópicas. No entanto, as pessoas que se dedicam de corpo e alma aos núcleos de alfabetização de jovens e adultos não são pessoas que possam dispensar remuneração por seu trabalho. Nem um trabalho efetivamente comprometido encararia dessa forma a educação de adultos.
4. Esses educadores estão construindo uma nova forma de ensinar e aprender, uma nova visão do educar e das possibilidades da

educação popular. Há que defender formas de propiciar a essas pessoas oportunidades educacionais para se qualificarem profissionalmente através de cursos correspondentes ao segundo grau, ao magistério, através de concessão de bolsa de estudos. Os educadores populares têm muito a dizer, muito a contribuir para esse debate .

Na cidade de São Paulo, a Prefeitura estimava que houvesse 500 mil munícipes (deve haver mais) analfabetos e sua ação se resumia, em 1997, em oferecer menos de 90 mil vagas para jovens e adultos analfabetos distribuídos entre três tipos de ensino: as Telessalas, os Supletivos e as parcerias com algumas empresas e entidades.

160 núcleos populares de alfabetização, que estão sobrevivendo graças à dedicação dos educadores, recorreram à prefeitura no ano passado para solicitar apoio à qualificação e sustentação do seu trabalho e nada obtiveram . Esses grupos pensam formas de institucionalizar sua participação na educação de adultos uma vez que se reconhecem como alternativa válida para os trabalhos de alfabetização que mais próximos estão da população dos bairros populares de São Paulo. Falta-lhes conseguir recursos para melhorar as condições de infra-estrutura e de formação de seus educadores. Pensamos em cursos especiais equivalentes aos de segundo grau que eles acompanhariam mediante a concessão de bolsa de estudo.

Integrantes do Centro Cida Romano:

Adriana Medeiros Farias

Annette Mello

Maria Aparecida Horta

Rosa Maria C. Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 330 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS

"A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE S.PAULO

PRESIDENTE: Senhora Vereadora Ana Maria Quadros

MEMBROS : Senhores Vereadores

Aldaiza Sposati

Maria Helena

Gilson Barreto

Paulo Frange

Pierre de Freitas

Vicente Cândido

Reunião realizada no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita da
Câmara Municipal de São Paulo em 02 de setembro de 1998.

SOLICITANTE: Sra. Vereadora Ana Maria Quadros

(Memo. nº. 009/98)

Secret. Donizete Alencar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 331 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C1	1	morg.	Situação Jovens	2.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUÁDROS - Queremos anunciar a presença da Sra.

Dirce Mamoto; Luciane Alves Nascimento, Rita de Cássia Alencar, do Sesi, Iraci Ferreira Leite, do Espaço, Silas Bezerra de Lima, da Escola Municipal Benedito Montenegro; José Benedito da Silva, do Centro de promoção humana Monte Azul; Maria Tereza Morganti César, DREM 1, Marcelo Silva, do Cema, Drem 9; Maria Aparecida Barbosa, da Associação de Educação Católica; Regiane Souza Leandro, representando a Profa. Virgínia da Costa, Universidade São Marcos; Jarina Rodrigues Fernandes, representando a Profa. Maristela Graciani, do Núcleo de trabalhos comunitários da PUC São Paulo; Tomázia Dirce Peres Lora, da APAE São Paulo e Rosa Maria de Lima, Camping Brooklin Morumbi.

Peço que tomem assento à Mesa, representando a todos a Tomázia Dirce Peres Lora, da APAE São Paulo e a Rosa Maria de Lima, do Camping Brooklin.

Hoje estava marcado para comparecer também os conselhos municipais e estadual de educação. Infelizmente, como hoje é dia da reunião dos conselhos eles não compareceram e nós estamos atentando para agendar outro dia para os conselheiros. Pedi desculpas para os palestrantes de hoje, pelo seguinte, todos os dias estão todos convidados, mas temos a idéia, no primeiro dia vem muita gente, no segundo dia vem menos gente, e assim vai acontecendo, não quer dizer que não tenha valor porque toda parte o que vai depender se tiver maior número de pessoas é melhor para os debates que são mais enriquecedores, mas sempre mandamos cartas lembrando todos que é o dia da reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 332 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C1	2	morg.	situação Jovens	2.9.98		

Na semana que vem vai ser realizada na quarta-feira às 10 hs. da manhã, é importante que as pessoas compareçam. O Sr. Manoel de Oliveira Costácio Filho, da Federação Espírita do Estado de São Paulo, agradecemos a presença.

Tem a palavra a Sra. Aparecida Horta, do Centro Cida Romano.

A Sra. Aparecida Horta - Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade de ter este espaço para contar um pouco da nossa história, falar um pouco das nossas preocupações e das reflexões que temos acumulado nesses anos sobre a questão da educação e particularmente da educação de jovens e adultos em nosso país.

Vamos começar por uma breve história do Centro Cida Romano. O nosso trabalho tem vinte anos, fazemos parte do CEPIS, que é o Centro de Educação Popular do Instituto Sede Sapiencia, éramos o programa de alfabetização do SEPIS. A partir de 1997 nos tornamos centro autônomo e adotamos o nome de Cida Romano que foi valorosa educadora que participou de várias instâncias de trabalhos de movimento popular e deu um grande impulso ao trabalho no SEPIS. Até 89 podemos dizer que a nossa principal via de trabalho era junto aos movimentos populares, o nosso grupo de alfabetização surgiu a partir das necessidades da outra organização dos movimentos populares. O CEPIS assessorava os movimentos populares de creches, moradia, saúde, e esses movimentos tinham alto índice de analfabetismo entre os membros, havia necessidade de criar espaço para se realizar a escolarização e alfabetização dos seus participantes.

Em 1989, a partir da gestão do Prof. Paulo Freire, à frente da Se-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 333 do proc.
Nº 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANARTE
C1	3	morg.	situação jovens	2.9.98		

cretaria de Educação do Município, participamos em função do trabalho realizado, das articulações para criação do Mova São Paulo cujo papel todos nós conhecemos e sabemos que após a gestão da Prefeita Luíza Erundina, o Mova foi deixado de lado, a administração seguinte resolveu não apoiar nem financeiramente nem pedagogicamente esse movimento e muitos desses movimentos que já existiam continuaram em resistência muito grande e estão vivos até hoje. Esses movimentos sempre tiveram assessoria do Centro Cida Romano no nosso trabalho e até hoje temos 34 grupos populares, classes populares de educação de jovens e adultos, sendo metade no município do Embu e outra metade aqui em São Paulo principalmente na região sul e norte, prestamos assessoria sistemática a esses monitores e educadores populares. A outra vertente do nosso trabalho que começa a partir de 89 também, inclusive com todo o impulso de educação de adultos que foi dada a partir da celebração do ano internacional da alfabetização, a gente passa a ser solicitado por Prefeituras Municipais desejosas de criar o trabalho de alfabetização e educação de jovens e adultos, a gente passa a ter uma experiência nessa assessoria ao poder público municipal em várias localidades. Hoje podemos dizer que o principal do nosso trabalho está integrando esses esforços de várias entidades, de grupos, de formar um amplo e forte movimento em favor da educação pública de qualidade para o nosso povo e particularmente da educação de jovens e adultos. Consideramos que a educação de jovens e adultos mais do que uma necessidade dos próprios jovens e adultos que não tiveram escolaridade necessária, é uma necessidade da sociedade como um todo e não existe essa consciên-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 334 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	1	morg.	situação Jovens	2.9.98		

cia social da importância da educação de jovens e adultos, para que se possa ter realmente um país de homens livres e uma democracia real em nosso país. Então, é do interesse de toda sociedade a educação de jovens e adultos, educação pública geral em todas as idades, em todos os níveis. Nessa tentativa de estar contribuindo para esse esforço de mobilização em favor dessa educação, formamos nos institutos sedes o que chamamos de fórum de educação de jovens e adultos. Desse fórum participam os educadores populares com quem temos contato há vários anos e outros que vão se incorporando ao fórum durante toda essa caminhada. Tem gente que se incorporou recentemente e tem pessoas que estão há muito tempo. Como esse fórum no ano passado realizou um ato em defesa da educação de jovens e adultos no mês de abril, tivemos na sede os representantes de entidades, como o Vereda, o Espaço, reunimos para representantes de 160 núcleos de educação e alfabetização de jovens e adultos. Aprovamos naquele ato duas cartas abertas uma para o Prefeito e outra para o Ministro da Educação. Fizemos abaixo assinados que foram passados em todas as classes populares de alfabetização. De posse desse material fizemos entrega deles na Prefeitura e no Ministério da Educação. A Prefeitura nos chamou para conversações, duas ou três vezes, mas a própria Secretaria de Educação do Município estava um pouco complicada com substituição do Secretário, sem a definição de atribuições e a coisa acabou caindo no vazio. De parte do Ministério da Educação, apesar da nossa insistência, do envio de cartas, ofícios pedindo respostas às nossas solicitações, porque as cartas abertas faziam várias reivindicações ao Ministério, até hoje não tivemos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
C2	2	morg.	situação jovens	2.9.98		

resposta, absoluto silêncio, não houve qualquer manifestação do Ministério de Educação deste país para as nossas reivindicações.

Dificuldades, uma coisa importante. Recentemente fizemos um encontro, dentro do âmbito do forum de educação de jovens e adultos, sobre violência e educação popular. De que forma a educação popular pode estar trabalhando nesses núcleos situados nas favelas, nos bairros periféricos, de forma a se contrapor essa cultura de violência que está presente de todos os espaços sociais. As dificuldades são muitas, como podem perceber, dificuldade dos núcleos de alfabetização para sobreviver porque muitas vezes as salas são inadequadas, há muitos alunos, as salas são pequenas, a ventilação não é legal, a iluminação não serve, mas não há recursos financeiros e a comunidade também não colabora para resolver as questões. O problema dos monitores, dos educadores populares, que muitas vezes tem que deixar as classes por problemas de sobrevivência, eles necessitam trabalhar para sobreviver, a ajuda de custo do MEB, repassada pelo MEB é muito pequena e este ano aumentou um pouco, foi para 100 reais por mês durante oito meses, não recebemos ainda uma parte dessa ajuda mas parece que ela virá.

De parte da nossa equipe, temos dificuldades e contamos com uma ajuda, contribuição, parceria com a entidade francesa Comitê Católico contra a fome e pelo desenvolvimento e contamos com recursos que conseguimos nos cursos e assessorias que realizamos. E o que temos de sugestão para as políticas públicas? Primeiro, acho que essa conscientização, a que me referi da importância da educação de jovens e adultos e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 336 do proc.
D.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C2	3	morg.	situação Jovens	2.9.98		

uma visão dessa educação não só como estamos vendo aí para o mercado, mas nós precisamos preparar os jovens para muito mais do que isso, uma educação integral, de qualidade, não só porque são pessoas pobres e desfavorecidas, aquela idéia se é pobre basta uma escolinha, de qualquer jeito, não tem problema. A saúde de qualquer jeito. Precisamos sair dessa época de escravidão que parece persistir até hoje. Temos de lutar por uma educação de qualidade, seja ~~na~~ para a criança, para o jovem, para o adulto, que não teve escolaridade na época adequada.

Então, essa conscientização da sociedade, da importância para a construção da democracia no nosso país, para a construção de uma nação livre, de uma escolaridade geral, de formar cidadãos participantes, conscientes, que tenham instrumentos capazes de discernimento e crítica diante desse montão de informações com que somos bombardeados diariamente nesse tipo de sociedade. Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa, prioridade real para a educação, de verdade, que revolucione a questão educacional neste país. Não dá mais para colocar paleativos. Quem está na educação seja nos núcleos populares ou escola pública, sabe que as reformas e mudanças não estão praticamente mudando nada, a situação continua a mesma crítica. A educação em nosso país continua carente, terrível, não tem adjetivos para se referir. Então, mudanças na política educacional com recursos efetivos para educação de jovens e adultos. Aqui queremos falar que o nosso Centro é contra essa questão de trabalho de colocar educação de jovens e adultos como incumbência da benemerência, voluntariado, da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 337 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	4	morg.	situação jovens	2.9.98		

caridade, enfim, achamos que isso não é sério e não é encarar a questão da educação
jovens e adultos como deve ser encarada. ~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 338 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-03	1	Vera	sit.jovens	2.9.98		

~~_____~~
~~_____~~, como um poder comprometi-
tido com as necessidades do povo e das classes populares. Quer dizer,
se fizer, fez, se não fizer, se a sociedade civil resolver, se não re-
solver, não tem problema. Não dá para a gente continuar nessa situação.

Então, precisamos de recursos para essa educação e achamos
que, nas políticas públicas de alfabetização, na educação de jovens e
adultos, ao lado das outras instâncias, tem de ser considerado o traba-
lho de anos e anos desses grupos populares de alfabetização. Ali tem
educadores populares com uma experiência importante, com uma contribui-
ção muito grande dessa questão. Esses núcleos atendem a população no
centro da favela, no centro dos bairros onde elas são inseridas. Eles
têm de ser considerados como parte integrante desse processo de esforços
públicos para a solução dessa questão em nosso país.

Uma das dificuldades que eu não falei, mas que eu gostaria de
colocar é que os núcleos nossos de jovens e adultos são cada vez mais
jovens. No ano passado, os monitores populares, vários deles, relataram
a busca dos núcleos por meninos e meninas de 11 anos que ficaram sem
escola para estudar.

Citei essa questão porque é sinal da gravidade da situação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 339 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-03	2	Vera	sit.jovens	2.9.98		

educacional na nossa cidade, no nosso país.

Gostaria que as companheiras da equipe me socorressem se ficou de falar alguma coisa importante. Mas era o que eu tinha para falar.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Aparecida, depois a gente vai abrir para as perguntas. A gente agradece. Queríamos anunciar a presença da Profª Célia Terra Mauro que representa toda a diretoria do Centro do Professorado Paulista, a Cátia Maria, do SEMES, da DREM-2, a Eliana Seculim, representando a Profem, e o Sr. Hélio Nagado, que é assessor parlamentar do Vereador Jorge Taba, a quem a gente agradece a presença.

Vamos dividir o tempo e agradecendo também porque o Vereda veio nos socorrer porque é co-organizador. Eu falei, mas vou falar outra vez, à medida que os conselheiros, tanto do Conselho Municipal, quanto do Conselho Estadual, não puderam comparecer hoje. Também estão presentes Deise Beneti de Paula, do Sinasp, e a Maria de Fátima Lekevicius, Skubi, do Semes DREM-2.

Com a palavra o José Carlos Barreto.

O SR. JOSÉ CARLOS BARRETO - Nós vamos dividir, eu e a Vera, uma colocação. A minha parte é a de explicar ao Vereda, o que seja exar-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 340 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C-01	3	Vera	sit.jovens	2.9.98		

terente. É uma ONG muito pequena, tem pouca visibilidade e quando a gente passa a ser co-organizador de um evento como este, surge a curiosidade: quem é esse Vereda de quem eu nunca cuvi falar?

Então, o Vereda nasceu em 1982, sob a presidência do Prof. Paulo Freyre, que agregou um pequeno grupo de intelectuais para refletir sobre a questão da educação.

Tendo nascido sob os auspícios e a orientação do Prof. Paulo Freyre, obviamente, ele nasceu com uma definição de educação muito clara: é uma opção por uma educação democrática.

Durante esse período, ele foi modificando a sua forma, embora não tenha alterado seus objetivos. Mas o contato e a ação nesse processo de educação nos foi ensinando os caminhos que a gente deveria percorrer. Desde o princípio, optamos por sermos uma pequena organização na medida em que a gente achava que uma organização, quando vai crescendo, vai gastando cada vez mais esforço para se manter e menos esforço para continuar a exercer sua função.

Então, começamos como um centro de reflexão, de pensar sobre a educação. A reflexão não se dá no vazio e a gente começou a agir no contato com educadores. Então, o primeiro momento do Vereda foi uma ação junto a educadores ligados a grupos populares.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 341 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C-03	4	Vera	sit.jovens	2.9.98		

A pretensão era de que fosse amplo, mas a gente acabou se especializando no trabalho de alfabetização, até porque Paulo Freyre está muito intimamente ligado à questão da alfabetização. Então, começamos a ser convidados a trabalhar junto a movimentos para assessorá-los na alfabetização.

Um dos princípios que a gente adotou é de que não queríamos interferir nos grupos, não ser um invasor no processo, mas ser um interlocutor quando convidado. Então, essa é uma preocupação muito forte no Vereda.

Com o decorrer do tempo, descobrimos que não é possível enfrentar a questão da educação de jovens e adultos e da alfabetização de jovens e adultos apenas com movimentos populares. O problema é grande demais para ser enfrentado com pequenos esforços isolados.

Aí abrimos nossa preocupação para assessorar também escolas públicas, prefeituras municipais e também governos estaduais que estivessem realizando algum trabalho sério junto a jovens e adultos. Então, a gente ampliou o nosso horizonte.

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 342 do proc.
Nº 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
CO4	1	dalva	Situação dos Jovens		02.09	

Descobrimos também que não adiantava apenas a preocupação com a formação de educadores, que é desprovido de material pedagógico. Se produz muita coisa nesse País, sobre educação, mas basicamente para nível acadêmico, para professores com formação pedagógica muita coisa para educação de criança, mas quase nada para educação de jovens e adultos e muito menos para quem não seja profissional de educação. Então identificamos essa lacuna e começamos com os nossos fartos recursos, há também produzir ~~materiais~~ materiais que ajudassem esse educador. Tenho como exemplo, alguns materiais que produzimos para ajudar o educador nesse trabalho de ~~recepção~~ recepção, já que cremos firmemente que só é possível aprender fazendo, desde que reflitamos sobre o que estamos fazendo. Faltava material que ajudasse nessas nossas reflexões. Começamos a produzir. Também descobriu um outro campo de assessorar planejamentos, programas de alfabetização. Essa assessoria além de contribuir na formação de educadores, também propiciava alguns recursos que ajudava ~~manter~~ manter o centro. Embora, nós ~~seja~~ muito pequeno, não há como fugir de alguns gastos de manutenção. Esses gastos com o pessoal são cobertos sempre que temos um projeto em andamento. Agregamos professores e educadores interessados, sempre que há um projeto. Por exemplo, agora estamos lançando um jornal ~~mensal~~ mensal para professores de escola pública basicamente. Esse projeto agrega de 15 a 20 professores e educadores interessados que esse jornal aconteça. Outro campo que atuamos, que por causa do Sr. Paulo Freire, acabamos reunindo muito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 343 do proc.
M.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C04	2	dalva	Situação dos Jovens		02.09	

material, produto de teses, relatos de experiências, que chegavam para o Sr. Paulo Freire, que é um nome internacional, nós sentíamos que isso não podia ficar só no uso particular. Então nós criamos também o Centro de Documentação para ajudar quem precisasse ter acesso a esse material. Então esses são os campos que atuamos basicamente. Logicamente que ~~em~~ nesse trabalho há uma preocupação muito ~~grande~~ grande as quais foram se manifestando.

Vou passar a palavra para a Vera para ~~passar~~ falar um pouco dessas preocupações em especial a preocupação com a formação de educadores que talvez possa ajudar na nossa reflexão sobre políticas públicas.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com a palavra a Sra. Vera Barreto.

A SRA. VERA BARRETO - Gostaria de ~~meu~~ estar levantando, mais para uma discussão posterior, alguns aspectos ligados a questão da educação das jovens e adultos e mais especificamente a questão da alfabetização.

~~Barreto~~ Parece-me que é interessante termos como pano de fundo, que o ano passado no mês de julho na Alemanha, houve um encontro internacional de educação de jovens e adultos. A chamada COFITEIA, que no primeiro encontro da comissão foi por diversas vezes citada pela Sônia Grupa. Esse encontro ficou marcado por uma idéia muito significativa para o momento em que vivemos, que é im-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 349 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT'APARTE
CO4	3	dalva	Situação dos	Jovens	02.09	

possível ~~pensar~~ pensar a educação como um processo que se dê durante uma etapa da vida. Hoje temos que pensar em uma educação permanente ou ~~seja~~ seja, o ~~processo~~ processo de educação, se dá durante toda a vida, para todas as pessoas, no fim essa ficou como a principal mensagem desse encontro. Um mundo com tanta transformações a ~~uma~~ necessidade da educação se torna cada vez mais universal, mais duradora, e mais presente. É interessante ressaltarmos que o documento final da COFITEIA ONDE A grande recomendação, uma vez que é o encontro também de ministros da Educação, essa recomendação no sentido de se reforçar a pressão para a questão da educação de jovens e ~~a~~ adultos foi também assinada pelo nosso Ministro da Educação, paralelamente o que assistimos aqui não é bem essa preocupação. Parece que nos últimos anos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 345 do proc.
18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	1	L. Carlos	Sit. Jovens	02.09.98		

enfoque com a educação de ~~xxxx~~ crianças fez com que se esquecesse da educação dos jovens e adultos. E parece sério porque se sabe também ~~x~~ que não alcançaremos um ~~xx~~ nível satisfatório na educação das crianças, se os pais delas, num número razoável, continuarem analfabetos ou semi-analfabetos ou pessoas com poucas possibilidades de chegar a elas muitas das discussões e dos aspectos importantes da sociedade que se está vivendo.

Então, parece-me que essa questão da necessidade do acesso à educação, de ~~xxx~~ uma forma permanente, é importante de termos em vista.

Outro aspecto que me parece interessante é que, ainda naquele primeiro dia do encontro da comissão, ~~foi~~ dito o seguinte: que as pesquisas mostram, mesmo que sejam pesquisas não tão ~~extas~~ exatas, mas mostram que, do universo de pessoas que poderiam ser consideradas analfabetas, apenas 20% estão nos cursos ~~xx~~ regulares, ou seja, as escolas municipais, as escolas - o IBGE mostra isso: que, dessa população, 20% parece estar buscando uma forma de sair dessa situação de analfabetismo.

Eu ~~x~~ diria o seguinte: que, na verdade, essa pesquisa não é muito realista porque há um ~~x~~ contingente de pessoas que estão buscando essa saída do analfabetismo em ~~espaços~~ espaços alternativos de educação, as igrejas, sindicatos, associações, ^{há} ~~x~~ cursos ~~x~~ mantidos por universidades. Há uma diversidade muito grande de trabalho de educação de adultos que, digamos, não está entrando dentro dessa estatística.

Assim, certamente, não só 20% estão buscando uma saída para a situação de analfabetismo, mas, sem dúvida, isso não quer dizer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 346 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	2	L. Carlos	Sit. Jovens	02.09.98		

também que poderíamos dizer que a quase totalidade de esteja nessa situação. Deve haver, ~~e sem~~ sem dúvida, um número significativo de pessoas que não são atendidas por nenhum projeto, por nenhum programa de alfabetização de adultos.

Bem, isso já nos aponta que há uma diversidade muito grande dentro da cidade, ~~e~~ uma diversidade de práticas educativas, e uma diversidade também ~~e~~ de realidades. Aprendemos, nesses anos, no contato de acompanhamento dos grupos que fazem alfabetização, que o perfil do aluno que busca uma escola é completamente do aluno que busca a igreja para se alfabetizar. Eu diria que os cursos oficiais, das escolas municipais, atende ou é procurado por jovens que já passaram pela escola. As pessoas que nunca foram à escola têm a tendência de procurar escola na região mais perto de casa. Elas até temem chegar ~~à~~ escola.

Outra coisa que vimos observando é que, muitas vezes, as pessoas imaginam que ~~e~~ vale a pena ~~procurar~~ procurar a escola quando já se sabe alguma coisa, quando já se lê, já se escreve. É muito frequente ouvir pessoas dizerem: "Vou frequentar o curso aqui do bairro para saber um pouco. ~~Daí~~, vou para a escola." Então, isso também faz uma diferença.

Então, é impossível pensarmos, só através da rede municipal de escolas, em resolver o problema do analfabetismo na cidade. Temos que pensar numa variedade ~~e~~ de possibilidades, e ~~se~~ oferecer a essas pessoas um leque maior de possibilidades de escolhas.

Outra questão que me parece importante pensarmos é que hoje se fala muito na questão da escolaridade. Inegavelmente, a questão da escolaridade é ~~importante~~ importante. Em uma cidade como São Pau



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 347 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	3	L. Carlos	Sit. Jovens	02.09.98		

lo, talvez não exista nenhuma possibilidade hoje de trabalho para uma pessoas que não tenha escolaridade alguma. Para qualquer trabalho, por mais simples que seja, hoje se exige que se tenha a 6ª ou a 7ª série, ou o I Grau completo. Isso, dentro da cidade, é uma realidade, mas, ao mesmo tempo, me pergunto se todos esses jovens e adultos buscam a escolaridade do jeito que ela está sendo ~~oferecida~~ oferecida, que é, na verdade, uma cópia da escola ~~regular~~ regular. Acho que esse é outro grande desafio da educação de adultos: que escola de adultos a cidade de São Paulo necessita? Parece-me que grande parte dos conteúdos da escola regular são inteiramente destituídos de sentido para os alunos adultos que buscam a escola como um espaço de aprendizagem. Mas existe, inegavelmente, uma outra ~~quantidade~~ quantidade de conhecimentos extremamente importantes para aqueles que vivem e trabalham nessa cidade, e que são conhecimentos que passam longe da escola, dentro de seu modelo regular.

Assim, a construção de uma escola que realmente responda às necessidades dos jovens e adultos desta cidade me parecem ainda um grande desafio a alcançar. Então, eu colocaria um pouco esses dois aspectos: ~~dimensões da~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 348 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	1	Paula	jovens	02.09.98		

como pensar essa diversidade de práticas e modelos; como articular isso? Como seria possível que a escola que tem boas bibliotecas colocá-las também a serviço dos movimentos populares que fazem um trabalho de educação e que são carentes de livros, de material para os seus alunos? Como essas universidades colocarem à disposição dos grupos populares, dos sindicatos e das escolas municipais o conhecimento que elas estão elaborando nesses trabalhos? Enfim, como articular dentro da cidade todos esses elementos para que efetivamente possamos fazer um trabalho educativo que responda aos imensos desafios que a cidade nos coloca e, principalmente, para aqueles que mal dominam a leitura e a escrita.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta para quem quiser fazer uso. Se as pessoas da mesa quiserem fazer uso poderão falar por 2 minutos, se precisarem de mais, terão 3 minutos e depois abriremos as inscrições. Alguém da mesa gostaria de falar?

A SRA. - Na minha exposição, apressadamente, esqueci de falar uma coisa muito importante; esqueci de dizer que os pensamentos do Prof. Paulo Freire é o que nos dá muita



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 349 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	2	Paula	jovens	02.09.98		

força nesse trabalho. O pensamento dele sobre a educação, a importância da Educação e da ação educativa têm norteado muito o nosso trabalho ao lado das contribuições construtivismo, a questão da leitura, da escrita. Era o que tinha a dizer.

A SRA. ANA MARIA QUADROS -

Gostaria de fazer algumas

questões, tanto para a Vera como para o Barreto e para Aparecida Horta. Para a Aparecida eu gostaria de perguntar o seguinte: quando fizeram essa carta, em relatar, tanto para a Prefeitura quanto para o Ministério da Educação, quais foram as principais reivindicações. Sei que no final da sua fala, você colocou o problema das políticas públicas, das verbas, mas quais foram essas reivindicações? Para o Barreto e para Vera, gostaria de saber se alguns desses grupos presentes já fizeram esse estudo, de que tipo de conhecimento seria importante nós colocarmos para essa população de jovens e adultos. Se já tem algum estudo ou levantamento ^{tanto} do pessoal que está na mesa, quanto dos presentes? (pausa)

A SRA. _____ - Quanto a carta aberta

dirigida ao Sr. Prefeito, peço que se não me lembrar de todos os itens alguém me ajude, o principal, que solicitávamos da Prefeitura é que fosse criado o um fórum, ou um grupo que reunisse representantes dos núcleos populares de alfabetização e da Prefeitura para pensar de que forma se poderia dar uma sustentação financeira e pedagógica a esses grupos que estavam trabalhando efetivamente na alfabetiza-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 350 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	3	dalva	Jovens	02.09		

ção de adultos. Tenho a impressão que essa era a principal reivindicação. E quanto a carta aberta dirigida ao Ministério da Educação, também diz respeito a solicitação de recursos para os trabalhos na alfabetização de jovens e adultos, e também pedia que o Sr. Ministro da Educação fizesse esforços e contatos para a intervenção na questão do fundo, da Emenda 14, que não destinava recursos à educação de jovens e adultos para que isso fosse revertido. Gostaria, que se houvesse alguma coisa importante que deixei de falar, se alguém se lembrar, por favor fale, mas acho que essas eram as principais reivindicações.

~~XXXXXXXX~~ O SR. _____ - A questão do estudo sistemático, eu desconheço, talvez existe. Mas nesse caso o estudo sistemático é fundamental porque mexer com o curriculum escolar, é algo problemático na medida em que ele é quase sagrado. Ele promove algum tipo de magia que transforma as pessoas. Então essa sacralização do curriculum escolar fazem propostas de mexer com ele se tiver uma legitimação muito forte. Então rezamos todas as noites para que as universidades ^{que} tenha esse poder de mexer com o sagrado se interesse com a questão. Não conheço nenhum estudo. ~~É~~ Lógico, que mexendo com essa população, temos algumas intuições. Por exemplo,, em uma cidade onde está morrendo o emprego, num movimento liberal onde o emprego tende a desaparecer, as pessoas vão ter que descobrir formas de sobrevivência. Já estão descobrindo, já estão trabalhando por conta própria, já estão tentando se organizar em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 352 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C7	1	Idelci	Jovens	2.9.98		

Conhecer coisas de gerenciamento de um pequeno negócio. Nem é pequena ou micro; é um negócio pessoal, que é a forma que ele tem de se engajar. Seguramente o que é mais tranquilo é que ser usuário da escrita, para o cidadão de São Paulo, é fundamental. Então esse campo está coberto. Mas, ser usuário da escrita, é necessário mas não é suficiente. É preciso que a gente procure junto, quais são as coisas que o cidadão mais pobre de São Paulo precisa aprender e que não vai aprender se não tiver um ensino escolar. Os vereadores talvez possam ter mais idéias do que eu.

A SRA. _____ - Acho que é mais ou menos isso que eu ia dizer.

O SR. _____ - Cooperativas, por exemplo, vão se multiplicando. Trabalhar em cooperativa exige mudança de valores, de relações, exige noção de manipulação de poder. Uma porção de coisas novas que surgem a que a escola não dá resposta, as pessoas estão aprendendo da forma mais empírica possível e com maior desperdício de esforços.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Quero anunciar, também, a pre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 353 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	2	Idelci	Jovens	2.9.98	AMQuadros	

sença da Adelina Baroni, representando a Vereadora Aldaiza Sposati, da Vera Lúcia Langeloto, representando o Vereador Vicente Viscome, do Sr. José Roberto Prebiu, do Centro de Referência da Saúde da Mulher.

O Vereador Vicente Cândido gostaria de fazer uso da palavra. Depois poderão falar a Anete, que está inscrita e outros que queiram inscrever-se.

O SR. VICENTE CÂNDIDO - Bom dia a todos. Gostaria de ajudar um pouco mais o debate sobre duas questões. Acho de extrema importância, para essa série de debates sobre Educação que estamos fazendo, primeiro esse dado de que apenas 20% do universo de pessoas que precisam alfabetizar-se, procuram uma saída da situação; em seguida, onde as pessoas procuram a saída. Pelos dados colocados, as pessoas procuram saída nos lugares com que estão mais familiarizadas, onde se sentem mais seguras: porta da igreja, do centro comunitário, no espaço em que ela convive melhor. Isso traz um dado importante, que merece um debate amplo, principalmente na cidade de São Paulo: é a aproximação da comunidade em relação à escola, seja quanto ao prédio escolar, seja em relação à instituição-escola. Dá para perceber que há um distanciamento, portas fechadas, não há receptividade; a comunidade escolar não está servindo a esse fim.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 354 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C7	3	Idelci	Jovens	2.9.98	V.Cândido	

Acho que precisaríamos nos debruçar sobre o problema, porque não haverá saída sem o envolvimento do poder público e da comunidade escolar, escola de 1º e 2º graus, universidade e por aí afora. Ajudo a organizar um projeto de cursinho pré-vestibular para negros e carentes, junto com o Instituto Padre Batista. O que temos de dificuldade em promover esse cursinho, que é só aos sábados na maioria das turmas, dentro do prédio escolar do bairro é muito grande. Há o preconceito, a escola está fechada. Numa cidade como São Paulo, escola fechada nos bairros da periferia, como o Jardim Ângela, é muito contraditório. Saiu uma matéria no jornal "O Estado de S.Paulo", sobre esses bairros mais violentos, no fim de semana e ontem e hoje repetiu-se. O prédio escolar fica fechado, quando a comunidade precisa desse espaço, não só para estudo, mas também para atividades culturais e de integração da comunidade. Esse dado colocado é importante e merece um grande debate. As pessoas procuram onde há receptividade, o que normalmente ocorre nos centros comunitários, ou igreja ou de outra natureza. A escola e o gasto com o ensino, deveriam cumprir esse papel, isto é, abrir mais as portas para a realidade. Já sugeri e quero insistir no debate de um projeto que estou elaborando. Uma das iniciativas que ajudariam a avançar nesse sentido, seria, por exemplo, a eleição direta da direção da escola. Vamos discutir os critérios, a forma, acho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 355 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	4	Idelci	Jovens	2.9.98	V. Cândido	

que não tem que colocar qualquer pessoa; para dirigir a escola tem que ser alguém da carreira, com currículo para isso. Mas a eleição direta para a direção da escola, para o conselho da escola, vai ajudar muito essa aproximação da escola com a comunidade.

O SR. _____ - Não há local mais apropriado para isso.

O SR. VICENTE CÂNDIDO - O que tem de direção de escola que fecha as portas à comunidade é terrível. Isso chega aqui na Câmara, nos gabinetes dos vereadores, com muita intensidade, sobretudo tendo em vista aquelas famílias empobrecidas, que não sabem brigar pelos seus direitos, não sabem chutar a porta. Acho que aí há um processo pedagógico, cultural e político que precisa ser debatido, para quebrar esses tabus.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Temos duas pessoas inscritas: a Anete, que é do Centro Cida Romano e a Maria Aparecida da AECI. Temos o Eduardo, representando o grupo da Secretaria da Juventude... (Pausa) do Conselho da Juventude, a nível estadual.

Tem a palavra a Anete.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 356 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANETE
C7	5	Idelci	Jovens	2.9.98		

A SRA. ANETE - Bom dia a todos. Considero-me de uma espécie quase extinta, porque fui aluna de capacitação da Vera e do José Carlos Barreto, lá

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 357 do proc.
n.º 18 de 1988
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C8	1	morg.	sit.jovens	2.9.98		

na década de 70 em São Miguel, quando a gente já lutava pela alfabetização de adultos, depopis eu tinha vergonha de não saber alfebetizar uma pessoa. Hoje continuo no Centro Cida Romano, mas sou quase extinta porque acredito no Estado e agora que voltei para a universidade estou vendo que o discurso mudou muito, agora está bem comportado, não pode ir mais para a rua, a gente não faz mais greve, a história acabou. Então, acho que realmente vou ser extinta logo, porque acredito ainda e faço apelo a todos que é obrigação do Estado a educação. Nós todos somos descontados mensalmente dos serviços públicos, então, sei que esses debates vão se prolongar, as quartas-feiras, só tenho medo que fiquem nos debates, aí acho que uma responsabilidade tão grande. Na PUC tem um quadro enorme do Paulo Freire com uma frase que ele disse, que ele sonhava com a realização dos seus sonhos, mas que ele sonha mais do que com aquilo que ele esta vendo. Quero fazer um apelo que nós estamos com representantes, que votamos, que elegemos que fosse um compromisso do Estado, senão vamos jogar essa bola para a frente e não vamos resolver nunca o problema da educação. Que fica um apelo que a minha geração das mais antigas não fique vendo só debates, boa vontade, agora inventaram um novo protagonista chamado sociedade civil, que é difícil definir, porque quando a procuramos ela fica mais indefinida ainda. Então, para mim é mais uma pergunta e mais um debate. Será que vamos deixar o Estado como ele está ? Jogando para a mão de quem ele chama de quem ele quer. Os nossos monitores vão ser caricativos ? Sou religiosa mas não admito que se faça as coisas sem receber. Acho que é uma falta de civilidade, de justiça, não pagar uma pessoa pelo seu trabalho. Então fica este apelo para que isto aqui vire não um forum de debate, mas um projeto de lei que vá para a Câmara.

A Sra. Ana Maria Quadros - Anunciando também a presença da Nilza Onório, do Sindicato dos Funcionários Municipais de São Paulo. Tem a palavra a Maria Aparecida, da AEC.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 358 do proc.
No 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
C8	2	morg.	sit.jovens	2.9.98		

A Sra. Maria Aparecida - Primeiramente, quero colocar a minha indignação diante da educação no nosso país. Sinto vergonha de toda essa situação. Não tenho palavras porque cada vez mais o número de brasileiros fora desse espaço educativo que é a escola e quando oferecem é de má qualidade apesar de rolar um índice muito alto de dinheiro e de elaboração de projetos e de documentos. Mas quero colocar uma informação, um dado, a Cida levantou no início da conversa, que na medida que passa o tempo a idade daqueles que procuram a educação de jovens e adultos, cada vez mais menores, adolescentes e a Vera coloca o índice de 20%, do governo. Quero colocar para vocês que na última reunião da CNBB, a regional sul foi feita proposta de fazer um levantamento a nível de Estado, das crianças e adolescentes que estão fora das escolas e depois um segundo passo fazer levantamento dos jovens e adultos para que, para movimentar um processo na situação e faço uma convocação se é realmente para efetivar este debate, Ana poderia convidar todos num momento para sair para a rua e mostrar este debate publicamente.

A Sra. Ana Maria Quadros - A sua proposta é boa, vamos formular de maneira ~~eficiente~~ eficiente. Agora, a Maria Rita do SINMEMM.

A Sra. Maria Rita - Acho que na verdade o debate que temos feito nas diferentes sessões colocam sempre algumas questões, uma delas a colega pegou muito bem, acho que a gente tem que separar o financiamento da educação da participação popular, da participação da comunidade na gestão e nos destinos da educação. Acho que tem que ficar claro mesmo a gente tem que defender de forma insisiva que essa educação é uma educação financiada ~~pelo~~ pelo Estado. Acho que essa questão tem que ficar clara.

Outra coisa é a forma como a comunidade participa no interior da escola e aí estranho um pouco a gente fazer uma confusão que no meu entender dá margem a existir dois tipos de educação. A gente nunca chama a educação institucional de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 35 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C8	3	sit.jovens morg.	sit.jovens	2.9.98		

educação popular, a gente separa a educação institucionalizada da educação popular. .
Acho que ela tem que ser essencialmente popular, a educação institucional e ao fazer
isso o que a gente sente na verdade, sente que no interior da escola dessa instituição
escola e do sistema de ensino nada é possível. Aí fica aquela sacralidade do curriculum
não se mexe em nada, não se faz nada. No outro lado, na chamada educação popular



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 360 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário CS

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C9	1	dalva	Jovens	2.9		

existe flexibilidade, alternativas mas não existe o financiamento, o recurso, então dá a impressão que de um lado se discute mas não se financia, no outro finge que financia mais não se discute. Então acho que tem que passar por uma discussão efetiva de que a Educação que se faz hoje, tem que ser uma educação ~~mais~~ essencialmente popular, seja, dentro da escola ou fora da escola. Aí entra essa questão que o Vicente está ~~levantando~~ levantando, a qual acho que é séria. O que você tem hoje no interior da escola? Na verdade a escola é uma instituição que afasta porque ela não tem uma gestão democrática, isso é verdade. Essa discussão tem que ser aprofundada, acho que o espaço da Câmara é um espaço para ser colocado essa questão, porque a escola faz parte do aparelho de estado, faz parte do sistema público municipal, no caso a escola municipal, aí teríamos que fazer uma discussão que é o seguinte: não é uma mera questão de eleição, até então acho que o Vicente tem razão, essa questão da eleição pode ser colocada, mas nós temos experiências na rede municipal de eleição de diretor, você convive com o sistema de eleição e de concurso. Não tem diferença quando se ~~trata~~ trata da gestão, do diretor eleito, ou do diretor concursado, porque efetivamente existe uma exarcebção do poder ~~o~~ Executivo, existe um controle, um sistema que leva para a figura do diretor, não existe de fato uma gestão democrática apesar de ter um conselho aparentemente democrático, então acho que antes da discussão de provimento de cargos, você tem que discutir a gestão da escola, e depois você entra nessa questão que até tem procedência. Acho que numa outra situação se coloca assim essa questão eletiva. Temos que ~~encontrar~~ encontrar uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 361 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C9	2	dalva	Jovens	2.9		

forma de juntar em um espaço único a chamada educação popular, educação institucional e dizer: é educação mesmo popular, seja uma ou seja outra, e recuperar o espaço da escola, inclusive, como ~~x~~ uma instituição popular. Acho que essa questão tem que ficar muito clara para nós.

A SRA; TOMÁSIA - ~~Quarta~~ Terça tanta coisa para ser colocada, mas acho que os colegas que antecederam, colocaram realmente questões super pertinentes. A minha representação nesse momento é da APAE de São Paulo, instituição que todos conhecem. A criança portadora de deficiência mental, quando ela é sindrômica, quando tem aquela característica comum que todos nós conhecemos como Síndrome ~~DOWN~~ Down, então ela é logo ~~di~~ diagnosticada e recebe o atendimento, agora a criança que não tem a característitca ~~sindrômicas~~, só vai aparecer a sua dificuldade na hora da escolarização. A sua dificuldade de de aprendizado. Por outro ~~lado~~ lado, da forma em que a educação está sendo desenvolvida, o próprio sistema, pela rotatividade de professores pela desconsideração com a ~~carreira~~ carreira do magistério, o próprio sistema educacional acaba por ~~vezes~~ vezes, deixando de atender as necessidades específicas que a ~~criança~~ criança tem de aprendizado e ~~g~~ fabrica, entre aspas, deficientes mentais. ~~Mãe~~ Falo isso porque há casos concretos, crianças que estão no ~~xx~~ sistema educacional aí fora, de terceira série, agora com essa proposta de não reprovação, e quem mal reconhece símbolos, vogais, está numa terceira série. O que vamos fazer com essas crianças? Por isso que está, cada vez mais, indo com idade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 362 do proc.
Lp. 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
09	3	dalva	Jovens	2.9		

mais rebaixada para os programas de educação de adultos. A educação fazemos desde que nasce até que morre. Nós não educamos, só. Nós educamos e aprendemos a vida toda. E nós temos que nos modificarmos em relação as propostas e as situações ~~aparecem~~ que aparecem. Então o Sr. Paulo Freire dizia isso: o professor não ensina, ela aprende com o aluno. Tive a felicidade de ser sua aluna no mestrado, e temos essa dificuldade, vários aspectos foram levantados pelos colegas, as dificuldades existem, nós conhecemos alguns pontos, agora a necessidade, realmente é providências. Porque atendemos um pingão de ~~crianças~~ crianças com necessidades realmente especiais. Está aí a grande proposta da inclusão da criança ~~portadora~~ portadora de necessidades especiais, no sistema como o de ensino. Tento trabalhar isso por outra via também, porque trabalho na formação de professores. Então eu estou lá na rede, hoje à tarde mesmo eu vou para uma delegacia de ensino, trabalhar com 45 professores em uma tentativa de modificação das ~~suas~~ suas propostas pedagógicas. Mas ã são gostas d'água. Há necessidade de um maior investimento em todos os setores, como os colegas levantaram. Apenas para registrar que militamos ~~em~~ nesse campo há tanto tempo, tem tantas necessidades, e gostaríamos que providências maiores fossem tomadas para que minorasse os efeitos de toda essa situação. A Educação é educação em qualquer instância. Se vocês tiverem a oportunidade de irem até APAE vocês vão ver que a proposta educacional é a mesma que está aí na escola pública, a única coisa é que a forma que está sendo dada, ^é que o educador precisa aprender.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 363 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	4	dalva	Jovens	2.9		

O SR. EDUARDO - Presidente do Conselho Estadual da Juventude, primeiramente quero parabenizar a nobre Vereadora Ana Maria Quadros pela iniciativa desta reunião, e dizer que o Brasil está começando a deixar de ser um País de criança para começar a ser um País de jovens, ou seja, existe um alargamento demográfico justamente nesse ~~segmento~~ segmento que tem como consequência, um dos agravantes, uma ~~crise~~ crise na área de emprego também, para esse segmento de jovens, que chega a ser de três vezes, a taxa de desemprego dos jovens chega a ser três vezes maior que os ~~demais~~ demais segmentos. Surge aí um grande agravante, não só no caso, do desemprego, mas também com a influência das drogas, e a incidência de maior violência nessa área da juventude. Em Brasília, mesmo, recentemente estava alarmando o Brasil todo, com a gravidade dos jovens, com tamanha violência principalmente na classe média. Recentemente a Europa, tem discutido muito essa questão da juventude, em agosto, houve em Lisboa uma conferência ~~mundial~~ mundial de ministros de juventude, onde esteve representados 162 países por ministros de juventude, foi aberto pela ONU, com a ~~representatividade~~ representatividade muito grande e foi realizada essa reunião, justamente para ~~formalizar~~ formalizar um documento para a ~~juventude~~ juventude. Esse documento têm como principal ponto de vista o enfoque de que o jovem, ele deve ser visto pelo Estado como uma ~~agente~~ agente transformador, e não um agente passivo da história, ou ~~seja~~ seja, está ali a grande preocupação era criar mecanismos de como estimular os jovens a participação. Foi muito colocado, principalmente pelo pessoal da UNESCO, que hoje ainda se diz: que mundo estamos deixando para os jovens, mas ali se começou a dizer: que jovens estamos deixando para o mundo. É fa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 364 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CLOV	1	dalva	Jovens	2.9		

to que o maior potencial de recursos humanos do ~~o~~ País, está na juventude hoje, é fato que se nós não educarmos, não capacitarmos adequadamente esses jovens, vamos ter uma democracia "entre aspas", sempre, ou seja, é importantíssimo, desde já nós nos preocuparmos com as questões de como trazer o jovem para a participação, como estimular ele. Em Braga, foi reunido dois representantes de cada País de ONGs de juventude. Então os jovens estavam reunidos ali para formalizar também um documento de interesse dos jovens. Nesse documento foi colocado a importância que se tem de estimular para que os jovens estejam participando de todas as discussões do governo. Uma das grandes preocupações é de como o governo, de uma forma geral, pode trazer os jovens para estar ~~x~~ estimulando, e até sinalizando do quanto ele é importante nesse ~~pro~~ processo de discussão. Não dá para discutir o problema da juventude deixando o jovem a par dessa discussão, precisamos estimular a participação do jovem.

Esse é o recado que gostaria de estar colocando aqui, e agradecer a nobre Vereadora Ana Maria Quadros e a todos os presentes. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eduardo, a sua presença também aqui nesta reunião é muito importante. Tem a palavra a Sra. Deise do Sinesp.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 365 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABOR	CONT. APARTE
C10	2	dalva jovens		2.9		

A SRA. DEISE - Nós, do Sinespe, agradece a nobre Vereadora Ana Maria Quadros por essa iniciativa, de estar discutindo a questão de ~~educação~~ educação de adutos, mas vou voltar a um assunto manifestado pelo nobre Vereador Vicente Cândido, por conta de uma história da ~~rede~~ rede municipal de ensino. Gostaria de perguntar o nobre Vereador Vicente Cândido o seguinte: enquanto esse projeto que ele diz estar elaborando sobre a eleição de diretores para nós do Sinesp, ~~parece~~ parece que colocar a questão da responsabilidade do afastamento da comunidade da escola, nos ombros do diretor da escola, é uma coisa muito complicada e é temerária, até, Colocamos o seguinte: se coloca a responsabilide desse ~~afasta-~~ afastamento nos ombros de uma única pessoa, e tirando a responsabilidade do ~~problema~~ problema das políticas públicas de determinadas administrações que são descompromissadas, com a comunidade como um todo, fica complicado. Não é o diretor, particularmente, ou a eleição de diretores que irá resolver o problema da aproximação da comunidade para a escola. Nós já tivemos essa experiência, de eleição, só e pura e simples eleição. Gostaríamos de estar sabendo quais são os critérios dessa eleição, porque uma eleição, no nosso entendimento do Sinesp, não leva a competência das pessoas no trabalho, com a comunidade, acho que isso tem que ser muito sério. Se ele já chamou as entidades de classes para estar discutindo isso, o ensino municipal tem uma história de eleição, bastante complicada nesse sentido, de como as coisas foram feitas, de como foi feito essas aproximações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 366 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	3	dalva	jovens	2.9		

É uma pena que vamos ter que gastar um tempo para discutir uma coisa aqui, no fórum onde estamos discutindo a educação de jovens e adultos, mas isso é muito importante, não são os diretores das escolas em sua grande maioria, é óbvio que existem pessoas profissionais comprometidos e profissionais descomprometidos, mas vamos ter que ver e rever alguns critérios, ~~porque não~~ precisamos achar juntos esses caminhos. Caminhos de aproximação das escolas com a comunidade, isso não será um trabalho muito fácil, por conta, como dissemos dessa história. É algo bastante necessário, sabemos que é imprescindível mas vamos ter que discutir isso, com bastante cuidado.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 367 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	1	Idelci	Jovens	2.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com a palavra... (Pausa) Pois não...

- Aparte fora do microfone.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Veja, ele está inscrito, está certo? Há pessoas inscritas na frente; se não houver problema nenhum... (Pausa) Então deixaria o pessoal da Mesa para responder as questões no final.

Agradecemos a presença da Profª Luci Junqueira, assessora do Vereador Nelson Guimarães Proença.

Tem a palavra o Sr. Manoel de Oliveira Potassio(?)Filho, da Federação Espírita do Estado de São Paulo.

O SR. MANOEL DE OLIVEIRA POTASSIO FILHO - Bom dia nobre Vereadora, componetes da Mesa e a todos os participantes desta reunião. Trata-se de uma reunião importantíssima, um grupo de estudos, visando a uma melhoria no processo educacional. Acho fundamental que nos preocupemos com isso, porque a Educação é justamente o processo que visa a condução do indivíduo por si mesmo. Esse é o objetivo básico, final, da Educação. Observamos que há uma grande dificuldade para o homem de hoje nes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 368 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 9

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	2	Idelci	Jovens	2.9.98	Manoel	

sa autocondução. Muita gente ainda não compreendeu direito qual o seu papel na vida, na sociedade e como solucionar seus problemas mais básicos. Lembro que na Grécia Antiga, um grupo iniciou um processo mais concreto de educação, vamos dizer assim - os sofistas. Na verdade eles se preocupavam era com a formação de habilidades. Então, parece que daquele tempo a esta parte, cerca de 2400 anos, ainda estamos querendo resolver os problemas com habilidade, mas esquecemos muitas vezes, da questão fundamental, a questão de fundo, que é esta da educação do próprio indivíduo, que tem que começar, evidentemente, em casa, mas que se projeta no âmbito escolar. No início do século passado, um grande educador da Humanidade, chamado Pestalozzi, tinha toda uma forma peculiar de ajudar as criaturas a solucionar seus problemas existenciais. Um grande sábio, grande benfeitor da Humanidade, chamado Alan Kardec, certa vez perguntou aos espíritos qual seria o meio prático, mais eficaz, para melhorar nesta vida e evitar o arrastamento do mal. A resposta foi muito objetiva: um sábio da Antiguidade já vos disse: conhece-te a ti mesmo. Vejam que este sábio, que foi Sócrates, tinha uma forma muito especial de lidar com o processo de educação. Visava justamente os jovens e os adultos, que são o alvo deste grupo de estudos. O autoconhecimento é fundamental para que o indivíduo possa transcender a problemática exis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 365 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
C11	3	Idelci	Jovens	2.9.98	Manoel	

tencialista do mundo de hoje, que já está às portas de um novo milênio, de uma nova era, em que sentimos a necessidade de reformular os nossos modelos.- O modelo educacional, o modelo político, o modelo científico - tudo isto está em questionamento neste mundo globalizado em que vivemos. É importantíssimo que nos preocupemos, no processo educacional, com a formação moral do indivíduo e não mais com a formação propriamente de habilidade. Que a escola não seja um mero instrumento de informação, mas sim de formação dos indivíduos, para que eles possam libertar-se dessas amarras seculares e tradicionais em que todos vivemos e das quais temos dificuldades para nos libertar. A libertação começa pelo conhecimento, o conhecimento do próprio indivíduo, o conhecimento mais substancial, que vai ajudá-lo a caminhar mais serenamente, não tão preocupado com as posses materialistas; não tão preocupado em ter, mas em ser alguém. A escola de hoje não está preparada, voltada para isto. Foi colocado aqui o problema da sacralização do currículo escolar. Isto é um tabu que um dia terá que ser revisto e superado, para que entremos numa nova realidade, e possamos realmente ajudar essas criaturas - nós que temos uma responsabilidade - para que elas saiam desse labirinto em que está envolvida a Humanidade como um todo. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A Vera estava inscrita para res



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 370 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C11	4	Idelci	Jovens	2.9.98	AMQuadros	

C12

ponder uma questão da Maria Rita; depois, a Nilza. Mais alguém quer fazer usa da palavra? (Pausa) Se ninguém mais quiser, podemos passar adiante, porque acho que todo mundo quer debater. Depois, teremos o encerramento. Tem a palavra a Vera.

A SRA. VERA - A minha questão é rápida. É mais porque a Maria Rita afirmou que tanto a escola pública quanto esses movimentos, os grupos que trabalham com a Educação, na verdade estão todos unidos no fazer educação popular. Aí é que quero um pouco lembrar Paulo Freire. Usando um pouco a definição do próprio Paulo Freire, temos que a educação popular não é marcada, hoje, pelo simples fato de receber pessoas que vêm de áreas populares. Isso só não é suficiente para transformar a escola que é pública em popular. A escola popular, a meu ver, é aquela escola que fez opção pelos pobres. A opção dessa escola é classista. Hoje tenho dúvidas em dizer; por isso que eu não queria separar por aí. Parece-me que hoje é difícil definir. Lá no bairro, você encontra um trabalho que não é da escola, mas também não é trabalho de educação popular e, dentro da escola, do espaço da escola, trabalhos de educação popular. Então, pelo menos o que estou tomando como referência, que estou chamando de educação popular, é aquele espaço educativo que fez uma opção na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 341 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	1	Idelci	Jovens	2.9.98	Vera	

sua linha de trabalho, uma opção a favor dos pobres. Ora, acho que hoje temos uma rede pública muito grande. Mas, dentro da rede pública, nem sempre isso acontece. A escola tradicional tem, no seu bojo, valores que não servem aos mais pobres. Assim sendo, a meu ver, a escola pode ser pública, mas não popular. Enfim, essa é uma questão complicada. Mas acho que só não gostaria de estar chamando de popular todo o espaço educativo que reúna pessoas de classes populares. OK?

A SRA ANA MARIA QUADROS - Quero anunciar a presença da Elaine da Silva Urzari, representando a Apase, Sindicato dos Supervisores de Ensino do Estado de São Paulo.

Tem a palavra a Nilza Anezia Honório, do Sindicato dos Municipais de São Paulo.

A SRA. NILZA ANEZIA HONORIO - Bom dia para todos. Normalmente quem vem participar dos encontros é o companheiro Maciel, do Sindicato. Como não deu para ele vir, eu vim e estou muito contente de participar, principalmente pelo tema, educação de jovens e adultos. Para nós do Sindicato, especialmente para mim, que sou da área do bem-estar, que trabalho com crianças, fica muito mais fácil debater a questão da educa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 342 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.º
C12	2	Idelci	Jovens	2.9.98	Nilza	

ção, porque convivemos com os pequeninhos. É para eles que trabalhamos, para que, quando forem jovens e adultos, sejam aquelas pessoas com que sonhamos para a nossa sociedade. Já começamos a trabalhar com a valorização da cidadania. É complicado. Temos, assim, uma proposta direta de ir passando para a Educação e queremos chegar já preparados, para trabalhar dentro dessa proposta, essas crianças, para serem os jovens e os adultos que sonhamos. Da minha parte é só isso. Muito obrigado.

Cândido

A SRA ANA MARIA QUADROS - O Vereador Vicente ~~Vixxxxx~~ vai responder a questão proposta pela Demet e também pela Célia. A Demet é do Sinesp e a Célia, do CPP.

O SR. VICENTE CÂNDIDO - Estamos aqui auferindo posições. É claro que há todo um acúmulo de anos. Os dados e as análises apresentados sugerem que se aprofunde, atualize e até revolucionem as coisas que precisam ser feitas. Estou aqui com o intuito de contribuir e procurar ajudar. Não acredito que a eleição seja panacéia para os males da Educação. Tenho bem claro, também, qual o papel que o governo desenvolve, especialmente a Prefeitura de São Paulo. Acho que não há mais ninguém tão crítico como o PT, em relação ao sistema de ensino adotado na cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 313 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
C12	3	Idelci	Jovens	2.9.98	V.Cândido	

de São Paulo. Também não estou, em hipótese alguma, jogando a culpa para cima do diretor ou dos servidores, de maneira generalizada. Acho que há escolas bem administradas, com gestões democráticas, como falou a Maria Rita. Há diferenças muito grandes. A imprensa tem noticiado alguns dados. Há um diferencial muito grande entre a escola em que a comunidade participa e aquela em que isso não acontece; do zelo, da participação, da preservação do patrimônio público, da grade curricular, do envolvimento entre pais, alunos e professores. Tudo isso tem dado diferenciais muito importantes na qualidade do ensino e no bom andamento da escola. A experiência que vi de eleições, são boas. Assumo o compromisso de, na hora que tiver o projeto pronto, abrir o debate com as categorias. Acho que só terá sentido se for assim. O projeto ainda não está pronto. Está certo? Também vai ser aberto o debate aqui na Casa, porque esse projeto tende a ser polêmico. Agora, o que me angustia um pouco, é a escola fechada, principalmente nos finais de semana. Há uma dificuldade muito grande em abrir a escola nos finais de semana. Começa pela direção da escola. Há demandas dos bairros de periferia, para cima dos governos, para construir bibliotecas, centro cultural, centro comunitário, quando se vê um prédio escolar, que custou cinco milhões de dólares, fechado no final de semana. Isso é um absurdo, uma contradição. Acho que é muito mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 374 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	4	Idelci	Jovens	2.9.98	V.Cândido	

barato instalar ali uma biblioteca, construir uma quadra coberta na escola, abrindo as portas à comunidade, do que construir outro espaço, porque muitas vezes não há terreno, não há verba e vai ficando por isso mesmo. Está aqui o Brizola, que faz isso lá no Monte Azul, e sabe quanto isso é importante, sabe do que estou falando. Primeiro, acho que não devemos ter medo de eleição. Vamos discutir os critérios, as formas, a maneira mais saudável e segura possível. Mas acho que ninguém pode ter medo de eleição direta. Acho que só ajuda.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 375 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	1	Paula	jovens	02.09.98		

Acho que um projeto desse oxigenaria a comunidade a participar e a cobrar dos governos uma maior atuação. Acho que falta isso na comunidade. A escola pode ter esse espaço privilegiado para organizar não só essas coisas da educação. Acho que a escola, o prédio, a comunidade escolar tem que ser um espaço para o debate de todos os problemas do bairro. Ele é plural, suprareligioso, suprapartidário, renovador por essência. Ele tem um papel muito mais importante do que as sociedades amigos de bairro, do que qualquer outro clube que existe no bairro pela sua essência, pela sua natureza. Acho que isso é importante, mas não existe nada pronto. Estamos fazendo um roteiro e quando estiver terminado vamos abrir o debate sobre isso. Podemos ser vitoriosos ou derrotados. Isso faz parte do processo democrático.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Não havendo mais inscritos, vou passar a palavra aos conferencistas de hoje para as suas considerações finais.

Lembrando, mais uma vez, que na quarta-feira, às 10 horas, nos reuniremos. Peço que convidem as pessoas porque temos que ter uma seqüência nesse grupo de estudos e com decisões e propostas não só para políticas públicas, mas de outras ações que possamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 346 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	2	Paula	jovens	02.09.98	AnaQuadros	

tomar a partir desse grupo de estudo, inclusive para decisões de propostas não só para políticas públicas, mas para outras ações que possamos vir a tomar com este grupo.

Tem a palavra a Sra. Aparecida Horta, do Centro Cida Romano, para as suas considerações finais.

A SRA. APARECIDA HORTA - Quero dizer que estou muito satisfeita de poder dar o meu recado aqui e poder compartilhar com vocês as nossas preocupações, nossos sonhos. Esperamos, realmente que de todos esses debates e desses encontros saiam novos caminhos para resolver ou para encaminhar essa questão da educação de jovens e adultos em nossa cidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço, mais uma vez, a Sra. Aparecida Horta, do Centro Cida Romano e cumprimento o centro pelo trabalho excelente que vem realizando nesses anos.

O SR. JOSÉ CARLOS VEREDA Como consideração final, gostaria de lembrar o óbvio, que nem sempre é óbvio: educação é um processo caro. Sei que o sonho de todos os governos é ter uma educação que não custe nada, ou quase nada. Então, eles "babam" com a hipótese de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 34 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
C13	3	Paula	jovens	02.09.98	José	

encher o Brasil de televisões, que uma emissora consiga educar por televisão. isso é um sonho dourado. Ou formas com que esse milagre aconteça ou uma outra forma de baratear que é fazer cursos curtos. Uma alternativa ventilada atualmente é a alfabetização em quatro meses. As empresas ficam entusiasmadas e procuram métodos mirabolantes.

Quero lembrar que não há educação barata. Portanto, educação é um esforço, um sacrifício da sociedade. É lógico que é preciso eliminar desperdício, é preciso que o recurso seja aproveitado ao máximo, como disse o vereador. Não tem sentido gastar 5 milhões de dólares em uma escola e fechar no final de semana. isso é desperdício. Mas, não existe educação gratuita. Ela é sempre um esforço e um sacrifício que a sociedade faz em seu próprio benefício.

Acho que estamos fazendo esse esforço, os que estão aqui e muitos que não conseguiram estar aqui. Mas, sinto que a sociedade, apesar de todos os discursos, ainda não tem essa fome por educação. Ela está morrendo por desnutrição, mas não está com fome de educação. Talvez, seja por isso que rejeita o sacrifício. Não há como fazer a educação de graça. Então, vamos brigar para que a sociedade resolva, realmente, investir em educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 378 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	4	Paula	jovens	02.09.98	AnaQuadros	

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço, mais uma
do
vez, o José Carlos, Vereda, e cumprimentando-o, bem como a Vera, pelo
trabalho excelente que vêm fazendo todos esses anos.

Tem a palavra a Sra. Vera Barreto, também do
Vereda.

A SRA. VERA BARRETO - Acho que essa experiência
que estamos vivendo nestes encontros é muito significativa e, à meu
ver, não pode se perder. Na verdade, acho que quase todos nós temos
um trabalho ligado à educação de adultos, mas cada um dentro
de sua esfera. Então, o pessoal das escolas, dos sindicatos, das associa-
ções, cada um no seu espaço.

Essas coisas que acontecem dentro de uma cidade que
é tão grande, que, na verdade, as dificuldades de encontro também são
tremendas, acaba contribuindo para que haja um enfraquecimento da
questão da educação de jovens e adultos. Então, me parece significativo,
principalmente nesse momento em que a própria rede municipal tem um
monte de questões que se levantam a respeito do próximo ano, dos
cursos de jovens e adultos. Essa foi uma coincidência por ocorrer junto
com a comissão. E, parece que é significativa e que tem que apontar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 38 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	5	Paula	jovens	02.09.98	Vera	

para coisas concretas, o fato de termos nos encontrado aqui durante esse tempo nesta Casa. neste salão. A minha esperança é que consigamos, pelo menos aqui, começar a nos entender e pensar em alguma coisa que juntos possamos fazer.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço, mais uma vez, a Vera. Eu já havia cumprimentado o Vereda e o centro Cida Romano.

Hoje, saiu nos jornais dados de que a população do mundo será em junho de 1999 em torno de 6 bilhões de pessoas e desse número 1 milhão, ou um pouco mais do que 1 milhão, será constituída de jovens. Esse crescimento é maior nos países chamados Países em Desenvolvimento ou Países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, temos um aumento significativo da população jovem no nosso país, que faz parte dos Países do Terceiro Mundo.

Isso que a Vera colocou e que vocês têm colocado no debate é que soluções sairão daqui para não ficar mais um documento muito bonito, com todo o roteiro, todas as sugestões que vocês pediram, levantando todos os movimentos com endereços e etc. Com o que vamos sair daqui?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 380 do proc.
n.º 18 de 1988
O funcionário 60

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
C14	1	Paula	jovens	02.09.98	AnaQuadros	

Além das exigências de políticas públicas, o que mais poderíamos tirar daqui? Têm várias propostas, como a do censo. A Comissão de Educação, Turismo e Esportes, da qual eu e o Vereador Vicente Cândido fazemos parte, estivemos com a Sra. Secretária e al nos disse que o censo estva sendo terminado. Lendo jornais, o Mec também colocou que o censo escolar está em fase de finalização.

Além do censo, quais são as outras medidas que vamos tomar para não deixar ninguém fora da escola? Acho que essa é a pergunta das colocações feitas hoje, ou seja, como trabalhar com a educação popular é fundametal. Se vocês tiverem informações de estudos.

O Barreto perguntou e vamos ter um dia das universidades. Hoje, temos duas universidades aqui presentes, a Anhambi-Morumbi e a São Marcos. Não sei se essas universidades têm estudos nessa linha ou se têm contato com estudos feitos por outras instituições. É importante levantarmos. Na próxima semana nos reuniremos na quarta-feira, às 10 horas. Hoje começou um pouco mais cedo, às 9h30min. Na semana que vem será às 10 horas, neste salão.

Quem sabe, além dos debates da ~~XXXXXXXXXX~~ Comunidade Solidária e da SOHK Internacional, que estarão presentes colocando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 381 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	2	Paula	jovens	02.09.98	AnaQuadros	

suas experiências, entrassem alguns dados e informações que poderíamos estudar nesse período.

Mais uma vez, agradecendo todos os membros da mesa, todos os palestrantes e todos os presentes. Quero registrar a presença da Rosa, do Sinpeem.

Este grupo tem que ser frutífero. Temos que colocar as raízes para criarmos um corpo maior desse movimento que já, isoladamente, cada uma das atividades e experiências têm sido muito interessantes e que têm contribuído com a cidade de São Paulo.

Muito obrigada. Estão encerrados os trabalhos do dia de hoje.

Folha n.º 382 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros, propiciando, assim, debate com as sociedades de bairro, movimentos populares, sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que apresentem sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles que em idade própria não tiveram acesso à escola.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por essa entidade na questão da alfabetização de jovens e adultos, vimos convidá-la, ou seu representante, para participar como palestrante da nossa 5ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 09 de setembro de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita" 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, nº 100 - Bela Vista.

Solicitamos, entretanto, que haja confirmação de sua presença, através do fax: 3115-1355 ramal 1449.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho
COMUNIDADE SOLIDÁRIA

FAX: 852-2212

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti

DD. Secretária Municipal de Educação
Professora Hebe Tolosa
Exma. Senhora

Presidente da Comissão
Vereadora Ana Maria Queiroz

Respeitosamente,

estima e consideração.

Aprovamos o anexo para renovar protestos de

1442/1423.

desto Coordenador, através do fax: (011) 3112-1322 ramais
Solicitamos, entretanto, que haja confirmação

se andar desta Edificação, no Várzea Jacaré, nº 100 - Bela Vista.
10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita",
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 9 de setembro de 1998, das
países da nossa 2ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM
Técnicas de Educação de Adultos (DOT-1) para participar como
Excelência, que indique um Coordenador da União de Orientação
Vimos, neste sentido, solicitar a Vossa

que em idade própria não tiveram acesso à escola.
apresentam sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles
sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que
debate com as sociedades de bairro, movimentos populares,
concluimos por realizar diversos encontros, propiciando, assim,
Para que pudéssemos nos aprofundar na questão,

Constituição Federal.
que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela
de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos
requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão
A Câmara Municipal de São Paulo aprovou

Excelentíssima Senhora,

OFÍCIO CT Nº 026/98

São Paulo, 31 de agosto de 1998.

Folha nº 17
de 19

Folha n.º 385 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros, propiciando, assim, debate com as sociedades de bairro, movimentos populares, sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que apresentem sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles que em idade própria não tiveram acesso à escola.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Divisão de Orientação Técnica 1 na questão da alfabetização de jovens e adultos, vimos convidá-los para participarem como palestrantes da nossa 5ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 09 de setembro de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita" 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, nº 100 - Bela Vista.

Solicitamos, entretanto, que haja confirmação de sua presença, através do fax: 3115-1355 ramal 1449.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

A DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA 1 - EDUCAÇÃO DE ADULTOS
A/C da Coordenação

FAX: 5080-5107

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 386 do proc. 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS

" A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE S.PAULO "

MEMBROS:

Ana Maria Quadros - Presidente

Aldaiza Sposati

Maria Helena

Gilson Barreto

Paulo Frange

Pierre de Freitas

Vicente Cândido

Reunião realizada no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita da
Câmara Municipal de São Paulo em 09 de setembro de 1998.

SOLICITANTE:

Sra. Vereadora Ana Maria Quadros

(Memo. nº. 007/98)

Secretario: Donizete Alencar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 387 do proc.
18 de 1978
O funcionário 19

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H-1	1	Denise	Sit.Ed.Jovens	9.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Vamos dar início, pedindo desculpas pelos 20 minutos de atraso, mas o fizemos porque muitas pessoas não conseguiram chegar na hora.

Hoje temos o prazer de ~~receber~~ receber três educadoras bastante importantes: a Profª Maria do Carmos Brantes de Carvalho, assistente social, professora da PUC, aposentada da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social e membro do Comunidade Solidária, primeira doutora em serviço social; Sra. Leila Fukuzima Sato, educadora, membro da Divisão de Orientação Técnica I do CEMES, Centro Municipal de Ensino Supletivo ligado à Secretaria Municipal de Educação; Profª Dirce Wamoto, educadora do Estado, com carreira como professora e diretora, atualmente é diretora do serviço de educação da Associação Brasileira Sogaga-kai Internacional. Convido-as para sentarem conosco, participando da composição da Mesa.

Agradeço a presença de todos e explico que daremos de 15 a 20 minutos para cada uma das palestrantes e depois abriremos dando 2 a 3 minutos para cada um dos presentes que quiserem fazer uso da palavra, não somente para aparteá-las, concordar e discordar, como também para falar alguma coisa que queiram. E no final daremos 3 minutos para cada uma das palestrantes fazerem as suas considerações finais. O



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 388	do proc. N.º 18	de 1978
O funcionário	ORADOR	CONT. PARTE...

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE...
H1	2	Denise	Sit. Jovens	9.9.98	Ana Maria	Quadros

nosso horário de término é 12:30h.

Estão presentes as Sras. Sueli Callegari, Solange Bright, do Centro Municipal de Ensino; Odete Senecal, da Aprofem; a Sra. Concetta Yanakaru, do SESI; Tomázia Diniz Peres, da Apae. Agradecemos a presença. Estamos sempre fazendo um painel no fundo do salão.

Também estão presentes os Srs. Joaquim de Lanna Neto, do Centro de Promoção Humana Monte Azul; Lucrécia Gommo, do Voto Consciente; Justina Tuzzi, Diretora de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação; Manoel de Oliveira Portasi Filho, da Federação Espírita de São Paulo; Olair Regina S. Barros, do Sipeem; Daniel Trevilho do Sipeem; Ana Regina Morgato, do Centro Municipal de Ensino Supletivo; Dinália Maria Barilis, do Sinesp; Jarina R. Fernandes, representando a Profª Maria Estela Graciani da PUC; inúmeros educadores da Sogaga-kai Internacional; educadores e educadoras. Agradecemos à assessoria e à secretaria da comissão nas pessoas do Jader e do Donizeti e aos assessores do meu gabinete que não somente trabalham, mas estão presentes.

Vamos começar com a Sra. Leila Fukuzima Sato, da Divisão de Orientação Técnica I, do Centro Municipal de Ensino Supletivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 389 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário 20

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HL	3	Denise	Sit. Jovens	9.9.98		

A SRA. LEILA FUKUZIMA SATO - Bom-dia a todos. Agradeço à esta comissão pela oportunidade de podermos estar aqui para apresentar os programas e projetos alternativos que a Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo em ~~relação~~ relação à educação de jovens e adultos.

Foi pensando numa demanda considerável de jovens e adultos já engajados no mercado de trabalho, cujos horários os impossibilitava o retorno à escola tradicional, que a Prefeitura Municipal de São Paulo optou por criar os Centros Municipais de Ensino Supletivo. O mais conhecido é o CEMES. Essa experiência já vinha sendo desenvolvida tanto nas esferas federal, como estadual.

O CEMES é um estabelecimento educacional que proporciona ensino fundamental supletivo, ou seja, suplência I, que corresponde aos 4 primeiros anos do ensino fundamental e a suplência II, que corresponde aos 4 últimos anos do ensino fundamental regular. O CEMES é uma forma alternativa de escolarização, cujo processo flexível e dinâmico permite atender aos ritmos de aprendizagem do aluno e suas reais possibilidades de desenvolvimento. O CEMES procura atender através de um processo próprio, dotado de metodologia, estrutura e funcionamento adequados às necessidades de jovens maiores de 14 anos e adultos que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 370 do proc.
18 de 1978
O funcionário 12

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H1	3	Denise	Sit.Jovens	9.9.98	Leila Fukuzima Sato	

não tenham seguido ou concluído , na época certa, a escolarização regular ou que trabalham em turnos ou horários irregulares, como os vendedores, os ambulantes, os atendentes de enfermagem, os militares e uma gama enorme de profissionais, que hoje, para sobreviver são obrigados a trabalhar nos mais diversos turnos, e para aqueles que desejam participar de atividades de enriquecimento cultural.

A proposta pedagógica do CEMES está baseada na educação personalizada, voltada para o atendimento individual. Porque sabemos que em relação aos jovens e adultos, essas diferenças se apresentam não somente no ritmo de aprendizagem, na disponibilidade de tempo para estudar, no grau de aproveitamento, mas também nas experiências de trabalho e experiências sociais. Isso reforça a necessidade de um trabalho diferenciado com esse aluno. Por mais homogêneo que um grupo pareça, a educação se realiza em cada sujeito, de acordo com suas próprias características. E é em razão desse tipo de ensino e aprendizagem, cada aluno pode completar a sua formação em prazo compatível com seu ritmo , interesse pessoal e disponibilidade de tempo.

As inscrições e matrículas ocorrem a qualquer época do ano, estando condicionada à disponibilidade de vagas. Por isso, no CEMES não é sempre hora de começar e sempre hora de terminar. Não existem pra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 391 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H1	4	Denise	Sit. Jovens	9.9.98	Leila F. Sato	

zos pré-estabelecidos. Então, o aluno, às vezes, começa e pergunta
quanto tempo o aluno demora para terminar. Isso vai depender do tempo
que ele tem para se dedicar para o estudo e das necessidades pessoais
dele mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 392 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário 60

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	1	Denise	Sit. Jovens	9.9.98	Leila F. Sato	

A aprendizagem é garantida não somente ^{através} da auto-instrução, mas também da socialização dos conhecimentos, que ocorrem nos diferentes grupos. E o procedimento adotado pelo CEMES consiste na orientação ao aluno no processo de aprendizagem, através das orientações individuais, que é feita no contato do professor com o aluno. E nesse contato percebemos que o aluno é muito respeitado, existe uma relação muito grande entre o professor e o aluno, porque o professor consegue realmente perceber quais são as dificuldades desse aluno, o que está fazendo com que o aluno não consiga entender, às vezes, o conteúdo daquele componente curricular. E na verdade, no CEMES, o professor não é chamado de professor e sim, de orientador de aprendizagem, porque ele não vai somente transmitir informações para esse aluno, mas também irá ajudar a selecionar meios para superar as suas dificuldades. E o aluno percebe que quando existe alguém do lado dele, cobrando de uma forma carinhosa, ele percebe que também é responsável pela educação dele e pelo conhecimento. Então, não é só a escola a responsável por fazer com que ele estude e conclua o seu curso. Vai depender dele, de tornar-se responsável, deve sentir que é necessário estudar para conseguir alguma coisa.

Além da orientação individual é desenvolvido no CEMES, as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRÁFIA—

Folha n.º 393 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H2	2	Denise	Sit.Jovens	9.9.98	Leila Sato	

orientações grupais. Dentro das orientações grupais , temos o grupo classe, que são as salas de aula, porque em algumas etapas os alunos são trabalhados em grupo classe, como na escola regular, mas de uma forma diferenciada. Nós vamos ver daqui a pouco. Nos grupos de estudo , o que é interessante quando vamos visitar um CEMES, é que sempre existem cantinhos ou salas de estudo, como alguns chamam, ou espaços. Às vezes , o CEMES não tem espaço físico, mas dispõe de mesas e cadeiras , onde os alunos se reúnem para estudar, trocar informações e essa troca é muito rica. Percebemos que eles vão crescendo cada vez mais. E há outra coisa muito interessante que é a interação entre o jovem e aquele adulto, porque , às vezes, na escola regular existe muita discrepância. E lá existe um respeito muito grande. É muito bonito quando vemos um jovem ajudando aquela pessoa de mais idade, que tem um pouco mais de dificuldade. E se sentem importantes também. E mesmo aquele de mais idade que percebe que também consegue avançar nos seus estudos com a ajuda de um jovem que está do lado dele.

Além do grupo de estudo, existem também as oficinas que vêm sendo desenvolvidas dentro dos CEMES. Tanto as oficinas de redação quanto as oficinas de matemática. E temos percebido que têm aparecido grandes potenciais. Alunos que nunca imaginaram que poderiam escrever



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 394 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	3	Denise	Sit. Jovens	9.9.98	Leila Sato	

alguma coisa, de repente estão fazendo poesias e escrevendo livros e até alguns CEMES já têm eventos nesse sentido. É muito bonito e emocionante quando vemos que o aluno percebe que é capaz, que não é um ninguém, que tem importância naquele momento.

Além do grupo de estudo, existe o grupo de orientação por componente curricular. Toda vez que o aluno inicia uma etapa no CEMES, ele passa por uma orientação inicial, onde o professor vai trabalhar com ele, explicar como funciona o CEMES, como tem de estudar aquele componente curricular, como irá trabalhar o material que estará recebendo, como irá manuseá-lo.

Além da orientação inicial, existem as aulas-temas, que são desenvolvidos os mais diferentes componentes curriculares. Acontecem com temas que estão na moda, na mídia, ou apenas temas de conteúdos que os alunos apresentam maior dificuldade.

Além da orientação grupal, ainda existem as atividades de complementação. Então, em alguns momentos na aula de ciências são feitas experiências com alunos, existe, em alguns CEMES, um setor de vídeo, existe um vídeo à disposição e fitas, para quando o aluno sentir necessidade e quiser aprofundar um pouco mais seus conhecimentos. Ele pode conversar com o professor, que deixa à disposição alguns vídeos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 395 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	4	Denise	Sit Jovens	9.9.98	Leila Sato	

deos para poder assistir.

Além disso, há programação extra-classe, que é importantíssima dentro do CEMES. Estão sempre divulgando ~~distúrbios~~ excursões, idas ao teatro. Essa parte social e cultural é muito forte. Os professores e os alunos estão nessa integração.

O CEMES funciona em período integral, manhã, tarde e noite, com flexibilidade de horário. Então, permite que o aluno vá em qualquer horário ao CEMES. Ele não pode ir de manhã, mas pode à tarde, o CEMES está aberto para atendê-lo à tarde. No dia seguinte se puder ir de manhã, pode ter atividades no CEMES. Não tem um horário fechado em que tenha de ir ao CEMES. Esta flexibilidade não está somente no funcionamento, mas também quando respeita o modo de ser do aluno, permitindo-lhe escolher o momento mais conveniente para o estudo. Muitas vezes o aluno usa o chamado tempo livre, que é o caso das atendedoras, vigias, que às vezes, trabalham em turnos de 12 por 24 horas. Naquelas 24 horas que seria o tempo para descansar, muitas vezes ele usa esse tempo para passar o dia no CEMES, para estudar, fazer orientação e suas avaliações.

No primeiro contato com os profissionais do CEMES, o aluno recebe informações sobre o funcionamento e as formas de estudo. É o momento da orientação geral. O momento seguinte é o da avaliação ini-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 396 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	5	Denise	Sit, Jovens	9.9.98	Leila Sato	

cial, que não tem caráter eliminatório, mas é no desempenho dessa avaliação que o aluno irá saber por ~~onde~~ onde retomar os seus estudos.

Nenhum aluno é excluído quando chega ao CEMES e passa por uma avaliação. Pelo contrário, ele apenas irá saber o momento que começará a estudar. E que momentos são esses? O CEMES está organizado em módulos.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 37A do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-3	1	Vera	sit.jovens	9.9.98		

O primeiro módulo ou módulo inicial ou módulo I, como a maioria conhece dentro do Semes, com carga horária mínima de 1.200 horas, destina-se à alfabetização, que corresponde a 1º e 2º termos da suplência I. Ele está organizado em 20 unidades de estudo e segue os parâmetros curriculares modulares Proalfa, o qual seleciona os objetivos a serem alcançados dentro dessas unidades de estudo.

Depois do módulo I, temos o módulo intermediário ou módulo II, com carga horária mínima de 800 horas e destina-se à consolidação da alfabetização. Ou seja, corresponde ao 3º e 4º termos da suplência I. As unidades de estudo também estão organizadas em fichas ou fascículos.

No módulo final ou módulo III, com carga horária de 1.600 horas, corresponde ao 1º, 2º, 3º e 4º termos da suplência II. Nesse módulo a matrícula é feita por componente curricular.

Os conteúdos dos componentes curriculares estão organizados em unidades de estudo ou fascículos, que são trabalhados pelo aluno conforme o seu nível de desempenho. Então, a cada unidade de estudo vencida e mostrado um desempenho satisfatório pelo aluno através de uma avaliação, ele pegará a próxima unidade e assim sucessivamente.

Em cada unidade de estudo está inserida uma carga horária própria, sendo que, ao terminar a última unidade de um determinado com-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 398 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-3	2	Vera	sit.jovens	9.9.98	.	

ponente curricular, o aluno terá cumprido a carga horária prevista para esse componente.

No Semes, os professores estão à disposição do aluno para esclarecer dúvidas, indicar atividades de recuperação ou orientar o aluno e avaliar quando o aluno está ou não preparado para fazer a avaliação.

No Semes, a avaliação é entendida como um processo contínuo de obtenção de informações, análise, reflexão e interpretação da ação educativa, visando a seu aprimoramento no trabalho escolar. A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada de forma contínua, através de instrumentos elaborados especificamente para esse fim.

Os momentos de verificação de aprendizagem são definidos pelo próprio aluno. Então, não é o professor que vai falar para ele: amanhã, você vai fazer uma prova. Quando o aluno se sentir seguro em relação aos objetivos que ele tem de estudar naquela unidade de estudo, ele vai fazer a prova dele. A avaliação também fica à disposição dele o dia inteiro. Então, há sempre um professor, um avaliador na escola que vai avaliar se ele pode ir de manhã, à tarde ou à noite.

O Semes respeita muito o modo de ser de cada aluno e assegura meios para preservar a individualidade na medida em que permite ao indivíduo manter a independência de seus pensamentos, valores e ações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 399 do proc.
OV.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H-3	3	Vera	sit.jovens	9.9.98		

Para que seja dado ao Semes cumprir sua tarefa através de uma ação integrada, coesa e eficaz, é necessário que os recursos humanos que nele atuam, questione-se constantemente a respeito de seu trabalho e procure constantemente, através de momentos de reflexão, estudo, planejamento e reorganização da ação, caminhos alternativos para os problemas a resolver, que estão sempre em pauta nas reuniões que acontecem semanalmente dentro do Semes. Toda sexta-feira, sempre há reunião pedagógica, em que todo o corpo docente, técnico e administrativo está reunido, para tentar resolver os problemas e achar alternativas de atendimento.

Além dessas reuniões semanais, existem também as reuniões gerais, em que sempre ^é lembrada a importância dos procedimentos comuns, das trocas de experiências e da união. Isso é muito grande dentro do Semes. Essa é a garantia do nosso trabalho.

Além do Semes e o Semes conta atualmente com sete Semes em funcionamento na cidade de São Paulo: o Semes da DREM-1, que pega a região central de São Paulo, Semes da DREM-2, que é a região norte, Semes da DREM-6, que pega a região de Santo Amaro e Interlagos, Semes da DREM-8, que é Sapopemba, da DREM-9, Itaquera, da DREM-10, Ermelino Matarazzo e da DREM-11, Guaianazes.

Além do Semes, a Prefeitura Municipal de São Paulo desenvolve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 400 do proc.
nº 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H-3	4	Vera	sit.jovens	9.9.98		

também o programa municipal de alfabetização de jovens e adultos, o Proalfa, que oferece cursos de suplência I, que corresponde aos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Ele atende a alunos maiores de 14 anos. O programa é desenvolvido através de acordos e convênios celebrados pela Secretaria Municipal de Educação com entidades e empresas e funciona em classes fora das unidades escolares, em espaços cedidos por essas empresas ou entidades.

Em relação à duração do curso, depende também do aproveitamento do aluno e segue a mesma proposta do Semes. O calendário também é flexível. Então, o início e término do curso não dependem do semestre ou ano letivo. Então, novos alunos são sempre incorporados nas classes, enquanto outros concluem.

Estão passando uma relação dos endereços do Semes e estão à disposição de quem quiser conhecer e até encaminhar seus alunos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos muito a Profª Leila Fukusi Masato e cumprimentamos pelo trabalho excelente desenvolvido pelo Semes. Na hora das perguntas, a gente pode aprofundar mais o trabalho. A Profª Dirce, deixando a Profª Maria do Carmo por último.

Com a palavra a Profª Dirce Wamoto, coordenadora do setor de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 401 do proc.
18 de 1988
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-3	5	Vera	sit.jovens	9.9.98		

educação da Associação Brasileira Sogagakay Internacional.

A SRA. DIRCE WAMOTO - Bom dia. Gostaria, num primeiro momento, agradecer sinceramente a Ana Maria Quadros, essa comissão que preparou esse trabalho.

No decorrer desses trabalhos, ~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 402 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
H4	1	morg.	situ.jovens	9.9.98		

tem nos permitido, inclusive, analisar o trabalho dos demais grupos que trabalham com essa sinceridade de desenvolver o ser humano. O nosso objetivo da Sokagakai Internacional que iniciou no Brasil em 1960 com uma proposta humanística de dar conteúdo para desenvolver o ser humano, não imaginávamos que em 1987 o departamento educacional da ABSGI pudesse assumir o contexto de iniciar um trabalho de alfabetização de adultos. Tive oportunidade de estar na rede estadual durante 35 anos e pude exercer a função de supervisionar e examinar o antigo Mobral e outros projetos. Desconsolada e triste em ver os resultados que todos já conhecem nos propusemos a reunir um grupo de voluntários da ABSGI e trabalhar em cima de esquema tentar diminuir a tensão e expectativa do aluno e do professorado desgastado pelo desconforto do aluno durante o decorrer dos cursos, sem chegar a nada. Pude observar que traçamos alguns objetivos. Os jovens e adultos em maioria em situação precária, financeira e moral, social, psicológica, estavam ao lado do professor, também sem condições para tender desse aluno psicologicamente abalado. Pensamos então em selecionar procedimentos e materiais, em primeiro momento, fizemos um treinamento de cinco anos com uma equipe, buscamos todos os setores com preferência treinamento técnico de alfabetizadores, especialistas na linha da psico-pedagogia, buscamos preparar o ensino eficaz no domínio da habilidades e conhecimentos que o professor pudesse dar ao aluno. Definimos objetivos com atividades para o sucesso desse ensino, tentamos conferir que razão existe para essa aprendizagem, para que fazer essa aprendizagem, conferir se existia uma razão para continuar esse trabalho dia e noite, com começo, meio e fim, tentamos confirmar sempre a necessidade deste assunto, o que o aluno precisava não o que a gente queria ensinar. O sistema nos obrigou a dar um ciclo de quatro semestres, longas noites que perfaziam cerca de 1.400 hs. ou duas mil horas de aprendizagem, para conseguir um certificado de quarta-série para adultos que já viviam uma vida atribulada, uma aprendizagem de somar com os dados, de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 403 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
H4	2	morg.	situ.jovens	9.9.98		

observar frases concretas, decoradas, memorizadas em sua vida tão sofrida, e a gente começava a repetir numa classe de 40 alunos, dando a matéria que o professor achava dentro de uma cartilha que adotava, para acompanhar esse aluno que já sabia ler e já sabia escrever. Especificamos em buscar uma forma de resultados, avaliamos o indivíduo a selecionar experiências necessárias para cada tipo de adulto ou adolescente, segundo os princípios de uma aprendizagem não rápida, mas necessária para atender o aluno e verificamos que os nossos neurônios cerebrais trabalham conforme a gente determina.

Então, determinamos fazer um trabalho sui generis na época, em 87 e o sucesso foi estrondoso a observação de que os adultos tem coisas que não sabemos, não precisamos ensinar coisas inúteis daquilo que eles já sabiam. Fizemos testes preparatórios, selecionamos os alunos sabendo explicar o objetivo necessário para o estabelecido, para que ele vem para a escola. Quer começar e terminar ou vai começar e vai parar? O professor também, como voluntário, fizemos uma seleção e jogamos a responsabilidade plena da vida daquele indivíduo que ele assume no começo, meio e fim, não é para mais ou menos tentar alfabetizar, vamos checar o indivíduo no aspecto visual, auditivo, o próprio sinestésico sentimento dessa pessoa que vem para buscar alguma coisa, saber doar a pessoa um trabalho de alfabetização, de voluntariado que trabalhamos é perder tempo se não tiver um começo, meio e fim. E se o resultado for ineficiente é melhor parar e desacreditamos na possibilidade de que um indivíduo começa com um não e vai terminar com não. Iniciamos com positivismo, sem quem for, qual a sua idade, qual o seu conteúdo de vida, não importa a sua distinção de aprendizagem onde quer que tenha passado, mas conhecida apenas uma solução possível para o seu desenvolvimento futuro. Como ser humano buscamos implementar uma análise e iniciar o trabalho de implantação do projeto. Todas as técnicas são viáveis no momento em que trabalhamos com esse projeto, que é detalhado, 80 módulos, cada série tem a sua expec-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 409 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H4	3	morg.	situ.jovens	9.9.98		

tativa de receber o material, os alunos entram todos pela primeira série. Se quiser estar na quarta série tem que passar pela primeira série, segundo, terceiro e quarto. A velocidade é ele que decide. Todos iniciam com todos os testes da primeira série, uma avaliação, embora seja modelo de cartilha, trabalhamos duas horas ~~semanais~~ apenas por noite, quarenta horas semanais, vinte noites, o aluno pode passar 80, 100, 200 noites, ele é quem decide, para nós é suficiente 40 para ultrapassar os 80 módulos. Para o adulto que já viveu uma vida de aprendizagem, de âncoras positivas ou negativas pode expandir, com um site, da abertura do cérebro e trabalhamos ao lado da expectativa, da neurolinguística, na qual [REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 405 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-5	1	Camilo	Situaç.ed. jovens	9/9/98		

Acreditamos que usamos muito pouco tempo a auto-estima do indivíduo para aprender rapidamente qualquer coisa.

Fizemos vários testes das línguas japonesa, inglesa, francesa, espanhola e portuguesa. Essa é a língua mais fácil, pois as pessoas falam já ou escrevem erradamente, mas possuem, mesmo assim, uma conexão muito mais rápida para o aprendizado. Conforme a nossa realidade, fomos buscar conhecimentos sobre o desenvolvimento humano, as linguagem de Freud, Piaget, ou Bandura, ou seja, o social cognitivista ou psicanalista, analisados pelos técnicos que trabalham nesse campo.

Um técnico alfabetizador de pedagogos especializado trabalha em uma sala como coordenador geral também. Há também vários apoios em uma sala. Por exemplo, temos salas com 20 alunos e 20 professores. O técnico, então, lança o dia de aula e, na avaliação, vai buscar qual módulo, qual palavra os alunos têm dificuldades, desde o abecedário até à cartilha. Tudo isso é desenvolvido. O aluno quando encontra uma dificuldade para escrever o p ou o b pelo som, trabalhamos com as partes auditiva, visual, sinestésico, e psicomotor, a fim de que ele possa entrar no problema e desenvolver o caminho que não sabe. Não tem ele que comparar com o colega que está correndo ou que está mais atrasado. Assim, vamos remanejando os alunos de acordo com o módulo que desenvolve. Então, os professores desenvolvem tarefas onde os alunos precisam desenvolver.

Juntando toda a formulação de uma idéia básica, que é o complexo do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 406 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-5	2	Camilo	Situaç.ed.jovens	9/9/98		

desenvolvimento humano, tem que ser estudada. Resolvemos, então, fazer esse trabalho, adaptando uma evolução do projeto. Encontramos uma resposta positiva em todos os pontos. Estamos no Rio de Janeiro, com 12 pólos, em Brasília e na Grande São Paulo. A inovação no interior agora está em Santos e São Vicente.

Os projetos que tenho para mostrar no quadro mostram que há 4 pólos. Os coordenadores desses pólos estão presentes aqui. Dentro da eficiência desse projeto, apenas quero demonstrar a existência da possibilidade de, em 7 horas-aula, 21 alunos atingirem uma meta. Temos um teste por aluno, com avaliações semanais. Nos 4 pólos, há um grupo com 105 alunos, um outro grupo com 16 alunos e outro com 21 alunos. Os professores conseguiram sucesso inacreditável.

Há alunos que iniciaram no módulo 1. Em 7 aulas, eles atingiram realmente uma quantificação extraordinária. Do módulo 1 eles chegaram ao módulo 18, fechando a 1ª série, em 8 aulas, 14 horas, 16 horas ou 18 horas, sem chegar a 40 horas. A primeira série pode até ultrapassar 40 horas. Na 2ª série, eles serão avaliados novamente. Há uma avaliação em cada módulo, com uma comissão que verifica se o aluno pode ou não ir para o 2º módulo.

Há também tarefas que os alunos levam semanalmente para casa. Eles realmente trabalham 400 horas, contudo o professor trabalha com eles durante 40 horas. Somente trabalhamos 2 horas semanais, à noite, nesses 20 pólos.

Em seguida, esse aluno é submetido à uma revisão. Quando ele passa para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 907 do proc.
18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-5	3	Camilo	Sit.ed.jovens	9/9/98		

a 2ª série, esta avaliação é passada para o professor, que é encarregado de fazer a segunda parte do trabalho.

Só trouxe 2 cores, mas são ^{mais} cores; o verde, a azul, o amarelo e o vermelho. Este material foi elaborado para ^{para} o controle do aluno, do professor, do apoio e da comissão que supervisiona a execução do projeto. Então, o aluno sabe que está sendo avaliado. Ele sabe que se não passar para o módulo 2, vai continuar no módulo 1. Todos sabem disso.

Fizemos um levantamento, que está em um gráfico um pouco maior. Cada pólo tem atingido seus objetivos necessários. Normalmente na sequência do sistema, ensinamos o que sabemos. Esse é um péssimo costume. Então, fizemos um treinamento muito grande com os professores titulares, para eles esquecerem esse princípio, e procurarem saber o que os alunos precisam. Pode ser que há alunos que fizeram a 2ª série há 70 anos. Esses alunos estão com 80 anos. Isso ninguém acredita. O insight, a abertura, depois de 80 anos de sofrimento, faz com que ele lembre de muitas coisas. De repente, ele deslança. Isso é uma coisa assustadora. Não precisamos dar o primeiro módulo da 1ª série para ele. Em uma noite, ele pode avançar 10 ou 15 módulos. Isso nos assusta. Podemos pensar que há pessoas ignorantes. Assim, passamos a dar a nossa ignorância. No instante em que o verdadeiro surge, há uma diferença entre aprender coisas e descobrir o que pode ser ensinado. Essa é a grande âncora da descoberta da ABCSG.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 908 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-5	4	Camilo	Sit.ed.jovens	9/9/98		

Elaboramos esses esquemas. Estamos trabalhando com toda seriedade.

O princípio de doar e fazer com que as pessoas possam atingir o conhecimento da leitura escrita é tão importante tanto quanto aquilo que nos propomos a trabalhar.

Volto a remontar as origens do nosso trabalho da Sokaká Internacional, que significa Sociedade Criadora de Valores Humanos. Nesta perspectiva, o presidente da Sakoikeda- Sokaká Internacional nos deu todo um amparo, de modo a nos tornarmos eficientes e eficazes enquanto vivermos. A pessoa tem que estudar e ser feliz, enquanto estuda, enquanto vive. O professor Makigushi em seu livro intitulado "Educação para a Vida Criativa" diz que não adianta agir assim depois que pegar o seu diploma. Acreditamos que a educação realmente é uma tarefa muito importante. Na eficiência e eficácia, nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 409 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário 40

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	1	L. Carlos	Sit. Jovens	09.09.98		

... executores, professores, assumimos uma responsabilidade de vida a vida. Essa destruição maciça do ser humano, essa desconexão dessa operação mundial do ganha-ganha, de não fazer nada e ter tudo, de esperar que o outro caia, dando tudo o que tem, porque o outro é melhor, diz o Prof. ~~XXXXXX~~ Makigushi (?), em seu livro, que a ênfase filosófica da vida nossa, dentro do budismo de tindrashonim ~~XXX~~ (?), realmente é a busca de que todo ser humano é igual, só que precisa ter oportunidades desse deslanche, do despertar do ser humano, para que possam fazer alguma coisa pela humanidade. Enquanto esperarmos que o governo faça ou que ~~xxx~~ alguém faça, não vai acontecer nada.

para

Então partimos ~~xx~~ uma grande ~~x~~ guerra, uma guerra honesta, sonoramente eficiente, - isso pode parecer um ~~xxx~~ tanto arrogante, mas o ensino-aprendizagem é uma das batalhas mais difíceis que se tem, pois o professor se cansa, todos ~~ca~~nsam. Assim, quanto dinheiro pagar, pior fica. Então, ~~de~~terminamos, dentro da organização Dassoka-gakai (?) sermos voluntários plenos, numa doação, haja o que houver: nem aluno nem professor deixa de concluir sua tarefa, ou ~~xxxx~~ abandona definitivamente, ou, então, conclua-o!, bem feito. Coisas boas devem ser bem feitas. As coisas mal-feitas já são mal-feitas. Portanto, o que estamos propondo, dentro desse quadro de desenvolvimento de 40 ~~h~~ semanais, é uma réplica talvez do desajuste ao sistema, que hoje ~~x~~ não há outro meio, precisa pagar o professor, ~~xxxx~~ o local, as coisas. Colocamo-nos à disposição de, talvez, desafiar o mundo, num desafio solenemente sadio, não para conflitos, mas para provar que, se os senhores quiserem visitar nossos polos, conhecer nossos trabalhos, acho que o mundo deveria se engajar e aceitar a possibilidade de que o ser humano não precisa de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 410 do proc.
n.º 18 de 1938
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	2	L. Carlos	Sit. Jovens	09/09/1938		

um desgaste tao longo de 2mil, 3 mil x horas-aula para ter um diploma para sobreviver, para viver, ler, escrever, falar corretamente. Basta trabalharmos com os três sentidos: a visualização, a audição (o professor fala: "Olha para mim!", "Escuta o que estou falando"...), mas aí há um outro sentido cinestésico: é preciso trabalhar com este lado sentido, pessoa, sentimento, ~~xxxx~~ coração. Essa âncora famosa que o ser humano tem: ela é um ser integrado ao grande universo.

Para tanto, se treinarmos todos para esses três sentidos, como diz a própria neurolinguística, realmente é importante, sim, nós trabalharmos. Mas temos que trabalhar ~~xx xxxxxx~~ acreditando ~~xxxxxx~~ que o outro tem possibilidades. Nós temos possibilidades!, sim. Mas o outro também tem! O não acreditar é que eu acredito no meu projeto, na minha metodologia, não importa ~~xxxxx~~ qual seja. Eu tenho que entender ele seja o que ele precisa. Talvez ~~xxx~~ seja só ~~x~~ sinestésico. ~~Txxxx~~ Talvez ~~xxx~~ seja só auditivo. Talvez seja só visual. É preciso informar o cara, sentar e assumir o comando de sua própria mente, de seu ~~xxxx~~ próprio corpo.

O projeto Makigut (?), que chamamos de desenvolvimento humano, delineia os três sentidos: um modelo tanto do Freud como do Piaget e como ~~xx~~ social. Desse desenvolvimento tríplice dependerá a evolução de um imaturo, de um dependente, de um indivíduo que vai se tornar autônomo, adaptado ao seu ambiente social, às suas necessidades, e orientado ~~xxx~~ para um desenvolvimento sonoro, diante dessa ~~xxxx~~ grande humanidade tão complexa.

O ~~xxxxx~~ ~~xxxxx~~ básico estamos fazendo. Esperamos provar ao mundo, custe o que custar, que a dignidade do ser humano é mais ~~xxxxx~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha nº 411 do proc.
Nº 78 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	3	L. Carlos	Sit. Jovens	09.09.98		

importante que toda a aprendizagem de um doutorado. Para tanto, a educação como tarefa necessária, gostaríamos de colocar em ênfase a proposta de estarmos lutando, também, como uma parcela pequena sim - estamos com quase 1.500 alunos por semestre, transformando a sua avaliação, em classe, para uma leitura, pelo menos, àqueles que não escrevem, vão ler. Ou se escrevem, e lêem, ótimo, com ~~XXX~~ 40h, 80h, ~~XXXX~~ 160h, não importa.

O que importa é que estamos formando vários alunos, temos já formados, de 1ª à ~~X~~ 4ª séries, em 40h-aula. O ~~espanxo~~to desse quadro que estamos demonstrando aqui é ~~xxx~~ que a maioria vence, sim, em ~~XXXX~~ 40h, da 1ª à 4ª série. Portanto, a nossa expectativa era só a 1ª, mas agora, já temos alunos que estão avançando para chegar, inclusive, temos resultados que ^{não} estão computados aqui neste ~~xxxxxxx~~ instante, hoje, que não ~~x~~ houve tempo para trazê-los. É que eles já estão avançando para a 3ª série, em ~~xx~~ menos de 20 horas-aula, 20 noites, 40h. Então, é um avanço que, para nós, não é surpresa, porque o cérebro humano... merece, sim, todos nós, seres humanos, precisamos ser estimulados e trabalhamos numa ênfase, com coerência, e com sentimento. Então, mente e corpo: sou-faço-tenho. Só acreditamos nesta postura. Sou eficiente, vou fazer coisas eficientes, e terei resultados eficientes.

Nessa modalidade, o voluntariado pleno conecta com nossa organização uma postura irreversível de sucesso ~~xxx~~ ~~xxxx~~ pleno.

Agradeço a atenção de todos os senhores, a participação da Vereadora ~~ex~~ Ana Maria Quadros nessa expectativa de estarmos acompanhando o projeto até o mês de novembro, me parece, e concluirmos, então, conhecendo, inclusive os outros projetos, que pedi a ~~lx~~ liberdade de vi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 413 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTARABTE
H-7	1	Carla	Sit.Educ.jovens	9.08.98		

o Vereador Vicente Cândido; o José Carlos Barreto, do Veredas, pode comparecer, se quiser, à Mesa. É um dos organizadores desse encontro, juntamente conosco.

Temos a presença da senhora Raquel Sarafim de Souza, da Secretaria Municipal de Educação; Sr.Maurício Valdeman, do SOS Criança; a senhora professora Célia Terranova, representante do CPP - Centro Professorado Paulista; SR. Wilson G.Barbosa, Centro de Recreação e Desenvolvimento do Menor de rua e Sindcomunidade, agente comunitário de Saúde; SR.Hélio Nagado, assessor parlamentar do Vereador Jorge Taba. Agradecemos a presença de todos.

Tem a palavra a senhora Maria do Carmos Bran de Carvalho, membro do comunidade solidária, indicada pela comunidade para falar sobre todo o trabalho realizado.

A SRA.MARIA DO CARMO - Cumprimento a todos e agradeço à Vereadora Ana Maria Quadros por estar aqui, nessa oportunidade, para conversar com vocês sobre programas que consideramos extremamente importantes para a juventude brasileira.

Nos programas do Conselho Comunidade Solidária existem duas grandes preocupações: a primeira, com o jovem. O Brasil, há muito tempo, está em dívida com os jovens brasileiros. Não temos, de fato,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 414 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-7	2	Carla	Sit. Educ. jov.	9.08.98		

políticas públicas voltadas à juventude brasileira.

Vocês devem ter visto nos jornais sobre uma grande onda ad^{brusca}lescente, meninice, mas com a queda da fecundidade nas últimas décadas, no Brasil, cada vez mais temos menos crianças pressionando a entrada do ensino básico e temos cada vez mais adolescentes e jovens pressionando para entrar no mercado de trabalho.

Estamos vivendo hoje, segundo o CEAD, a onda jovem, isto é, o grande contingente da população brasileira encontra-se em uma faixa etária que ^{vai} ~~é~~, mais ou menos, dos 14 aos 25 anos. O maior peso da população está nessa faixa etária.

Por isso há necessidade de se ter hoje políticas voltadas à juventude. Esta é uma primeira preocupação da Comunidade Solidária: começar a desenhar e trabalhar a questão da juventude brasileira e a importância de políticas voltadas à juventude.

Um segundo princípio muito importante para o Conselho da Comunidade Solidária é a idéia de que deve haver uma parceria entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil organizada para realizar projetos sociais com essa população.

Irei falar rapidamente da alfabetização solidária pois tenho pouca coisa a acrescentar após tantas falas maravilhosas. Depois



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H-7	3	Carla	Sit.Educ.move.	9.08.98		7

irei entrar no programa que fazemos de capacitaçãoa profissional para adolescentes e jovens. O Alfabetização Solidária é um programa que foi pensado basicamente para os municípios do norte e nordeste, não atinge sudeste e sul, porque nessas regiões encontramos as maiores taxas, os maiores índices de analfabetismo jovem. Existem municípios no norte e nordeste do Brasil com cifras que vão além de 50% da população, entre 15 a 19 anos, analfabetos.

Apartir desse mapeamento de municípios onde o índice de analfabetismo jovem era maior, pensaram-se programas de alfabetização de jovens e adultos . Para pensar a alfabetização nesses municípios dentro dessa diretriz de reunir esforços da iniciativa privada, da sociedade civil e do Estado, fez-se o seguinte desenho: universidades poderiam se propor a capacitar jovens alfabetizadores desses municípios, com o método que deseja não precisa um método específico. Por exemplo, a Universidade de Mogi das Cruzes. Ela adota um município do norte. Capacita jovens alfabetizadores daquele município, aqui em São Paulo mesmo, na Universidade de Mogi das Cruzes. Isto já representa para aquele jovem alfabetizador, também um excluído, com baixa escolaridade, trocas culturais, uma possibilidade de ampliação do seu universo informacional e cultural pelo simples fato de sair do norte e vir para São Paulo. Aqui é treinado, capacitado e depois volta para o seu município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 416 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H-7	4	Carla	Sit.educ.jovem	9.08.98		

E com o apoio da prefeitura municipal, com a coordenação da prefeitura municipal daquela localidade, irão ser organizados os espaços, as turmas e esse grupo de alfabetizadores treinados passa a realizar a alfabetização de jovens no seu município.

A universidade que os capacitou fica responsável pelo monitoramento e avaliação desses jovens alfabetizados e pelo assessoramento a esses jovens alfabetizadores. Este é o grande desenho do programa

A iniciativa privada entra com parte dos custos desse processo. Existe um custo para a universidade, um custo de viagem, ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 412 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
h8	1	alex	jovens	9 9 98		

onde existe um custo de capacitação e o salário do alfabetizador.

O MEC entra com outra parte do custo: todo material didático, instrumental didático, etc. A Prefeitura, porque é descentralizado, fica com a coordenação local do programa. E a coordenação nacional, no sentido de avaliar se o programa, em nível nacional, está indo ou não, como avançar, etc., fica com o próprio conselho do Comunidade Solidária.

Iniciamos esse programa em janeiro de 1997, em 38 municípios, onde o índice de analfabetismo jovem era superior a 55% - mais da metade dos jovens eram analfabetos. Depois, em julho de 97, partimos para 120 municípios. Em janeiro de 1998 estávamos em 148 municípios. Agora, cruzando o problema da seca no Nordeste, muitos governadores e prefeitos pediram que houvesse um cruzamento: houve um interesse de várias partes, das universidades, do Governo Federal, dos municípios e dos governos estaduais, no sentido de transformar as famosas frentes de trabalho - ou ajuda aos flagelados da seca -, destinando esse tempo útil para a alfabetização. Já estamos em quase 600 municípios. No caso desses municípios da seca, os alunos recebem uma bolsa e permanecem um período nesse processo de alfabetização de adultos.

E a continuidade disso, porque não basta apenas alfabetizar? Via convênio com o MEC, os municípios continuam o processo da



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
h8	2	alex	jovens	9 9 98		1

alfabetização. Vamos dizer, segundo a Leila colocou, um segundo módulo para completar o ensino fundamental. Isso passa a ser responsabilidade do MEC com o município. Hoje, incluiu-se nessa parceria também o MTb que, com os recursos do FAT, está tentando conciliar profissionalização e continuidade na escolaridade dos alunos. Isso para esses quase 600 municípios, mas que estão concentrados na região Norte/Nordeste.

Vocês sabem que o Comunidade Solidária já trabalha em mais de mil municípios, mas são bolsões de pobreza, os quais estão basicamente concentrados na zona ~~metropolitana~~ rural do Brasil e não nas regiões metropolitanas. Nas regiões metropolitanas, embora tenha índices muito altos de pobreza, não temos um programa voltado diretamente para os grandes centros urbanos.

Então, capacitação de jovens, o segundo programa ao qual irei ~~referir-me~~ referir-me, está basicamente voltada para as regiões metropolitanas do País. O que é isso? A idéia desse programa é inserir o jovem de 14 a 21 anos tanto no mundo da vida, nas riquezas societárias, incluir-se nesse circuito de bens, serviços e riquezas societárias, quanto ter maiores habilidades para entrar no mercado de trabalho, o qual hoje se configura extremamente competitivo, especialmente nas zonas metropolitanas no País.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
h8	3	alex	jovens	9 9 98		

Esse programa capacitação de jovens ~~x~~ tem dois módulos: um é chamado básico, cujo conteúdo objetiva desenvolver as habilidades de sociabilidade, comunicação, negociação, criatividade e mesmo retomar com esses jovens alguns instrumentos básicos como leitura de pequenos textos, cálculos, raciocínio, etc. Outro é um módulo específico, pelo qual se pretende ensinar uma profissão ou ocupação que permita a ele inserir-se no mundo do trabalho. O desenho, aí, também envolve módulo básico e módulo específico. Dentro do módulo específico, chamamos oportunidade efetiva de vivência prática daquela ocupação aprendida.

Esse programa capacitação solidária também tem uma parceria clara entre sociedade civil e iniciativa privada. Como se faz isso? A iniciativa privada - várias fundações empresariais, várias federações (Fiesp, Ciesp, ~~Feab~~ Fenabreve, etc.) - financia o programa de capacitação de jovens numa dada localidade. Ou um pool de empresas financia São Paulo, Rio de Janeiro. Outro pool financia Recife, Porto Alegre, Fortaleza. E assim por diante. O que eles financiam? O curso, propriamente dito, e a bolsa para o aluno. Nesse programa capacitação de adolescentes e jovens, nas regiões metropolitanas, entendemos ser fundamental uma bolsa; no momento, ela ~~x~~ está no valor de R\$ 50,00.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
h8	4	alx	jovens	9 9 98		

O aluno recebe esse espécie de bolsa, ou auxílio, que é para ele ter dinheiro para começar a desenvolver a própria autonomia.

Fazemos um concurso, porque a idéia é fortalecer a sociedade civil, também. Otimizar, aproveitar os esforços das ONGs, das entidades filantrópicas que já tenham experiência na área de capacitação de jovens. Estimulamos essas ONGs e entidades a pensar projetos de capacitação ao jovem que tenham, empregabilidade. Pensar em nichos...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 422 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
H9	2	dalva	Jovens	09.09		

gindo 2250 alunos, mas com uma demanda de 12 mil alunos. Estamos em Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Recife. No total, estamos atingindo 21 mil alunos, mas a demanda, a partir dos concursos das candidaturas é de 106 mil alunos,, isso é, existe uma demanda imensa para um programa como esse, ou programas similares como o que nós desenvolvemos, e que nem estado, nem organizações da sociedade civil estão dando conta de atender essa demanda. Volto a dizer que essa demanda é imensa, porque há um vazio efetivo de projetos sócios culturais para a juventude hoje. No programa de capacitação de jovens a avaliação mostrou o seguinte: se é bem feito esse módulo básico, se desenvolve a sociabilidade, a fluência comunicativa que é fundamental, se ~~des~~ desenvolve outras habilidades como negociação, se permite a esses garotos e garotas a ampliação do seu universo informacional e cultural, através de aprendizado de línguas, ~~de~~ de passeios, ao Teatro Municipal, e assistir uma peça cultural, fazer um passeio ecológico, e c... isso tem uma enorme importância, verificamos que garotas e garotos de 14 a 16 anos que depois desse programa, retornam a escola e com um desempenho escolar muito melhor. Isso para nós já é um resultado importante. Ele retornar para a escola hoje é fundamental, porque sabemos que jovens terão maiores competições nesse mercado de trabalho se tiver o segundo completo. A própria construção civil que aceitava analfabetos, hoje não aceita nas grandes regiões metropolitanas, trabalhadores que não tem o 1º grau completo. Cada vez a exigência tem sido maior. O retorno à escola, para completar o ensino, básico e o ensino médio, isso para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 423 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H9	3	da	Jovens	09.09		

nós é um resultado excelente e muito importante, para ~~que~~ aqueles que não retornam à escola, se nós também darmos essa formação mais abrangente que não fique ~~apenas na capacitação~~ apenas ~~na~~ na capacitação profissionalizante, é ~~na~~ também muito enriquecedor, porque já vimos que ele tem maior chances de integrar ao mercado de trabalho, que também valoriza hoje essa maior capacidade de sociabilidade, está fluência comunicativa e o domínio, um pouco que seja, da linguagem eletrônica de outras línguas e do português.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos e ~~a~~ cumprimentamos a Prof. Maria do Carmo~~s~~ por esse excelente trabalho realizado ~~xx~~ pelo Conselho da Comunidade solidária. Está presente a Sra. Angelina, assessora da nobre Vereadora Aldaíza Sposati.

Vejo que os trabalhos que estão sendo apresentados a cada dia são profundamente interessantes, são trabalhos que se completam, e com abrangências diferentes. Todos são importantes para a sociedade ~~a~~ Civil, e nas diferentes palestras como a a Prof. Maria do Carmo~~s~~ colocou bem aqui, são colocadas a grande demanda que ~~existe~~ existe na educação de jovens e adultos, todos trabalhando não~~m~~ dão conta de atender essa demanda.

Com a palavra o Prof. José Carlos Barreto.

O SR. JOSÉ CARLOS BARRETO - Tenho uma pergunta a fazer para a Carminha da comunidade do movimento solidário, ~~xx~~ que conheço desde 63 onde trabalhamos junto na primeira experiência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 424 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H20	1	dalva	Jovens	09.09		

~~fora~~ do Nordeste com alfabetização dentro da visão Paulo Freire. Eu não sabia que ela era da comunidade solidária, vou aproveitar para tirar um peso da minha cabeça. Uma pergunta simples, mas muito importante para mim. A comunidade solidária optou por trabalhar no Nordeste, por que alguns municípios têm índices de analfabetismo acima de 50%, aí surge uma grande dúvida. Nós sabemos que as demandas por ~~uma~~ alfabetização não são ~~iguais~~ iguais,,portatanto ~~há~~ ~~necessidade~~ necessidade de leitura escrita em um município pequeno com pouco material escrito, evidentemente é muito inferior à necessidade de escrita em uma cidade ~~grande~~ onde é quase uma questão de sobrevivência. Por que razão há uma preocupação em acabar ou diminuir os índices de analfabetismo nas pequenas ~~uma~~ cidades nordestinas, onde ~~é~~ vai fazer muita pouca diferença em saber assinar o nome? E ao mesmo tempo, o mesmo governo cria dificuldades para que os municípios que estão trabalhando com adultos na alfabetização, possam participar desse processo de alfabetização dentro do fundo? Então de um lado vamos diminuir o índice dos 50% e de outro lado, na cidade onde é fundamental existir a ~~uma~~ alfabetização se restringe ao município para que ele não possa, ou tem muita dificuldade em alfabetizar, até porque os ~~recursos~~ recursos foram cortados. Fico imaginando, se é porque no Nordeste se pode avaliar muito menos o trabalho de alfabetização, se assinar o nome já tem lucro. Então não aparece como deficiência técnica a alfabetização, poderia ser uma razão, outra razão será porque o Nordeste os alfabetizadores se transformam em cabos eleitorais desse governo. Certamente não é isso. De-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 425 do processo
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H10	2	dalva	Jovens	09.09		

ve ser outra coisa. E Porque razão essa preocupação Norte e Nordeste na alfabetização, e essa preocupação em evitar que haja alfabetização nas regiões mais carentes e pobres que são as regiões do Sul das Grandes cidades?

O SR. MANOEL POTÁSIO - Primeiramente bom dia

a todos. Gostaríamos, muito rapidamente, inspirados ~~naquele~~ que foi dito aqui, de mostrar um pouco da escola espírita. Há um grande equívoco entre a maioria das pessoas em relação ao espiritismo, porque confunde-se essa doutrina com outras vertentes religiosas, principalmente em relação ao ~~sincretismo~~ sincretismo religioso e na verdade ele não tem nada a ver com isso. Em primeiro lugar nós colocamos o espiritismo baseado em dois aspectos, o terapeutico e o cultural. Terapeuticamente falando a casa Espírita, a nossa Federação que se localiza-se bem próximo a este prédio da Câmara, ela se ocupa do tratamento daqueles ~~problemas~~ problemas de fundo espiritual e que são, na grande maioria, as causas das doenças que surgem no âmbito psicossomáticos e ~~nunca~~ nunca procurando excluir o aspecto médico, ~~o~~ científico do problema físico do indivíduo o que é da ciência tem que ser tratado pela ciência, nós nos ocupamos apenas da parte de fundo espiritual, ~~mais~~ mais de 90% das doenças humanas tem origem no campo espiritual. Mas o que importa mesmo é ~~falar~~ falar das escolas. O Espiritismo tem um fundo cultural e este é o grande aspecto da doutrina espírita. Nós aqui da Federação nos ocupamos do ensino e do estudo do espiritismo baseados em três aspectos fun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 436 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CRADOR	CONT. A PARTE
110	3	dalva	jovens	09.09		

damentais: ciência, filosofia e religião. DO ponto de vista da a
ciências, estudamos os fenômenos que são uma realidade em todo
o decorrer da própria história humana, e a isso o estudo das ~~mg~~
religiões mostram o fenômeno mediúnico porque todos nós temos facul-
dades mediúnicas, todas as criaturas, algumas se manifestam mais ou-
tras menos. Então do ponto de vista científico observa-se o aspecto
intelectual, inteligente, e o aspecto experimental. Filosoficamente
falando a doutrina espírita encontra ~~na~~ raízes na tradição filosó-
fica desde a antiguidade ~~na~~ grega, e bem no decorrer da história,
isso vai se localizar, mais precisamente dentro do existencialismo
onde vamos estudar a problemática humana atual, que é isso que im-
porta, procurar conhecer a problemática humana, e oferecer alternati-
vas e ~~solução~~ solução para os problemas. Dentro do aspecto filosó-
fico vamos estudar, princípios de razão, que estão melhor definidos
nos aspectos da ~~reencarnação~~ reencarnação da pluralidade dos dos mundos habi-
tados, o problema da comunicação entre os vivos e os mortos princi-
palmente, ou ditos mortos que acabam sendo a razão do auxílio e de um
grande progresso para a humanidade na revelação das leis que regem
os ~~fenômenos~~ fenômenos ocorridos na sociedade humana. E do ponto
de vista religioso, espiritismo não se confunde com nenhuma ~~reli-~~ reli-
gião, não tem nada a ver no seu aspecto exterior, porque não apre-
senta cultos ~~rituais~~ rituais, idolatria, nada disso, ela se estriba no
aspecto moral do estudo, levando o indivíduo ao alto conhecimento
a uma reflexão sobre si mesma, reformulação conceitual, reformu-
lação do seu comportamento procurando abolir as viciações, os ~~amx~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 427 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AF. ARTE
XH	H 11	dalva	Jovens	09.09		

maus hábitos, que são muitas vezes causadores de problemas muito sérios no âmbito da relação humana. Nossas escolas, atualmente, na Federação têm matriculados 13 mil alunos, só aqui na prédio da Rua Maria Paula, são 13 mil criaturas, buscando, estudando conhecimentos que vai lhes trazer um certo conforto, uma certa segurança para caminhar em meio a toda essa problemática que se vive aí de ordem política, social, religiosa, educacional, enfim, toda a problemática humana está envolvida aí. Os cursos na federação são gratuitos, não é cobrado um centavo de ninguém e aqueles que vão para lá estudar, são desde jovens até as criaturas de idade mais avançadas. Não há nenhuma discriminação, não há nenhum tipo de seleção ou elitização. Todos são admitidos ao estudo espírita, que repito, abrange o conhecimento humano, nada mais do que isso, que ninguém vá à Federação Espírita, esperando ver fenômenos, esperando ver criaturas se jogando no chão, ou promovendo qualquer tipo de espetáculo, não existe isso. Existe tod um comportamento educado onde procuramos conhecer a nossa origem, a nossa natureza e a nossa própria destinação. A Federação está aberta a todos e todos estão convidados a conhecê-la. Muito obrigado.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

A SRA. DIONE - Cen-

tro Municipal do Ensino Sup^letivo. Todo esse tempo em que trabalhamos com o ensino médio, e fundamental, ~~eu~~ quero fazer uma pergunta e uma sugestão, a Prof. Maria do ~~Sampaio~~ Carmos disse que quando o aluno particip~~ando~~ de experiências culturais diferentes, teatros, cinemas, bibliotecas, ele melhora na escola. Essa é uma experiênc ia da gente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 438 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário 60

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HL1	2	dalva	Jovens	09.09		

também, onde percebemos que realmente ~~ela~~ melhora muito. Só que a experiência também é fato, que os centros de culturas estão longe dos nossos alunos, das populações de periferia, como no nosso acaso aqui trabalhando doze anos na zona Leste, cada vez mais para o fundo da zona Leste, quem eles não têm onde ir. Não tem ~~nenhum~~ teatro, um cinema, um lugar de cultura. ~~Muitos~~ Muitos alunos não tem dinheiro para condução para ir para escola, então como ele pode vir, por exemplo, no espaço cultural Unibanco, no Centro Cultural Vergueiro, Itaú, etc... Já que a comunidade solidário está em parceria com a iniciativa privada, ficaria assim o desejo, a sugestão de tentar criar também ~~esses~~ esses polos de culturas na zona Leste, em regiões de fácil acesso para o aluno carente, ~~então~~ o nosso aluno muitas vezes não vai para a escola porque não tinha dinheiro para condução. Então como é muito importante ~~mesmo~~ mesmo, é uma sugestão para a Câmara, que tentasse um acordo com a iniciativa privada para promover esse tipo de ajuda, ou mesmo, enquanto isso não fosse possível a criação dos polos, que tivéssemos, ~~com~~ com a ~~iniciativa~~ iniciativa privada ainda, o transporte, o professor quer ~~inscrever~~ inscrever sua escola para vir para o centro Cultural, que ele conseguisse através de algum mecanismo, de alguma empresa privada apenas o transporte para trazer os seus alunos. ~~Muito~~ Muito obrigada.

A SRA. JARINA FERNANDES -

Bom dia a todos. Gostaria

que a senhora comentasse na sequência sobre afirmação da questão da metodologia. A senhora disse que cada universidade tem escolhido uma forma de trabalhar. E hoje vemos que essa questão, atrás de cada metodologia se tem uma visão, de alfabetização, então o que tem sido consi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 42A do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H 2 X	1	dalva	Jovens	09.09		

derado o jovem alfabetizado pelo programa e contasse um pouca da duração inicial prevista e dentro esses municípios a todos envolvidos, ~~mas~~ quantos deles as prefeituras se envolveram? Porque sabemos que no ~~na~~ histórico da alfabetização no Brasil é muito comum as campanhas terem um pacto inicial interessante, mas depois se perderem a continuidade. Então quantos municípios tem essa continuidade, e qual a duração inicial, e o que é um jovem considerado alfabetizado?

A SRA. ANA MARIA QUADROS -

Há duas questões sobre

a mesa que vieram por escrito. Uma é da Ângela da Cidade de Santos, que é a seguinte: por que o Governo Federal que é responsável pela comunidade solidária não investe nos projetos com sucesso que já existe, ao em vez de criar mais um? A outra pergunta é da Sra. Vânia que a seguinte: ~~detalhar~~ detalhar mais o projeto de capacitação de jovens, e qual o acesso ao projeto? Gostaria de saber se há mais alguém que queira falar? (Pausa) Tem uma outra pergunta aqui por escrito da Sra. Dulcimara que quer saber se o grupo de terceira idade não tem mais acesso a emprego. ~~Será~~ Será que ele teria acesso para continuar estudando?

Antes de passar a palavra ao Nobre Vereador Vicente Cândido, gostaria de informar a ~~Prof.~~ Prof. Dione o seguinte: eu tive a oportunidade de fazer um projeto de lei nesta Casa, que ainda está passando pelas comissões, juntamente com várias pessoas da área cultural, colocando que a Cidade de São Paulo, as praças, ruas de lazer, outros espaços do município, fôssem colocadas à disposição da popu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 430 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
H12	2	dalva	Jovens	09.09		

lação para que tivesse apresentação, porque nós temos inúmeros grupos de jovens, adultos, da terceira idade, crianças, seja em relação a teatros, cinemas, música, fôssem colocados não só ruas, mas como todos os locais e que a Secretaria Municipal de Cultura juntamente com as Administrações Regionais levantassem esses espaços e fizesse inscrições gratuitas para que a população pudesse participar. Acredito que todos os Srs. Vereadores apoiarão o projeto e espero que o Executivo não vete, porque é um projeto de lei baseado em vários grupos culturais dessa cidade que fizemos juntos e esperamos, pelo menos, uma abertura para isso.

Com a palavra o nobre Vereador Vicente Cândido.

O SR. VICENTE CÂNDIDO -

Aproveitando a oportunidade

da presença de alguém ligado ao Governo Federal, acho importante o momento para debatermos algumas questões. Não consegui ainda assimilar essa coisa do Governo Federal cuidar da alfabetização. Acho que é uma atividade tipicamente do Município, até para evitar distorções como já foi dito aqui. Então o que acho que deveria ter políticas definidas debatidas nacionalmente e mecanismos de cobrança. Por exemplo, aplicar a Constituição de 88, que diz que progressivamente os investimentos na área de alfabetização, inclusive diz o percentual ~~na~~ dos recursos a serem aplicados na área de alfabetização. É uma maneira, um mecanismo de cobrança. Outra, que o Município que não cumpre a Lei Orgânica ou Federal, no tocante ao percentual de investimento na educação, não participa de empréstimos do Governo Federal. Foi a briga que teve aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 431 do proc.
Nº 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H12	3	dalva	Jovens	09.09		

com São Paulo, que o Banco Central ameaçou cumprir essa ~~norma~~ norma depois por pressão política acabou descumprindo, quando a Prefeitura em 95, epa primeira vez não cumpriu o percentual designado pela Lei Organica, e hoje não ~~é levado mais em consi-~~ é levado mais em consideração. A outra questão é a comunidade solidária cuida de alfabetização acaba transparecendo ao meu ver, de que, está encarando a questão da alfabetização como um problema social, acho que isso é ruim, acho que isso é um problema político, que teria que ter dentro dos governos e da sociedade ser tratado dessa forma. É um problema ~~político~~ político da ~~sociedade~~ sociedade que tem que ser resolvido. Só será resolvido na medida ~~em~~ em que se tornar um problema político e não um problema social. ~~Não dá para~~ Não dá para fazer um remendo dali outro daqui, contar ~~apenas~~ apenas com o voluntarismo da sociedade, e os governos sequer olham isso com seriedade. Acho que o caso da cidade de São Paulo, é bastante exemplar, é importante iniciativas como essas e que a comunidade debate o problema da educação, mas é contraditório você ~~discutir~~ discutir, por exemplo, colocar a ~~a~~ criança com 6 anos na escola, enquanto têm 50 mil com idade escolar fora da escola,

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 432 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H.13	1	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

trabalhar apenas a alfabetização, enquanto se está criando uma geração de analfabetos, que é a falta de escola para todos na idade escolar.

Então, acho que, em nível de Governo federal, há que se descentralizar os recursos, ter políticas de cobrança e cobrar dos municípios, porque é tarefa tipicamente municipal, porque é essa esfera que sabe onde estão os bolsões de pobreza e a maior carência na área de educação.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Dulcimara. A lei é clara quando diz que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito para todas as idades. Se você tiver alguma denúncia de que alguma escola não está aceitando o pessoal da terceira idade... Porque, antigamente, antes da Constituição de 88, ela dizia que o ensino era obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos. Mas graças a Deus e a toda uma luta da sociedade civil, a Constituição de 88 garante a todos o ensino fundamental - pelos menos as oito primeiras séries - obrigatório e gratuito e, progressivamente, o ensino médio. Se souber de locais que não aceitam a terceira idade, então, por favor, denuncie, que a Câmara tomará as medidas cabíveis de denúncia, de representação no Ministério Público.

Você tem alguma denúncia de algum local que esteja descum-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 433 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H13	2	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

prindo a Constituição? Se tiver, por favor, a faça.

O assessor parlamentar do Vereador Jorge Taba, Sr. Hélio Nagado, também gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. _____ - Bom dia, D. Dirce, da Soka Gakai, bom dia Senhoras, Vereador, bom dia Presidente.

Eu só queria fazer uma colocação que vem muito a calhar. Existe uma exposição no saguão de entrada, no andar térreo, sobre quadri-nhos. Existe algo na Comissão a respeito da influência dos quadri-nhos? Porque, desde tenra idade, convivemos com os quadri-nhos e aceitamos muito bem essa forma de comunicação. Eu faria até a sugestão, se vocês pudessem incluir o tema entre os trabalhos, porque considero essa uma comunicação muito sadia, muito fácil, com boa aceitação, tanto entre os iniciantes em processo de alfabetização, como entre os que estão em uma fase mais adiantada.

O rapaz que está organizando a exposição - eu soube através do Dr. Tiago, Diretor de Eventos da Biblioteca John Kennedy - esteve outro dia fazendo uma palestra para 160 alunos na faixa de 14 anos. Segundo o Dr. Tiago, ele saiu-se muito bem, mesmo com as perguntas feitas pelas seis professoras que acompanhavam os 170 alunos, algumas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 434 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HL3	3	Anelise	S. ED. JOVENS	09.09.98		

pedagogas formadas, inclusive.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Agradecemos a sugestão.

Pedirei aos coordenadores da Comissão, para o Jader, entrar em contato com o Sr. Hélio Nagado para ver a possibilidade de trazê-lo também algum dia aqui para que apresente o seu trabalho.

Agora, passo a palavra para a Maria do Carmo, para a Dirce e para a Leila. Então, com a palavra a Carminha.

A SRA. MARIA DO CARMO - Foram várias as questões, tentarei ordenar a partir do que você colocou. Parece-me que, num Estado democrático, e com a nova Constituição de 88, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e todas as outras leis, sem dúvida nenhuma, há um processo de descentralização, que temos que levar a sério, bem como um processo de municipalização. Ou seja, cabe ao governo municipal oferta de políticas básicas aos seus munícipes. Isso não é tarefa do nível federal. A tarefa do governo federal deve ser, no máximo, de normatizar, de coordenar, de avaliar. Os municípios devem ter sua autonomia para traçar suas políticas e se responsabilizar efetivamente - obviamente tendo os re-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 435 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
HL3	4	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

cursos necessários para tanto. Por exemplo- o ensino fundamental é obrigação dos municípios.

Embora haja um projeto - Toda Criança na Escola - e a idéia de um "fundão", onde Governo federal entra com uma parcela complementar, cabe ao município assegurar o ensino fundamental a todas as crianças. É o mais adequado: que se invista, seriamente, com eficácia, no ensino fundamental.

Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação permite muito maior flexibilidade e maior seriedade até para assumir a questão da evasão escolar, do insucesso escolar. O município tem que dar prioridade ao ensino básico. Essa é a melhor prevenção ao analfabetismo jovem e adulto.

Independente^{mente} disso, é necessário ter programas de alfabetização para jovens e de ensino ou de classes de aceleração de aprendizagem para jovens e adultos. Isso é basicamente um dever do Estado. Compete ao município assegurar a oferta de ensino básico também para esses grupos etários que estão fora da faixa dos 7 aos 14 anos.

Então, por que o Comunidade Solidária está fazendo isso, quando deveria ser obrigação do município? Também concordo, Vicente. E aí eu cruzaria com a questão levantada pelo Barreto: por que estamos no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 436 do proc.
18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
HL3	5	Anelise	S.ED. jo vens	09.09.98		

Norte e no Nordeste, no caso da alfabetização - porque não é o caso da capacitação de jovens - e não no Sul e no Sudeste? É que no Sul e no Sudeste existe muito mais competência municipal instalada para realizar essa tarefa. Haja vista a exposição da Leila, que falou dos projetos da Secretaria Municipal de Educação na garantia do ensino a jovens e adultos. O Executivo de São Paulo tem condições, tem competência instalada, tem recursos e deve priorizar a educação de jovens e adultos, assim como o ensino básico de qualidade para todas as crianças do município.

Já sabemos que houve CPI, por recursos desviados. É algo que a sociedade tem que cobrar da Prefeitura de São Paulo. O Governo Federal deve entrar sempre que houver necessidade de suplementar recursos nessa área, porque o estímulo para que isso aconteça já está na Constituição, já está nas leis orgânicas e nas próprias políticas traçadas. Mas ainda continua sendo dever da sociedade civil pressionar pelas condições mínimas para a nossa população, de todas as idades.

No jornal de ontem, a ONG Ação Educativa, coordenada pelo Sérgio Hadad, estava questionando a situação da alfabetização de adultos e um apoio do Governo Federal no sentido de estabelecer uma política que recupere programas efetivos de educação de adultos. Só há uma política voltada para a educação de adultos no campo do trabalho, em termos de qua



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 437 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H14	1	Anelise	S. ED. JOVENS	09.09.98		

lificação do trabalhador, que, pelo FAT, temos recursos também descentralizados para que isso ocorra. Não há uma política na área de ensino supletivo para alfabetização de adultos.

Mas o mais grave é que não temos, no Brasil, uma política voltada para a juventude. Falamos demais em criança e adolescente - até porque o Estatuto da Criança e do Adolescente retomou e mobilizou toda a sociedade civil, Executivo e Judiciário e Legislativo. Mas estamos pouco atentos à juventude. Parece-me fundamental que um país que atravessa uma onda demográfica jovem, com o maior contingente nessa faixa etária, que tenhamos uma política voltada à juventude. Nessa política cabe, não apenas retomar o ensino básico, com capacitação profissional, como também um projeto cultural, esportivo e lúdico, de ampliação do universo informativo e cultural mais amplo e mais agressivo para os nossos jovens.

Eu, que conheço a periferia de São Paulo, até porque trabalhei na Prefeitura muitos anos, concordo: há um vazio total de projetos sócio-culturais para nossa juventude.

Existe um projeto de lei que gostaríamos muito que ocorresse em nível federal, não sei se existe possibilidade de o município fazer esse projeto, mas é a ideia de garantir a meia entrada para todos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 438 do proc.
JUN 0 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
H14	2	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

os adolescentes, jovens e crianças, independentemente de estar na escola. Essa coisa corporativa de que só tem direito a meia entrada quem estiver integrado à UBES é uma barbaridade. Sabemos que, na realidade, a maioria dos jovens abandonou a escola precocemente, não está no ensino secundário e não tem a garantia da meia entrada. É necessário que a meia entrada seja expandida, porque também essa adolescência está tardia. O ingresso no mercado de trabalho está mais tardio.

Se existe o projeto, vamos batalhar para que ele saia para dar o exemplo para o resto do Brasil no sentido de que isso é extremamente importante. É uma forma de o jovem ter maior acesso a shows, programas culturais, teatro, cinema, eventos esportivos. No mundo interior, esse direito está vinculado à faixa etária.

O SR. _____ - Acho que o problema não é de política, apesar de concordar que há uma carência de políticas. Acho que há uma política contra. Quando digo que o município não pode contar aluno de curso supletivo para efeito do fundão, estou dizendo não eduque adultos, porque há recurso reduzido.

A SRA. MARIA DO CARMO - Acho que aca sendo uma polí-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 438 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H14	3	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

tica contra, você tem razão. Mas talvez não fosse com o recurso d^o fun-
dão uma vez que também a problemática ensino fundamental garantido a to-
das as crianças é de fundamental importância. E corrigir certas distor-
ções. Sei que a Ana Maria não concorda comigo neste ponto, mas o en-
sino durante muito tempo ficou com a esfera esta^dual - ensino básico.
Entendo que devo destinar e forçar competências e recursos para que o
próprio município desenvolva um ensino de qualidade para as suas
crianças. Mas de repente ficou um vazio para jovens e adultos que estão
fora da idade contemplada por esse projeto Toda Criança na Escola.

Mas existem recursos do FAT e outros recursos que
poderiam ser acionados, até porque existe uma consciência de que não a-
dianta fazer profissionalização seca para os jovens e adultos. Quando
digo seca é ensinar a eles somente informática ou mecânica. O mercado
hoje exige o tal quociente emocional, que a pessoa seja sociável,
que tenha fluência comunicativa, que saiba trabalhar em equipe, que te-
nha um bom nível cultural. Nesse sentido, a formação do trabalhador pas-
sa não só por uma formação profissional, mas por muito mais, inclusive
pela recuperação de sua escolaridade perdida.

Eu não diria então, que há uma política contra, mas um
vazio de política nesse sentido.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
H15	1	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Eu sou do PSDB e tive a oportunidade de pedir que não tirasse do "fun dão" a verba para o adulto, que precisa do ensino obrigatório, como também não tirassem as crianças que precisam da pré-escola. Educação toda ela é importante. Você não faz um bom ensino fundamental se não tiver uma pré-escola bem feita. Se você tira o ensino supletivo e a educação de jovens e adultos fora das verbas do fundão, fica um vazio. A Constituição garante o ensino para todos.

A SRA. MARIA DO CARMO - Por que é que o governo federal, via Comunidade Solidária, não investe nos projetos que já têm sucesso, que já existem? Eu diria que, realmente, os dois projetos que citei - Alfabetização Solidária e Capacitação de Jovens - têm grande parceria com as ONGs - organizações não governamentais e entidades filantrópicas. É uma forma de aproveitar o recurso já existente, de otimizar um programa que já existe, de melhorar a qualidade deles. Nesse sentido há um aproveitamento do que já existe para não partir do zero.

Esses programas têm partido de competências já instaladas, especialmente o Capacitação de Jovens, que lida com organizações não - governamentais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 441 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H15	2	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

Aproveito para valorizar, neste momento, esses editais de concursos, porque venho da área da assistência social. Na minha área, os Governos têm o hábito de fazer convênios com entidades que estão mais próximas, entidades filantrópicas que ele conhece mais. À medida que se estabelece um concurso como esse, cria-se uma maior oportunidade para ONGs que não têm uma proximidade com agências financiadoras e com os próprios governos municipais. Só que aqui gerou uma concorrência entre ONGs, além de necessidade de serviços com maior qualidade, o que considero extremamente positivo. Nosso convênio com entidades filantrópicas muitas vezes é para isso mesmo, capacitação de jovens, ensino supletivo, onde nem sempre cobramos qualidade. Há um certo conservadorismo nesse processo. Porque todos os programas assistenciais são desenvolvidos por ONGs com recursos governamentais ou com recursos de isenções fiscais, que são dinheiro público. Portanto, essas ações são também públicas e devem garantir qualidade, respeito à cidadania e gratuidade na oferta desses serviços.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Agradeço mais uma vez à Carminha e desejo sucesso. Será que você poderia dar o endereço ou telefone do Comunidade Solidária?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 442 do proc.
18 de 1938
O funcionário 6

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H15	3	Anelise	S;ED.JOVENS	09.09.98		1

A SRA. MARIA DO CARMO - Há um escritório do Comunidade Solidária aqui. Os telefones são 286-07-66.

Alguém perguntou das universidades, que os métodos... Uma das intenções, quando você faz parceria com as universidades, cada uma delas tem seu interesse de desenvolver determinado método de alfabetização de adultos. E nós estamos respeitando a liberdade e autonomia das faculdades de educação. Eles acompanham, eles monitoram, verificam resultados. Compartilhamos esses resultados e trocamos várias metodologias utilizadas na alfabetização de adultos. Isso tem se provado muito rico, são mais de 100 universidades, de trocarem entre si resultados, vantagens e desvantagens, limites e possibilidades de cada metodologia utilizada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Na sexta-feira, às 14h, no anexo G, aquele rapaz dos quadrinhos fará uma palestra. Quem quiser, está convidado.

Tem a palavra a Sra. Dirce Mamoto, do Departamento Educacional da BSGI.

A SRA. DIRCE - A BSGI tem a considerar um pedido. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 443 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ANTE
H16	1	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

sei se é possível. Nós gostaríamos de ter esses alunos que estão encerrando o seu módulo, ao fazer teste de quarta-série não só para trabalho, mas também para continuidade de curso. Se haveria uma possibilidade de esta Comissão ter uma central, ou algumas escolas municipais autorizadas a fazer esse teste, sem essas delongas manuais. Porque existe o "hoje não pode", "a senhora volta mais tarde"... "Vamos ver se a legislação permite..."

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Esta comissão vai encaminhar essa solicitação antes do final...

A SRA. DIRCE - Legalizar uma situação em que o aluno já é carente em termos de busca de escola. Se poderíamos já indicar tal escola, tal horário. Existem escolas que já estão encerrando suas atividades, que já não fazem mais. É até uma perda de tempo, eu gostaria de encerrar.

Minha conclusão está nas palavras: acreditamos nas pessoas. Por que acreditamos? Nosso projeto começou do acreditar que a deficiência não está no aluno, mas na disfunção do ensino. Se concordarem, um macaco que perde um dedo, sabemos que ele retoma, naquele dedo, ou-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 444 do proc.
JMLD 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H16	2	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

tras funções, e o cérebro começa a trabalhar. Assim também é o adolescente, o adulto, que chamamos de deficientes escolares.

Gostaríamos de concluir dizendo que acreditamos no nosso projeto de 40 horas, porque acreditamos que uma ☐ pessoa pode mudar, depende de quem o faz mudar. Se eu disser, não dá mais, não posso porque ele é incompetente, acabou. Essa conexão imagem, palavra e som caracteriza desde o ☐ momento em que o professor pode separar esse estado de desagradável ensino. O analfabeto já chega na sala de aula numa âncora negativa de tanto sofrimento, pela idade, pelas condições sociais, físicas e ☐ psicológicas. Então, a teoria do aprendizado ideal que estamos propondo é uma mudança global. Na verdade, todos os projetos são maravilhosos. Depende de quem o executa. Acreditamos que, partindo de alguém que está aprendendo, é preciso receber de quem ensina uma tentativa na qual a aprendizagem seja um princípio agradável, lúdico. Então, temos trabalho de auto-estima junto aos alunos, trabalhos em artes e atividades ☐ lúdicas, para que o aluno faça o que, enquanto criança, não o fez. Tipo origami, pintura, algumas atividades artísticas que ele nunca pensou em fazer. Quando ele descobre que é capaz, que tem o apoio do professor, que o estimula positivamente... Todo grande projeto de ensino-aprendizagem desenvolve um sentimento... A falha não está apenas ☐ no pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 495 do proc.
18 de 1988
O funcionário 1020

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H16	3	Anel,ise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

fessor ou apenas no aluno, mas () está na disfunção desse trabalho. ()
Porque alfabetizar é doloroso para o professor e para quem recebe, por-
que existem âncoras que acompanham o aluno, São fixações que não dá pa-
ra mudar. Já se começa pensando: ele é analfabeto. Não é. Talvez ele sai-
ba muito mais coisas do que todos nós saibamos naquele instante da apren-
dizagem da leitura e escrita. O ler e o escrever não são novidades. É i-
niciar com esse estímulo para o cérebro - como o macaco que () retoma as
funções quando perde um dedo, ele passa a ter uma energia diferenciada,
que o cérebro produz imediatamente, isso é científico. O cérebro também,
parado muitos anos, desamparado de estímulos, começa a... O professor
fala: "você é um burro, você não tem condições, você é débil mental..."
Essas coisas vieram na nossa cabeça desde crianças. Então, para nós o
estudo, não () digo que é neurológico, mas que a psicopedagogia possa an-
corar, estimular o próprio professor, levando o alunado, a esse impasse
difícil da disfunção educacional () seria para nós um momento muito gran-
dioso, em que o ensino da alfabetização se torne até () mesmo alegre e
divertido para quem está disponível, bem como para os professores apo-
sentados e que, porventura, estejam disponíveis a colaborar como volun-
tários.

Não acredito nunca - desculpem-me - a colocação sistemáti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 446 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário
GRADOR
CONTAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTAPARTE
H16	4	Anelise	S.ED.JOVENS	09.09.98		

ca de se deve pagar ao professor devidamente. Isso nunca vai acontecer, principalmente agora com essa recessão que estamos executando desde ontem. A aprendizagem do analfabeto vai ficar em última instância para quem quer que seja. Se já não temos para o primeiro grau, se as crianças já estão sem vagas, o que sobra para o analfabeto? Se não mudarmos essa âncora grandiosa - nós somos eficientes, nosso cérebro realmente pode produzir muito mais do que se imagina - aqueles que estão afastados da escolaridade é possível fazermos alguma coisa por eles.

A BSGI acredita, mais do que nunca, nesses estudos. Estamos, então, tentando fazer alguma coisa. É melhor que não fazer nada. Executamos um projeto difícil, mas gostaríamos da colaboração de todos os setores - políticos, sociais, humanos - e que, na medida em que acreditarmos no ser humano, essa intensidade da violência e do horror deverá diminuir, porque a guerra se aproxima em cada cérebro humano. E não está nas bombas, mas na cabeça de cada um.

Então, gostaríamos de solicitar a colaboração...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 49A do proc.
D. 18 de 1988
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-17	1	Camilo	Sit. ed. jovens	9/9/98		

~~_____~~
~~_____~~ Espero reencontrá-los numa experiência de aprendizagem também. Aliás, estamos aprendendo com os senhores. Vamos trazer esse respeito, esse remédio que se chama afetividade, alegria, em um trabalho de conduzir a humanidade de um modo mais solene, tendo em nossas mentes a seriedade e a sinceridade. Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu que agradeço. Cumprimento a professora Dirce Hamoto pelo excelente trabalho realizado pela Sogagakai.

Tem a palavra a professora Leila, do Centro Municipal de Ensino Supletivo.

A SRA. LEILA - Na Prefeitura Municipal de São Paulo, além dos Cemes, existem outras alternativas de atendimento. Temos que procurar as que houver, pois há uma demanda muito grande de alunos que estão aí. Cada um se encaixa em uma metodologia diferenciada. Por isso é que temos que somar esforços, para que todos os alunos sejam contemplados, toda essa demanda seja contemplada.

Em relação aos Cemes, respeitamos muito seus alunos e seus ritmos.

O que faz com que esses Centros trabalhem dessa forma é a união de todos os profissionais que ali atuam e também essa flexibilidade, que faz com que o aluno seja respeitado em sua individualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 448 do proc. 18 de 1998
O funcionário 62

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
H-17	2	Camilo	Sit.ed.govens	9/9/98	Leila	

Agradeço a presença de todos. Estamos aqui para somar esforços, para tentar melhorar e procurar mais alternativas de atendimento aos alunos que estão aí.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Fica aqui registrada também, Sra. Leila, a proposta da professora Dirce. Os centros de ensino supletivo podem também ajudar a fazer esse exame de verificação. Se pudéssemos levar esse trabalho para a diretoria, seria bom. Vamos encaminhar isso tanto à Secretaria Municipal da Educação quanto à Secretaria Estadual.

Já que os senhores estão presentes e participam de todos os debates, tentem levar esse trabalho às diretoras.

Agradeço a presença da Professora Leila Bucusima Hasato, e agradeço e cumprimento a todos pelo excelente trabalho realizado pelos Cemes.

Na semana que vem, na quinta-feira, das 10 horas ao meio-dia e meia, haverá outro encontro. Mais do que isso, o trabalho é contra prodcente.

Parabéns e Sucesso a todos.

A- Os objetivos deste projeto são importantes porque:

1. Formula objetivos significantes, solidifica a seleção ou planejamento de métodos, materiais ou conteúdos de aprendizagem.
2. Para a avaliação do sucesso da aprendizagem, os testes e exercícios semanais correspondentes aos conteúdos, constituem a base da continuidade.
3. Favorece, ao alunado, uma organização individual do próprio esforço e das suas atividades voltadas ao alcance e propósitos importantes do ensino.

B - Distinção básica do projeto de alfabetização de jovens e adultos da BSGI.

1. A leitura e a escrita podem ser alcançadas em 40 horas-aula, com garantia de certificação de conclusão de 1a. à 4a. séries, através do sistema oficial de ensino, o que permite ao aluno o prosseguimento na escolarização de 1o. grau.
2. Não há método específico, todos são utilizáveis desde que atenda ao aluno.
3. Um livro básico de apoio é utilizado como atividade.
4. A avaliação, em classe, não segue uma mensuração, mas sim uma apreciação de mérito.
5. Os alunos são transferidos de unidade conforme avaliação semanal.
6. Um professor, coordenador da sala designado pelos grupos, dirige o plano de aula com diversos auxiliares, conforme o número de alunos. Às vezes, podemos dispor de um auxiliar para cada aluno, atendendo especificamente suas necessidades.

Associação Brasil SGI

Palestra sobre:

Alfabetização de Jovens e Adultos da BSGI

Palestrante:

Dirce Ivamoto
Coordenadora Geral do
Departamento Educacional

Câmara Municipal de São Paulo

Dia 09 de Setembro de 1998
10h

Folha n.º	999	do proc.
N.º	18	
O funcionário	de 9-28	

SOKA GAKKAI INTERNACIONAL

A Soka Gakkai foi fundada em 1930 pelo educador Tsunessaburo Makiguti, com o nome inicial de Soka Kyoiku Gakkai (Sociedade Educativa para Criação de Valores).

Em 1975 foi criada a Soka Gakkai Internacional (SGI), uma organização não-governamental (ONG) filiada à ONU, que tem como base filosófica o Budismo de Nitiren Daishonin.

Atualmente a SGI está difundida em 128 países, liderada por Daisaku Ikeda, um prolífico autor que constantemente dedica-se a escrever romances, ensaios e poesias, abrangendo diversos temas como a paz, a sociedade, a juventude, as artes literárias e a filosofia budista. Em 1993 visitou pela quarta vez a América do Sul e o Brasil, quando tomou posse como sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro japonês a ocupar tal posição. A SGI é uma organização originalmente pacifista que surgiu das cinzas da guerra e objetiva a criação de valores humanos, busca a paz através da valorização da educação e da cultura como a mais sublime manifestação humana. E paz, por esse caminho, significa antes de tudo, “consciência e ação”.

A SGI tem colaborado sistematicamente com os planos de paz das Nações Unidas e, em particular, nos campos da educação, do desarmamento e do auxílio a refugiados de guerras, além de lutar pela retomada da dignidade da vida e dos valores básicos dos seres humanos.

No Brasil, a SGI é representada pela Associação Brasil SGI (BSGI) desde 1960. No decorrer desses anos de atuação em território nacional, vem concretizando seus ideais através de vários eventos, como exposições e diversas palestras.

I - Introdução:

Numa época em que a teoria se conjuga intimamente com a ação e, biologicamente, o ser humano ascende, cada vez mais cedo, à sua maturidade, é uma estranha anomalia que os estudantes tenham que permanecer vinte e cinco anos, ou mais, numa plataforma sem fim, afastados da vida real. Isso ocorre porque o sistema educacional não permite ultrapassar etapas, devido a radicais posições de que todos devem cumprir milhares de horas aulas repetitivas nos bancos escolares, atrás de diploma.

O prof. Tsunessaburo Makiguti, no livro “Educação para uma vida criativa”, sugere que a família, a escola e a sociedade compartilhem a responsabilidade da educação, e que a alimentação forçada de informações seja substituída pela ênfase no desenvolvimento da razão e valores econômicos, morais e estéticos.

“A educação é a mais importante tarefa. Quando nos devotamos cem por cento à educação, podemos concretizar o verdadeiro humanismo. Assim fazendo, podemos conduzir nossa época. As pessoas, em todo o mundo, estão agora voltando suas atenções à questão de como os mais completos benefícios podem ser obtidos a partir da educação”.

II - Objetivos:

1. Proporcionar a escolaridade aos jovens e adultos desprovidos de leitura e escrita (maiores de 14 anos).
2. Selecionar procedimentos materiais e conteúdos.
3. Preparar um ensino eficaz no domínio de habilidades e conhecimentos dos alunos, de tal forma que lhes permita desenvolver progresso na realização dos objetivos.
4. Definir atividades indicadas para o sucesso desse ensino.
5. Conferir se existe uma razão para a aprendizagem.
6. Confirmar, sempre, se a necessidade da explicação do assunto (interesse do aluno) está precedendo a explicação propriamente dita.
7. Especificar, de forma a dar resultados, o que se espera alcançar com o ensino.
8. Selecionar e organizar experiências de aprendizagem para o aluno, segundo os princípios dessa aprendizagem.
9. Saber explicar ao aluno, conforme objetivos originariamente estabelecidos.
10. É primordial: decidir aonde ir, depois criar e dispor dos meios para chegar lá, e, então, descobrir se chegou onde se pretendia (Análise / Plano / Implementação).
11. O ensino é apenas uma das várias soluções possíveis para os problemas de desenvolvimento humano.
12. Técnicas de análise de desempenho e análise de objetivos ajudam a evitar desgastes de ensinar assuntos que os alunos já conhecem.
13. Em todas as aulas, deve-se realizar análises pela equipe, como exemplo:
 - O que é importante ensinar?
 - A quem interessa o conteúdo proposto?
 - Somente após a realização desses passos é possível planejar, testar, repensar a aprendizagem e pô-la em uso.
14. Após a análise, é que todos os objetivos são delineados.

Escolas
Municipais

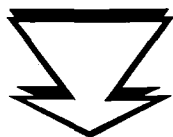


Suplência I

1º, 2º, 3º e 4º termos
do Ciclo I

Suplência II

1º, 2º, 3º e 4º termos
do Ciclo II



Projetos e
Programas
Alternativos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

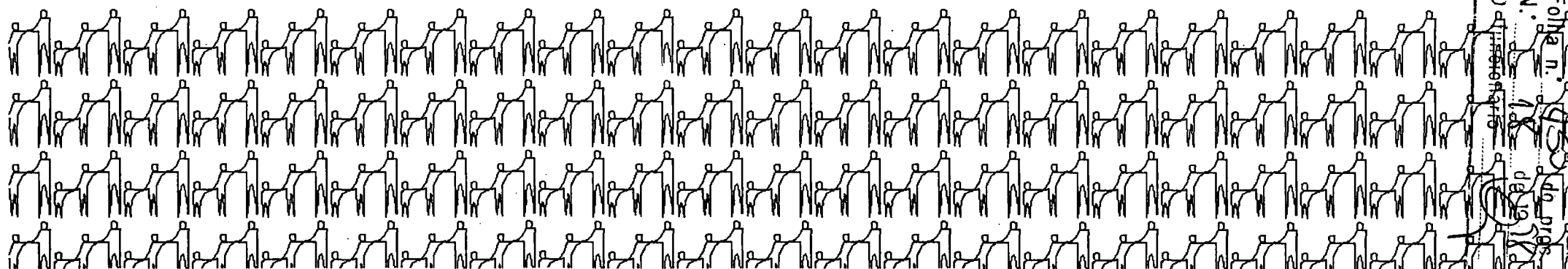
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Celso Roberto Pitta do Nascimento

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Profª Hebe Magalhães Castro de Tolosa



O adulto
somente exercerá
a cidadania plena
se lhe for assegurado
o acesso à
educação básica

arte-final



A Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - garante a oferta de "ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (art. 4º), considerando "direito público subjetivo" (art. 5º) dos jovens e adultos na etapa do ensino fundamental, destacando o dever do município de "prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados" (art. 87, inciso II);

A educação de jovens e adultos tem sido objeto de atenção especial da Secretaria Municipal de Educação, através das modalidades Suplência I e II e dos Programas e Projetos Alternativos - CEMES e PROALFA.

CEMES

Centro Municipal de Ensino Supletivo

- Oferece cursos de Suplência I (corresponde aos 4 primeiros anos do ensino fundamental) e Suplência II (corresponde aos 4 últimos anos do ensino fundamental) - em sistema de Módulos.
- Permite matrícula por componente curricular.
- Trabalha com unidades de estudo/ fascículos.
- Funciona com flexibilidade de horário e calendário.
- Atende no período diurno e noturno.
- Prevê educação personalizada/ auto-instrução.
- Faz atendimento individualizado e grupal.
- Oferece possibilidade de conclusão do curso em maior ou menor tempo, de acordo com o ritmo de aprendizagem do aluno.

INFORMAÇÕES

- DREM 01 - Rua Cesário Ramalho, 111 (Cambuci)
Fone: 278 7820
- DREM 02 - Rua Francisco Candido Machado, 74 (Vila Maria/ V. Sabrina)
Fone: 201 6502
- DREM 06 - Rua Francisco Ramos s/n (Jardim Consórcio/ Interlagos)
Fone: 247 5703
- DREM 08 - Rua Sgo Luis Rodrigues da Silva, 40 (Sapopemba/ S. Mateus)
Fone: 689 7066
- DREM 09 - Estrada Velha de Itaquera, 221 (Artur Alvim)
Fone: 6944 9801
- DREM 10 - Rua Maria Jovita da Conceição, 100 (Ermelino Matarazzo)
Fone: 6943 2034
- DREM 11 - Rua Centralina, 494 (Vila Princesa Isabel/ Guaianazes)
Fone: 207 1831

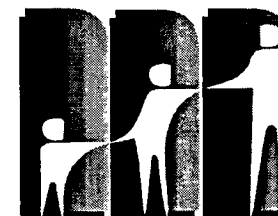
PROALFA

Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos

- Destina-se à alfabetização de jovens e adultos maiores de 14 anos.
- Oferece curso de Suplência I (corresponde aos 4 primeiros anos do ensino fundamental) - em sistema de Módulos.
- Desenvolve-se por meio de convênios com Empresas/ Entidades do Município de São Paulo.
- Ajusta-se às características e disponibilidades de horário dos adolescentes e adultos.
- Pode ser concluído, em maior ou menor tempo, de acordo com o ritmo de aprendizagem do aluno.

INFORMAÇÕES

Setor de Convênios
Secretaria Municipal de Educação
Telefones: 283 4377 / 283 4177
Ramal 144



CEMES

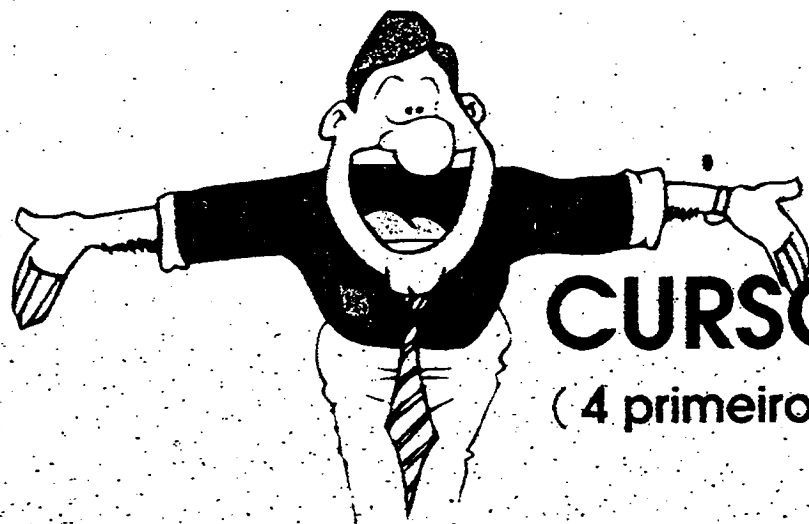


MATRÍCULA ♦ A QUALQUER ÉPOCA DO ANO
calendário : flexível

Folha n.º 451 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

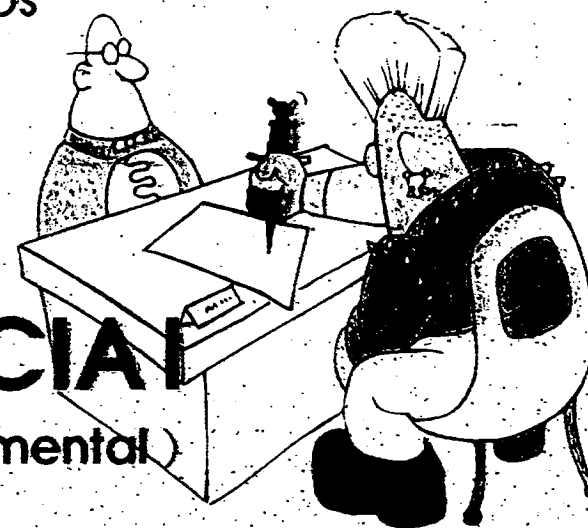
PROALFA

PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



CURSO DE SUPLÊNCIA

(4 primeiros anos do ensino fundamental)



**ATENDE ➤ JOVENS MAIORES DE 14 ANOS
➤ E ADULTOS**

funcionamento : espaços cedidos por empresas ou entidades

**ajustado • às características
• disponibilidades de horário ➤ dos alunos**

Folha n.º	450	do proc.
N.º	18	de 1958
O funcionário	10	

PROGRAMA E PROJETOS ALTERNATIVOS

PROALFA

PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - criado pelo Decreto Municipal nº 33.894/93

DESENVOLVIDO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	
		MÓDULO I	MÓDULO II
Convênios ou Acordos com Empresa / Entidade Portaria 1674 de 28/03/94	Entidades ou Empresas	Alfabetização (1º e 2º termos da Suplência I) Duração : depende do ritmo do aluno	Consolidação da alfabetização (3º e 4º termos da Suplência I) Duração : depende do ritmo do aluno.

Fontes dados: Gerência S.M.E.

Folha n.º 453 do proc.
 N.º 18 de 19 98
 O funcionário

PROGRAMA E PROJETOS ALTERNATIVOS

CEMES

CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO SUPLETIVO - criado pelo Decreto Municipal Nº 33.894/93

CRIAÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ORGANIZAÇÃO		
		MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III
Criados por Decreto	Prédios Municipais adaptados ou construídos para esse fim	Alfabetização (1º e 2º termos da Suplência I) Duração: depende do rit- mo do aluno.	Consolidação da alfa- betização (3º e 4º termos da Suplência I) Duração : depende do - ritmo do aluno.	Matrícula por com- ponente curricular corresponde aos 1º, 2º, 3º e 4º termos da Suplência II Duração : depende do ritmo do aluno.
Portaria 1625 de 23/03/94				

1998 - Número de CEMES em funcionamento (DREMs 01,02,06,08,09,10 e 11) - Total -07

Número de alunos matriculados -

Fonte : dados Gerenciais S.M.E.

Folha N.º 459 do proc.
N.º 18
O funcionário
da 1958

Folha n.º 455 do prog.
N.º 18 de 1898
O funcionário

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela Constituição Federal.

Para que pudéssemos nos aprofundar na questão, concluímos por realizar diversos encontros, propiciando, assim, debate com as sociedades de bairro, movimentos populares, sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que apresentem sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles que em idade própria não tiveram acesso à escola.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por essa entidade na questão da alfabetização de jovens e adultos, vimos convidá-la, ou seu representante, para participar como palestrante da nossa 6ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 17 de setembro de 1998, das 10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita" 8º andar desta Edilidade, no Viaduto Jacareí, nº 100 - Bela Vista.

Solicitamos, entretanto, que haja confirmação de sua presença, através do fax: 3115-1355 ramal 1449.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Quadros
Vereadora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Ilma. Sra. Concetta Iannaccaro
M.D. Chefe de Subdivisão de Educação de Jovens e Adultos do Sesi
FAX: 284-5466

Eventuais dúvidas Tel. 3115-1355 r. 1445/1382 c/ Jader ou Donizeti

Eventuais dúvidas Tel. 3112-1322 e 1442/1382 ou Jader ou Donizeti

FAX: 282-2401

Ilmo. Sr. Dr. Oséias
M.U. Coordenador-geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,
Cultura e Educação Comunitária.

Veradora Ana Maria Quadros
Presidente da Comissão de Estudos

Atenciosamente,

de estima e consideração.

Aproveitamos o ensejo para manifestar protestos

de sua presença, através do fax: 3112-1322 e-mail 1442.

Solicitamos, entretanto, que haja confirmação

82 andar desta Edilidade, no Viaduto Jacaré, nº 100 - Bela Vista.
10:00 às 13:00 horas, no Salão Nobre "Presidente João Brasil Vita"
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", no dia 17 de setembro de 1998, das
palestras de nossa 6ª Reunião com o tema: "EXPERIÊNCIAS EM
vimos convidá-lo, ou seu representante, para participar como
Vossa Senhoria, na questão da alfabetização de jovens e adultos,
em reconhecendo ao trabalho desenvolvido por

em idade própria não tiveram acesso à escola.
apresentam sugestões de como erradicar o analfabetismo daqueles que
sindicatos, ONG's, professores, pais e alunos a fim de que
debate com as sociedades de bairro, movimentos populares,
concluímos por realizar diversos encontros, proporcionando, assim,
Para que pudéssemos nos aprofundar na questão

Constituição Federal.

que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade prevista pela
de Estudos para analisar a situação educacional de jovens e adultos
requerimento de minha autoria, para a constituição de uma Comissão
A Câmara Municipal de São Paulo aprovou

Prezado Senhor,

Ofício CI nº 030/98

São Paulo, 08 de setembro de 1998.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 454 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS

"A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE S.PAULO"

M E M B R O S: Senhores Vereadores

Ana Maria Quadros - Presidente

Aldaiza Sposati

Maria Helena

Gilson Barreto

Paulo Frange

Pierrede Freitas

Vicente Cândido

Reunião realizada no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita da
Câmara Municipal de São Paulo em 17 de setembro de 1998.

SOLICITANTE:

Sra. Vereadora Ana Maria Quadros - (Memo. nº. 013/98)

Secretário: Donizete Alencar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 958 do proc.
NO 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V.1	1	Anelise	SIT. JOVENS	17.09.98		

A SRA. PRESIDENTE (Ana Maria Quadros - PSDB) - Dando continuidade a nossas experiências em educação de jovens e adultos, vamos chamar os componentes da Mesa. Sra. Lillian Padial e Sra. Sandra Dias, Coordenadora do Setor de Treinamento e Seleção do Sindicato da Construção Civil, Sinduscom. Também a Sra. Concheta Yanakaru, Chefe da Subdivisão de Educação - Jovens e Adultos do Sesi. Gostaríamos de chamar a Profa. Iraiêlides Meira Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal da Educação; Deise Benediti de Paula, do Sinesp.

Queremos "fazer o registro" das pessoas presentes. Edson de Matos; Gildete Almeida Cavalcanti, do Esporte Clube Pinheiros; José Benedito da Silva, do Centro de Promoção Humana Monte Azul; Sr. Manoel Oliveira Portássio Filho, da Federação Espírita de São Paulo; Sr. Marcelo Kuri, da Febem; Lucrécia Gomes, do Voto Consciente; José Carlos Barreto Vereda, um dos organizadores deste encontro; Cleonice Nunes, da Escola Municipal de 1º Grau Iraci Ferreira Leite, do Espaço.

Como sempre fizemos, daremos 15 minutos para cada expositor, abrindo depois para os debates, com 3 minutos para cada um. Muitas das pessoas que poderiam estar aqui presentes não estão porque vários congressos estão sendo realizados no mesmo dia. Vários professores e especialistas nos avisaram, pedindo desculpas por não estar aqui. Mas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 459 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
V.1	2	Anelise	SIT.JOVENS	17.09.98		

agradecemos a presença daqueles que aqui estão.

Vamos passar a palavra à Profa. Iraildes Meira Pereira, que é Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

O tema hoje é educação de jovens e adultos no município de São Paulo.

A SRA. IRAILDES MEIRA PEREIRA - Bom dia a todos. Cumprimento, na pessoa da Vereadora Ana Maria Quadros, todos os componentes desta Mesa. Cumprimento também a Vereadora pela iniciativa de abrir esse espaço de discussões sobre a educação de jovens e adultos na cidade de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Educação, através de uma representante que aqui esteve, teve a oportunidade de expor um denossos projetos. Além do atendimento nas unidades escolares de 1º grau, o atendimento ao ensino supletivo, experiências alternativas, como o Cemems - Centros Municipais de Ensino :Supletivo - e o Proalfa - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos através de convênios com empresas, entidades e órgãos públicos. Mas só isso não basta.

A Secretaria Municipal de Educação não atende somente a educação de jovens e adultos. Ela também atende as demais modalidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 460 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
VI	3	Anelise	SIT. JOVENS	17.09.98		

com amplo trabalho com educação infantil, ensino fundamental, agora com uma experiência nova para o próximo ano, que é a escola de 9 anos, a educação especial e a cursos técnicos com oito escolas.

A Profa. Hebe está firmando convênio com o INSS nesta semana para poder ampliar esse atendimento à educação de jovens e adultos. Apenas a Secretaria não tem condições de atender a totalidade da população. O último levantamento do IBGE nos dá conta de que em São Paulo havia ainda 500 mil analfabetos. A Secretaria Municipal de Educação, hoje, atende aproximadamente 130 mil alunos do ensino supletivo. Não basta. Por isso, precisamos estabelecer parcerias e contarmos com a colaboração de todos. Temos a representação do Siduscom, do Sesi aqui hoje, que realmente contribuem e dão a sua parcela.

Temos ainda que lamentar a questão dos exames supletivos que são oferecidos anualmente pela Secretaria de Estado e que vem cobrar esse exame. Não concordamos com isso. O poder público tem que oferecer esse exame gratuitamente ao aluno, que geralmente é trabalhador e necessitado.

Lamentamos ainda a procura de vagas já que não temos condições de atender a todos. Muitos alunos dos nossos centros municipais de ensino supletivo, ou mesmo aqueles que frequentam o ensino supletivo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Processo n.º 461
N.º 18 de 1998
Of. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Vl	4	Anelise	SIT. JOVENS	17.09.98		

nas unidades escolares , advêm dos municípios vizinhos - Santo André, Diadema, Suzano, Ferraz de Vasconcellos, enfim, da Grande São Paulo. Muitas vezes, deixamos de atender ao próprio morador do município de São Paulo para atender àqueles que nos buscam.

Enfim, as escolas e os centros municipais de ensino supletivo têm suas portas abertas para dar esse atendimento.

Felizmente, temos publicado ainda no último mês a deliberação do Conselho Municipal de Educação que estabelece normas para o funcionamento do ensino supletivo. Obviamente, queremos chegar ao avanço de estarmos implantando nas nossas unidades os programas alternativos de educação de jovens e adultos, programas esses que podemos oferecer de uma forma mais prática para o aluno, para que o total de horas seja condizente com a sua vida, sua flexibilidade, que é o caso dos Cemes. Hoje os cursos oferecidos nas unidades escolares obedecem a uma rigidez de horário, porque, obviamente, não podemos fugir das 400 horas/semestre, isso entendido no Conselho Municipal de Educação. Porém, se chegarmos ao avanço de oferecer projetos alternativos nas escolas no período noturno, estaremos atendendo a um número maior de alunos e a oferta seria, realmente, mais justa.

Agradeço o convite de estar participando deste evento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 462 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Vl	5	Anelise	SIT; JOVENS	17.09.98		

A SRA. ANA-MARIA QUADROS (PSDB) - Passo a palavra à Sra.

Sandra Dias, Coordenadora do Setor de Treinamento e Seleção do Sindicato...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 463 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V 2	1	alex	jovens	17 9 98		

[REDACTED]

[REDACTED]

A SRA. SANDRA DIAS - Agradeço à nobre Vereadora Ana Maria Quadros pelo convite ao Sinduscon para participar deste trabalho, onde podemos divulgar o que estamos fazendo em nível de alfabetização de adultos. Peço licença para apresentar simultaneamente alguma transparências.

Nosso programa começou em 1991. Contratamos a Colméia, entidade sem fins lucrativos, para elaborar o projeto. Fizemos um piloto, que foi aprovado. Validamos o processo; estamos nessa empreitada faz 8 anos: desde junho de 1991.

O nosso projeto não visa apenas ler, escrever e operações matemáticas, mas algo mais amplo, no sentido do resgate desse indivíduo enquanto cidadão consciente de seus direitos e deveres, noções de higiene e segurança, vida em comunidade e em sociedade de forma geral.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido no canteiro de obras. É feito após o expediente junto aos operários da construção civil. É um trabalho com adultos; aqueles que já frequentaram a escola ou aqueles que nunca a frequentaram também têm essa oportunidade. Estamos pensando, também, numa qualificação profissional. Para poder qualificar esse operário, primeiro preciso alfabetizá-lo, pois os analfabetos representam um grande contingente de trabalhadores na construção civil. Temos parceria com o próprio SENAI. Para tanto, ele precisa saber ler, escrever e as quatro operações, pelo menos, para assentar um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 469 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V 2	2	alex	jovens	17 9 98		

tijolo, calcular quantos metros de areia precisará usar, qual a quantidade de ~~mm~~ cal e cimento necessária.

O programa "Construção Cidadania" é possibilitar que o aluno aprenda a expressar seus pensamentos e sentimentos através da linguagem oral e escrita, a ler e a escrever palavras, frases e textos, desenvolver a compreensão, respondendo questões referentes a situações vivenciadas por ele ou por outros - o quê?, como?, para quê? por quê? - e desenvolver e aplicar as noções matemáticas.

Baseamo-nos na metodologia de Paulo Freire. Não temos cartilha, não temos livros. Baseamo-nos nas experiências deles, que trazem muitas experiências. Em cima delas é que fazemos a alfabetização em sala de aula.

Recursos utilizados: jornais, revistas, vídeos, passeios turísticos, teatro. A ~~professora~~ professora pega um grupo de alunos e o leva à praia para conhecer o mar. Eles nunca tinham visto o mar. Falou-se sobre ~~o mar~~ na sala, então eles foram conhecer o mar. O grupo também foi levado ao teatro. Então, trata-se de viver a comunidade, outros aspectos que influenciam na vida dele.

O número mínimo para a implantação de uma sala de aula é de 15 alunos, sendo o máximo 30. Essas aulas são desenvolvidas à noite, após o expediente de trabalho, de segunda a quinta. Verificamos, no piloto, que a sexta não é um bom dia, porque havia muita ausência; também é o dia de pagamento. Eles queriam beber alguma coisa, ir ~~visitar~~ visitar a família, etc. Vimos que o melhor é de segunda a quinta, duas horas por noite. São 32 horas mensais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 465 do proc.
N.º 78 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V 2	3	alex	jovens	17 9 98		

Há turmas cujas aulas começam das 18 às 20h; outras, das 19 às 21h. Pedimos, inclusive, o envolvimento da construtora no processo, porque eles querem muito ganhar hora extra. Fazemos um trabalho junto com o mestre de obra, no canteiro, para que essas horas extras sejam feitas num sábado, por exemplo, para que seja possível ao operário ir à aula. Caso contrário, há a falta. Temos, às vezes, um índice muito grande de falta por causa de hora extra.

Às vezes, há empresas que premiam os alunos, para fazer com que frequentem essas aulas todos os dias. ~~Podem~~ pode ser uma cesta-básica a mais, o sorteio de rádios, etc. Isso tudo para incentivar a participação.

Temos vários níveis, desde o analfabeto até aquelas que algum dia frequentaram a escola. É uma sala ~~multisseriada~~ multisseriada, multidisciplinar. A professora, nos primeiros 15 dias, vai identificar a população que está atendendo. Temos, às vezes, pessoas até na 4a. série. A professora vai direcionando os conteúdos.

Ao final de nove meses, a duração do programa, o aluno que tiver condições equivalentes a uma quarta série a professora leva para uma escola da rede pública para fazer a suplência 1, que é o teste de escolaridade, o qual dirá se o aluno está apto a cursar uma 5a. série.

São atribuições do Sinduscon cadastrar a professora, orientá-la em relação ao projeto e à metodologia, fornece material didático para a professora, orienta a empresa quanto à implantação do programa, faz reuniões mensais com as professoras, acompanha o programa através de relatórios mensais preenchidos pelas professoras; há relatório de encerramento de programa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	966	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário	[assinatura]	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V 2	4	alex	ljuvens	17 9 98		

Toda essa assessoria pedagógica é feita pelo Sinduscon.

Quanto às construtoras, que são nossas parceiras, nossas associadas, elas são responsáveis pela implantação, ou seja, montagem da sala de aula no canteiro de obra, remuneração do monitor, vale-transporte para esse monitor e material didático - lápis, caderno, borracha, giz, quadro-negro, etc. -, além de outros materiais [redacted]

[redacted]

[redacted]

[redacted]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	467	do proc.	Nº	18	de 1988
O funcionário					

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFARTE
V3	1	Vianna	Sit. Educac. Jovens	17.9.98		

que a professora precise.

Do pagamento eu já falei que a própria construtora é responsável por isso. É de dois a três salários mínimos, hoje, a remuneração do professor por duas horas diárias, à noite, e quatro dias.

Cadastro. (INinteligível) um cadastro de professores. Os professoreos entram em contato com o Sinduscon, fazemos um cadastro, alocamos por região onde eles moram, as empresas entram em contato conosco, nós indicamos o professor para a construtora, mais de uma, evidentemente, e fica a critério da construtora escolher o professor que ela vai contratar para desenvolver o projeto, na empresa. A gente exige que eles tenham pelo menos o Magistério ou o curso de Pedagogia.

Nossa posição atual com relação ao número de empresas participantes e número de alunos. Desde que começamos, em junho de 91, essa posição de agosto de 98, temos 109 empresas que participaram desse processo, 196 classes instaladas, 138 classes concluíram, 14 classes estão em andamento e 1420 alunos concluíram o curso. Atualmente temos 363 alunos cursando o programa da construção da cidadania.

Algumas classes foram desativadas, às vezes por problema de demissão do funcionário, redução muito grande do número de em-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 468 do proc.
18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V3	2	Vianna	Sit. Educac. Jovens	17.9.98		

pregos da construção civil, às vezes pelo remanejamento desse operário para outro canteiro de obras que não tem a sala, então interrompe-se o programa.

A gente orienta a construtora que, ao implantar o projeto, aqueles alunos permaneçam pelo menos 9 meses, que é a duração do programa para que haja a conclusão do projeto.

Tem umas ~~uma~~ fotos que nós colocamos aqui. A primeira ~~uma~~ foto é uma sensibilização que a Lilian faz com os operários das construtoras para mostrar que eles têm condições, que eles são competentes e que estão em tempo de aprender; porque eles acham que são incompetentes, burros, que não vão aprender. Através dessa dinâmica a gente mostra que eles têm condições de aprender sim, e que a oportunidade está aí e que eles têm que abraçar essa oportunidade.

Outra foto é a abertura de uma sala de aula. O diretor da empresa normalmente faz essa abertura, fala dos objetivos, dá as boas-vindas aos alunos.

A próxima foto é um aluno numa das aulas, escrevendo no quadro. A foto de uma sala de aula. São bancadas feitas pelos próprios alunos. Eles gostam de estar envolvidos nesse processo, de se sentir co-participantes, então eles fazem o quadro negro, fazem as banca-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
V3	3	Vianna	Sit. Educac. Jovens	17.9.98		

das. Optamos pelo sistema de bancadas porque é melhor para eles escreverem, uma vez que eles não têm coordenação motora e debruçam em cima dos cadernos. Se for uma carteira universitária, cai lápis, cai caderno, cai borracha. A bancada é ~~mais ampla~~ mais ampla e eles podem treinar.

Aluno também na sala de aula, aqui é uma sala em Campinas. Uma turma que a gente já teve. Aí é o exemplo de um mural que os alunos fizeram, recortando, montando as sílabas. Trabalho com as embalagens, farinha Dona Benta, Pullmann, então é para saber as marcas, essas coisas, os produtos que são comercializados.

Aqui são ~~letras~~ letras e eles estão montando palavras. REcortes de palavras de jornais, revistas. A gente trabalha com esse tipo de material. Letras vazadas.

Aqui é o encerramento de uma turma. Isso é muito emocionante. Cada vez que ~~há~~ há o encerramento de uma turma, a gente vê o brilho nos olhos deles, a empolgação de receber um canudo. A gente dá um canudo simbólico, na verdade, e um certificado de que ele participou do programa de alfabetização. Não tem um diploma formal, especialmente para o pessoal que é analfabeto. Mas isso já é recompensa, só o fato de eles poderem escrever para os parentes, para os amigos, escrever



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 970 do proc.
18 de 1978
O funcionário Q

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V3	4	Vianna	Sit. Educac. Jovens	17.9.98		

uma carta, poder ler junto com os filhos que estão na escola já é um grande triunfo para eles. Isso é gratificante para nós, esse retorno.

Basicamente era isso que eu tinha para falar do nosso projeto.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Agradeço muito à professora Sandra Dias, coordenadora do setor de treinamento e seleção do Sindicato da Construção Civil, Sinduscon, e também a outra professora que a acompanha, a Lilian Pardial. Vamos fazer uma exceção e ver se alguém tem perguntas a fazer para as professoras Sandra e Lilian. Se tiver, podem se dirigir ao microfone. Vamos dar dois minutos, porque ela precisa se retirar, infelizmente. Alguém tem alguma pergunta, ou o pessoal da mesa ou o do plenário? (Pausa) Professora Idailde, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

A SRA. - Acho que ela foi muito clara na explanação, bem objetiva; por isso não temos ~~perguntas~~ perguntas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 471 do proc.
n.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V3	5	Vianna	Sit. Educac. Jovens	17.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Esta comissão quer agradecer ao Sinduscon, na pessoa da professora Sandra Dias e da Lilian Pardial, cumprimentando pelo trabalho.

A Deise Beneti quer fazer uma pergunta.

A SRA. DEISE BENETI - Sou do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação e gostaria de perguntar o seguinte: como é que vocês, enquanto sindicato, chegaram a esse trabalho? Como é que vocês discutiram e iniciaram esse trabalho? É um trabalho necessário, mas vai um tempo de elaboração até se chegar a ele. A pergunta é a seguinte: como é que o Sindicato



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 472 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFARTE
V4	1	dalva	situação dos	x jovens	17.09	

chegou a esse trabalho.. Como ~~gr~~ foi que vocês iniciaram esse trabalho enquanto diretoria, qual foi a discussão, o sindicato está ~~em~~ interessado nesse trabalho de vovês. Estamos começando a pensar a respeito do engajamento do ~~x~~ sindicato em trabalhos com a educação de jovens e adultos. Gosaria que você falasse um pouco sobre isso.

~~XXXXXX~~ A SRA. _____ - O estudo teve início em 86, a implantação foi em 91, o presidente da época Sr. Júlio Capobianque em um Congresso realizada em Brasília com o tema: o Construtor como educador. Então ele ~~mas~~ também por bem transportar isso para construção civil, ou seja, para que o construtor realmente tornasse um educador. Mesmo porque, pensando na qualidade da produção que é feita hoje na ~~x~~ construção civil. Então contratamos uma consultoria, no caso a Colméia, uma entidade sem fins lucrativos que desenvolvia um programa de jovens e adultos, a Colméia fez todo um estudo sobre isso,, e fez umx programa de treinamento. Isso foi implantado no ano de 91, foi aperfeiçoado, ~~x~~ e estamos ministrando até hoje. Temos encontrado muitas dificuldades, porque já recorremos a Secretaria Municipal de ~~x~~Educação, ~~Est~~adual pedindo suporte e acompanhamento pedagógico, porque nossos recursos são escarsos, as construtoras bancam a maior parte do projeto, a remuneração do ~~monitores~~ monitor, e não temos recurso humanos até para fazer esse acompanhamento ~~em~~ "in-looco" no canteiro de obras, então fazemos esse acompanhamento à distância



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 973 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
V4	2	dalva	Situação dos jovens		17.09	

e quando muito fazemos reuniões bimestrais com as monitoras no nosso sindicato. É um trabalho de formiguinha que estamos fazendo e estamos batalhando inclusive com o empresariado da construção civil para ter mais adeptos nesse projeto.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu tive a felicidade de participar desse projeto através da Colméia. Quando ela lançou o projeto ela pagava os supervisores, e eu fui uma das supervisoras então nós acompanhávamos o trabalho no canteiro de obras. Era muito interessante e tivemos todo ~~tipo~~ tipo de problema. ~~Tivemos~~ Tivemos desde o problema das condições de trabalho em que as pessoas procuravam fazer da melhor maneira possível, mas como era no prédio em construção, como vocês ~~deve~~ devem saber era com luz improvisada, sala improvisada, mas foi muito interessante, uma experiência muito bonita onde a Colméia formou ~~capacitou~~ capacitou esses educadores e nós supervisionamos por um período de um ano, se não me engano. Agora o interessante ~~era~~ era o que se passava, porque me lembro que supervisionava ~~uma~~ uma das construções, em que houve um debate sobre o IPTU, onde os alunos colocaram o seguinte: puxa! mas é ~~o~~ IPTU! Um deles moravam na obra, e colocou o problema ~~então~~ então levantamos, refletimos, seguindo a linha do Paulo Freire, com análise do problema sobre todos os ângulos, eles fizeram várias propostas, o que ~~fazer~~ fazer, como reclamar, como apresentar propostas e reclamações à Prefeitura Municipal, que órgão. Então foi um trabalho muito bonito. ~~Qual~~ Qual não foi meu susto, quando um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 474 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
V4	3	dalva	situação dos jovens	17.09		

dia chego na Colméia, e a a coordenadora da Colméia me liga e diz: Ana Maria tivemos queixa, você não pode mais supervisionar tal obra. Como é que não posso mais supervisionar tal obra? ~~Sua~~ Sua empresa impedir, não ~~quis~~ quis mais que fosse, porque nós da supervisão ia batia um pago, conversava com os alunos, com os ~~professores~~ professores, e um debate desses que eles estavam dizendo para os professores e nós analisávamos junto com eles, e ao debater o problema com os estudantes, os trabalhadores, analise sobre todos os ângulos, não dê soluções, levante todos os ângulos, e aí não sei porque se sentiram ameaçados. A professora foi chamada, e a ~~Colméia~~ Colméia recebeu reclamação da supervisão. É muito interessante isso, de ser observado, porque era uma cabeça muito ~~pequena~~ pequena, não sei que fez a denúncia, não me interessou em saber, sei que a Colméia tratou dessa situação, mas era uma cabeça muito pequena, era uma ~~discussão~~ discussão sobre o IPTU. ~~Tudo~~ Tudo é cidadania. Estamos aí com uma discussão aqui na Câmara, nos jornais, mostrando agora o que está acontecendo, e naquela época em 91, aconteceu isso. Então veja, temos que estar atentos quanto a esse tipo de problema, porque o coordenador da sala de aula sendo o professor, ali no caso acho que não era a Colméia, acho que ela preparou diferentes monitores, não me lembro se eram todos os professores ou não, pode ser que fosse, esse detalhe já não me lembro. A gente x fazia toda a capacitação livre, levante os problemas se perguntar no ~~final~~ final, você diz: eu penso assim, mas só depois de analisar todo o problema até para você não fazer doutrinação, e veja que era no ano de 91, não ~~faz~~ faz muito tempo, mas a empresa se



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
V4	4	dalva	situação	dos jovens	17.09	

~~sentiu~~ sentiui ameaçada, possivelmente pela organização dos trabalhadores, porque a partir dali as pessoas propunham, sugeriam, formavam grupos de trabalho, então é provável que estrutura do trabalho de não querer que isso se alastrasse, passasse a ser reivindicações de trabalho, veja na empresa moderna, assustamos porque nela é discutido também situações de trabalho com seus trabalhadores. Todas as relações, pegar as grandes empresas do mundo de hoje, quando é que se produz mais? Quando o trabalhador participa na organização. Então sabemos que temos aqui no Brasil diferentes estágios daqueles que coordenam determinadas empresas. Eram empresas, não vou dizer o nome, mas me lembro a época que era uma empresa muito bem conceituada, e bem cotada no mercado. Então veja as dificuldades quando você levanta a discussão, isso aí que fica para todos aqueles que trabalham com o privado, quando você levanta as discussões, quando as pessoas analisam os problemas sobre diferentes ângulos, como fica a situação daquele que ~~emprega~~ emprega.

A SRA. _____ - Pelo menos _____



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 496 do proc.
18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
V5	1	Paula	jovens	17.09.98		

nesses últimos 5 anos em que estou no Sinduscom isso não apareceu, pelo menos nenhum monitor comentou esse caso. É uma novidade para mim.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Estou colocando porque porque não interessava entrar. O trabalho estava sendo bonito. A Colméia deve ter discutido com a diretoria da empresa e não interessava entrarmos nessa questão.

A SRA. - Quero ressaltar o fator humano. Estamos intensionando elevar a qualidade de vida do nosso operário; enquanto funcionário da construtora ele está se desenvolvendo, está compreendendo melhor o próprio serviço que está fazendo como aumentando também a qualidade de vida dele. Trabalhamos muito isso na dinâmica de sensibilização que fazemos. Queremos, realmente, que o nosso treinando, que o nosso aluno passe, realmente, a admirar, a aceitar a empresa que está abrindo essa oportunidade para ele, não apenas como empregador, mas queremos que ele também percebam que a empresa está investindo na pessoa, no profissional, no cidadão.

Então, como a Sandra falou, a partir daí ele



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 477 do proc.
N.º 18 de 1957
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
V5	2	Paula	jovens	17.09.98		

vai poder estar se interagindo melhor com a sociedade e poderá se comunicar com a família escrevendo cartas; ele poderá passar na rua e entender um outdoor, uma placa de sinalização, inclusive dentro da própria obra. O número de acidentes de trabalho nas obras foi reduzido porque antes tínhamos um poço de elevador com uma fita ou uma placa dizendo "não ultrapasse esta área". O operário que não sabe ler ou que pouco conhece a obra caía no buraco, sofria acidentes.

Então, com a questão da pessoa estar mais voltada a consciência dela muda; o operário fica mais voltado, mais atento às condições externas, ao redor dele. Então, é nosso interesse que o operário reconheça o empenho da construtora e identifique ela está querendo transformá-lo não só em um operário que produza com maior qualidade evitando desperdício na obra, o que era um fator muito alto. Os nossos operários que participam desses programas de alfabetização estão atuantes em salas de aulas conseguem verificar melhor, checar melhor o volume, a quantidade de material necessária para a pavimentação de um determinado andar. Ele consegue verificar quanto será necessário evitando o desperdício.

Então, é interessante tanto para a empresa nessa questão de redução de acidentes de trabalho, redução de desper-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 478 do proc.
D.º 78 de 1978
O funcionário 9
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V5	3	Paula	jovens	17.09.98		

dício quanto é interessante, e muito importante também, para o operário enquanto pessoa, enquanto cidadão. Esse, realmente, é um enfoque muito importante que deve ser dado. Trabalhamos muito quando fazemos a sensibilização. Muitos deles nos falam que não têm mais idade, que já passou o seu tempo. Mas, da mesma forma que uma pessoa que é destra acha que não consegue utilizar a mão esquerda caso ela venha a ter algum problema, precise engessar, provamos que há condições, há capacidade diante um treinamento, mediante a apresentação das dificuldades e suas conquistas. Isso também é importante na questão da formatura, de estarmos divulgando a formatura dos funcionários que conseguiram passar pelo processo de alfabetização ou pelo processo de educação, ou melhor falando, porque o nosso interesse não é apenas alfabetizar, mas educar o funcionário, incentivando outras pessoas a participarem do mesmo programa.

ACSRA. ANA MARIA QUADROS - Apenas quero

retificar que quando disse que na hora em que havia acontecido aquilo, na reclamação não disse que eu tomaria as providências, mas passei os dados para a coordenadora do projeto e ela entrou em contato com a empresa para dizer que aquilo não poderia acontecer. Apenas para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	97	do proc.
N.º	18	de 1998
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V5	4	Paula	jovens	17.09.98	AnaQuadros	

dizer que não tive contato direto com a empresa. Eu apenas colhi e mostrei à coordenadora do projeto, dizendo que ~~xxx~~ isso não poderia acontecer porque inibiria qualquer discussão na sala de aula. A professora estava apavorada. Então, a coordenadora da colméia, no caso, a Marília, entrou em contato com o presidente da empresa e resolveram o problema.

Apenas estou colocando porque o monitor não tenho tanta formação e precisando, são 3 salários-mínimos, na época, não me lembro quanto era, mas que precisava daquele dinheiro e poderia se sentir ameaçado com a possibilidade de demissão. Isso acaba ~~xxx~~ atrapalhando o trabalho. Então, é muito importante essa coordenação pelo sindicato para não deixar acontecer isso.

Quero dizer para o o José Carlos Barreto que ele é membro integrante desta Mesa sempre. Pode vir quando quiser.

Quero registrar a presença da Sra. Elvira Pereira, da Fabes, do Sr. Julio de Almeida, da DREM 13; Wilson Barbosa,, do Centro de Recreação e Desenvolvimento do Menor; Jarina Rodrigues Fernandes, do Núcleo de Trabalhadores Comunitários da Puc e Virgínia da Costa Libor, da universidade São Marcos e Rafael Maia Caldas, do gabinete da Vereadora Aldaíza Sposati.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 480 do proc.
N.º 78 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V5	5	Paula	jovens	17.09.98	Ana Quadros	

Quero agradecer mais uma vez às professoras Sandra e Lillian e dizer que elas estão, infelizmente, dispensadas. Vamos passar a palavra para a Concheta Ianakaro, que é chefe da subdivisão de educação de jovens e adultos do Sesi.

Quero dizer também que o Cenpec, Centro de Estudos de Pesquisa de Cultura e Educação Comunitária, estava agendado com o Dr. Ilogui Dória que viria para apresentar os seus trabalhos nessa área, mas, infelizmente, não pôde comparecer e pede desculpas.

Tem a palavra a professora Célia para os agradecimentos.

A SRA. CÉLIA - Quero agradecer o convite e dizer que estamos abertos a qualquer coisa que precisarem da gente. [REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 481 do proc.
Int. 0 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
V6	1	Monteiro	Jovens 17.09.98	17.09.98		

Vou deixar uma cópia do nosso programa para pesquisa, consultas, e queria ter também um retorno, depois, do trabalho que a Câmara venha a fazer no sentido dessa educação de jovens e adultos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Sandra, só aproveitando para fazer uma outra pergunta, que já não me lembrava, o Conselho Estadual de Educação aprovou o projeto do Sinduscon e vocês mesmos é que dão o certificado?

A SRA. SANDRA - Não, o certificado que damos é o certificado de que ele passou por um programa de alfabetização. A Professora leva os alunos a uma escola da rede pública para fazer o teste de escolaridade. Nós não temos autorização, não.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Sei, então vocês não conseguiram?

A SRA. SANDRA - Não.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 485 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V6	2	Monteiro	Jovens	17.09.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Porque me lembro de que a
idéia inicial era conseguir do Conselho Estadual de Educação...

A SRA. ~~XXXXXX~~ - Não, porque não temos escola, não temos
regimento próprio, essas coisas.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Mas aí conseguiria como um
projeto específico.

A SRA. ~~XXXXXX~~ - Mas não conseguimos, não foi possível.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então, aproveito aqui tam-
bém para pedir de público à Professora Iraíldes, vamos até mandar
por escrito, o que foi até uma solitação também da Soga... (?)
porque muitos estão fazendo esse trabalho, que é de iniciativa
das ONGs, e tem poucas escolas que dão o certificado de conclusão
da quarta série, ou mesmo de séries intermediárias.

Então, já fica uma solicitação pública, irá por escri-
to, se as escolas municipais podem, algumas por DREM, serem se-
des desses atestados. Os alunos vão lá, se aplica a prova, e elas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 483 do proc.
N.º 18 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V6	3	Monteiro	Jovens	17.09.98		

dão o certificado, ou de conclusão da quarta série ou mesmo certificado de conclusão de qualquer série porque não é necessário que seja só conclusão de quarta série. A escola pode fazer isso, já temos toda a LDB aí que permite isso, o aluno chega na escola, a escola faz a avaliação, e ele traz das diversas ONGs o que ele cursou e a escola pode analisar e dar o certificado, ou de conclusão da quarta série ou da série que o aluno fizer. A LDB já possibilita isso.

Então, fica um pedido formal aqui, desta Comissão, e depois encaminharemos por escrito para ver da possibilidade das escolas municipais, em maior número, poderem também oferecer esse atestado. Obrigada.

Com a palavra a Professora Concheta Ianacaro (?), Chefe de Subdivisão de Educação de Jovens e Adultos do SESI.

A SRA. CONCHETA IANACARO (?) - Bom dia a todos. O Serviço Social da Indústria, através do nosso superintendente, Dr. José Felício Castelano, da nossa Diretora da Divisão de Educação Básica, Professora Amélia, parabeniza a iniciativa da Vereador Ana Maria Quadros e agradece o convite e a oportunidade, então,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 484 do proc.
78 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
V6	4	Monteiro	Jovens	17.09.98		

de apresentarmos o trabalho que o Sesi tem desenvolvido já durante praticamente 50 anos.

Antes de começarmos, vou tentar voltar um pouquinho na história, para entendermos um pouco do trabalho do Sesi hoje, Na década de 40, mais precisamente em 1946, em função da própria situação econômica do momento e por iniciativa de um grupo de empresários que, analisando a situação, vendo o número, que era praticamente 56%, de analfabetos no país no segundo censo de 1940, resolveram então implantar nas empresas, nas fábricas, um curso de alfabetização, que dizia: cursos populares de alfabetização, que correspondia realmente à alfabetização de primeira a quarta série.

Com o passar do tempo, esses cursos foram tomando uma dimensão e foram se instalando em comunidades, em paróquias, em associações de amigos de bairros, foram caminhando, houve uma adesão imensa por parte dos empresários e de outros ramos também. Mais ou menos na década de 90 também se instalou a continuidade do curso através de quinta a oitava séries.

Agora, chegando mais próximo de nós, em 1995, num convênio entre a Fundação Roberto Marinho e o sistema FIESP, foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 485 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V6	5	Monteiro	Jovens	17.09.98		

criado, então, o Telecurso 2000, que é uma outra alternativa de ensino, voltada também para a educação de jovens e adultos. Então, atualmente no Sesi nós oferecemos os cursos mediante o sistema presencial, que é de primeira a oitava séries e também através do ensino à distância, segundo o Projeto Telecurso 2000.

Então, é Sesi, Serviço Social da Indústria. Vimos de uma linha mestra, de uma mãe, que é a Confederação Nacional da Indústria, CNI. O Sesi, portanto, é um órgão da confederação. Então, temos o Departamento Nacional do Sesi e o Departamento Regional aqui de São Paulo. Em toda Federação são 27 Estados com a entidade Sesi trabalhando nas diversas áreas. Não só na parte de educação de jovens e adultos mas de educação infantil também.

No Estado de São Paulo, nessa história que rapidamente passei para vocês, o Sesi não ficou única e exclusivamente com a educação de jovens e adultos, começou também a implantar os cursos de primeira a quarta séries do regular, depois com quinta série através da lei e, seguindo, hoje temos educação infantil, o curso de educação de jovens e adultos e também o fundamental.

A partir, então, do início deste ano, numa iniciativa também da Confederação, se instituiu o programa "Educação do Tra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 486 do proc.
N.º 18 de 1998
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFONTE
V6	6	Monteiro	Jovens	17.09.98		

balhador". Agora, no desenvolvimento da minha fala, vocês vão entender essa história mais ou menos que passei e também como estamos hoje. ~~Qual~~ Qual é a meta global e qual seria o objetivo geral desse programa de educação do trabalhador?

Como objetivo geral, temos a elevação da escolaridade básica do trabalhador, que é o próprio princípio da Confederação, e como meta global temos, até o ano 2000, de tentar reverter a situação, em termos de Brasil, de atender ~~_____~~
~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 487 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
V7	1	dalva	Situação dos Jovens		17.09	

Um milhão de analfabetos no sub escolarizado. Só para São Paulo? Não. Todos os estados da federação estão trabalhando com a educação esse programa de educação para o trabalhador. Qual é o nosso público alvo? É lógico que se nós somos, se o SESI é uma entidade criada e mantida pela indústria, o nosso público alvo é o trabalhador que está lá na indústria, é aquele que por diversas razões deixou de estudar na época certa, ou nem sequer começou a estudar. Então o público alvo é o trabalhador, porém nesse programa educação do trabalhador, nós podemos articular parcerias, então vamos também atender um público alvo, não só necessariamente de indústria, de todos os ramos da sociedade poderá ficar engajados nesta meta de atingir um milhão de analfabetos sub escolarizados até o ano 2000. A proposta pedagógica então, é metodologica do SESI de São Paulo nós nos limitamos então a continuar, desde aquela história que contei, a permanecer então o ensino presencial de 8ª série e o ensino à distância através do telecurso 2000. De 1ª a 8ª série nós trabalhamos por curso semestral. Trabalhamos nas empresas, então algumas empresas optam por iniciar desde de 1ª a 4ª série, outras empresas, dependendo, lógico do perfil dos trabalhadores já se começa de 5ª a 8ª, assim por diante. Existe uma legislação que cumprimos no sentido de garantir os dias letivos e a frequência obrigatória de 75% das aulas dadas. Existe esse acompanhamento e esse cumprimento da legislação e também se faz a avaliação no processo durante o tempo em que o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 488 do proc.
18 de 19 98
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
V7	2	dalva	Situação dos	jovens	17.09	

aluno está estudando, e nós certificamos. Então o SESI certifica o aluno que concluir então, de 1ª a 8ª série, e ~~essa~~ essa certificação lhe dá o direito de prosseguimento de estudos. Com relação ao telecurso 2000 ele não é muito ainda entendido, ou talvez assimilado pela maioria da população, porque é um ensino diferenciado, e na nossa história de educação temos uma ~~x~~ visão de que o aluno realmente aprende desde que ele esteja ali sentado com o professor. Então o projeto Telecurso 2000 ele quebra essa estrutura tradicional. É uma alternativa que realmente está atendendo ao aluno trabalhador que muitas ~~vezes~~ vezes não tem condições de assistir uma aula, e tendo aquela obrigatoriedade de frequência. No Telecurso, tanto fundamental como médio, temos uma previsão da duração do curso para ele eliminar todas as matérias num prazo de 18 meses, no ~~presencial~~ presencial de 1ª a 8ª séries são seis semestral, então o curso do fundamental que são 8 anos, nós fazemos, então em 4. São dois anos e mais 2 anos de 5ª a 8ª. No telecurso é muito mais rápido, porque em 18 meses ele tem a possibilidade de realmente de aprender e também ~~xxx~~ receber o certificado. ~~AE~~ com isso ele vai estudando nas nossas tele salas, que é uma ~~recepção~~ recepção organizada que nós falamos, onde temos os orientadores de aprendizagem mais os tele alunos, ou senão em casa através da própria mídia que apresenta através da televisão a programação toda do ~~telecurso~~ telecurso, e os livros também que acompanham. Então a previsão é mais ou menos de 18 meses, então é muito mais rápido. Queríamos até fazer um levantamento desses 50 anos, praticamente, em que o SESI desenvolve o que ele já



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
V7	3	dalva	Situação dos	jovens	17.09	

certificou, mas não foi possível, então nós trouxemos mais ou menos o que temos hoje em termos de salas de aulas, e tele-salas. Então no ensino fundamental supletivo temos os senos educacionais do Sesi, as unidades do Sesi são 83 unidades escolares que matém a educação de jovens e adultos. Temos um universo praticamente de quase 14 mil alunos frequentando esses centros ~~educacionais~~ educacionais. Empresas temos 145 com curso presencial num total de 7 mil alunos e um total de quase 20 mil alunos frequentando as nossas unidades escolares e mais dentro da empresa. Falamos que dentro de uma empresa é uma unidade escolar, porque nós instalamos o curso. Com relação ao Telecurso 2000, tanto fundamental como médio nos senos educacionais são 68 unidades escolares. No total temos praticamente 31 mil alunos nas nossas unidades. Temos os professores que desenvolve esse trabalho junto as empresas e nas unidades do Sesi, temos um novo profissional que agora ele começa a agir no magistério que é orientador de aprendizagem. No Telecurso 2000, nós não falamos professor, falamos orientador de ~~aprendizagem~~ aprendizagem, porque ele não vai trabalhar especificament com uma disciplina, trabalha ~~com todas~~ com todas as disciplinas referente ao curso. Temos o orientador técnico de ensino básico que é aquele com orientação específica, então, de pedagogia de magistério que vai às empresas e que tratam então do aspecto legal desse curso no sentido, de assinar a certificação desse nosso aluno, e trabalha, também, é lógico a parte pedagógica desse professor que está lá e também toda a vida escolar desse aluno. ~~_____~~
~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 450 do proc.
18 de 1958
O funcionário CO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-8	1	Marcia	Sit.Educ.Jovens	17.9.98		

A exigência, então, da formação do professor. Todos os professores contratados e registrados em carteira porque são funcionários do SESI, e têm habilitação de 1ª a 4ª série, no mínimo magistério para lecionar de 1ª a 4ª; de 5ª a 8ª seria habilitação específica também. E no Tele-curso 2.000, sendo ele professor nosso, contratado, para o fundamental ele teria que ter ou pedagogia ou magistério. E para trabalhar no tele-curso, no ensino médio, nós recomendamos que ele tenha formação na área de exatas, porque ele vai trabalhar com português, história e geografia, mas ele trabalha também com física, química e biologia. Então sempre recomendamos que tenha essa habilitação.

Esse orientador nosso, como já falei, tem que ter pedagogia e administração escolar, que é quem realmente convalida todos os atos escolares.

Nas empresas em que nós damos só assessoria pedagógica ao tele-curso, o funcionário é da empresa. Nesse aspecto, só trabalhamos com assessoria pedagógica, orientador de aprendizagem. Então, nesse sentido não há uma exigência da nossa parte com relação à formação desse orientador, porque ele não é funcionário nosso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 491 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-8	2	Marcia	Sit.Educ.Jovens	17.9.98		

Então uma empresa solicita os nossos serviços, a empresa decide, realmente, que, nesse momento histórico da empresa é necessário se instalar um curso em virtude do próprio dos trabalhadores que ela tem lá; a empresa quer avançar no sentido tecnológico, e nem sempre esse trabalhador tem condições de assimilar esses novos conhecimentos. Então, hoje, nós temos - fazendo uma comparação com aqueles pioneiros de 1946 - hoje também existe essa preocupação. O empresário hoje está visando, lógico, o lucro, todos sabemos, ele está visando a tal da ISO nove mil e tanto. Mas não importa, ele também está fazendo um papel social, no sentido em que ele também precisa desse operário qualificado, e também o operário não vai ficar a vida inteira nessa empresa, ele tem que ser uma pessoa "empregável". Então, para isso, ele também necessita desses estudos preliminares. Se ele não tiver leitura e escrita, como ele vai chegar até o conhecimento?

Quando essa empresa solicita os nossos serviços, fazemos um contrato de prestação de serviços. Existe uma remuneração que a empresa repassa ao Sesi. Antes de começarmos mesmo, nós ouvimos a empresa e queremos saber por que, nesse momento, se pensou em instalar um curso. Quais são os objetivos da empresa?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 442 do proc.
n.º 18 de 1978
O funcionário 0

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-8	3	Marcia	Sit. Educ. Jovens	17.9.98		

Qual o histórico da empresa, no sentido de passar para nós qual o ambiente esse trabalhador, que passa a ser aluno-trabalhador quando começa a frequentar a nossa sala de aula - que necessidade esse empresário tem. E ao mesmo tempo nós fazemos a mesma leitura com o operário, com o trabalhador. Qual a sua expectativa? Por que voltar a estudar?

Ouvindo a fala da empresa, as necessidades do aluno, e nós enquanto técnicos, enquanto capacitados para trabalhar com jovens e adultos, e principalmente cumprindo a legislação, nós fazemos então uma proposta pedagógica específica para aquela empresa. Cada proposta pedagógica tem o perfil daquela empresa e o perfil da necessidade daquele trabalhador, daqueles alunos-trabalhadores. Se pegarmos uma empresa que trabalha com produtos químicos, a proposta pedagógica vai estar envolvida em função daquele ambiente onde o trabalhador desenvolve sua tarefa. O que é totalmente de uma empresa, por exemplo, do ramo de cerâmica, que tem outras necessidades, e o universo onde aquele trabalhador atua é contrário.

As propostas pedagógicas, são, então, construídas coletivamente com as informações da indústria, as informações do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 493 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
V-8	4	Marcia	Sit.Educ.Jovens	17.9.98		

trabalhador e o nosso conhecimento técnico. E coletivamente, com os professores, nós elaboramos essa proposta pedagógica.

Falamos mais ou menos em estrutura. E afinal, quem é este aluno? Quem é este trabalhador? Quem é esta pessoa que por diversas razões está precisando frequentar um curso agora, neste momento de sua vida? Quem é ele? Poderia ser "ela" também, ela pessoa.

Ele é um portador de conhecimentos não-sistematizados. Nós sempre questionamos nas nossas discussões: como será que o analfabeto está conseguindo viver até hoje, neste mundo totalmente letrado? Nós temos um arsenal de letras em qualquer lugar para que olhamos. Como ele consegue então viver neste mundo? Que mecanismos internos ele tem para conseguir viver?

Então ele é um portador de conhecimento, só que esses conhecimentos não são sistematizados. Temos que identificar quem é ele. Ele é um pragmático, ele busca a aplicação imediata do conhecimento. Ele quer saber: por que ele está aprendendo, e no que vai ajudá-lo isso, não é mesmo? Se tem que fazer a leitura de um manual de uma máquina nova na empresa, ele não consegue do-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 44 do proc.
n.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
V-8	5	Marcia	Sit. Educ. Jovens	17.9.98		

minar a leitura e escrita, ele quer logo aprender a como ler o manual. Ele é um desmotivado ao estilo de escola convencional, porque ele já passou, já teve na história dele, uma história de fracasso. Tudo que fala "escola", no primeiro momento ele diz: voltar à escola? Mas é só passageiro esse medo demonstrado.

E acima de tudo, o que é o mais grave no sentido do subescolarizado: ele não se reconhece como cidadão. Ele sempre se coloca, enquanto pessoa, como em desvantagem. Ele tem limite de tempo e espaço para estudar. Se ^{não} instalarmos nas empresas os nossos cursos, como ele terá que se locomover da empresa, de onde sai às 5 ou 6 horas, até chegar à sua casa e depois ir à escola, aí ele já ficou no caminho. Então, essa possibilidade de instalação de cursos em empresa vem atender e caracterizar quem é ele.

Em função de tudo isso, ele tem uma baixa-estima,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 493 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V9	1	Denise	Sit. Educ Jovens	17.9.98		

...porque ele sempre se coloca em defasagem. Mas ao mesmo tempo, reconhece a sua defasagem de sua aprendizagem escolar, demonstra medo de perder o emprego. E quem não demonstra? E acima de tudo ele sonha com um futuro melhor. Não sei quanto tempo tenho.

A SRA. ANA MARIA QUADORS - Quanto tempo você precisaria?

A SRA. - Acho que mais uns 10 minutos.

Se tivéssemos mais tempo, o pessoal que estivesse interessado e que sabemos que trabalha com a educação de jovens e adultos, poderia trocar idéias e discutirmos. esses princípios que colocamos sobre a educação de jovens e adultos são realmente fascinantes. Não há tempo suficiente, mas o que é importante desses princípios vou falar agora. O aprender do adulto é conhecimento, habilidade e atitude. Outro ponto importante seria o professor tradicional, que ~~gostaria~~ gostaria de comentar um pouco. Temos uma defasagem no sentido da formação do professor, porque todo ensino é canalizado para a criança ser alfabetizada e sabemos das dificuldades dos professores e a necessidade de se trabalhar de uma forma contextualizada com o aluno adulto. Então, é essa a dificuldade do professor tradicional, que enfrentamos. Temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 46 do proc.
JUL. 0 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AF. ARTE
V9	2	Denise	Sit. Jovens	17.9.98		

de fazer capacitação do professor em serviço, em termos de acompanhar-mos esse trabalho, enriquecendo esse professor. O entrave para o aluno aprender ocorre quando o professor de adultos se coloca como o possuidor e detentor de todo o conhecimento. Nesse momento não haverá uma relação ideológica com o aluno. E a educação de jovens e adultos necessita dessa interação e esse diálogo com o facilitador e o aprendiz.

Como trabalharemos, independentemente de ser o presencial ou o telecurso? Entendemos que para haver algum significado para o aluno adulto, o ~~ensino~~ ensino deve sempre ser voltado de forma contextualizada, em função daquilo que ele vive e aproveitando essas oportunidades. É preciso que haja um significativo. Esse ensino contextualizado precisa prever o aproveitamento de todas as experiências vivenciadas no cotidiano de cada um, as suas histórias, suas lutas e expectativas. O ensino tem de estar voltado para isso. E o importante também é a intensificação do desenvolvimento das habilidades básicas desse adulto. Vamos considerar que a habilidade básica de ler é uma "habilidade, escrever também. Porém, se restringirmos sempre a apenas ler e escrever no sentido frágil da alfabetização, não iremos contemplar as necessidades ~~básicas~~ desse aluno



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 497 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V9	3	Denise	Sit. Jovnes	17.9.98		

adulto.

Então, essa intensificação das habilidades deve ser feita porque o ser humano possui essas habilidades, mas precisamos intensificar através do estudo. Por exemplo, o saber concluir, explicar e comparar, isso dará a possibilidade dele continuar aprendendo. Se o ensino e as atividades prevêm realmente o desenvolvimento dessas habilidades, terá condições de não ficar dependente do professor e se tornará um autônomo na busca do conhecimento.

A aula em si deve provocar a assimilação dos conteúdos historicamente elaborados. É lógico que vamos trabalhar com a história, a geografia, com o descobrimento do Brasil. São conteúdos que foram historicamente passados para nós. Porém, esse espaço, a sala de aula, deve ser uma garantia para que haja as relações intra e interpessoais. Na relação professor e aluno e em cada um, teremos a possibilidade dele resgatar a cidadania. ~~Exatamente~~ O nosso ensino seria muito pobre se ficássemos voltados somente para a alfabetização no sentido de letramento ou mesmo ao ensino de 5ª a 8ª séries. Os conteúdos precisam ser um fim em si mesmos, são provocadores da aprendizagem. O mais importante é saber ler e escrever, interagindo com a sociedade, senão, é lógico, nosso ensino seria muito pobre.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 458 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V9	4	Denise	Sit. Jovens	17.9.98		

Sei que aqui estão representantes de ONG's e acho importante que falemos que esse programa de educação do trabalhador também irá complementar o trabalho de pessoas que já desenvolvem esse tipo de trabalho. No início disse que existe um contrato de prestação de serviços com uma empresa, lembram? A empresa assina um contrato e a nós prestamos o nosso serviço. Fazemos assessoria pedagógica ~~através~~ através do telecurso, fazemos a tercerização dos nossos serviços. Então, vamos supor: uma empresa pode contratar um funcionário nosso para o telecurso e ele terceriza tudo, faz todos os pagamentos de gastos e custos de um telecurso. Não precisa ser necessariamente um funcionário da empresa, pode ser um funcionário nosso.

O que garante essa nova oportunidade de educação do trabalhador é esse convênio de colaboração técnica. Se existe uma proposta da Confederação Nacional da Indústria, através do Sesi, de elevar a escolaridade básica dos trabalhadores e a possibilidade de atingir 1 milhão de analfabetos e sub-escolarizados, realmente, as nossas unidades não teriam condições de atender a demanda. Qual foi a iniciativa da Confederação? Foi

~~assentada que já estão trabalhando com a educação de jovens e adultos~~
~~no sentido de atender essas~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 499 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V10	1	Vianna	Sit. Educaç. dos Jovens	17.9.98		

no sentido de dar um subsídio ou uma ajuda para as entidades que já estão trabalhando com educação de jovens e adultos, e o Sesi entraria como um parceiro no sentido de atender as necessidades desse parceiro.

Não haveria nenhuma ingerência da nossa parte com relação à metodologia que já está sendo desenvolvida por esse parceiro, mas nós entraríamos com uma ajuda. Então, existe essa possibilidade, e dessa forma não teríamos necessariamente o aluno dentro da nossa sala, mas estaríamos colaborando com parceiros que têm os mesmos objetivos da nossa entidade, no sentido de dar condições de qualidade de vida para esse trabalhador que necessita tanto. Se encontrarmos um parceiro que tem os mesmos princípios de dar uma melhor qualidade de vida, então nós vamos fazer uma parceria.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Agradeço à Prof.

Concheta Inakaro, chefe da subdivisão de jovens e adultos do Sesi. Quem quiser fazer perguntas para a Prof. Iraildes Meira Pereira e para a Prof. Concheta Inakaro, o Jader está com os papéis. O José Carlos Barreto já se inscreveu e está com a palavra.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 300 do proc.
NO 18 de 1978
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V10	2	vianna	Sit. Educac. dos Jovens	17.9.98		

O SR. JOSÉ CARLOS BARRETO - Não é bem uma pergunta, mas uma colocação referente ao Sesi. Ela ~~se~~ se referiu a um fato muito importante para todos nós que estamos envolvidos com educação popular, com alfabetização, lembrando que o Paulo Freire - que é uma referência internacional na educação de adultos - começou seu trabalho com educação de adultos exatamente no Sesi, quando assumiu a coordenação do Departamento de Educação do Sesi em Pernambuco; aí ele despertou para essa educação.

Quero dizer que na caracterização do analfabeto, do aluno do Sesi, duas colocações me incomodaram um pouquinho por um problema de linguagem. Primeiro, a colocação de como o aluno sobrevive, que ele conhece, só não tem o conhecimento sistematizado. Desde Piaget sabe-se que ou é sistematizado ou não é conhecimento. Essa colocação da falta de conhecimento sistematizado substituir a falta de conhecimento escolar muitas vezes - não é o caso - mascara um certo preconceito: o conhecimento sistematizado é melhor do que o conhecimento comum. É discutível. O que eu sei, pelo Piaget, é que o aluno do Sesi tem o conhecimento sistematizado, senão não seria conhecimento. Ele está integrado num sistema, como nos ensina Piaget, embora não tenha o conhecimento escolar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 501 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V10	3	Vianna	Sit. Educac. dos Jovens	17.9.98		

O segundo detalhe é sobre a questão do pragmático, é um aluno que tem conhecimento pragmático. Obviamente, também, todo conhecimento é pragmático. Todos nós desenvolvemos conhecimento para resolver questões. Ou o conhecimento responde a uma necessidade, ou ninguém se moverá em direção a conhecer alguma coisa. Talvez devêssemos dizer que ele tem um conhecimento concreto, porque realmente as circunstâncias fizeram com que ele trabalhasse muito pouco com a representação e muito mais com o fato representado. Isso dá uma qualidade especial ao aluno. Ele é muito mais concreto porque trabalha muito menos com as representações e muito mais com o fato em si. Mas acho que ser pragmático também é uma atribuição do conhecimento. Conhecimento por si só, independente de qualquer necessidade, não existe, é memorização. Sempre que eu conheço, conheço por alguma coisa, ainda que essa alguma coisa possa parecer pouco relevante, do tipo conheço para exibir que conheço, para mostrar o meu conhecimento. Mas pragmático todo conhecimento é. Por isso não me surpreende que os alunos do Sesi tenham conhecimento pragmático. Todos nós temos conhecimento pragmático.

Eram só essas duas observações, não sei se contribui em. Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 502 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V10	4	Vianna	Sit. Educac. dos Jovens	17.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Quero agradecer também a presença da Leila Sato, do Dot-1, da Justina Tusi, do Dot-1 e da Cleusa Garcia que é assessora do Vereador Vicente Cândido.

Próxima pergunta, Deise Beneti, do Sinesp.

A SRA. DEISE BENETI - Não são perguntas, mas algumas considerações. Primeiro, quero parabenizar mais uma vez a Ana Maria Quadros por organizar esse ciclo de debates para discutir um assunto tão importante quanto a alfabetização de adultos e a educação de jovens e adultos incluindo alfabetização, com diferentes setores da sociedade civil que estão fazendo esse trabalho.

Nós do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal vamos apoiar sempre essa ~~iniciativa~~ iniciativa porque é algo que nos diz muito de perto, é o nosso trabalho, é consequência do nosso trabalho. Quando se fala de educação de jovens e adultos, estamos falando de pessoas que deveriam ter frequentado a escola numa determinada faixa etária própria e num determinado nível de ensino..No entanto, eles não o fizeram ou por falta de condições, falta de escola, ou por falta de condições de a escola mantê-lo dentro da escola. São jovens e adultos que um dia ~~foram~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 503 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
vll	1	dagmar	jovens	17 09 98		

~~_____~~ frequentaram a escola onde hoje nós trabalhamos. E frequentaram essa escola com insucesso ou dela nunca se aproximaram.

Quando falamos do ensino de jovens e adultos temos de fazer uma reflexão, hoje mais do que nunca, sobre políticas públicas de educação no geral, inclusive para que esses jovens permaneçam na escola. O que particularmente a Secretaria Municipal de Educação está fazendo com os cursos noturnos regulares para jovens e adultos? Vamos esquecer um pouco, embora seja difícil atualmente, do desemprego, das mudanças, pois isso funciona geralmente como desculpa para quem está fora da escola. Mas disso existem também outras causas, principalmente a falta de políticas educacionais. O que as escolas públicas estão fazendo para atender esse contingente de jovens para que eles possam enfrentar a globalização? Essa é a preocupação do nosso sindicato, que está trabalhando para que a evasão diminua. Mas sabemos que isoladamente não vamos conseguir vencer essa batalha contra a marginalização de uma geração de brasileiros, que não está sendo de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º	504	do proc.
N.º	18	de 1978
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART. E
vll	2	dagmar	jovens	17 09 98		

vidamente alfabetizada. São analfabetos funcionais. É isso.

A SRA. NEUSA (Drem 8) - Bom dia a todos. Também quero parabenizar a iniciativa da Vereadora Ana Maria Quadros principalmente neste momento de eleições. Pelas pesquisas, sabemos que 2/3 dos eleitores são analfabetos e semi-analfabetos, uma massa perfeitamente manobrável. Daí nossa preocupação com um trabalho que dê a essas pessoas a capacidade de gerenciar seu próprio pensamento e suas decisões.

A minha pergunta é para a Sra. Iraildes, da Secretaria Municipal de Educação. Existe um trabalho regular dos cursos noturnos, que é presencial, e também a iniciativa do Semes, que é um trabalho não-presencial, à distância. Essas duas linhas pretendem atingir o aluno trabalhador adulto, que não pôde cursar a escola na faixa etária apropriada.

Mas dentro da escola regular, nos cursos noturnos, encontramos infinitos problemas. Gostaria de saber se existe um trabalho pedagógico diferenciado nessa estrutura.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 505 do proc.
No 78 de 1988
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
vll	3	dagmar	jovens	17 09 98		

O SR. MANOEL (Fed. Espírita) - Em primeiro lugar os
nossos cumprimentos à nobre Vereadora Ana Maria Quadros e aos in
tegrantes da Mesa. Ouvimos aqui algumas explicações muito interes
santes, principalmente esta última da professora que representa
o Sesi, e da representante do Sinduscon, quando colocaram uma
série de objetivos desse ensino para adultos vinculados a empre
sas, no sentido da sua melhor integração ao trabalho, na famí
lia, compreender a importância da higiene,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 50 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-12	1	Camilo	Sit.educ.jov.	17/9/98		

da saúde. De fato, tudo isso é importante, porque o ensino deve visar a uma conscientização, na formação da consciência do indivíduo até mesmo para o exercício da cidadania.

No momento, o ensino religioso também seria importante, Digo isso porque a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, no ^{seu} artigo 33, prevê esse ensino em um sentido mais globalizado, não naquele sentido dogmático que visa a uma orientação mais direta e objetiva do aluno, mas para ^{este} que tenha uma visão mais geral. Sabemos que uma grande parte dos problemas vividos hoje pela população, de um modo geral, seria de uma falta, ou antes, de um afastamento do indivíduo em relação à religiosidade.

Está sendo previsto alguma forma de ensino religioso? Essa questão tem importância para essas entidades que foram apresentadas aqui, ou será que, de alguma forma, esse tipo de ensino, esse tipo de formação da consciência religiosa, também traz algum incômodo para o empresário, como naquele caso contado pela Vereadora aqui? De repente, isso pode trazer algum receio para os homens que comandam essas empresas. Será que existe esse tipo de preconceito ainda, ou já ^{se} está pensando em alguma coisa nesse sentido mais global, não no sentido de fazer adeptos de uma ou de outra religião, mas dar uma visão geral e colocar principalmente o aspecto moral para a melhoria do indivíduo que vai ser libertado de uma série de maus hábitos. Tais coisas, muitas vezes, levam as pessoas a certas infelicidades, a certos limites em sua vida. Poderia haver uma integração maior da pessoa na sociedade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 507 do proc.
18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-12	2	Camilo	S it.educ.jov.	17/9/98		

Falo isso porque ela terá uma visão melhor das suas possibilidades como ser humano, como indivíduo, como um ente espiritual que tem toda uma importância no contexto da própria vida na sociedade.

Nossa contribuição seria levar uma reflexão sobre a importância desse tipo de ensino, que certamente vai trazer grandes benefícios para alunos nesse nível de entendimento.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra a professora Cleonice.

A SRA. CLEONICE - Bom dia. Há 3 questionamentos bem pequenos. Um refere-se à questão do horário do telecurso. Gostaria até de assistir a esses programas, mas não consigo devido o horário. Poderiam mudar um pouco isso. Em relação à Futura, digo que é uma TV a cabo. Não conheço ninguém que tem TV a cabo, que tenha acesso a isso. O terceiro ponto refere-se ao material. Meu marido tem uma banca de jornal e o que pedem desse material, de 1ª à 4ª, quanto de 5ª à 8ª, é impressionante! Gostaria que dessem mais atenção a esses aspectos, *que* são pequenos, mas a população tem procurado isso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Questionamentos importantes. O 1º horário, quem passa esse material absurdo para a população, não há condições.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-12	3	Camilo	Sid.educ.jov.	17/9/98	Ana M. Quadros	

Já que ninguém mais vai usar a palavra, encerramos as inscrições.

Tem a palavra agora a professora Iraildes Meira Pereira, chefe de gabinete da Secretaria Municipal da Educação, para responder e fazer suas considerações finais.

ela

A SRA. IRAILDES MEIRA PEREIRA - Inicialmente, coloca como conter a evasão na rede municipal nos cursos regulares e supletivos do período noturno, além da questão da idade. Primeiramente não podemos oferecer vagas no período noturno para alunos menores de 14 anos. Apresentei aqui 3 modalidades diferentes. A primeira é o ensino supletivo, chamado de ensino supletivo regular. É aquele oferecido nas escolas municipais, no período noturno. É aquele supletivo tradicional, que está sendo revisto agora, à luz da nova LDB e da deliberação do Conselho Municipal de Educação, que estabeleceu normas para o ensino supletivo, cuja deliberação foi publicada nesse semestre. Antes, de 1ª à 4ª séries, as 4 séries iniciais do ensino fundamental, que chamamos de suplência I, serão reformuladas no que tangem ao total de semestres. A Deliberação do Conselho estabelece agora 4 semestres. Pelo decreto do Regimento Comum das Escolas Municipais, havia 5 semestres. Isso está sendo alterado. A oferta do ensino supletivo é feita no período noturno, em detrimento do ensino fundamental regular. Temos poucas escolas que oferecem o regular puro no noturno, dada a necessidade da procura da comunidade. Aquelas escolas que continuarem ainda oferecendo o ensino



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 53 do proc.º
N.º 18 de 19 98
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTIR
V-12	4	Camilo	Sit.educ.jov.	17/9/98	Iraildes	

regular noturno é por conta da necessidade daquela região, daquela comunidade.

Caso contrário, a oferta maior é para o ensino supletivo. Temos 295



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 510 do proc.
18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-13	1	Vera	sit.jovens	17.9.98		

unidades escolares que oferecem ensino supletivo noturno. Mas não temos só isso. Durante o dia, a partir das 7h30min da manhã, oferecemos ensino supletivo a qualquer hora no Cemes, Centro Municipal de Ensino Supletivo. Hoje temos sete centros e a tendência é expandir no mínimo um em cada DREM para o próximo ano. Temos mais um criado na DREM-5 e temos mais quatro a serem criados em 1999.

Quanto a conter a evasão - e conter a evasão não é só na modalidade do ensino supletivo, também é para o regular e demais modalidades - a Profª Hebe criou um projeto intitulado "Nossa Escola", publicado há pouco tempo no "Diário Oficial" e esse projeto inclui a parceria de outras secretarias municipais, no caso, a Secretaria da Saúde, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Esportes, justamente para que possam ter atividades diferenciadas aos fins de semana, envolvendo a comunidade também, não é só para o aluno, para que a escola tenha um atrativo, com atividades esportivas, culturais, etc, para que a gente possa dar uma cara nova à unidade escolar, para que o aluno adquira um amor maior, um carinho maior pela escola, para evitar depredações, para evitar a falta de segurança, enfim, buscamos alternativas para melhorar a qualidade do ensino.

Para reduzir o contingente de jovens e adultos fora da esco-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 511 do proc.
N.º 18 de 1998
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-13	2	Vera	sit.jovens	17.9.98		

la, temos ainda a preocupação maior que é o Proalfa - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos -, não só em empresas, como já é oferecido, mas nas demais entidades civis e obviamente as portas da Secretaria da Educação estão abertas para isso.

Quanto à pergunta da Profª Neusa, do Cemes da DREM-8, que colocou a questão das duas modalidades, neste ano, foi publicado um parecer do Conselho Nacional de Educação, em que o relator do parecer, se não me engano, Fábio Haidar, coloca o seguinte: a diferença entre a presença, que é o curso presencial, você colocou que o ensino nas unidades de supletivo é presencial e que o do Cemes é a distância.

O Cemes não é a distância. É presencial. O aluno vai até o Cemes, adquire um fascículo, tem o plantão de dúvidas, o professor atende de forma personalizada esse aluno.

Isso está bem claro porque existia uma dúvida na deliberação do Conselho Estadual de Educação que já foi revogada, que, após a LDB já não cabe, que era a deliberação 5 que, em sua indicação, colocava a forma presencial, semipresencial e a distância. Hoje esse conceito não existe mais, ou ele é presencial ou ele é a distância.

A SRA. NEUSA - Do Cemes, da DREM-1. A questão é a seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 312 do proc. 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-1	3	Vera	sit. jovens	17.9.98		

dentro do ensino regular noturno, está-se pensando numa outra opção.

A SRA. _____ - Ah, sim. Faltou responder realmente. Está, sim. Estamos pensando em oferecer um ensino supletivo de forma modular. Reduzir a jornada do aluno e só podemos reduzir essa jornada com programas especiais, que está contemplado na LDB.

Então, para reduzir essa jornada para o aluno trabalhador, estamos ainda em fase de estudos, mas estamos pensando em introduzir, na escola, naquele ensino fundamental, regular, o curso modular.

Para as considerações finais, gostaria de agradecer a Vereadora Ana Maria Quadros pela sua iniciativa, pela sua bandeira de estar sempre à frente da educação e, agora mais especificamente, educação de jovens e adultos, que acreditamos ainda que tem muito que fazer. A própria Constituição Federal colocou um prazo de dez anos, está expirando esse prazo para erradicar o analfabetismo no País, e realmente precisamos do esforço de todos os segmentos da sociedade brasileira, para resolver essa questão e, quiçá, erradicar de fato o analfabetismo.

Obrigado pelo convite, estamos à disposição na Secretaria da Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 513 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-13	4	Vera	sit.jovens	17.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A Comissão que agradece a sua participação. Com a palavra a Profª Concheta Yanacaro, Chefe da Divisão de Educação, do do Sesi, para responder às questões e as considerações finais.

A SRA. CONCHETA YANACARO - Vou responder, então, à questão do professor.*

Professor, Barreto, agradeço a lembrança, realmente eu não citei o nome do nosso mentor, Paulo Freire. Em todos esses anos, o que a gente tem trabalhado no Sesi é no sentido de resgatar o princípio dos pensamentos dele.

Sempre tentamos ter uma visão do momento histórico que estamos vivendo. Mas tenho certeza de que ele está sempre nos iluminando através dos nossos atos, dos nossos pensamentos.

Com relação ao que foi citado, do conhecimento sistematizado, concordo com sua colocação. Todo esse tempo em que ele viveu e que vive sem ter frequentado um banco escolar, como ele viveu, perguntei. Para ele ter conhecimento, este não precisa ser sistematizado. Porém, ele sabe fazer as contas mentalmente. Mas esse conhecimento, ele não consegue traduzir numa escrita. Então, talvez seja nesse sentido que eu me



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 514 do proc.
N.º 18 de 1938
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V-13	5	Vera	sit.jovens	17.9.98		

referi. E de pragmático, todos nós somos.

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 315 do proc.
N.º 18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V14	1	Idelci	Educ. Jovens	17.9.98		

Todo o nosso conhecimento, temos sempre que pensar em algo que podemos utilizar agora para ter significado. Não é só o adulto que pensa assim; a criança também. Se formos trabalhar com um conhecimento que não tenha realmente nenhum significado, esse conhecimento não vai chegar. Então, esse aluno do Sesi é pragmático, precisa desses conhecimentos. Quando disse "aluno Sesi", quis dizer a pessoa humana, antes de tornar-se aluno Sesi. Com relação à questão da senhora, no sentido do horário na televisão, muitas pessoas nos questionam, mesmo. Justamente no horário que o trabalhador teria condições de assistir, não está sendo veiculado o programa. Existe a opção do sábado, também. Ocorre que o trabalhador exerce suas funções também aos sábados. Esse tipo de recepção livre, como ocorre em casa, fica comprometido em função dos blocos que estão sendo veiculados em horários nem sempre condizentes com a presença do trabalhador. Nas nossas unidades e nas empresas de que temos conhecimento, o horário contempla os trabalhadores que necessitam. Quanto ao material, a senhora está referindo-se aos livros, não é? Existem várias livrarias que fornecem os livros ou diretamente com a Editora Globo. É ela que faz a produção e a distribuição. Agora, se está havendo dificuldade da aquisição, poderíamos até rever isso. No nosso caso, quando compramos, não tivemos nenhuma demora.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 516 do proc.
18 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V14	2	Idelci	Educ. Jovens	17.9.98		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Acho que a professora quis se referir ao dinheiro, ao quanto custa? (Pausa) Não a encontrar?

A SRA. - Acho que não é o dinheiro, Parece que não encontra. O custo de cada livro é R\$5,50, onde está contemplada toda a aula em si. Se a pessoa, por acaso, deixou de assistir a aula que foi veiculada na televisão, no livro tem a própria aula, mesmo. O livro ajuda.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então o principal problema é a dificuldade para encontrar esse material?

A SRA. - É. no nosso folheto, ali, no "folder" há o endereço da editora, para a qual o pedido poderia ser feito diretamente. Uma outra situação importante que é bom registrar, mas que passou batido, é que no telecurso nós também fazemos avaliações. Então, se você assiste em casa, se tem o livro, acompanha, ou se faz grupos de estudo, para pessoas com formação acadêmica mais avançada, ou o próprio grupo com suas dificuldades, temos o depoimento de várias pessoas que conseguiram terminar o curso dessa maneira: é o aprender, aprender. As



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 517 do proc.
Nº 18 de 1998
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
V14	3	Idelci	Educ.Jovens	17.9.98		

peçoas no seu próprio relacionamento. Essas pessoas que têm esse tipo de estudo, ou frequentando as nossas tele-salas, podem fazer a inscrição para os exames supletivos, tanto o Sesi, como o Senai, ou a própria Secretaria da Educação. As inscrições são abertas. Então, o aluno, nesses 18 meses de duração do curso, teria três ou quatro oportunidades para prestar os exames, não é? Duas vezes pela Secretaria da Educação, uma vez no Senai, no primeiro semestre; o Sesi realiza esses exames no segundo semestre. O aluno vai eliminando as disciplinas. A partir do momento que eliminar todas as disciplinas referentes à base comum nacional, o Sesi certifica, expede o certificado, porque temos autorização do Conselho Estadual da Educação. Esse momento que temos, uma vez por semana, é uma oportunidade gratificante, porque fortalece o nosso dia a dia. O educador precisa ser realimentado a cada momento. Esse realimento estamos tendo aqui, através do depoimento de tantas entidades gestoras da educação de jovens e adultos, que estão trabalhando. Mas precisamos ter uma união. As pessoas estão trabalhando isoladamente. Não temos idéia de quantas pessoas estão envolvidas na educação de jovens e adultos. Aqui estamos tendo a oportunidade de repensar a nossa prática educativa, em função do depoimento de todas as pessoas envolvidas no projeto. Nós do Sesi, agradecemos muito esta oportunidade. Nosso Superintendente envia



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 518 do proc.
N.º 18 de 1978
O funcionário 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V14	4	Idelci	Educ. Jovens	17.9.98		

um abraço e se congratula com vocês pela iniciativa.

A SRA ANA MARIA QUADROS - Vejam: o objetivo desta Comissão foi possibilitar a troca de experiência, para saírem daqui, sugestões, reivindicações e diretrizes para as políticas públicas na educação de jovens e adultos. Sabemos que o problema é gravíssimo. Sabemos que os poderes públicos, federal, estadual e municipal não podem deixar de cumprir sua missão que é dar vaga e ensino de qualidade para todos na idade correta. A partir dos seis ou sete anos, todos na escola, tendo o ensino da melhor qualidade possível. Mesmo que todos os poderes públicos cumprissem, não seria fácil; mas sabemos que não. Temos muitos problemas na cidade de São Paulo em relação à Educação, porque tivemos, muitas vezes, políticas desencontradas. Não é de agora. Sabemos que o problema vem de muito tempo, com muitas crianças e jovens fora da escola e do ensino regular. Quando a CPI da Educação fez o levantamento da verba, justamente para que nenhum dinheiro fique fora, foi porque sabemos que à medida que não se gasta o dinheiro no ensino fundamental, o prejuízo é enorme. Ao mesmo tempo que existiu toda a política federal, no sentido da lei do fundo, para que os recursos não sejam gastos com o ensino superior - que é preciso, também - mas que sejam primeiro gas-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 519 do proc.
Nº 18 de 1958
O funcionário Q

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
V14	5	Idelci	Educ. Jovens	17.9.98	AMQuadros	

tos com o ensino fundamental, que é obrigatório pela Constituição Federal, e gratuito, ainda temos muitos problemas na cidade de São Paulo, temos muitas crianças e jovens fora da escola; então, além das políticas públicas, da atuação da Secretaria Municipal da Educação,

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 500 do proc.
N.º 18 de 1958
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
V/15	1	alex	jovens	17 9		

E a Comissão de Educação esteve com a Sra. Secretária Municipal justamente fazendo essa solicitação: que no próximo ano não fique ninguém, nem jovem nem criança, fora da escola. Além disso, sabemos que o contingente - já foi falado aqui por inúmeros expositores - é muito grande de jovens e adultos fora da escola, sem ter, no mínimo, o ensino fundamental. Isso é grave. Daí todos os vereadores e vereadoras da Câmara terem aprovado essa comissão, porque temos de sair daqui com alguma coisa. Além da troca da experiência, que é muito importante, se não sairmos daqui com diretrizes para as políticas públicas e não as ficarmos cobrando, essas políticas públicas, temos medo, fique mais na comissão muito bonita, como todas da Câmara, mas que muitas coisas são conseguidas e poucas conquistadas.

Agradeço a todos os expositores pela presença, aos integrantes da Mesa e a todos os presentes; é graças à participação de cada um dos senhores que estamos levando os trabalhos desta comissão. De nada adiantaria a presença dos expositores se não fosse a presença do público, seja para colocar questões, seja para exigir soluções.

Queremos, neste trabalho, ouvir as sugestões e colaborações de todos aqueles que puderem oferecê-las.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Telecurso 2000

O Telecurso 2000 é um programa educacional supletivo dirigido a jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental (1º Grau) e o Ensino Médio (2º Grau), e também àqueles que pretendem adquirir conhecimentos técnicos na área da Mecânica (Profissionalizante).

Realizado pelo Sistema FIESP e Fundação Roberto Marinho, o Telecurso 2000 tem como objetivo criar novas oportunidades educacionais à população brasileira.

O programa trabalha, na modalidade Educação a Distância, as disciplinas curriculares a partir da realidade do aluno, com exemplos retirados da sua experiência no dia-a-dia, utilizando fitas de vídeo, livros e o apoio de um Orientador de Aprendizagem.

O Telecurso 2000 oferece aos alunos a oportunidade de:

- Preparar-se para os exames supletivos aplicados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pelo SENAI-SP e SESI-SP, a fim de obter certificados de conclusão do Ensino Fundamental (1º Grau) e Ensino Médio (2º Grau).

- Adquirir conhecimentos profissionais que permitam compreender o funcionamento do mercado de trabalho e os meios de ingresso na vida profissional. Os cursos na área da Mecânica serão certificados pelo SENAI-SP.

Como estudar

O aluno tem a TV e os livros para acompanhar o Telecurso 2000, o que lhe permite conciliar o estudo com seu horário de trabalho. Pela TV, o Telecurso 2000 oferece teleaulas nos seguintes horários:

- Rede Globo – a partir das 6h
- Rede Vida – a partir das 10h15
- TV Cultura/SP – a partir das 7h15
- TV Futura – diversos horários

Os livros do Ensino Fundamental e Médio e do curso Profissionalizante podem ser comprados e/ou encomendados em bancas de jornais e livrarias. Cada teleaula tem uma aula correspondente no livro.

Telessala

O Telecurso 2000 pode ser acompanhado individualmente pelos interessados, que assistem às aulas pela televisão e estudam pelos livros.

No entanto, a organização dos alunos em telessalas – que podem ser implantadas em associações comunitárias, empresas, sindicatos, igrejas – enriquece o processo de aprendizagem.

A telessala é um espaço equipado com monitor de TV, vídeo, quadro de giz e carteiras, onde grupos de alunos se reúnem

para assistir às teleaulas, estudar pelo livro, participar de atividades, fazer exercícios e testes. A telessala fica sob a responsabilidade do Orientador de Aprendizagem, que ajuda os alunos nas suas atividades.

O Orientador pode ser recrutado na própria empresa ou instituição que está aderindo ao Telecurso 2000. Recomenda-se que ele tenha formação superior (3º Grau) para atuar tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No ensino profissionalizante, o Orientador deve ter formação técnica na área da Mecânica. É imprescindível que o Orientador passe por um treinamento para desempenhar suas funções na telessala.

Aprender a aprender

A função principal do Orientador de Aprendizagem é criar condições pedagógicas para a aprendizagem. Ele promove a utilização dos recursos didáticos, organiza a participação dos alunos nas diversas atividades e avalia os resultados. Estimula os alunos para que realizem atividades de maneira autônoma, apoiando suas experiências e indicando caminhos para o desenvolvimento das habilidades voltadas para o aprender a aprender.

Benefícios

O aluno terá oportunidade de:

- Preparar-se para prestar exames supletivos e obter o certificado de conclusão do Ensino Fundamental (1º Grau), para maiores de 15 anos, ou do Ensino Médio (2º Grau), para maiores de 18 anos.

- Obter conhecimentos tecnológicos da área da Mecânica, com vistas à formação, atualização ou aperfeiçoamento profissional.

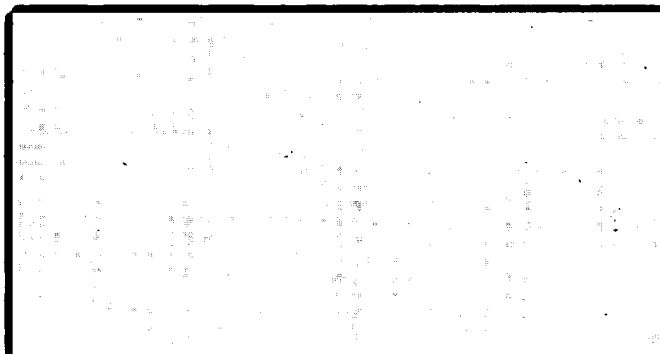
Empresas e instituições terão oportunidade de:

- Trabalhar com programa de educação supletiva, de acordo com as normas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

- Oferecer meios efetivos de crescimento, aperfeiçoamento e escolarização para seus funcionários e colaboradores.

- Melhorar a qualidade de seus produtos/serviços e aumentar a produtividade.

Informações



SENAI

Praça Alberto Lion, 100
São Paulo-SP 01515-000
Tel. (011) 243-5098
Fax (011) 243-5166
E-mail: tele2000@sp.senai.br

SESI

Av. Paulista, 1313 – 1º andar
São Paulo-SP 01311-923
Tel. (011) 284-1601
Fax (011) 284-5466

TELECURSO 2000

*Um programa
de educação que
pode mudar a
vida de milhões
de brasileiros.*

FIESP
CIESP
SESI
SENAI
IRS

M
FUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

522

do processo nº 0018 de 19 98 6, 10, 98 (a)

Op

Este processo de nº 0018/98, de autoria da Vereado-
ra Ana Maria Quadros, possui volume II, a partir das folhas de nºs
523.

SR 6.10.98

Q

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 523 a

Em 6 10, 58

(a) 10